

Juanito Ornelas de Avelar

TESE DE DOUTORAMENTO

**Adjuntos Adnominais Preposicionados
no Português Brasileiro**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

OUTUBRO / 2006

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Programa de Pós-Graduação em Lingüística

Juanito Ornelas de Avelar

Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Lingüística
do Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP)
com vistas à obtenção do título de Doutor em Lingüística

orientador

Jairo Morais Nunes (FFLCH-USP)

banca avaliadora

Esmeralda Vailati Negrão (FFLCH-USP)

Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UFBA)

Mary Aizawa Kato (IEL-UNICAMP)

Sonia Maria Lazzarini Cyrino (IEL-UNICAMP)

suplentes

Charlotte Marie Chambelland Galves (IEL-UNICAMP)

Marina Rosa Ana Augusto (UERJ)

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (IEL-UNICAMP)

Campinas
Outubro / 2006

UNIDADE BC
Nº CHAMADA TUNICAMP
AV32a
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 71218
PROC. 16.145-02
C _____ D X
PREÇO 11,00
DATA 03/01/07
BIB-ID 397275

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

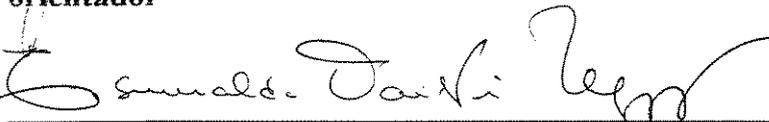
Av32a Avelar, Juanito Ornelas de.
Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro /
Juanito Ornelas de Avelar. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Jairo Morais Nunes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Gramática. 2. Língua portuguesa -
Preposições. 3. Língua portuguesa - Sintaxe. 4. Língua portuguesa -
Morfologia I. Nunes, Jairo Morais. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

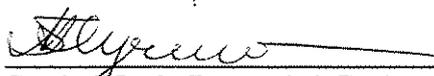
Banca examinadora


Jairo Morais Nunes (FFLCH-USP)
orientador


Esmeralda Vailati Negrão (FFLCH-USP)


Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UFBA)


Mary Aizawa Kato (IEL-UNICAMP)


Sonia Maria Lazzarini Cyrino (IEL-UNICAMP)

suplentes

Charlotte Marie Chambelland Galves (IEL-UNICAMP)

Marina Rosa Ana Augusto (UERJ)

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (IEL-UNICAMP)

A pesquisa que resultou nesta tese
foi desenvolvida com financiamento da FAPESP
(bolsas DR-I e DR-II, processo 04/00030-8)

*Boa noite, home e menino
E muié deste lugá!
Quero que me dê licença
Para uma histora contá.
Como matuto atrasado
Eu dêxo as língua de lado
Pra quem as língua aprendeu,
E quero a licença agora
Mode eu contá minha histora
Com a língua que Deus me deu.*

Patativa do Assaré

À Dona Diná, minha *vó-mãe*,
à Sandra, minha *mãe-mãe*,
e às *tias-mães* Dirciléia, Elisa, Marília e Mária.
Sem elas, nada teria sido possível...

Agradecimentos

A todos os amigos, colegas e familiares com quem convivi e interagi, de forma direta ou indireta, nestes dois anos e meio de doutorado, em especial:
Jairo Nunes, Mary Kato, Sônia Cyrino,
Esmeralda Negrão, Ilza Ribeiro, Charlotte Galves,
Ruth Lopes, Marina Augusto, Dinah Callou,
Maria Eugênia Duarte, Bernadete Abaurre,
Maria Clara Paixão de Sousa, Filomena Sândalo,
Cilene Rodrigues, Angel Corbera Mori,
Izete Coelho, Sérgio Menuzzi, Evani Viotti,
Rodolfo Ilari, Cida Torres, Raquel Santana,
Ana Maria Martins, Ana Paula Scher, Marinalva Vieira,
Telma Magalhães, Érica Santos, Marcello Marcelino,
Marcelo Ferreira, Brenda Velloso, Adriana Oliveira,
Jéssica Arrotéia, Zenaide Carneiro, Irenilza Oliveira,
Sílvia Cavalcante, Alba Verona, Walker Douglas,
William Pickering, Lillian Cabral, Flávia Castro,
Graziela Kronka, Simone Floripi, Flaviane Fernandes,
Edvânia Gomes, Jocyare Souza, Milena Magalhães,
Daniel Nascimento, Kassandra Muniz, Moacir Lopes,
Aroldo Leal, Marcela Fossey, Cristiane Namiuti,
Carolina Serra, Márcia Rumeo, Kate Portela, Juana Avelar,
Juan Avelar, Vitória Avelar, Paula Avelar, Mychelle Avelar,
Daiana Avelar, Maurílio Avelar, José Machado,
Sonia Regina de Souza, Elaine Cristina de Souza,
Beatriz Souza, Maria Auxiliadora Meneguelli e
Rogério Gatto.

Resumo

À luz da versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1995, 2000, 2001), esta tese focaliza constituintes preposicionados adnominais no português brasileiro, estabelecendo um quadro formal para capturar propriedades sintáticas e semânticas observadas em adjuntos introduzidos por *de*, *em*, *com* e *para*. A análise explora a idéia de que os adjuntos adnominais introduzidos por *de* não devem ser tratados como constituintes preposicionados, mas DPs/NPs que ganham a preposição tardiamente, no componente morfo-fonológico. Para os sintagmas introduzidos por *em*, *com*, *para* e certas preposições complexas (do tipo *dentro de*, *em cima de*, *atrás de etc.*), defende-se a hipótese de que esses constituintes dispõem de uma arquitetura clausal, abrangendo categorias paralelas às identificadas no domínio sentencial (Koopman (1997), Den Dikken (2003)). Dentro dessa arquitetura, DPs podem ser inicialmente inseridos na posição de especificador da categoria *p* (*light preposition*), no sentido proposto por Svenonius (2004a). O estudo também recorre à proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) em torno da configuração de adjunção, mostrando que a noção de *adjunção sem rótulo* defendida por esses autores é capaz de capturar uma série de fatos que envolvem a extração tanto de constituintes preposicionados quanto de sintagmas nominais modificados por tais constituintes. O estudo conclui que as principais diferenças entre os adjuntos introduzidos por *de*, de um lado, e por *em*, *com* e *para*, de outro, se devem exatamente ao fato de aqueles não portarem uma estrutura clausal, mas se configurarem como verdadeiros DPs/NPs.

Palavras-chave: *preposições, constituintes nominais, constituintes locativos, advérbios pronominais, sintagmas genitivos, configurações de adjunção, Programa Minimalista*

Abstract

Adopting the Minimalist Program (Chomsky 1995, 2000, 2001), this thesis concentrates on adnominal prepositional phrases in Brazilian Portuguese, proposing a formal picture to account for syntactic and semantic properties of adjuncts introduced by *de* ‘of’, *em* ‘in, on’, *com* ‘with’ e *para* ‘for’. I explore the idea that adnominal adjuncts introduced by *de* are not prepositional phrases, but DPs/NPs that receive the preposition only in the PF branch. In respect of *em*, *com*, *para* and some complex prepositions, it is considered that phrases introduced by such items exhibit a clausal architecture, with categories similar to the ones identified in sentential domains (Koopman (1997), Den Dikken (2003)). It will be proposed that modified DPs can be inserted in the specifier position of *p* (*light preposition*), following Svenonius (2004a). The analysis also explore Hornstein, Nunes & Pietroski’s (2006) proposal for adjunct configurations, showing that the notion of *unlabeled adjunction* is capable of explaining relevant properties involving the extraction of prepositional phrases and modified nominal constituents. The thesis concludes that the main semantic and syntactic differences between *de* and *em/com/para* adjuncts result from the fact that *de* adnominal phrases don’t have a prepositional clausal structure, but correspond to true DPs/NPs in the syntax.

Keywords: *prepositions, nominal constituents, locative constituents, deictic adverbs, genitive phrases, adjunct configuration, Minimalist Program.*

Índice

Introdução, 1

1. DE vs EM/COM/PARA em adjuntos adnominais

- 1.0 Introdução, 5
- 1.1 Adjuntos adnominais, adjuntos adverbiais e termos predicativos, 5
- 1.2 A imprecisão semântica de *de* entre os adjuntos adnominais, 8
 - 1.2.1 EM/COM/PARA e DE, 9
 - 1.2.2 Neutralidade semântica e inversão de constituintes, 15
 - 1.2.3 A combinação de *de* a advérbios, quantificadores e epítetos, 19
 - 1.2.4 Mais imprecisões semânticas, 23
 - 1.2.5 Continente-conteúdo: um contraste entre *de* e *com*, 27
 - 1.2.6 Gradação de referencialidade, 28
 - 1.2.7 Preposições complexas, 31
- 1.3 DPs e PPs interrogativos, 33
- 1.4 Sumário, 37

2. Pressupostos minimalistas: *bare phrase structure*, fases e adjunção

- 2.0 Introdução, 39
- 2.1 Desdobramentos minimalistas da Teoria de Princípios e Parâmetros, 39
 - 2.1.1 Sobre o *design* da linguagem, 39
 - 2.1.2 Concordância, valoração e fase, 41
- 2.2 *Bare phrase structure*, recursividade e movimento, 54
 - 2.2.1 Procedimentos minimalistas para a estruturação de constituintes, 55
 - 2.2.2 Concatenação, conexão e rótulo, 58
- 2.3 Rótulo e adjunção, 60
 - 2.3.1 A visão tradicional para a configuração de adjunção, 61
 - 2.3.2 Incompatibilidades com BPS, 63
 - 2.3.3 Ausência de rótulo em configurações de adjunção, 64
- 2.4 Sumário, 67

Capítulo 3: A arquitetura da relação entre DPs e sintagmas-*de* adjuntos

- 3.0 Introdução, 69
- 3.1 A configuração tradicional para a adjunção adnominal, 70
- 3.2 Análises sobre a disposição de sintagmas genitivos no interior de DPs, 72
 - 3.2.1 Relações *continente-conteúdo* em castelhano, 72

3.2.2	Não-constituência entre o DP modificado e o sintagma genitivo, 80
3.2.3	<i>Dummy preposition</i> em sintagmas genitivos argumentais do italiano, 82
3.3	Sintagmas- <i>de</i> adjuntos no português brasileiro: adjunção de DP a DP, 87
3.4	Contrastes interlingüísticos na extração de adjuntos adnominais genitivos, 99
3.5	Especulando sobre posições de adjunção e traços internos a DP, 108
3.5.1	Extração de sintagmas- <i>de</i> interrogativos e alçamento de genitivos, 113
3.5.2	Relações <i>continente-conteúdo</i> , 119
3.6	Sobre aparentes restrições à extração de sintagmas- <i>de</i> adjuntos, 129
3.7	Sobre a neutralidade semântica da preposição <i>de</i> , 134
3.8	A preposição <i>de</i> entre constituintes não-adnominais: algumas considerações, 138
3.9	Sumário, 146
4.	Explorando uma arquitetura sentencial para os sintagmas preposicionados
4.0	Introdução, 149
4.1	Revisitando contrastes entre sintagmas- <i>de</i> e sintagmas- <i>em/com/para</i> , 150
4.2	Extração de DPs modificados por PPs locativos, 153
4.3	O domínio interno dos sintagmas preposicionados, 155
4.4	DPs modificados e PPs modificadores: uma arquitetura sentencial, 160
4.5	Particularidades da preposição <i>com</i> , 168
4.6	Advérbios dêiticos e gradação de referencialidade, 173
4.6.1	Gradação de referencialidade entre adnominais e adverbiais, 173
4.6.2	O advérbio pronominal e seus associados invisíveis, 175
4.6.3	Traços demonstrativos no interior de advérbios dêiticos, 177
4.7	Sobre as preposições simples <i>em</i> e <i>para</i> , 184
4.8	A concatenação da projeção locativa na sentença, 186
4.9	Outras expressões com <i>em</i> , <i>com</i> e <i>para</i> , 192
4.10	Um contraste entre o português brasileiro e o português europeu, 199
4.11	Aparente extração de dentro de DPs na posição de sujeito, 201
4.12	A preposição <i>em</i> e os advérbios pronominais, 203
4.13	Sumário, 213
	Conclusão, 215
	Referências bibliográficas, 219

Introdução

O português brasileiro exibe contrastes semânticos e sintáticos substanciais entre adjuntos adnominais preposicionados introduzidos por *de*, de um lado, e *em*, *com* e *para*, de outro. Do ponto de vista semântico, estudos como os de Koch (1977) observam que a preposição *de* demonstra uma clara neutralização de sentido quando introduzindo modificadores do nome, condição que fica manifesta pela possibilidade de esse item substituir praticamente todas as demais preposições da língua em tais contextos. Do ponto de vista sintático, o que mais chama atenção é a possibilidade de extração de sintagmas interrogativos nucleados por *de*, face às restrições para efetivar esse mesmo tipo de extração entre os nucleados por *em*, *com* e *para*. Os fatos em (1)-(2) a seguir são representativos dessa oposição. A construção apresentada em (2b) somente seria aceitável se o constituinte interrogativo *em qual caixa* recebesse uma interpretação adverbial, resultando numa leitura pragmaticamente restrita (por exemplo, a de que a criança se encontrava dentro da caixa enquanto comia os bombons).

- (1) a. A criança comeu [os bombons daquela caixa]
b. De qual caixa_i a criança comeu [os bombons t_i]
- (2) a. A criança comeu [os bombons naquela caixa]
b. * Em qual caixa_i a criança comeu [os bombons t_i]

Uma saída para dar conta de contrastes desse tipo é postular que o adjunto adnominal introduzido por *de* estabelece com o nome uma relação estrutural diversa à demonstrada pelos adjuntos introduzidos por *em*, *com* e *para*. Contudo, se a construção em (3b) a seguir (realizada, por exemplo, como resposta à pergunta em (3a)) envolver extração do sintagma preposicionado, o mesmo modelo implementado para bloquear a sentença em (2b) acima deve ser flexível o suficiente para permitir que adjuntos adnominais nucleados por *em* sejam extraídos.

- (3) a. – Você sabe dizer se a criança comeu [algum dos bombons naquela caixa] ?
b. – Naquela caixa_i, eu acho que ela só comeu [aquele bombom amargo t_i].

Fatos dessa natureza serão trazidos à discussão ao longo desta tese, cuja proposta é estabelecer um quadro formal para capturar propriedades sintáticas e semânticas demonstradas por adjuntos adnominais nucleados por *de*, *em*, *com* e *para* no português brasileiro. O estudo adota a versão minimalista (Chomsky (1995, 2000, 2001)) da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky (1981, 1986), Chomsky & Lasnik (1995)), explorando as implicações do modelo de *bare phrase structure* para as configurações de adjunção, nos termos propostos em Hornstein, Nunes & Piestroski (2006). A hipótese norteadora da investigação passa pela idéia de que os sintagmas adnominais introduzidos por *de* são, do ponto de vista sintático, meros constituintes nominais, idéia que já se encontra esboçada nos trabalhos de Koch (1977), Müller (1997) e Raposo (1999) em torno de fatos do português. Em contraste, os adnominais introduzidos por *em*, *com* e *para* devem corresponder a verdadeiros constituintes preposicionados, no sentido de serem “enxergados” como tal pela computação sintática.

Em relação a outras propostas que tangenciam o mesmo tema, o principal diferencial desta tese reside no desenvolvimento de um quadro em que os constituintes preposicionados devem exibir uma arquitetura clausal, da mesma forma que o assumido para os constituintes nominais no encaixe de Abney (1987). Adoto, em particular, a proposta de Svenonius (2004b) para a hipótese de cisão de PPs (*Split-P Hypothesis*), assumindo que o domínio da preposição abarca as categorias *p* (*light preposition*) e *P*, paralelamente às categorias *v* e *V* do domínio verbal. Uma das conseqüências dessa assunção é a possibilidade de DPs serem introduzidos na posição de especificador de *pP*, estabelecendo a relação restritiva que caracteriza a modificação de constituintes nominais por alguns tipos de sintagmas preposicionados.

Outro pressuposto relevante é exatamente o de que sintagmas adnominais introduzidos por *de* correspondem a verdadeiros DPs/NPs. Diante disso, uma diferença crucial entre os adjuntos introduzidos por *de* e por *em/com/para* é que somente estes estão sujeitos às conseqüências que advêm da *Split-P Hypothesis*, condição que será determinante para explicitar contrastes do tipo apontado em (1)-(3). Em linhas gerais, a concatenação de um adjunto introduzido por *de* na estrutura do DP será caracterizada como correspondendo à

concatenação de um DP a outro DP, o que vai permitir derivar uma série de propriedades exibidas por esses adjuntos no português brasileiro.

No capítulo 1, vou abordar os contrastes entre *de* e *em/com/para*, trazendo fatos que corroboram a idéia de que *de* consiste num item semanticamente neutro quando introduz um adjunto adnominal. Dentre os aspectos apresentados, discorro sobre o conteúdo difuso de construções do tipo *o rapaz do carro*, em que é impossível determinar, sem uma ancoragem contextual, que tipo de relação está sendo estabelecida entre *o rapaz* e *o carro*, em contraste com as relações semanticamente bem delineadas em expressões do tipo *o rapaz no carro* e *o rapaz com o carro*. Também apresento o que vou chamar de *efeito da gradação de referencialidade*, que parece determinar requerimentos atrelados à (in)definitude para que um DP seja restritivamente modificado por certos tipos de sintagmas preposicionados. Destaco ainda contrastes similares aos apontados em (1)-(3), mapeando oposições relativas a efeitos de extração.

No capítulo 2, apresento os pressupostos teóricos que vão nortear o tratamento formal dos fatos listados no capítulo 1, abordando a noção de *fase* proposta em Chomsky (2000, 2001). Discorro ainda sobre *bare phrase structure*, apresentando a discussão de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) sobre as conseqüências desse modelo para a noção de *adjunção*. Assumo junto com esses autores a idéia de que a aplicação de *concatenar* para efetivar a adjunção não é necessariamente seguida da operação *rotular* (*labeling*), o que significa que a inserção de um constituinte não-argumental na estrutura pode resultar num objeto sem *rótulo* (*label*).

No capítulo 3, exploro os pressupostos assumidos anteriormente para explicar as propriedades singularizadoras dos adjuntos adnominais introduzidos por *de*. Adoto em particular a proposta de Raposo (1999), que argumenta em favor de essa preposição (quando nucleando elementos adnominais) corresponder a um item inserido apenas no componente morfológico, na seqüência do proposto em Chomsky (1986) para a caracterização de *of* como uma manifestação morfológica de Caso inerente. Também recorro à discussão elaborada em Bošković (2001, 2005) e exploro as conseqüências do tratamento de DP como uma instância de fase para dar conta de diferenças envolvendo o português brasileiro, de um lado, e o castelhano, o inglês e o português europeu, de outro,

quanto à possibilidade de extração de sintagmas genitivos não-argumentais. Vou sugerir que, diferentemente destas, o português brasileiro insere os adjuntos adnominais introduzidos por *de* na margem do DP, o que explica a possibilidade de extração (quase) generalizada de tais constituintes pelos falantes dessa língua.

No capítulo 4, finalmente, trato dos adjuntos adnominais introduzidos por *em*, *com* e *para*, assumindo juntamente com Svenonius (2004b) a chamada *Split-P Hypothesis*. Também adoto a proposta delineada em Den Dikken (2003) em torno da idéia de que categorias dêiticas (como *aqui*, *aí* e *lá* no português) podem corresponder, nos domínios da preposição, à contraparte da categoria T(empo). Para mostrar a dinâmica das relações entre os dêiticos e a preposição, considero o paradigma das preposições locativas complexas do português, abarcando locuções do tipo (*lá*) *em cima de*, (*aí*) *atrás de*, (*aqui*) *debaixo de*, (*lá*) *por dentro de*, (*ali*) *para baixo de* etc. Será sugerido que os morfemas espaciais no interior dessas locuções correspondem a P, enquanto a preposição que introduz o item, a *p*. Também proponho que DPs modificados em expressões do tipo *aqueles livros lá em cima da mesa* correspondem ao argumento externo de *p*, devendo portanto ser inicialmente inseridos em [Spec,*p*P]. Num segundo momento, estendo a abordagem oferecida às preposições complexas para as formas simples *em*, *com* e *para*. O estudo conclui que as diferenças entre os adjuntos introduzidos por *de* e os nucleados por *em/com/para* derivam em grande medida do estatuto clausal destes, característica ausente entre aqueles por não corresponderem a verdadeiros PPs, mas a DPs que ganham uma preposição no componente morfo-fonológico.

1 DE vs EM/COM/PARA em adjuntos adnominais

1.0 Introdução

Ao longo deste capítulo, abordo alguns aspectos morfossintáticos e semânticos exibidos por sintagmas adnominais preposicionados no português brasileiro, defendendo a idéia de que os termos nucleados pela preposição *de* formam um grupo à parte daqueles nucleados por outras preposições. A principal singularidade a ser destacada é o fato de o item *de* exibir um caráter de “neutralidade semântica” quando introduzindo um sintagma adnominal, face a um eixo de significação mais previsível demonstrado pelas demais preposições. O capítulo será dividido da seguinte forma: na seção 1.1, trato brevemente da noção de *adjunto adnominal*, contrastando-a com as de *adjunto adverbial* e *predicativo*; nas seções 1.2 e 1.3, apresento um conjunto de fatos envolvendo adjuntos adnominais preposicionados que dão base à idéia de que a preposição *de*, quando em posição adnominal, é semanticamente neutra; na seção 1.4, finalmente, aponto certos efeitos sintáticos atrelados a constituintes interrogativos preposicionados, apresentando contrastes relevantes que vou propor estarem radicados nas mesmas razões que particularizam semanticamente os sintagmas adnominais introduzidos por *de*.

1.1 Adjuntos adnominais, adjuntos adverbiais e termos predicativos

Antes de confrontar o item *de* com as demais preposições, cabe uma rápida consideração sobre a função de *adjunto adnominal* e o seu contraste com outras funções típicas de constituintes preposicionados. Muitas das construções com adjuntos adnominais que vou apontar como agramaticais ou inaceitáveis ao longo deste estudo podem ser gramaticais ou aceitáveis se o constituinte preposicionado (doravante PP, de *prepositional phrase*) for interpretado como adjunto adverbial ou predicativo. Essa função diferenciada implica, em boa parte dos casos, uma distinção semântica bastante sutil, o que pode levar a discordâncias e/ou equívocos por parte do leitor quanto a aceitar ou não os juízos de aceitabilidade que irei fornecer. A título de exemplo, tomemos as construções em (1) a

seguir, que apresentam um PP nucleado por *com* (doravante, simplesmente sintagma-*com*, da mesma forma em que vou empregar as designações sintagma-*de*, sintagma-*em* e sintagma-*para* para constituintes nucleados respectivamente por *de*, *em* e *para*).

- (1) a. O rapaz comprou aquela caixa *com bombom*.
b. A moça lavou aquela calça *com a criança*.

Tanto em (a) quanto em (b), o sintagma-*com* pode ser interpretado como adjunto adnominal, no sentido de restringir o elemento representado pelo nome (respectivamente, *caixa* e *calça*). Nessa função, o constituinte preposicionado pode ser parafraseado por uma oração adjetiva restritiva, respectivamente como *aquela caixa que estava com bombom* e *aquela calça que está com a criança*. Com a mesma seqüência linear observada em (1), contudo, o sintagma-*com* poderá também ocorrer em uma função não-adnominal. No caso de (a), por exemplo, *com bombom* será interpretado como predicativo do objeto *a caixa* se a sentença puder ser parafraseada pelas construções em (2) a seguir.

- (2) a. Aquela caixa, o rapaz comprou ela *com bombom*.
b. O rapaz comprou *com bombom* aquela caixa (e não *com bala*).

No caso da construção em (b), o sintagma *com a criança* poderá receber a interpretação adverbial se a leitura requerida for a de que a empregada estava em companhia da criança enquanto lavava a calça, tal como nas paráfrases em (3).

- (3) a. A moça lavou ela *com a criança*.
b. A moça lavou *com a criança* aquela calça.

É interessante observar que a interpretação de um constituinte preposicionado como adjunto adnominal requer normalmente que o PP esteja posicionado após o termo nominal modificado, diferentemente da sua interpretação como predicativo, como podemos ver, por exemplo, em (2b). Entretanto, como vou mostrar ao longo deste trabalho, esse requerimento não é invariável, sendo recorrente (pelo menos no português brasileiro) os contextos em que um adjunto adnominal preposicionado pode ser apartado do nome que modifica. O que deve ser frisado, por ora, é que este estudo se concentrará sobre **PPs na função de adjunto adnominal**. Muito pouco terei a dizer sobre PPs tradicionalmente classificados como predicativos e adjuntos adverbiais, que entrarão na

análise apenas para efeitos contrastivos, na tentativa de sustentar as hipóteses que vou defender em torno dos adnominais.

Da mesma forma, PPs que ocupam uma função argumental dentro de DPs, como os *complementos nominais* exemplificados em (4) a seguir, serão abordados de forma bastante breve ao longo da análise, visando apenas ao destaque de relações estruturais distintas que permitam depreender propriedades relevantes de PPs não-argumentais.

- (4) a. A construção *da igreja* demorou décadas.
b. Os alunos não querem ver a foto *do professor*.
c. A recepção *dos convidados* vai ser no salão de festas.

Finalizando estas primeiras observações, consideremos os PPs interrogativos nucleados respectivamente por *em* e *de* em (5) a seguir, que mostram a seguinte peculiaridade: o sintagma-*em* interrogativo pode ser interpretado apenas como adjunto adverbial, enquanto o sintagma-*de*, apenas como adjunto adnominal.^{1,2} Notemos que, se não for um interrogativo, o sintagma-*em* pode receber sem problemas a interpretação de adjunto adnominal, como no caso em (6a); o sintagma-*de* não-interrogativo em (6b), por sua vez, preserva sua interpretação exclusiva como adjunto adnominal, tal como o interrogativo em (5b). Como irei ressaltar mais detalhadamente nas próximas seções, essa é a única função possível para sintagmas-*de* quando em contextos desse tipo, da mesma forma que parece haver algum tipo de obstáculo para que um sintagma-*em* interrogativo ocorra como um elemento adnominal. Daí o contraste que pode ser verificado em (7): diferentemente de (7a), a construção em (7b) é inaceitável porque o pronome pessoal *ela*

¹ Em comunicação pessoal, Jairo Nunes apontou um tipo de contexto que parece licenciar casos com sintagmas-*em* interrogativos na função de adjunto adnominal. Trata-se da situação em que o falante solicita, por exemplo, a repetição de uma informação, inserindo a palavra *mesmo* (com uma clara mudança de entonação em relação ao caso em (5a)), como em (i) a seguir. Não vou abordar construções desse tipo ao longo da tese, restringindo a análise aos casos com sentenças interrogativas “neutras”.

- (i) a. O rapaz consertou [a lâmpada *em qual quarto mesmo*] ?
b. Você lavou [as roupas *em qual armário mesmo*] ?

² Ressalte-se, contudo, que alguns falantes conseguem conferir a interpretação adnominal para um sintagma-*em* se o DP for integralmente movido, com em (i) a seguir. Esse caso soa inaceitável para mim, a não ser que seja conferida a mesma interpretação que a observada nos casos em (i) da nota 1, que trazem o item *mesmo* após o PP.

- (i) [A lâmpada em qual quarto]_i você consertou t_i ?

não pode ser modificado; uma vez que a única função possível para o sintagma *do quarto* é a de adjunto adnominal (ou seja, o sintagma-*de* entra na estrutura para ser um modificador de *ela*), a sentença se torna mal-formada.³ Diferentemente, o sintagma-*em* em (7a) pode funcionar como um adjunto adverbial, sem sofrer qualquer restrição sintático-semântica determinada pela presença do pronome pessoal.

- | | | |
|-----|--|-----------------------------------|
| (5) | a. O rapaz consertou a lâmpada <i>em qual quarto</i> ? | (adn: * ; adv: ok) ⁴ |
| | b. O rapaz consertou a lâmpada <i>de qual quarto</i> ? | (adn : ok ; adv: *) |
| (6) | a. O rapaz consertou a lâmpada <i>no quarto</i> . | (adn: ok ; adv: ok) |
| | b. O rapaz consertou a lâmpada <i>do quarto</i> . | (adn: ok ; adv: *) |
| (7) | a. [a lâmpada], O rapaz consertou ela <i>no quarto</i> . | (adn: * ; adv: ok) |
| | b. [a lâmpada], O rapaz consertou ela <i>do quarto</i> . | (adn: * ; adv: *) |

Dentre as questões cruciais que vão permear esta tese está exatamente o porquê de sintagmas-*em* e sintagmas-*de* comportarem-se diferentemente no que diz respeito à possibilidade de interpretação como adjuntos adnominais. A análise procurará capturar (dentro dos pressupostos teóricos que irei assumir) as razões pelas quais determinados contextos bloqueiam (ou desencadeiam) a interpretação de um constituinte preposicionado como um modificador do nome. Volto a repetir que será fundamental para os objetivos da análise estabelecer uma clara distinção do PP como adnominal, adverbial ou predicativo, sob o risco de o leitor interpretar como aceitável ou gramatical muitas das construções que tomarei como inaceitáveis ou agramaticais (e vice-versa).

1.2 A imprecisão semântica de *de* entre os adjuntos adnominais

A partir desta seção, vou me concentrar na idéia de que, **quando nucleando um adjunto adnominal, a preposição *de* se comporta como um item semanticamente esvaziado, diferentemente do observado para as demais preposições**. Vou procurar sustentar esta afirmação partindo de duas discussões: a primeira, que desenvolvo nesta

³ Notemos, contudo, que o constituinte *do quarto* em (7b) poderia receber uma interpretação adverbial, pragmaticamente inusitada, num caso em que *o rapaz*, estando no quarto, consertasse uma lâmpada (que não estivesse no quarto) à distância.

⁴ Ao longo da tese, vou usar as designações *adn* e *adv* para indicar, respectivamente, as possibilidades de interpretação adnominal e adverbial.

seção, explora *grosso modo* um contraste entre PPs complementos e PPs não-complementos; a segunda, que desenvolvo posteriormente, se detém mais diretamente no estatuto diferenciado da preposição *de*, com a apresentação de propriedades que permitem colocar este item numa dimensão à parte entre as preposições da língua. Vou me deter em particular nas formas *de*, *para*, *com* e *em*, deixando de lado os exemplos com as demais preposições, por questões de simplicidade na abordagem. Ressalto que, até onde eu tenha observado, os fatos que vou apontar para *com*, *em* e *para* para contrastá-las com *de* são igualmente válidos para outras preposições da língua (ver, por exemplo, o estudo de Koch (1977)).

1.2.1 EM/COM/PARA e DE

Começamos a discussão pelos casos em (8) a seguir, envolvendo o uso da preposição *em* como núcleo de complementos, predicados, adjuntos adnominais e adjuntos adverbiais.

- (8)
- a. O rapaz está *na sala*.
 - b. A festa será *na hora do almoço*.
 - c. O Pedro beijou a esposa *no rosto*.
 - d. O Pedro conversou com a Ana *na quinta-feira*.
 - e. *Na cidade*, está tendo um engarrafamento enorme.
 - f. Aquele docinho *na geladeira* é da Ana.
 - g. Todas as festas *no carnaval* são patrocinadas pela prefeitura.
 - h. Aquele rapaz *na festa* era amigo do Pedro.
 - i. A Ana só fala *em dinheiro*.
 - j. A Ana pensou *em se casar com o Pedro*.
 - k. Os médicos insistem *na operação do paciente*.
 - l. A torcida confia *na competência dos jogadores*.

A noção de *localização*, que parece ser o sentido prototípico veiculado por *em*, fica evidente nos casos em (a)-(h), entre os quais vemos localizações de ordem espacial (*na sala*, *no rosto*, *na cidade*, *na geladeira*) ou temporal (*na hora do almoço*, *na quinta-feira*, *no carnaval*). Diferentemente, os casos em (i)-(l), nos quais a preposição introduz um complemento verbal, não são claros no que diz respeito a um suposto sentido locativo. Vou me abster de apresentar qualquer opinião acerca de qual seria a melhor saída para caracterizar a semântica de *em* no português (se devemos assumir uma noção locativa em todos os seus usos ou explorar uma divisão entre um *em* locativo ou um *em* de conteúdo

semântico esvaziado, além de outras possíveis análises), o que não terá maiores conseqüências para o presente estudo. Vou destacar apenas o seguinte contraste: quando não ocorre nucleando um complemento, a preposição *em* tende a ser semanticamente mais bem delineada que quando ocorre nucleando um complemento, oposição que fica clara entre os casos em (a)-(h) de um lado, e (i)-(l) de outro. Em termos meramente intuitivos, uma das idéias que costumam vir à tona para capturar esse comportamento é a seguinte: quando introduz um complemento, o que entra em jogo não é primordialmente a semântica da preposição, mas critérios de seleção do predador (verbo, substantivo ou adjetivo), que pode exigir um complemento nucleado por uma preposição específica mais por um requerimento atrelado ao seu próprio significado que ao significado do núcleo do PP.⁵ Nestes termos, não surpreende que PPs adnominais e adverbiais sejam semanticamente mais bem delineados (já que precisam atribuir ao nome um papel semântico que independe da significação de qualquer outro item) que PPs complementos.

Embora o recorte não seja tão nítido quanto o observado para *em*, a preposição *com* apresenta um comportamento que também permite, em termos de delineamento semântico, opor um conteúdo nocional mais claro a um menos claro. As noções de comitatividade e posse (e outras afins) parecem, *grosso modo*, corresponder ao eixo de sentido normalmente veiculado por essa preposição. Essas duas noções talvez sejam perpassadas por um mesmo átomo semântico (no sentido proposto por Jackendoff (1990)), idéia que só poderia ser confirmada por uma observação mais detalhada que a que me proponho neste trabalho. Consideremos, a título de exemplo, os casos em (9) a seguir.

- (9)
- a. O Pedro está *com a Maria*.
 - b. O Pedro está *com um carro novo*.
 - c. O Pedro está *com dificuldades em matemática*.
 - d. O Pedro voltou da viagem *com uma gripe terrível*.
 - e. A Ana adorou aquele rapaz *com cabelos longos*.
 - f. Aquele bolo *com laranja* custou dez reais.
 - g. Aquele rapaz *com o Roberto* já morou no Japão.
 - h. Um fogão *com seis bocas* está saindo por mais de quinhentos reais.

⁵ Para uma discussão que problematiza conceitos associados às noções de complemento e adjunto, explorando construções do português brasileiro, encaminho o leitor para a proposta de Cançado (2005).

Em (a)-(c), os sintagmas-*com* ocorrem como predicados em construções com *estar*: em (a), a preposição aponta para uma noção de *comitatividade*; em (b) e (c), temos casos que podem ser tomados como representativos, respectivamente, de posse alienável e inalienável. Nos demais casos, um ou outro sentido vai estar presente no sintagma-*com*, seja na função de predicativo como em (d), seja na função de adjunto adnominal, como em (e)-(h). Poderíamos nos indagar se estamos diante de uma única preposição *com*, cujos valores possíveis estão alicerçados num mesmo átomo de sentido, ou se é o caso de a língua abarcar duas preposições com uma mesma matriz fonológica em seu acervo vocabular. Independentemente de qual seja a resposta, o fato é que, em tais casos, a preposição *com* remete a um conteúdo semântico bem delineado, diferentemente do que vemos, por exemplo, entre os sintagmas-*com* em (10) a seguir, todos na posição de complemento. Similarmente ao observado para os casos com *em* naquelas construções em (i)-(l) destacados em (8), parece impossível caracterizar estes sintagmas-*com* como representativos de comitatividade ou posse.

- (10) a. A criança acabou *com o bolo*.
b. A Ana nunca se importou *com os problemas do marido*.
c. Os fiéis sempre contribuem *com o dízimo*.
d. A Maria fez *com que o João ficasse envergonhado*.

A preposição *para*, por sua vez, aponta geralmente para noções do tipo *direção*, *destino*, *finalidade*, *benefactividade*, e outras afins. Um possível átomo para esse conjunto de acepções é a noção de *alvo*, expresso diretamente pelo conteúdo interno do sintagma preposicionado. Em outras palavras, a preposição *para* funcionaria como um dedo indicador apontando algum elemento ou estado de coisas que corresponderia à “meta” expressa na sentença. Da mesma forma que entre *em* e *com*, a preposição *para* tende a ter um significado difuso quando atua como núcleo de um complemento. Nos casos em (11) a seguir, por exemplo, há um contraste claro entre (a)-(i) e (j)-(m): nos primeiros, o sintagma-*para* veicula um conteúdo semântico que exhibe um delineamento semântico mais preciso (*direção/destino* em (a)-(b), *finalidade* em (c)-(d) e (g)-(i) e *benefactividade* em (e)-(f)). Já os casos em (j)-(m) não são tão precisos quanto ao significado da

preposição. Novamente, a oposição pode ser traçada entre não-complementos e complementos, com estes correspondendo a casos de imprecisão semântica.

- (11)
- a. O sacerdote caminhou *para o altar*.
 - b. O Pedro viajou do Rio *para São Paulo* em três horas.
 - c. *Para ser aprovada no vestibular*, ela terá de estudar bastante.
 - d. O Pedro economizou bastante *para conseguir comprar aquele carro*.
 - e. A Ana comprou um livro *para o Pedro*.
 - f. Os alunos deram um presente *para a professora*.
 - g. Roupas *para criança* custam o olho da cara.
 - h. Aquela farinha *para fazer bolo* é importada.
 - i. Aquela mesinha *para passar roupa* está bamba.
 - j. Foi uma dificuldade *para passar no vestibular*.
 - k. Não dá *para saber se o congresso vai aprovar as reformas*.
 - l. O Pedro pediu *para sair cedo*.
 - m. Os professores estão *para voltar de viagem*.

Partindo desses contrastes envolvendo as preposições *em*, *com* e *para*, o que vai interessar de imediato é o fato de a preposição *de* exibir um comportamento que a afasta dos aspectos observados até aqui: como mostro adiante, além de não exibir um conteúdo semântico claro quando introduz um complemento, a preposição *de* apresenta um significado impreciso quando encabeça adjuntos adnominais.⁶ Por *significado impreciso*, entenda-se a impossibilidade de deprendermos um eixo nocional ou um átomo (em termos jackendoffianos), no mesmo caminho que o apresentado até aqui para os casos de *em*, *com* e *para*.

À primeira vista, a preposição *de* parece se comportar como as demais. Os exemplos destacados em (12) a seguir exibem fatos paralelos aos observados para as outras formas: em (a)-(b), com casos tradicionalmente tratados como exemplos de adjuntos adverbiais, o sintagma-*de* mostra um conteúdo semântico claro, apontando para noções como *afastamento*, *origem*, *fonte* ou outro similar; em (c)-(d), onde introduz complementos verbais, é impossível determinar um significado específico para a preposição, condição também observada entre as outras preposições.

⁶ O comportamento diferenciado da preposição *de* quanto à manifestação de delineamento semântico também é observado entre constituintes que podem ser tratados como termos predicativos. Esses casos serão abordados especificamente no capítulo 3 (seção 3.8).

- (12) a. O rapaz dirigiu *do Rio* até São Paulo em cinco horas.
b. O suicida se atirou *do décimo-quinto andar*.
c. O Pedro gosta *de bala*.
d. A viagem só depende *da Maria*.

São casos como os que seguem em (13)-(21) que denunciam o caráter diferenciado desse item: em contextos de adjunção adnominal, é impossível atribuir para *de* um átomo de significação que aponte para noções como *origem*, *fonte* ou *afastamento*. A ampla possibilidade de substituir a preposição *de* por formas como *em*, *com* e *para*, sem aparente prejuízo de sentido, revela a imprecisão de conteúdo semântico dessa preposição nos contextos em questão.

- (13) a. Todos os livros *da mochila* são da Maria.
b. Todos os livros *na mochila* são da Maria.
- (14) a. Aqueles livros *da estante* foram todos emprestados.
b. Aqueles livros *na estante* foram todos emprestados.
- (15) a. As praias *do nordeste* são internacionalmente conhecidas.
b. As praias *no nordeste* são internacionalmente conhecidas.
- (16) a. O Pedro comprou três caixas *de bombom*.
b. O Pedro comprou três caixas *com bombom*.
- (17) a. Aquele rapaz *de boné* é amigo da Maria.
b. Aquele rapaz *com boné* é amigo da Maria.
- (18) a. A Ana é mãe daquela moça *de cabelo comprido*.
b. A Ana é mãe daquela moça *com cabelo comprido*.
- (19) a. Mesa *de passar roupa* custa bem baratinho.
b. Mesa *pra passar roupa* custa bem baratinho.
- (20) a. O presente *do Roberto* está escondido.
b. O presente *pro Roberto* está escondido.
- (21) a. A Ana comprou um caderninho *de anotações*.
b. A Ana comprou um caderninho *para anotações*.

Para explicitar esse comportamento, considerando um possível eixo de sentido para *de*, temos pelo menos três saídas: ou (i) exploramos a idéia de que *de* é uma preposição polissêmica, veiculando sentidos os mais diversos possíveis, ou (ii) consideramos a existência de várias preposições que se realizam como *de*, com cada uma delas correspondendo a um sinônimo de outras preposições da língua (por exemplo, há um *de*

que veicula o valor de *com*, um outro *de* que veicula o valor de *em*, ainda um outro *de* que veicula o valor de *para* etc.), ou (iii) tomamos *de*, nesses ambientes, como uma forma desprovida de conteúdo semântico, o que daria a ela a capacidade de transitar em contextos normalmente realizados por preposições que veiculam significados diferenciados. Ao longo deste estudo, vou me aproximar da idéia apresentada em (iii), o que necessariamente me obrigará a recorrer a alguma explicação para capturar o fato de *de* veicular um conteúdo mais preciso quando introduzindo adjuntos adverbiais.

É importante destacar que essa imprecisão de significado entre os adjuntos adnominais é diferente da ausência de delineamento semântico observada entre os casos em que a preposição encabeça um complemento. Considerando as sentenças em (22)-(27) a seguir, verificamos ser impossível substituir *de* por qualquer outra das preposições tratadas até aqui sem provocar alteração de sentido (com exceção do caso envolvendo a preposição *em*, diante do verbo *falar* em (25b), bem como do caso em (26), em que a preposição *sobre* (de que não vou tratar nesta tese) é aceita em substituição a *de*). Dessa forma, diferentemente do observado entre complementos e adjuntos adverbiais, a preposição *de* ocorre como uma espécie de “item-curinga” apenas entre os casos de adjunção adnominal.

- (22) a. O rapaz dirigiu *do Rio* até São Paulo em cinco horas.
b. O rapaz dirigiu **em/*com/*para o Rio* até São Paulo.
- (23) a. O suicida se atirou *do décimo-quinto andar*.
b. O suicida se atirou *#em/*com/#para* o décimo-quinto andar.
- (24) a. O Pedro gosta *de bala*.
b. O Pedro gosta **em/*com/*para* bala.
- (25) a. A criança fala *da mãe* o tempo inteiro.
b. A criança fala *em/#com/#para* a mãe o tempo inteiro.
- (26) a. Os passageiros reclamaram *do atendimento* durante o vôo.
b. Os passageiros reclamaram *#em/#com/#para o atendimento* durante o vôo.
- (27) a. A viagem só depende da Maria.
b. A viagem só depende **em/*com/#para* Maria.

A preposição *de*, portanto, apresenta um comportamento diferenciado do das demais preposições, no que diz respeito a um delineamento semântico que seja a ela inerente em

contextos de modificação do nome. É sobre esse contraste que boa parte deste capítulo irá se concentrar. Volto a frisar que não me deterei nas propriedades de sintagmas preposicionados (tanto os nucleados por *de* como pelas demais preposições) em outras posições sintáticas, a não ser quando o objetivo for realçar algum contraste que seja relevante para elucidar as relações que pretendo formalizar.

1.2.2 Neutralidade semântica e inversão de constituintes

A partir do exposto na seção anterior, poderíamos afirmar, num plano bastante intuitivo, que a preposição *de* consiste no exemplar mais funcional da sua categoria. Acerca deste aspecto, sugeri em Avelar (2004) que *de* exerce um papel similar ao que itens como *ter*, *ser* e *estar* exerce entre os verbos: trata-se de uma categoria com função mais gramatical que lexical, para a qual é impossível, *a priori*, atribuir um significado sem ancoragem num contexto determinado. Assim, da mesma forma que temos os chamados “verbos-suporte” ou “verbos auxiliares” (que consistem em designações diferentes para indicar que um verbo dispõe de estatuto prioritariamente gramatical), o item *de* corresponderia a uma preposição “suporte” ou “auxiliar”. Obviamente, essa visão esbarraria nos casos em que *de* aponta para uma significação mais precisa, como entre os adjuntos adverbiais que endereçam noções do tipo *origem* ou *afastamento*. É importante observar, porém, que muitos verbos tidos igualmente como funcionais podem exibir um comportamento lexical (por exemplo, verbos como *ir*, *ter*, *estar* etc.), o que não impede o tratamento desses itens, em ambientes específicos, como categorias de valor gramatical. Nesta e nas próximas seções, vou me ocupar de propriedades que evidenciam o estatuto semântico diferenciado da preposição *de* e que podem corroborar, num certo sentido, a idéia de que este item dispõe de um caráter mais funcional que os demais membros da sua categoria.⁷

Começemos pelo fato de a preposição *de* poder intermediar relações idênticas às estabelecidas com o verbo *ter* em sua versão transitiva, integrando as chamadas *sentenças possessivas*. É amplamente difundida na literatura a impossibilidade de o *verbo possessivo*, nas línguas naturais, estabelecer um significado básico, o que fica evidente

⁷ Encaminho o leitor para o estudo de Farias (2005), onde se discute a oposição lexical-funcional considerando as preposições *a*, *para* e *em*.

nos casos em (a) de (28) a (35) a seguir: o verbo possessivo pode ser substituído sem prejuízo aparente de significado pelos verbos entre parênteses em cada exemplo⁸; contudo, esses substitutos de *ter* não são substituíveis entre si (por exemplo, o significado de *sofrer de* em (29a) nada tem a ver com o de *guardar* ou *durar*, respectivamente em (32a) e (33a)). Esse é o mesmo comportamento destacado para a preposição *de* na seção anterior, em casos onde esse item pode ocupar o lugar de outras preposições que não são intercambiáveis entre si (cf. (13)-(21)). Os exemplos em (b) de (28) a (35) correspondem a uma versão nominal das construções com *ter*; recorre-se em cada versão a um sintagma nucleado por *de* para indicar uma relação da mesma natureza que a observada entre o sujeito e o complemento de *ter*. O nítido paralelismo semântico atestado (ou seja, a manutenção dos papéis semânticos das sentenças em (a) nas expressões nominais em (b)) sugere que, se o verbo *ter* é semanticamente esvaziado, o item *de* deve apresentar a mesma propriedade.

- | | | |
|------|--|-------------------|
| (28) | a. <u>O governo</u> <i>teve</i> a maioria dos votos na Câmara. | <i>conseguiu</i> |
| | b. a maioria dos votos <u>do governo</u> na Câmara | |
| (29) | a. <u>A Ana</u> <i>tem</i> asma desde pequenininha. | <i>sofre de</i> |
| | b. a asma <u>da Ana</u> | |
| (30) | a. <u>Os terráqueos</u> nunca <i>terão</i> contato com seres de outros planetas. | <i>farão</i> |
| | b. o contato <u>dos terráqueos</u> com seres de outros planetas | |
| (31) | a. O vôo foi cancelado porque <u>o motor do avião</u> <i>teve</i> problemas. | <i>apresentou</i> |
| | b. os problemas <u>do motor do avião</u> | |
| (32) | a. <u>A Ana</u> <i>tinha</i> duas calças do Pedro no armário. | <i>guardava</i> |
| | b. duas calças do Pedro no armário <u>da Ana</u> | |
| (33) | a. <u>A aula daquele professor</u> <i>tem</i> em média quatro horas. | <i>dura</i> |
| | b. as quatro horas <u>de aula daquele professor</u> | |
| (34) | a. <u>O Pedro</u> <i>têm</i> três carros novos. | <i>possui</i> |
| | b. três carros novos <u>do Pedro</u> | |
| (35) | a. <u>A inflação</u> <i>teve</i> a maior queda dos últimos três meses. | <i>mostrou</i> |
| | b. a maior queda <u>da inflação</u> dos últimos três meses | |

⁸ Para uma discussão mais detalhada sobre a imprecisão semântica de verbos possessivos em diversas línguas, ver Heine (1997). Especificamente para o português brasileiro, ver Avelar (2004).

Outro paradigma que aponta para a neutralidade semântica de *de* é o que segue em (36)-(42). Atentando para os casos em (a)-(b) de cada conjunto, observamos que as expressões com *de* podem ter os seus constituintes nominais invertidos sem que haja alteração do papel semântico exercido por um e outro na relação.⁹ Em (36a-b), por exemplo, *as praias famosas* e *a cidade* podem funcionar respectivamente como *parte* e *todo*, independentemente de ocorrerem posposta ou antepostamente à preposição *de*. Em (36c-d), contrariamente, uma alteração na ordem dos constituintes vai exigir a mudança da preposição: se o elemento interpretado como *parte* (*as praias famosas*) for anteposto, a preposição usada deve ser a locativa *em*; diferentemente, se o elemento interpretado como *todo* (*a cidade*) for o anteposto, a preposição deverá ser *com*. Cabe a mesma observação para os demais casos, com *de* não mostrando qualquer exigência sobre uma posição fixa para os constituintes, contrariamente às outras preposições consideradas.

- (36) a. *As praias famosas da cidade* vão ficar lotadas no verão.
 b. *A cidade das praias famosas* vai receber muitos turistas no verão.
 c. *As praias famosas com/em/prá a cidade* vão ficar lotadas no verão.
 d. *A cidade com/em/prá as praias famosas* vai receber muitos turistas no verão.
- (37) a. *Aquele bolo de fubá* ficou gostoso.
 b. *O fubá daquele bolo* estava estragado.
 c. *Aquele bolo com/em/para fubá* ficou gostoso.
 d. *O fubá com/em/prá aquele bolo* estava estragado.
- (38) a. *O nariz avantajado daquele rapaz* parece um bico de tucano.
 b. *Aquele rapaz do nariz avantajado* está paquerando a Ana.
 c. *O nariz avantajado # com/#em/prá aquele rapaz* parece um bico de tucano.
 d. *Aquele rapaz com/em/prá o nariz avantajado* está paquerando a Ana.
- (39) a. *A festa do rapaz* vai ser apenas um jantarzinho básico.
 b. *O rapaz da festa* disse que vai acontecer apenas um jantarzinho básico.
 c. *A festa #com/em/ pro rapaz* vai ser apenas um jantarzinho básico.
 d. *O rapaz com/em/prá festa* disse que vai ter apenas um jantarzinho básico.
- (40) a. *O caderno da moça bonita (na capa)* não está vendendo.
 b. *A moça bonita (na capa) do caderno* não está fazendo sucesso.

⁹ Encaminho o leitor para o estudo de Uriagereka (2002), que destaca o mesmo tipo de inversão de constituintes em expressões com as preposições *of* do inglês e *de* do espanhol.

- c. O caderno com/*em/*pra a moça bonita (na capa) não está vendendo.
 d. A moça bonita *com/em/*pra o caderno não está fazendo sucesso.
- (41) a. A Ana não consegue carregar *aquela bolsa* de livros.
 b. Os livros daquela bolsa são todos da Ana.
 c. A Ana não consegue carregar *aquela bolsa* com/*em/#pra livros.
 d. Os livros #com/em/prá *aquela bolsa* são todos da Ana.
- (42) a. O pneu novo do carro precisa de reparos.
 b. O carro do pneu novo precisa de reparos.
 c. O pneu novo *com/em/prá o carro precisa de reparos.
 d. O carro com/*em/*pra o pneu novo precisa de reparos.

Esses casos mostram que, enquanto formas como *com*, *em* e *para* determinam que o seu argumento interno receba uma interpretação semântica específica, *de* admite argumentos que podem receber acepções semânticas diversas. Nesse sentido, como proposto previamente em Koch (1977), a preposição *de* pode ser tratada como uma forma semanticamente neutra, cuja realização não interfere na natureza da relação estabelecida entre os termos nominais da expressão.

Outra evidência para a neutralidade da preposição *de* em adjuntos adnominais vem das construções existenciais. É amplamente relatada na literatura a necessidade de essas construções lançarem mão daquilo que se convencionou chamar de *coda* (Milsark (1974)), que consiste na combinação de um DP (o complemento do verbo existencial) a um outro constituinte, normalmente um PP, um AP, um CP relativo ou um VP gerundial, respectivamente como nos casos a seguir.¹⁰

- (43) a. Tinha muitas pessoas *na praia*.
 b. Tem muitos políticos brasileiros *extremamente populistas*.
 c. Tem muita mulher *que odeia lavar roupa*.
 d. Tinha um homem estranho *olhando para a Maria*.

Uma explicação possível para a necessidade da *coda* é a de que o verbo existencial consiste num item semanticamente fraco e, como tal, é incapaz de estabelecer uma relação predicativa eficiente com o seu complemento. Daí, o constituinte que se associa ao DP complemento teria a função de sustentar a predicação, de modo a licenciar

¹⁰ Para uma abordagem detalhada sobre a *coda* existencial no português brasileiro, ver Viotti (1999).

semanticamente a sentença. Se esta visão estiver correta, a preposição *de* (por ser semanticamente esvaziada) deverá encontrar restrições para nuclear um constituinte destinado a compor a coda, já que o DP complemento correria o risco de ficar sem interpretação (e, conseqüentemente, a sentença não ser bem formada). De fato, é exatamente isto que ocorre em muitos casos com essa preposição, como observamos pela comparação dos casos em (44)-(45) a seguir. Em contextos *out-of-the-blue*, sentenças existenciais cuja coda é composta por um constituinte nucleado por *de* são normalmente tão mal formadas quanto sentenças sem qualquer manifestação de coda, enquanto outras preposições, em geral, são admitidas sem problemas como o núcleo predicativo da relação.

- (44) a. * Tem uma calça.
b. * Tem uma calça *do Roberto*.
c. Tem uma calça (*do Roberto*) *com o Pedro*.
d. Tem uma calça (*do Roberto*) *na casa do Pedro*.
e. Tem uma calça (*do Roberto*) *para o Pedro lavar*.
- (45) a. * Tinha vários alunos.
b. * Tinha vários alunos *da Maria*.
c. Tinha vários alunos (*da Maria*) *para fazer o Enem*.
d. Tinha vários alunos (*da Maria*) *no congresso*.
e. Tinha vários alunos (*da Maria*) *com medo de fazer o Enem*.

Uma questão que vou abordar mais adiante é a de determinar se o conjunto de contrastes semânticos opondo *de* às demais preposições tem algum paralelo sintático. Ou, em outras palavras, se esses contrastes semânticos estão associados a arquiteturas sintáticas diferenciadas para as expressões com *de*, por um lado, e com *em*, *com* e *para*, por outro.

1.2.3 A combinação de *de* a advérbios, quantificadores e epítetos

Além do comportamento diferenciado em relação às demais preposições, há ainda outros aspectos que evidenciam a neutralidade semântica de *de*. Um deles envolve as chamadas *preposições complexas*, exemplificadas em (46) a seguir: *de* pode se combinar tanto a um morfema locativo, como nos casos em (a), como a locuções de natureza adverbial (preposição seguida de substantivo), exemplificadas em (b). A preposição *a* também pode

compor uma preposição complexa, como em (c), mas os casos são bem menos freqüentes e produtivos que as realizações com *de*.

- (46) a. dentro *de*, antes *de*, depois *de*, acima *de*, atrás *de*, detrás *de*, abaixo *de*
b. ao lado *de*, na frente *de*, ao fim *de*, ao encontro *de*, ao término *de*, a ponto *de*
c. em frente *a*, junto *a*

Notemos que a locução preserva o significado do nome ou do advérbio, com a preposição *de* não trazendo qualquer contribuição semântica. A necessidade de que o morfema locativo ou o nome se associe a *de* parece consistir numa condição para que essas categorias possam ganhar um complemento, como podemos observar nos casos em (47) a seguir. Contrariamente, se o argumento do advérbio não estiver *in loco*, como nos casos em (48), a preposição *de* deixa de ser requerida, com a sua realização, nesses casos, sendo inaceitável. Uma análise viável para esse paradigma é a de que a preposição *de* esteja sendo inserida por razões de Caso, nos mesmos moldes que o assumido por Chomsky (1986) em torno de *of-insertion* nos contextos de complementação nominal do inglês.

- (47) a. Deu muito cupim atrás *(de) o guarda-roupa.
b. Está cheio de gente na frente *(de) a igreja.
c. Teve uma briga antes *(de) a reunião.
- (48) a. O guarda-roupa deu muito cupim atrás (*de).
b. A igreja está cheia de gente na frente (*de).
c. A reunião teve uma briga antes (*de).

Preposições complexas podem ser tomadas então como a associação de um item semanticamente pleno (um nome ou um advérbio) a um item semanticamente vazio (a preposição *de*), de modo a garantir que o complemento da relação seja adequadamente licenciado, provavelmente para efeitos de Caso. A relação é similar à observada no interior de uma perífrase verbal, formada pela reunião de uma categoria auxiliar (que consiste num verbo semanticamente esvaziado) a um verbo dito *principal*, semanticamente pleno, como em *tenho comprado*, *estou comendo*, *foi lavado* etc.: a preposição *de* estaria para os auxiliares *ter*, *estar* e *ser*, assim como os nomes e os advérbios estariam para os verbos principais *comprar*, *comer* e *lavar*.

Construções que expressam quantidade, como as destacadas em (49) a seguir, podem ser tratadas nos mesmos termos. Em tais casos, em vez de ser combinada a advérbios, a preposição *de* se associa a constituintes nominais que expressam quantidade. O termo junto à preposição pode tanto ser a combinação de um quantificador e um nome (*dez litros, vários copos*), como corresponder a um elemento que indica quantidade em si mesmo (*toneladas, milhares*) ou um quantificador existencial isolado (*três, alguns*). Da mesma forma que entre as preposições complexas que envolvem advérbios/locuções adverbiais, a preposição *de* nestes casos exerce apenas um papel funcional: ela não interfere na semântica da quantidade e nem porta qualquer conteúdo semântico, atuando apenas como um elemento que licencia (o que também pode se dar em termos de marcação de Caso) a conexão entre uma expressão quantificadora e um termo que funciona como seu complemento.¹¹

- (49)
- a. A moça comprou *dez litros de leite*.
 - b. O rapaz tomou *vários copos de cerveja*.
 - c. *Toneladas de lixo* foram removidas pelo caminhão.
 - d. *Milhares de pessoas* migram para o sudeste todos os anos.
 - e. *Três dos alunos* exigiram a demissão do professor.
 - f. O PT nem pensa em expulsar *alguns dos seus deputados corruptos*.

Uma propriedade em comum entre esses casos envolvendo quantificadores e aqueles com advérbios é o fato de a preposição *de* deixar de ser requerida quando o segundo termo da relação não ocorre internamente ao DP, como nos casos em (50) a seguir. Esse comportamento pode ser tomado como uma evidência de que, também entre essas construções, a preposição *de* não contribui para a composição de sentido, exercendo somente um papel gramatical.

- (50)
- a. Leite, a moça comprou só dez litros (*de).
 - b. Cerveja, o rapaz tomou vários copos (*de).
 - c. Lixo, o caminhão removeu toneladas (*de).

¹¹ Observando casos de línguas como o holandês, Corver (2002) propõe que essas construções resultam do que se pode chamar de *inversão de predicados*. Transpondo a análise desse autor para os dados do português, o constituinte *dez litros* atuaria como um predicado para o termo *leite*. Em algum ponto da derivação, esse predicado se move para o especificador da preposição *de*, c-comandando *leite*, resultando na expressão *dez litros de leite*. Na análise de Corver (2002), preposições como *de* seriam uma versão do verbo copulativo em domínios nominais.

- d. Pessoas, migram milhares (*de) para o sudeste todos os anos.
- e. Os alunos, parece que três (*de) exigiram a demissão do professor.
- f. Os deputados rebeldes, a imprensa divulgou que o PT expulsou alguns (*de).

Os chamados *epítetos preposicionados*, em que um atributo e um nome são intermediados pela preposição *de*, como nos casos destacados a seguir, também exibem um comportamento similar. Novamente, não há razões para acreditar que *de* esteja contribuindo na composição de sentido destas construções. Sua função parece ser meramente conectiva e, talvez, como argumentado para os contextos anteriores, a de fazer com que atributos do tipo *idiota*, *gostosa*, *estúpido* etc. ocorram com um argumento nominal.

- (51)
- a. *Aquele idiota do Pedro* esteve aqui.
 - b. O Roberto beijou *a gostosa da Ana*.
 - c. *Aquele estúpido do Luís* tratou mal os funcionários.
 - d. A Ana saiu com *aquela doida da Maria*.
 - e. *O cachorro do Roberto* falou coisas terríveis.
 - f. O computador não está lendo *aquela porcaria de disquete*.

Também nestes casos, a não realização do argumento após o adjetivo leva à rejeição da preposição, indiciando mais uma vez que a presença de *de* se dá por razões estritamente gramaticais, e não semânticas.

- (52)
- a. *O Pedro*, eu acho que *aquele idiota* (*de) esteve aqui.
 - b. *A Ana*, todos viram *a gostosa* (*de) beijando o Roberto.
 - c. *O Luís*, ouvi dizer que *aquele estúpido* (*de) trata mal os funcionários.
 - d. *A Maria*, a Ana saiu com *aquela doida* (*de) para ir ao cinema.
 - e. *O Roberto*, a Ana disse que *o cachorro* (*de) falou coisas terríveis com ela.
 - f. *O disquete*, o computador não está lendo *aquela porcaria* (*de).

Por fim, cabe ressaltar que os próprios adjuntos adnominais prescindem da preposição se o termo modificador não estiver *in loco*, como observamos em (53)-(56) a seguir. Também entre esses casos a preposição não contribui para a composição de sentido (o que se confirma pelo conjunto dos dados já tratados nas seções anteriores), com sua função igualmente podendo estar atrelada a provimento de Caso para o termo modificador.

- (53) a. Parece que só está faltando a empregada limpar *a janela da sala*.
 b. *A sala*, parece que só está faltando a empregada limpar *a janela* (*de).
- (54) a. Eu só li *um livro de Machado de Assis*.
 b. *Machado de Assis*, eu só li *um livro* (*de).
- (55) a. A criança quebrou *o controle da televisão*.
 b. *A televisão*, a criança quebrou *o controle* (*de).
- (56) a. Vão demitir todos *os funcionários da biblioteca*.
 b. *A biblioteca*, vão demitir todos *os funcionários* (*de).

Os dados apresentados ao longo desta seção sugerem que os termos combinados à preposição *de* em diferentes domínios tomam esse item por razões de ordem gramatical. Essas razões podem estar, nos termos de Chomsky (1986), atreladas à necessidade de marcação de Caso. O estatuto de formas como *dentro de*, *em cima de* e *atrás de* pode ser o mesmo que *quilos de* ou *estúpido de*, no que diz respeito ao papel exercido pela preposição: *de* entraria nestas construções para permitir que advérbios, substantivos e adjetivos recebam um argumento. Quanto aos adjuntos adnominais, que serão os contextos sobre os quais irei me deter, a entrada da preposição *de* é uma condição gramatical necessária para licenciar o elemento comumente tomado como modificador. A formalização que irei propor para os padrões de adjunção adnominal no português brasileiro procurará capturar este caráter gramatical da preposição *de*, envolvendo especificamente o seu uso entre adjuntos adnominais, à luz dos pressupostos teóricos que irei assumir a partir do capítulo 2.

1.2.4 Mais imprecisões semânticas

Até aqui, tenho trabalhado com a idéia de ser impossível, do ponto de vista semântico, fornecer um eixo nocional em torno do qual possam ser concebidas as relações com *de* entre adjuntos adnominais, diferentemente do que observamos com outras preposições. Uma idéia que pode ser explorada, em termos intuitivos, é a de conceber a preposição *de* como um “índice relacional *ao extremo*” quando em domínios nominais: ela associa dois elementos nominais entre os quais se pode estabelecer *qualquer* tipo de relação. Estaríamos então diante de uma espécie de conector sem qualquer compromisso com os papéis temáticos que entram em jogo na relação. Nesse sentido, como já destacado

anteriormente, *de* teria um comportamento similar ao dos verbos auxiliares, que (numa língua como o português brasileiro) normalmente não escolhem o verbo principal a que se associa, ou como artigos, que não podem se restringir a ocorrer com determinados tipos de nomes, ou ainda como o morfema sufixal indicador de número (-s), que também não pode escolher a natureza da palavra à qual vai se juntar para indicar o plural. A preposição *de* corresponderia então a uma categoria gramatical que intermedeia, *grosso modo*, a representação de **uma relação qualquer** estabelecida entre dois elementos nominais.

Se essa relação pode ser de um tipo qualquer, uma propriedade esperada dos sintagmas-*de* é a de que eles demonstrem um alto grau de ambigüidade. Ou seja, se descontextualizada, uma expressão realizada com *de* pode ter vários significados. Tomemos como exemplo o caso da sentença a seguir.

(57) *O rapaz do carro* perguntou pela Ana.

Em princípio, sem qualquer ancoragem contextual, é impossível determinar o significado de *o rapaz do carro*. A expressão pode corresponder, por exemplo, a qualquer uma das destacadas adiante, o que mostra que basta ser estabelecida uma relação entre *rapaz* e *carro*, sem importar a natureza da relação, para que a preposição *de* entre em jogo.

- (58)
- a. *Aquele rapaz que tem o carro* mais bonito da rua perguntou pela Ana.
 - b. *Aquele rapaz dentro do carro* perguntou pela Ana.
 - c. *Aquele rapaz que quer vender um carro* perguntou pela Ana.
 - d. *Aquele rapaz que quer comprar o carro da Maria* perguntou pela Ana.
 - e. *Aquele rapaz que conserta carro* perguntou pela Ana.
 - f. *Aquele rapaz que estava encostado no carro* perguntou pela Ana.
 - g. *Aquele rapaz que vive falando de carro* perguntou pela Ana.
 - h. *Aquele rapaz que elogiou o carro da Maria* perguntou pela Ana.
 - i. *Aquele rapaz que roubou um carro* perguntou pela Ana.
 - j. *Aquele rapaz que foi atropelado pelo carro da Maria* perguntou pela Ana.
 - k. *Aquele rapaz que trabalhou na propaganda de um carro* perguntou pela Ana.
 - l. *Aquele rapaz que pintou o carro* da Maria perguntou pela Ana.
 - m. *Aquele rapaz que quebrou o carro* perguntou pela Ana.
 - n. *Aquele rapaz que eu sonhei que estava dentro do carro* perguntou pela Ana.

São possíveis combinações das mais inusitadas. Em (59a) a seguir, por exemplo, *o prédio do boi* pode significar um prédio que tem um boi desenhado ou que tem a

escultura de um boi na portaria, ou ainda ser referência a um prédio que já tenha sido invadido por um boi, dentre inúmeras outras possibilidades. Da mesma forma, *a camiseta do beijo* pode ser uma camiseta com a figura de duas pessoas se beijando, uma camiseta que tenha sido dada a alguém em troca de um beijo, uma camiseta que tenha sido usada quando se estava beijando alguém, uma camiseta com vários lábios em “posição de beijo” estampados etc. No mesmo caminho, interpretações das mais variadas podem ser fornecidas para *o livro da chuva*, *o CD da confusão*, *a rua do raio* e *a tesoura da novela*, respectivamente nos casos em (c)-(f).

- (59) a. *O prédio do boi* é aquele que fica ali na esquina.
b. *A camiseta do beijo* está no guarda-roupa.
c. *O livro da chuva* desapareceu.
d. *O CD da confusão* ficou na casa da Maria.
e. *A rua do raio* é do outro lado da cidade.
f. Eu ainda não achei *a tesoura da novela*.

Há, contudo, um fator que restringe a amplidão de sentidos possíveis para um sintagma-*de*, que é a ausência de um determinante introduzindo o nominal modificador. Comparemos, por exemplo, os casos em (a)-(b) de (60) a (63) a seguir: nos casos em (a), o nome interno ao sintagma-*de* vem acompanhado de um determinante, e a relação pode apontar para sentidos diversos, da mesma forma que entre os dados em (59) acima; nos casos em (b), diferentemente, o nome interno ocorre sem o determinante, e o sentido parece ser único: em todos estes casos, a referência deve ser, respectivamente, para *um rapaz usando boné*, *uma criança vestindo short azul*, *um moço usando brinquinho* e *uma bolsa contendo livros*. Note-se também que nomes abstratos reportando a algum evento não podem ocorrer sem um determinante, como mostrado pelos contrastes em (64)-(67) adiante.

- (60) a. *O rapaz do boné* ligou para a Ana.
b. *O rapaz de boné* ligou para a Ana.
- (61) a. *A criança do short azul* está chorando.
b. *A criança de short azul* está chorando.
- (62) a. *Aquele moço do brinquinho* deve ser estrangeiro.
b. *Aquele moço de brinquinho* deve ser estrangeiro.

- (63) a. *Aquela bolsa dos livros* pertence à Ana.
b. *Aquela bolsa de livros* pertence à Ana.
- (64) a. *A moça do susto* ficou com raiva.
b. * *A moça de susto* ficou com raiva.
- (65) a. *O rapaz do grito* está olhando para a Maria.
b. * *O rapaz de grito* está olhando para a Maria.
- (66) a. *O livro do choro* está guardado na estante.
b. * *O livro de choro* está guardado na estante.
- (67) a. *A escada do toambo* vai ser reformada.
b. * *A escada de toambo* vai ser reformada.

Os casos envolvendo quantificadores para o constituinte interno à preposição são mais idiossincráticos. Não é clara, por exemplo, a generalização que se pode aplicar para os casos em (68)-(71) a seguir: em (a), temos a situação em que vamos poder atribuir uma gama de significados ao sintagma-*de*; em (b), contudo, com casos em que ocorre um quantificador sem a presença do artigo, as avaliações não são tão nítidas: pelo menos na minha intuição, a expressão ora apresenta uma aceitabilidade marginal, como em ??*o rapaz de dois brinquinhos* e ??*aquela bolsa de três livros*, ora soa bem-formada, como *aquela camisa de dois botões* e *aquela casa de três quartos*.

- (68) a. *Aquele rapaz dos dois brinquinhos* está paquerando a Maria.
b. ?? *Aquele rapaz de dois brinquinhos* está paquerando a Maria.
- (69) a. *A bolsa dos três livros* está com a Ana.
b. ?? *A bolsa de três livros* está com a Ana.
- (70) a. *A camisa dos dois botões* está lavando.
b. *A camisa de dois botões* está lavando.
- (71) a. *Aquela casa dos três quartos* custa o olho da cara.
b. *Aquela casa de três quartos* custa o olho da cara.

Qualquer que seja a generalização proposta para esse conjunto de construções, os fatos apresentados nesta seção mostram mais uma faceta de *de* como um elemento semanticamente neutro quando nucleando termos adnominais. Por um lado, sintagmas-*de* mostram-se altamente ambíguos; por outro, a ausência ou presença de certos elementos combinados aos constituintes da relação, como artigos definidos e quantificadores, é o que parece determinar, em última instância, as possibilidades de significado da relação. A

importância desse conjunto de dados reside no fato de que, também aqui, a preposição *de* não interfere na construção do sentido: é a presença ou a ausência de certos tipos de determinante, atrelada ao conteúdo veiculado pelo constituinte nominal, que direciona a interpretação da expressão, ainda que não nos seja claro qual deve ser, em boa parte dos casos, a melhor forma de estabelecer essa direção.

1.2.5 Continente-conteúdo: um contraste entre *de* e *com*

Há um contraste particular envolvendo especificamente as preposições *de* e *com* dentro de expressões que reportam a relações do tipo *continente-conteúdo*, em casos como em (72)-(74) a seguir.¹² Observando inicialmente as construções em (a), o nome que funciona como núcleo lexical (pelo menos, numa abordagem tradicional) dos complementos de *comer*, *beber* e *ler* são, respectivamente, *caixa*, *garrafas* e *bolsas*. Do ponto de vista semântico, contudo, são os nomes *bombom*, *cerveja* e *livro* que trazem o conteúdo semântico requerido pelo verbo. É no interior do sintagma-*de*, portanto, que se encontram os constituintes capazes de satisfazer os requerimentos temáticos do item predador. Observando agora os casos em (b), vemos que as construções com sintagmas-*com*, num contexto idêntico ao das construções em (a), causam estranhamento. Em (72b), por exemplo, a interpretação é a de que, juntamente com o *bombom*, a criança comeu a caixa que o continha, o mesmo raciocínio sendo válido para (73b) e (74b).

- (72) a. A criança comeu uma caixa *de bombom*.
b. # A criança comeu uma caixa *com bombom*.
- (73) a. O rapaz bebeu várias garrafas *de cerveja*.
b. # O rapaz bebeu várias garrafas *com cerveja*.
- (74) a. A Maria leu três bolsas *de livro* esse final de semana.
b. # A Maria leu três bolsas *com livro* esse final de semana.

Se a complementação semântica do verbo puder ser satisfeita diretamente pelo nome que está sendo modificado pelo PP, como observamos em (75) a seguir, a preposição *com* pode ocorrer sem implicar qualquer estranhamento à estrutura. Este fato indicia que não é a preposição *com* a responsável direta pelo estranhamento daquelas construções em (72)-

¹² Para casos semelhantes ao que vou apresentar, há, dentre outros, os estudos de Selkirk (1977) e Castillo (1998) sobre expressões correspondentes respectivamente no inglês e no castelhano (ver 3.2.1).

(74), mas a impossibilidade de o verbo “enxergar” o interior do sintagma-*com* para interagir semanticamente com o complemento da preposição. Nestes termos, a pergunta relevante deve girar não em torno da razão pela qual sintagmas-*com* se comportam nesse caminho, mas sim do porquê de sintagmas-*de* permitirem que o verbo, nas construções relevantes, interaja tematicamente com o complemento da preposição.

- (75) a. A criança roubou uma caixa *de/com bombom*.
b. O rapaz guardou várias garrafas *de/com cerveja*.
c. A Maria carregou três bolsas *de/com livro* esse final de semana.

Em termos bastante intuitivos, considerando a linha de argumentação que venho desenvolvendo até aqui, poderíamos afirmar que é a ausência de significado da preposição *de* que permite a seu argumento interno ser enxergado pelo verbo. De fato, se *de* é semanticamente vazia, é plausível considerar que não existe qualquer papel semântico sendo atribuído por essa preposição a *bombom*, *cerveja* ou *livro*; assim, o conteúdo interno desses sintagmas-*de* pode permanecer aberto a uma interação temática com o verbo. Diferentemente, *com* atribui um papel temático e, diante disso, acaba por fechar qualquer possibilidade de o verbo interagir com o argumento interno da preposição. Retorno a esse tópico em 3.5.2 para discutir, em termos formais, como essa oposição entre sintagmas-*de* e sintagmas-*com* pode ser capturada à luz de configurações diferenciadas para a adjunção envolvendo um e outro tipo de PP.

1.2.6 Gradação de referencialidade

Um outro aspecto que merece ser destacado diz respeito à existência de condições intrínsecas ao DP modificado para que o PP modificador seja interpretado como um adjunto adnominal. Também nesse ponto, encontramos uma diferença crucial entre sintagmas-*de*, por um lado, e sintagmas-*em/com/para*, por outro. Observemos, por exemplo, os casos em (76)-(78) a seguir. Com relação aos DPs que funcionam como complementos do verbo em cada construção, a diferença está no fato de esses constituintes serem *bare nouns* em (a), de serem introduzidos por um quantificador existencial em (b), por um artigo definido em (c) e um demonstrativo em (d). Sobre a interpretação do PP em cada conjunto, é impossível atribuímos a função de adjunto

adnominal se o DP modificado corresponder a um *bare noun* (condição que é menos evidente, contudo, para o caso do sintagma-*para* em (77a)). Em (76a), por exemplo, é inaceitável a interpretação de *no banheiro* como adjunto adnominal, com um significado correspondente a *Pedro lavou toalhas que estavam no banheiro*. A única leitura possível em tal caso é a de esse PP como adjunto adverbial, com a construção podendo ser parafraseada por algo como *Quando estava dentro do banheiro, o Pedro lavou toalhas*.

- | | | |
|------|---|------------|
| (76) | a. O Pedro lavou toalhas <i>no banheiro</i> . | (*adn/adv) |
| | b. O Pedro lavou várias toalhas <i>no banheiro</i> . | (?adn/adv) |
| | c. O Pedro lavou as toalhas <i>no banheiro</i> . | (adn/adv) |
| | d. O Pedro lavou aquelas toalhas <i>no banheiro</i> . | (adn/adv) |
| (77) | a. O funcionário encadernou livros <i>para a biblioteca</i> . | (?adn/adv) |
| | b. O funcionário encadernou alguns livros <i>para a biblioteca</i> . | (?adn/adv) |
| | c. O funcionário encadernou os livros <i>para a biblioteca</i> . | (adn/adv) |
| | d. O funcionário encadernou aqueles livros <i>para a biblioteca</i> . | (adn/adv) |
| (78) | a. A Ana lavou calça <i>com o Roberto</i> . | (*adn/adv) |
| | b. A Ana lavou uma calça <i>com o Roberto</i> . | (?adn/adv) |
| | c. A Ana lavou a calça <i>com o Roberto</i> . | (adn/adv) |
| | d. A Ana lavou aquela calça <i>com o Roberto</i> . | (adn/adv) |

Notemos que a aceitabilidade do PP como adjunto adnominal vai aumentando à medida que o DP se torna mais referencial. Todos os casos em (b)-(d) podem ter a leitura de adjunto adnominal (além, obviamente, da de adjunto adverbial), embora essa possibilidade me pareça mais enfraquecida (no sentido de que a interpretação não é tão natural e imediata) nos casos em (b), que apresentam quantificadores existenciais. Nesse sentido, expressões com pronome demonstrativo e artigo definido introduzindo o DP modificado são as que melhor licenciam a interpretação do constituinte preposicionado como um modificador do nome.

Esse mesmo comportamento não é compartilhado com os sintagmas-*de*. Observemos pelos casos a seguir que, qualquer que seja a condição do DP a ser modificado, o constituinte preposicionado será sempre interpretado como um modificador adnominal, e nunca um modificador adverbial.

- (79) a. O Pedro lavou toalhas *do banheiro*. (adn/*adv)
 b. O Pedro lavou várias toalhas *do banheiro*. (adn/*adv)
 c. O Pedro lavou as toalhas *do banheiro*. (adn/*adv)
 d. O Pedro lavou aquelas toalhas *do banheiro*. (adn/*adv)
- (80) a. O funcionário encadernou livros *da biblioteca*. (adn/*adv)
 b. O funcionário encadernou alguns livros *da biblioteca*. (adn/*adv)
 c. O funcionário encadernou os livros *da biblioteca*. (adn/*adv)
 d. O funcionário encadernou aqueles livros *da biblioteca*. (adn/*adv)
- (81) a. A Ana lavou calça *do Roberto*. (adn/*adv)
 b. A Ana lavou uma calça *do Roberto*. (adn/*adv)
 c. A Ana lavou a calça *do Roberto*. (adn/*adv)
 d. A Ana lavou aquela calça *do Roberto*. (adn/*adv)

Cabe também destacar um comportamento peculiar da preposição *com*, no que diz respeito aos efeitos da gradação de referencialidade. Determinados casos com essa preposição dispensam a necessidade de um determinante junto ao DP modificado para que o PP seja interpretado como um adnominal. A esse respeito, podemos observar que não há qualquer impedimento entre os casos exemplificados em (82) a seguir para que os sintagmas-*com* sejam tomados como adjuntos adnominais, o que contrasta com os casos envolvendo o uso dessa mesma preposição observados anteriormente em (78).

- (82) a. A Maria vende camiseta *com gola*.
 b. O Pedro comprou cocada *com leite condensado*.
 c. As pessoas adoram casa *com chaminé*.
 d. Toda papelaria vende caderno *com foto de artista*.

Há uma diferença clara que pode fornecer alguma pista em torno desse fato: em (82), o sintagma preposicionado endereça um valor possessivo, condição confirmada pelo fato de esses PPs poderem ser parafraseados por uma oração relativa com o verbo possessivo *ter*, como nos casos em (83) a seguir; diferentemente, o sintagma-*com* em (78a) – repetida em (84a) a seguir – não exibe esse caráter possessivo, o que se evidencia pela estranheza da construção em (84b).

- (83) a. A Maria vende camiseta *que tem gola*.
 b. O Pedro comprou cocada *que tem leite condensado*.
 c. As pessoas adoram casa *que tem chaminé*.
 d. Toda papelaria vende caderno *que tem foto de artista*.

- (84) a. A Ana lavou calça com o Roberto.
b. *A Ana lavou (aquela) calça *que tem o Roberto*.

Os casos a seguir confirmam que os sintagmas-*com* não-possessivos realmente se afastam dos sintagmas-*com* possessivos quanto a esse aspecto: diferentemente do observado em (83) (e paralelamente ao caso em (84)), é impossível parafrasear os PPs comitativos a seguir por uma oração relativa paralela, independentemente de o DP modificado aparecer ou não com um determinante.¹³

- (85) a. A Ana leu aquele livro com o professor.
b. *A Ana leu aquele livro *que tem o professor*.
- (86) a. Todos conhecem aquela moça com o Roberto.
b. *Todos conhecem aquela moça *que tem o Roberto*.
- (87) a. Os ladrões roubaram aquele carro com o Roberto.
b. *Os ladrões roubaram aquele carro *que tem o Roberto*.

A relação entre interpretação adnominal e gradação de referencialidade consiste, portanto, no primeiro aspecto dentre os observados até aqui que mostram um ponto em comum entre sintagmas-*de* e certos tipos de sintagmas-*com*.¹⁴ Retorno a esses contrastes no capítulo 4, quando argumento que essa disparidade no interior de sintagmas-*com* pode ser capturada formalmente a partir da configuração interna atribuída a esses PPs.

1.2.7 Preposições complexas

Na seção 1.2.3, observei brevemente as chamadas preposições complexas, que em geral ocorrem sob o padrão PREPOSIÇÃO + MORFEMA ESPACIAL + DE, exemplificadas pelo paradigma em (88) a seguir. Na ocasião, estes dados foram abordados para mostrar que, diferentemente das demais preposições, o item *de* se integra a essas locuções (posposto ao que estou chamando de morfema espacial) para licenciar um argumento interno nominal. Essa propriedade deve estar relacionada ao estatuto meramente funcional dessa

¹³ Algumas dessas construções seriam bem formadas se o valor da preposição *com* não fosse comitativo. Em (85), por exemplo, o termo *aquele livro com o professor* poderia dizer respeito a um livro que traz alguma fotografia do professor. Com esse sentido, não haveria problema para construir uma paráfrase do tipo *A Ana leu aquele livro que tem o professor*, com o sentido de *A Ana leu aquele livro que traz um foto do professor*.

¹⁴ No capítulo 4, apresento casos de aparentes desvios à gradação de referencialidade envolvendo também as preposições *em* e *para*.

preposição em tais contextos: o uso de *de* (na periferia direita do complexo, mas não nos casos em que aparece na periferia esquerda) não interfere no significado da locução, tanto que ela pode (e deve) se ausentar da locução quando o constituinte nominal interpretado como o argumento interno não ocorre numa posição interna à preposição complexa, como podemos observar pela comparação dos casos em (89)-(90) adiante.

(88)	a.	b.	c.	d.	e.
	de cima de	debaixo de	de dentro de	de fora de	detrás de
	em cima de	embaixo de	(*em) dentro de	(*em) fora de	*em trás de
	para cima de	para baixo de	para dentro de	para fora de	para trás de
	por cima de	por baixo de	por dentro de	por fora de	por trás de
	acima de	abaixo (de)	adentro (*de)	afora (*de)	atrás de

- (89) a. Deu muito cupim atrás *(de) o guarda-roupa.
 b. Está cheio de gente na frente *(de) a igreja.
 c. Teve uma briga antes *(de) a reunião.

- (90) a. O guarda-roupa deu muito cupim atrás (*de).
 b. A igreja está cheia de gente na frente (*de).
 c. A reunião teve uma briga antes (*de).

Há um outro fato que merece atenção: as preposições complexas podem ser introduzidas por *de* (em sua versão como um item semanticamente pleno), *em*, *para*, *por* e *a*, com exceções particulares para *em* no conjunto em (c)-(e) de (88). A preposição *com*, contudo, uma das mais recorrentes do português, não é licenciada para compor essas preposições complexas, como podemos atestar pela impossibilidade dos casos em (91) a seguir. Diante desse fato, pode-se dizer que formas como *de*, *em*, *para*, *por* e *a* são licenciadas como núcleos de preposições complexas, mas não a preposição *com*.

- (91) a. * com cima de
 b. * com baixo de
 c. * com dentro de
 d. * com fora de
 e. * com trás de

Retorno a essa peculiaridade no capítulo 4 (seção 4.4), onde vou argumentar que o não-licenciamento de *com* como núcleo de preposições complexas deriva do fato de esse

item corresponder à versão da categoria C(omplementizador) em domínios preposicionados, diferentemente das formas *de*, *em* e *para*.

1.3 DPs e PPs interrogativos

Nesta seção, apresento fatos envolvendo DPs e PPs interrogativos que também permitem diferenciar sintagmas-*de* dos demais sintagmas preposicionados na função de adjunto adnominal. Os dados apresentados vão permitir explorar a idéia de que, ao lado dos contrastes semânticos listados na seção anterior, existem contrastes de ordem estrutural que podem estar radicados nos mesmos fatores que determinam a imprecisão semântica de *de*. Os aspectos que irei discutir serão cruciais para estabelecer, nos capítulos 3 e 4, a arquitetura das relações entre DPs e PPs.

Retornemos a um ponto abordado em seções anteriores acerca da ambigüidade sintática exibida por sintagmas-*em/com/para*, considerando os casos em (a) de (92) a (94) a seguir: os constituintes *na biblioteca*, *com o Roberto* e *para a festa* podem atuar tanto como adjuntos adnominais, caso em que as construções vão poder ser parafraseadas pelas sentenças em (b), quanto como adjuntos adverbiais, caso em que vão admitir as paráfrases em (c).

- (92) a. O rapaz leu todos aqueles livros *na biblioteca*.
b. O rapaz leu todos aqueles livros que estão na biblioteca.
c. O rapaz leu, na biblioteca, todos aqueles livros.
- (93) a. A menina rabiscou aquele livro *com o Roberto*.
b. A menina rabiscou aquele livro que está com o Roberto.
c. Aquele livro, a menina rabiscou ele com o Roberto.
- (94) a. A Ana confeitou o bolo *para a festa*.
b. A Ana confeitou o bolo *que foi feito para a festa*.
c. Para a festa, a Ana confeitou *o bolo*.

Considerando essa ambigüidade, a propriedade para a qual quero chamar a atenção diz respeito à correlação entre extração de constituintes interrogativas, ocorrência de advérbios dêiticos (*aqui*, *aí*, *ali*, *lá*) e gradação de referencialidade. Nos dados considerados a seguir, por exemplo, o DP modificado consiste num constituinte interrogativo. Na minha avaliação, todos os PPs em jogo podem ser interpretados como

adjuntos adnominais de um DP interrogativo, estando ou não antecedido de um advérbio dêitico (respectivamente *aqui*, *ali* e *lá* em (95)-(97)).¹⁵

- (95) a. O rapaz leu quais (desses) livros *no escritório*? (adv / adn)
 b. O rapaz leu quais (desses) livros *aqui no escritório*? (adv / adn)
 c. Quais (desses) livros (que) o rapaz leu, *no escritório*? (adv / adn)
 d. Quais (desses) livros (que) o rapaz leu, *aqui no escritório*? (adv / adn)
- (96) a. A menina rabiscou quais (daqueles) livros *com o Roberto*? (adv / adn)
 b. A menina rabiscou quais (daqueles) livros *ali com o Roberto*? (adv / adn)
 c. Quais (daqueles) livros (que) a menina rabiscou, *com o Roberto*? (adv / adn)
 d. Quais (daqueles) livros (que) a menina rabiscou, *ali com o Roberto*? (adv / adn)
- (97) a. A Ana confeitou qual (daquelas) tortas(s) *para a festa*? (adv / adn)
 b. A Ana confeitou qual (daquelas) tortas(s) *lá para a festa*? (adv / adn)
 c. Qual (daquelas) torta(s) que a Ana confeitou, *para a festa*? (adv / adn)
 d. Qual (daquelas) torta(s) que a Ana confeitou, *lá para a festa*? (adv / adn)

¹⁵ Os casos de extração observados em (c)-(d) de (95) a (97) são paralelos à extração de constituintes nominais modificados por orações relativas, em sentenças como as que seguem em (i)-(iii). Pelo menos em meu dialeto (que corresponde ao falar fluminense da Grande Niterói e Região dos Lagos), as construções em (c) de (i)-(iii), com o DP modificado interrogativo sendo frontado, são bem formadas.

- (i) a. O Pedro conhece uma professora que mora em Minas.
 b. O Pedro conhece qual professora que mora em Minas?
 c. Qual professora (que) o Pedro conhece que mora em Minas?
- (ii) a. O seu amigo comprou um carro que custa setenta mil reais.
 b. O seu amigo comprou qual carro que custa setenta mil reais?
 c. Qual carro (que) o seu amigo comprou que custa setenta mil reais?
- (iii) a. A Maria conhece aquele rapaz que beijou a Ana.
 b. A Maria conhece qual rapaz que beijou a Ana?
 c. Qual rapaz (que) a Maria conhece que beijou a Ana?

A idéia de que os DPs interrogativos em (c) são inseridos diretamente na posição em que ocorrem é imediatamente descartada pelo resultado de testes envolvendo contextos de ilha. Para exemplificar, retomemos o caso em (i), inserindo-o em dois diferentes ambientes de ilha (adjunto adverbial e complemento nominal), como em (iv)-(v) a seguir: os casos de extração em (b) são mal formados, o que indicia que esses interrogativos não são inseridos diretamente na periferia esquerda da sentença, mas na posição em que são interpretados como complemento de *conhecer*.

- (iv) a. O Pedro ficou feliz porque a Maria conhece qual professora que mora em Minas?
 b. * Qual professora (que) o Pedro ficou feliz porque o Pedro conhece que mora em Minas?
- (v) a. As pessoas espalharam um boato de que o Pedro conhece qual professora que mora em Minas?
 b. * Qual professora que as pessoas espalharam um boato de que o Pedro conhece que mora em Minas?

Embora eu não vá me ocupar, nesta tese, de construções que mostrem a extração de constituintes modificados por orações relativas, optei por tangenciar esses casos por serem similares ao que apresento nesta seção para a relação entre PPs e DPs. De alguma forma, a similaridade entre PPs adnominais e CPs relativos (que também são termos adnominais) pode ser a base, em pesquisas futuras, para conclusões sobre a relação de DPs com um e outro tipo de constituinte.

Quando fazemos a interrogação cair sobre o sintagma preposicionado, temos um quadro bastante diferente. Considerando primeiramente os casos em (98) a seguir, sintagmas-*em* interrogativos me soam marginais ou inaceitáveis na função de adjunto adnominal, independentemente de serem realizados ou não com um pronome adverbial, bem como de serem ou não realizados *in situ*.¹⁶ Já a interpretação do sintagma-*em* como adjunto adverbial é possível desde que o advérbio dêitico não seja realizado (compare, por exemplo, (a) e (c) com (b) e (d)).¹⁷

- (98) a. O rapaz leu os livros *em qual biblioteca?* (adv / ?? adn)
 b. O rapaz leu os livros *lá em qual biblioteca?* (* adv / * adn)
 c. *Em qual biblioteca* que o rapaz leu os livros? (adv / * adn)
 d. *Lá em qual biblioteca* que o rapaz leu os livros? (* adv / * adn)

Sintagmas-*com* e sintagmas-*para* interrogativos, quando *in situ*, podem atuar tanto como adnominais quanto como adverbiais, desde que o advérbio dêitico não esteja realizado; se esta categoria for realizada, a aceitabilidade se torna impossível com uma e outra leitura (ver, contudo, a nota 17). Se os sintagmas-*com/para* interrogativos não estiverem *in situ*, a interpretação dos mesmos como adnominais é impossível, e a interpretação como adverbial só é claramente possível, mais uma vez, se o advérbio dêitico estiver ausente.

- (99) a. A menina rabiscou o caderno *com qual rapaz?* (adv / adn)
 b. A menina rabiscou o caderno *ali com qual rapaz?* (* adv / * adn)
 c. *Com qual rapaz* que a menina rabiscou o caderno? (adv / * adn)
 d. *Ali com qual rapaz* que a menina rabiscou o caderno? (* adv / * adn)

¹⁶ Ver a nota 1 deste capítulo.

¹⁷ Os casos de PPs adverbiais interrogativos com o dêitico poderiam ser licenciados sob uma interpretação em que o escopo da interrogação recaísse sobre o próprio dêitico, significando algo como *lá onde*, *lá com quem*, *lá para quem* etc. Parece-me que, em tais casos, a interrogativa seria um tipo de pergunta-eco, pela qual o falante solicitaria que o interlocutor fosse mais preciso na indicação de alguma referência espacial.

Uma outra interpretação aceitável seria a correspondente à paráfrase em (i) a seguir para os casos de (b) e (d) em (98) acima: de acordo com essa leitura, a biblioteca não teria a mesma referência do dêitico *lá*, mas corresponderia a uma parte do espaço referido por esse pronome adverbial.

- (i) a. O rapaz leu os livros *lá*, mas em qual biblioteca (de *lá*)?
 b. Em qual biblioteca de *lá* (daquele lugar) o rapaz leu os livros?

Nenhuma dessas interpretações diz respeito à leitura relevante para os casos que estou abordando, nos quais a sentença deve corresponder a uma construção interrogativa neutra.

- (100) a. A Ana confeitou o bolo *para qual festa?* (adv / adn)
 b. A Ana confeitou o bolo *lá para qual festa?* (*adv / *adn)
 c. *Para qual festa* que a Ana confeitou o bolo? (adv / *adn)
 d. *Lá para qual festa* que a Ana confeitou o bolo? (*adv / *adv)

Sobre os sintagmas-*de* adnominais, uma das diferenças já ressaltada em seções anteriores é a impossibilidade de serem interpretados como adjuntos adverbiais nos contextos com os quais estamos lidando, como observamos em (101) a seguir.

- (101) a. O rapaz leu todos os livros *da biblioteca.* (*adv / adn)
 b. A menina rabiscou o caderno *do Roberto.* (*adv / adn)
 c. A Ana vai confeitar o bolo *da festa.* (*adv / adn)

Sobre a possibilidade de extração desses mesmos sintagmas, tanto o DP modificado quanto o sintagma preposicionado podem ser extraídos, sem prejuízo para a boa formação da sentença, como nos casos a seguir. Contudo, semelhantemente ao observado entre os sintagmas-*em/com/para*, a presença de pronomes adverbiais torna a construção marginal ou inaceitável nos casos em que o sintagma-*de* é interrogativo (ver nota 17).

- (102) a. O rapaz leu quais livros (*aqui*) *da biblioteca?*
 b. Quais livros que o rapaz leu, (*aqui*) *da biblioteca?*
 c. O rapaz leu todos os livros (**aqui*) *de qual biblioteca?*
 d. (**Aqui*) *de qual biblioteca* que o rapaz leu todos os livros?
- (103) a. A menina rabiscou qual caderno (*lá*) *daquele aluno?*
 b. Qual caderno que a menina rabiscou, (*lá*) *daquele aluno?*
 c. A menina rabiscou o caderno (**lá*) *de qual aluno?*
 d. (**Lá*) *de qual aluno* que a menina rabiscou o caderno?
- (104) a. A Ana confeitou qual bolo (*lá*) *da festa?*
 b. Qual bolo que a Ana confeitou, (*lá*) *da festa?*
 c. A Ana confeitou o bolo (**lá*) *de qual festa?*
 d. (**Lá*) *de qual festa* que a Ana confeitou o bolo?

Em síntese, podemos depreender os seguintes aspectos no que diz respeito ao comportamento de sintagmas preposicionados interrogativos e seu licenciamento como adjuntos adnominais: (i) sintagmas-*em/com/para* podem modificar um DP interrogativo, que pode ocorrer ou não *in situ*, independentemente de um advérbio dêitico estar ou não presente (ver os dados em (95)-(97)); (ii) sintagmas-*em/com/para* interrogativos podem funcionar como adnominais (com alguma restrição para o sintagma-*em*), desde que o

advérbio dêítico não esteja presente (ver os dados em (98)-(100)); (iii) sintagmas-*de* também podem modificar um DP interrogativo, que pode ocorrer ou não *in situ* (ver os dados em (a)-(b) de (102) a (104)); (iv) sintagmas-*de* interrogativos podem funcionar como adnominais, desde que o advérbio dêítico não esteja presente (ver os dados em (c)-(d) de (102) a (104)).

Esse conjunto de propriedades abre espaço para explorarmos a hipótese de que o(s) fator(es) que conduz(em) ao esvaziamento semântico de *de* como núcleo de adjuntos adnominais pode(m) estar radicado(s) nas mesmas razões que levam às diferenças de extração destacadas nesta seção. Além disso, os efeitos de referencialidade observados, bem como aqueles originados pela presença ou ausência de advérbios dêíticos, permitem explorar a hipótese de que a interação entre o DP e seu PP modificador envolve relações configuracionais que parecem depender da ausência ou presença de elementos externos ao sintagma preposicionado. Como capturar formalmente esses aspectos é a matéria de que me ocupo nos capítulos 3 e 4, empregando os pressupostos do Programa Minimalista.

1.4 Sumário

Neste capítulo, abordei um conjunto de contrastes envolvendo a preposição *de*, de um lado, e as preposições *em*, *com* e *para*, de outro, quando nucleando adjuntos adnominais. Os dados apontados permitem atestar que, face a um delineamento semântico mais preciso por parte de outros sintagmas preposicionados, os sintagmas-*de* exibem um estatuto semântico diferenciado, sendo impossível, *a priori*, apontar um eixo nocional em torno do qual o significado desses adnominais seja determinado. Mais especificamente, foi mostrado que é possível inserir a preposição *de* no lugar das demais preposições (insubstituíveis entre si) sem prejuízo aparente de significado. Da mesma forma, vimos ser possível inverter a posição dos constituintes intermediados por *de* sem que o papel semântico dos mesmos sofra qualquer alteração, diferentemente do observado entre constituintes intermediados por *em*, *com* e *para*. Essas e outras propriedades serão retomadas nos capítulos 3 e 4, quando vou argumentar que as singularidades de cada tipo de sintagma preposicionado (em especial, aquelas envolvendo o sintagma-*de*) estão atreladas a diferenças que resultam da arquitetura estabelecida entre o DP e o PP.

2 Pressupostos minimalistas: *bare phrase structure*, fases e adjunção

2.0 Introdução

Neste capítulo, destaco os pressupostos da versão minimalista (Chomsky (2000, 2001)) da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky (1981, 1986), Chomsky & Lasnik (1995)) que vão nortear a análise para os fatos abordados no capítulo anterior. Mais especificamente, emprego a noção de *fase* e suas conseqüências, seguindo a elaboração proposta em Chomsky (2000). No que tange à noção de adjunção em particular, apresento a proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006), numa visão dentro de *bare phrase structure* que difere, em muitos pontos, da forma como as configurações de adjunção foram largamente tratadas na Teoria X-barrá. Esse conjunto de pressupostos será, nos capítulos 3 e 4, a base teórica da qual vou partir para tentar estabelecer um quadro formal que capture as propriedades relevantes dos sintagmas-*de/em/com/para*. O presente capítulo vem dividido da seguinte forma: na seção 2.1, apresento de forma sucinta os pontos gerais que sustentam a versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros, com destaque para a noção de *fase* e algumas de suas implicações; na seção 2.2, abordo os pressupostos do modelo de *bare phrase structure*, que norteia a estruturação sentencial no Programa Minimalista, trazendo a discussão de Hornstein (2005) sobre as conseqüências desse modelo; na seção 2.3, finalmente, trago a reflexão de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) a respeito das configurações de adjunção.

2.1 Desdobramentos minimalistas da Teoria de Princípios e Parâmetros

2.1.1 Sobre o *design* da linguagem

Uma das questões diretivas dentro da agenda do Programa Minimalista diz respeito a *quão ótimo (ou quão perfeito) é o design da linguagem*. Possíveis respostas a esta pergunta devem ser elaboradas à luz da visão que o Programa assume em torno da natureza da faculdade humana da linguagem, tomada essencialmente como um aparato mental inato comum a todos os indivíduos da espécie. Em linhas gerais, a faculdade da linguagem pode

ser tratada como um *órgão mental*, da mesma forma que o sistema visual ou o sistema imunológico são tratados como órgãos do corpo (Chomsky 2000:90). Esse órgão da linguagem deve permitir que uma criança, em condições normais, adquira a gramática particular de uma língua L, num processo em que entram em jogo, dentre outros fatores, os chamados *parâmetros* ou princípios abertos da Gramática Universal, a serem especificados pela exposição da criança a *dados lingüísticos primários*.

Uma língua L deve, nesse sentido, ser tomada como uma possibilidade da Gramática Universal, consistindo num sistema cognitivo com informações sobre sons/sinais, significados e organização estrutural. Tais informações precisam ser acessadas pelos *sistemas de performance*, que deverão ser pelo menos dois: o sistema *sensório-motor*, responsável pela produção de sons/sinais da linguagem humana, e o sistema *intencional-conceptual*, responsável, dentre outros aspectos, pelos efeitos de sentido gerado por/atribuído a um objeto lingüístico. Qualquer tentativa formal de caracterizar a faculdade da linguagem deve então capturar a sua capacidade de produzir expressões legíveis em ambos os sistemas. Toda expressão lingüística gerada por L será um par $\text{Exp} = \langle \text{Fon}, \text{Sem} \rangle$, equação que traduz a idéia de que qualquer expressão abarca instruções de natureza fonológica e semântica, requeridas respectivamente para fins de ordem sensório-motora e conceptual-intencional.

Indagar acerca de quão ótimo é o design da linguagem pode corresponder, nesse sentido, a indagar *quão boa é a solução da faculdade da linguagem para determinar as condições de legibilidade de um objeto lingüístico nos sistemas de performance*. A tese minimalista, em sua versão “mais forte”, é exatamente a de que *a linguagem consiste numa solução ótima para as condições de legibilidade*.¹ A essa questão se atrela uma outra, que pode ser formulada no seguinte caminho: *sendo uma solução ótima para as condições de legibilidade, como o design da linguagem se apresenta?* Ou, de outra forma, *que propriedades da faculdade da linguagem determinam o seu funcionamento como uma solução ótima?* Respostas a tais perguntas estão longe de satisfatórias, mas as explorações feitas até aqui têm lançado luzes não só sobre questões de base estritamente empírica, mas também de natureza mais conceptual, envolvendo desde a caracterização da

¹ Ver a discussão desenvolvida nas duas primeiras seções de Chomsky (2000).

linguagem como um sistema cognitivo inatamente radicado na espécie humana à emergência da linguagem como uma vantagem evolutiva do *Homo sapiens* moderno frente a outros hominídeos (ver, por exemplo, a discussão desenvolvida em Hauser, Chomsky & Fitch 2002). Na próxima seção, apresento, em linhas gerais, alguns dispositivos de análise que vêm sendo explorados no interior da agenda minimalista, alguns dos quais serão de interesse imediato para a abordagem que irei propor em torno dos PPs adnominais no português brasileiro.

2.1.2 Concordância, valoração e fase

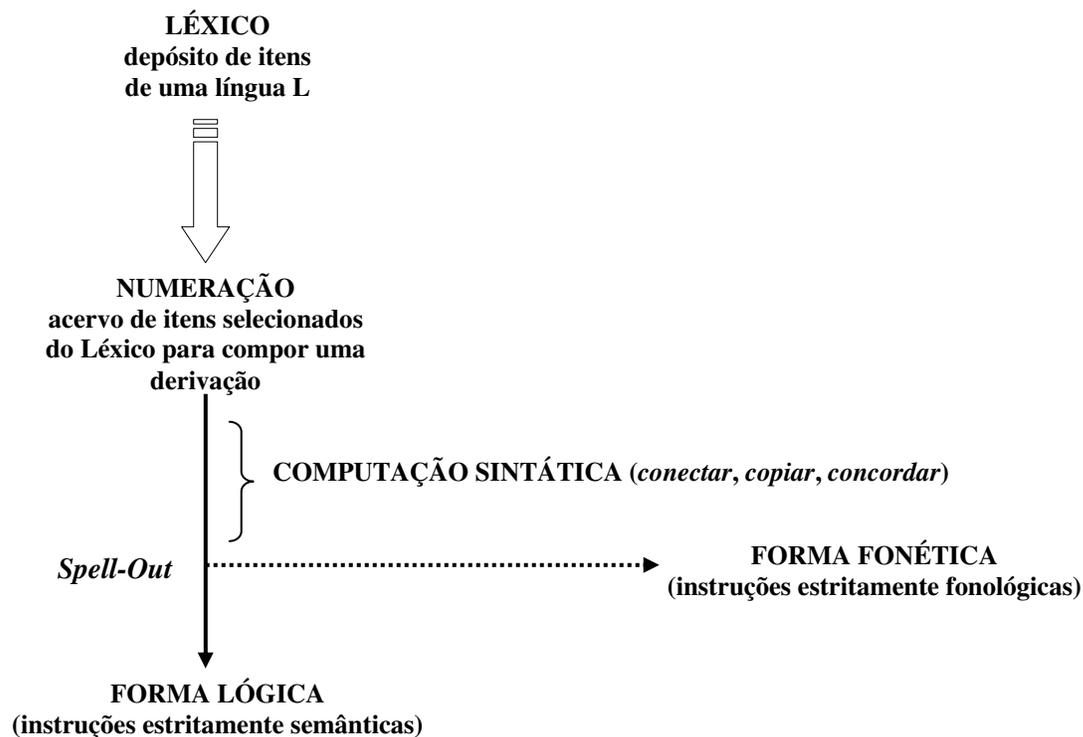
Nesta seção, abordo de forma breve alguns pontos propostos em Chomsky (2000, 2001) na tentativa de lidar com questões como as que foram sintetizadas na seção anterior. Não vou me preocupar aqui em apresentar as evidências fornecidas pelo autor para a construção do quadro formal. O objetivo é somente dispor, de forma sintética, o aparato teórico a que vou recorrer.

Como já mencionado, uma língua L deve ser capaz de gerar expressões com informações de natureza fonológica e semântica, que funcionam como instruções para os chamados *sistemas de performance* – o sistema *sensório-motor* e o sistema *conceptual-intencional*. A faculdade da linguagem dispõe de dois componentes (o *componente fonológico* e o *componente semântico*), que são o elo entre os procedimentos computacionais efetivados para gerar um objeto lingüístico (o componente sintático propriamente dito) e os *sistemas de performance*. Ao atingir a *Forma Fonética* (ao término do componente fonológico), um objeto lingüístico deve portar apenas informações que possam atuar como instruções para o sistema sensório-motor. Nestes termos, dizemos que um objeto lingüístico deve, na Forma Fonética (doravante, FF), apresentar exclusivamente informações *interpretáveis* para este sistema; se informações que não são de natureza fonética atingirem FF, um objeto lingüístico não será legível naquele ponto. Da mesma forma, ao atingir a *Forma Lógica* (ao término do componente semântico; doravante, FL), um objeto deve trazer apenas informações de natureza semântica; de outra forma, impede-se que as condições de legibilidade na interface semântica sejam satisfeitas. Uma derivação

será *convergente*, nesse sentido, se for integralmente legível nos dois sistemas, obedecendo às condições apresentadas.

Informações de natureza fonológica, semântica e estritamente sintáticas/computacionais entram na derivação codificadas na forma de *traços*. Um objeto lingüístico corresponderá então a uma combinação de (i) *traços semânticos*, que codificam as instruções legíveis para o sistema conceptual-intencional, (ii) *traços fonológicos*, que codificam as instruções legíveis no sistema sensório-motor, e (iii) os chamados *traços formais*, que exercem um papel relevante na composição e/ou formação estrutural de um objeto (e que podem ou não ser interpretáveis em FL, mas nunca em FF). A computação que gera um objeto lingüístico deverá então ser capaz de efetivar, pelo menos, dois procedimentos: (a) uma operação capaz de apartar os traços fonologicamente interpretáveis dos semanticamente interpretáveis, de modo que somente traços legíveis atinjam a interface relevante e (b) uma operação capaz de apagar os traços formais não-interpretáveis em qualquer dos níveis de interface. Para estabelecer como esse e outros procedimentos são implementados, consideremos a arquitetura em (1) a seguir.

(1) ARQUITETURA DA FACULDADE DA LINGUAGEM



Nesse modelo, o *Léxico* consiste num dicionário que abarca os itens da língua, constituídos de traços fonológicos, semânticos e formais. A derivação de um objeto lingüístico deve contar com a seleção de elementos do *Léxico*, compondo a *numeração*, correspondente ao arquivo de elementos que vão participar da derivação. Esses itens são submetidos a procedimentos sintáticos/computacionais, de modo a resultar numa expressão lingüística com instruções relevantes para os sistemas de performance. A operação *Spell-Out* permite, num dado ponto da derivação, identificar os traços que são interpretáveis na interface fonética e enviá-los para FF, apartando-os assim dos traços que são interpretáveis apenas na interface semântica. Antes disso, os procedimentos efetivados ao longo da computação sintática devem ter sido capazes de apagar os traços formais não-interpretáveis, que são relevantes apenas para a estruturação do objeto.

Traços de uma mesma natureza podem ser interpretáveis quando presentes num item e não-interpretáveis em outro. Por exemplo, os chamados traços- ϕ , que englobam informações sobre pessoa, número e gênero, são interpretáveis no nome, mas não no núcleo de Tempo (doravante, T). Assim, na derivação de uma sentença como a que segue em (2), os traços de pessoa, número e gênero são interpretáveis em *algumas cartas*, mas não o são os de pessoa e número presentes em *chegaram*. Diante disso, os traços- ϕ em T, responsáveis pela marcação da 3ª pessoa do plural, devem ser apagados antes de atingir a Forma Lógica (mesmo que venham a ter uma manifestação morfológica visível, em línguas como o português), mas os traços- ϕ presentes no nome, exatamente por serem interpretáveis, não podem ser apagados.

(2) Chegaram algumas cartas na casa da Maria.

Um outro ponto assumido nos desdobramentos mais recentes do Programa Minimalista (Chomsky 2001) é que *os traços não-interpretáveis entram na derivação sem qualquer valor determinado*. Por exemplo, quando presentes no verbo, os traços- ϕ não abarcam qualquer especificação de número e pessoa, tendo seu valor em aberto; já quando presentes no nome, os traços- ϕ dispõem de valores especificados. Os traços não-interpretáveis precisam então ser *valorados*, o que significa que eles devem adquirir uma especificação qualquer (ou seja, precisam ser marcados como sendo de 1ª, 2ª ou 3ª pessoa, bem como

indicar se designam singular ou plural), e ser então apagados para efeitos de interpretação em FL. No caso de T, os traços- ϕ não-valorados precisam *sondar* a estrutura para detectar uma instanciação de traços- ϕ valorados num determinado objeto e estabelecer uma relação de *concordância*, de modo que os valores dos traços- ϕ desse objeto possam ser transmitidos para os traços- ϕ não-valorados em T. Após o estabelecimento da concordância, dizemos que *os traços de T foram valorados* e, em tal condição, *podem (e devem) ser apagados* para que não atinjam a interface semântica.

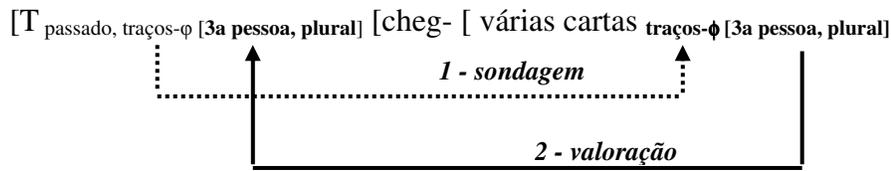
Para ilustrar a implementação destes procedimentos, consideremos os esquemas esboçados em (3)-(5) a seguir, correspondentes à derivação daquela sentença apresentada em (2). Os traços- ϕ que estão associados a T são não-interpretáveis e, como tal, compõem inicialmente a derivação sem qualquer valor especificado, como indicado em (3) pelos colchetes sem qualquer elemento interno (traços- ϕ []). Diferentemente, os traços- ϕ de *várias cartas* entram na derivação valorados, com especificações de 3ª pessoa e plural. Por serem não-interpretáveis, os traços- ϕ em T precisam ser apagados antes de atingir a interface semântica. Lembremos que somente após sua valoração um traço não-interpretável pode ser apagado.

São efetivados então os procedimentos indicados em (4), que resultam na concordância dos traços- ϕ de T com os traços- ϕ do nome: os traços- ϕ de T *sondam* a estrutura em busca de um outro conjunto de traços- ϕ já especificados, com os quais possam concordar. Uma vez que os traços- ϕ especificados do constituinte nominal são detectados, os seus valores são marcados para os traços- ϕ de T, efetivando a valoração. É o resultado desse processo de *sondagem* seguido de *valoração* que chamamos de *concordância*. O próximo procedimento relevante é o indicado em (5): uma vez valorados, os traços- ϕ de T precisam ser apagados por não serem legíveis na interface semântica. Ressalte-se, contudo, que a especificação desses traços deve ser legível no componente responsável por implementações morfológicas, para que o sufixo de 3ª pessoa do plural seja visível junto ao verbo.

$$(3) \left\{ \begin{array}{l} T_{\text{passado, traços-}\phi []} \\ \text{cheg-} \\ \text{várias cartas}_{\text{ traços-}\phi [3\text{a pessoa, plural}]} \end{array} \right.$$

(4)

CONCORDAR



(5)

APAGAR

(para efeitos de Forma Lógica)

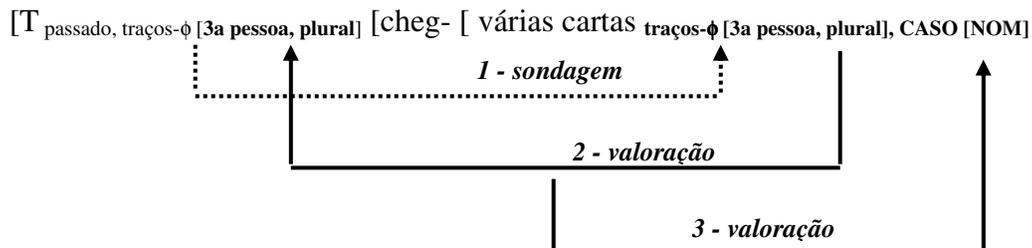
[T passado, ~~traços-φ [3a pessoa, plural]~~ [cheg- [várias cartas traços-φ [3a pessoa, plural]

Um outro ponto relevante dentro desse modelo é que o nome/constituente nominal vai integrar a derivação com um traço de Caso estrutural não-interpretável e, portanto, não-valorado. A valoração desse traço será determinada apenas após o constituinte estabelecer concordância. A idéia proposta para garantir a valoração e o apagamento do traço de Caso é a de que, ao transmitir seus traços-φ para T, o constituinte nominal recebe uma espécie de “bônus”: seu traço de Caso não-interpretável é valorado e entra em condições de ser apagado. Para ser completo, aqueles procedimentos esquematizados anteriormente em (3)-(5) devem então ser como em (6)-(8) a seguir: assim como os traços-φ de T entram na estrutura sem qualquer valor, o traço de Caso do constituinte nominal também não vai dispor de qualquer valor; ao permitir que seus traços-φ sejam transmitidos para T, o constituinte nominal valora o seu traço de Caso (no exemplo, Caso nominativo). Estando os traços-φ de T e o traço de Caso do nome valorados, ambos podem ser apagados, para garantir a convergência da derivação. Segue daí que, nesse modelo, a valoração de Caso no nome é consequência de um processo de concordância que se efetiva entre os traços-φ de constituinte nominal e os traços-φ de uma sonda.

(6)

[T passado, traços-φ [] [cheg- [várias cartas traços-φ [3a pessoa, plural], CASO []

(7) CONCORDAR



(8) APAGAR

(para efeitos em Forma Lógica)

[T_{passado, ~~traços-φ~~ [3a pessoa, plural] [cheg- [várias cartas traços-φ [3a pessoa, plural], ~~CASO [NOM]~~}

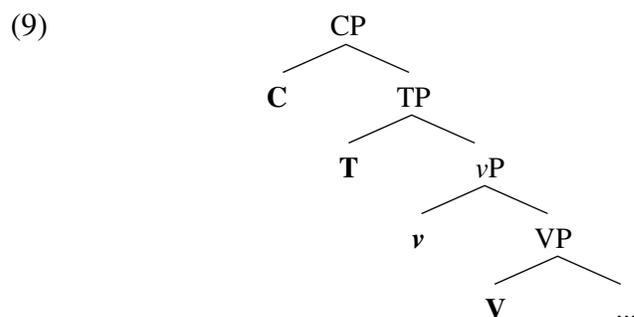
Condensando os pontos tratados até aqui, temos um modelo que opera nas seguintes condições:

(a) a numeração que serve de *input* para a derivação de um objeto lingüístico consiste num multiconjunto de itens que abarcam traços semanticamente interpretáveis, traços fonologicamente interpretáveis e traços formais. A computação sintática extrai os itens da numeração e os concatena, de modo a formar objetos lingüísticos complexos. Os traços não-interpretáveis são integrados à estrutura sem que seus valores estejam especificados;

(b) os traços que são não-interpretáveis nos níveis de interface precisam ser apagados pelo sistema. A condição para que sejam apagados, contudo, é a de que sejam valorados. Para tanto, precisam efetivar uma operação de concordância: um traço não-interpretável sonda a estrutura em busca de um traço da mesma natureza que esteja valorado. O valor da versão interpretável do traço é então transmitido para a versão não-interpretável, permitindo que este seja apagado.

Tendo em mente essas condições, consideremos agora as unidades básicas assumidas como componentes do Léxico dentro do modelo minimalista. Tais unidades corresponderão ou a *categorias de natureza funcional* ou a *categorias de natureza substantiva*. Entre estas, incluem-se os verbos de significação plena, os substantivos, os adjetivos, os advérbios, dentre outras que reportam, em geral, a algum significado do universo extralingüístico. Interessam mais de perto, por ora, as categorias funcionais, que se assumem como sendo

(pelo menos) quatro: **C**(omplementizador), **T**(empo), **v**(erbo leve) e **D**(eterminante). As três primeiras integram a configuração sentencial, enquanto a última é exclusiva do domínio nominal. Por ora, vamos focar **C**, **T** e **v**. A organização básica de uma sentença, considerando essas três categorias, corresponde à configuração em (9) a seguir:



A sentença será, em si mesma, uma projeção de **C**. A categoria **C** deve tomar a projeção de **T**, o **TP**, como seu complemento; **T**, por sua vez, toma a projeção de **v**, o **vP**, como complemento; e **v** faz o mesmo com relação ao **VP**, que consiste na projeção de uma categoria substantiva. Cada um desses núcleos funcionais vai portar informações que serão relevantes ou para a estruturação da sentença, ou para a ação dos sistemas de performance. Como já apontado anteriormente, essas informações se encontram codificadas nas diferentes categorias sob a forma de traços. O núcleo **C**, por exemplo, condensa traços que trazem instruções acerca da força ilocucionária de uma sentença; o núcleo **T**, além de informações acerca de *tempo*, pode abarcar informações acerca de modo e aspecto, além de traços- ϕ não-interpretáveis, como já referido anteriormente; o núcleo **v** abarca informações sobre o caráter agentivo, causativo ou estativo do predicado, além de traços- ϕ não-interpretáveis (que em línguas como o português não se manifestam morfologicamente). A categoria **v** recebe em sua posição de especificador o argumento externo da sentença.

Para ilustrar o funcionamento do modelo considerando essas três categorias, vamos acompanhar a derivação da sentença encaixada na construção em (10) a seguir. Para simplificar a exposição, tomemos os constituintes nominais *os meninos* e *a garota* como DPs. Em (11), agrupamos as unidades que devem ser manipuladas computacionalmente para gerar o objeto relevante. Junto à designação de cada unidade, estão indicados os traços condensados. A categoria **C**, por exemplo, traz um traço interpretável relativo à força

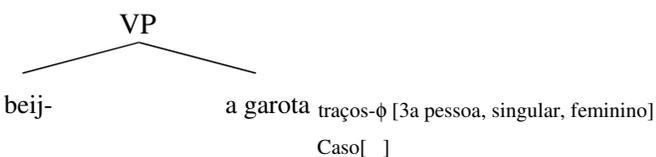
ilocucionária da sentença, que será declarativa. A categoria T traz os traços interpretáveis de tempo e modo, e os traços- ϕ e EPP como não-interpretáveis.² A categoria v traz, da mesma forma que T, traços- ϕ não interpretáveis (por enquanto, os únicos traços que vão interessar nessa categoria). Os DPs *os meninos* e *a garota* trazem traços- ϕ interpretáveis, bem como um traço de Caso não-interpretável.

(10) Me disseram **que os meninos beijaram a garota.**

(11) { C **que** ilocução[declarativo]
 T tempo[passado], modo[indicativo], traços- ϕ [], EPP
 v traços- ϕ []
 v **beij-**
 DP **OS meninos** traços- ϕ [3a pessoa, plural, masculino], Caso[]
 DP **a garota** traços- ϕ [3a pessoa, singular, feminino], Caso[]

O ponto de partida para a derivação é a conexão de *beij-* ao constituinte *a garota*, tal como indicado em (12) a seguir, resultando numa projeção nucleada por V (um VP). Dizemos, nesse caso, que o DP *a garota* foi conectado na estrutura como complemento de V.

(12)



```

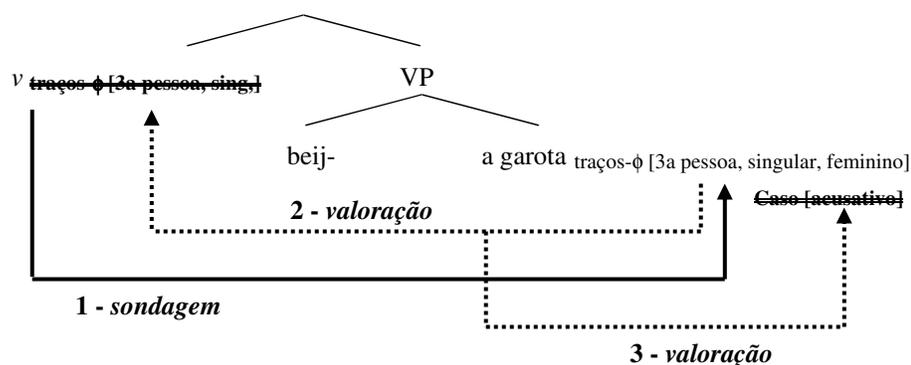
graph TD
  VP[VP] --- beij[beij-]
  VP --- garota["a garota traços-φ [3a pessoa, singular, feminino]  
Caso[ ]"]
  
```

O próximo passo é a conexão do VP em (12) a v , como indicado em (13). Lembremos que v tem traços- ϕ não-interpretáveis (ver a lista em (11)) e, portanto, não-valorados. Entrando na sentença, os traços- ϕ de v vão sondar o domínio de c-comando desse núcleo em busca de traços- ϕ interpretáveis com os quais possam concordar. A sonda detecta então os traços- ϕ

² Nos termos de Chomsky 2000, vou tratar o EPP (do inglês *Extended Projection Principle*) como um traço não-interpretável que requer a presença de um objeto relevante na posição de especificador de sua projeção. Sem a satisfação dessa condição, o EPP não pode ser apagado.

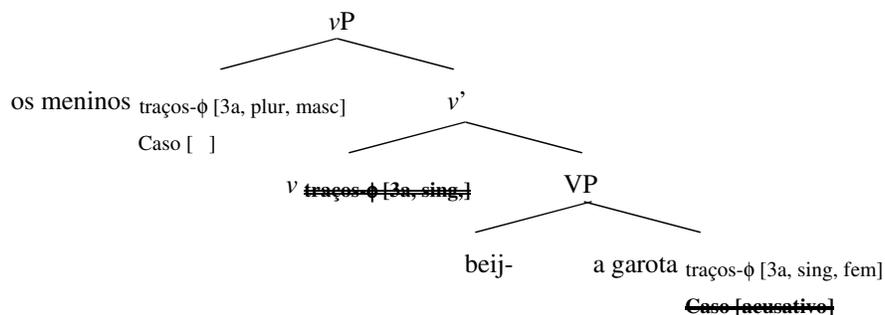
de *a garota*, e os reproduz em *v*. Simultaneamente, como “bônus”, *a garota* valora seu traço de Caso, que será marcado como acusativo. Dizemos assim que *v* concorda com o complemento de V (embora essa concordância não se manifeste morfológicamente em línguas como o português) e que um dos resultados dessa concordância é a marcação de Caso acusativo sobre o complemento. Ressalte-se que, como os traços- ϕ de *v* e o Caso do nome são não-interpretáveis, eles precisarão ser apagados antes que a estrutura atinja a interface semântica.

(13)



A derivação prossegue com a concatenação de *os meninos* à estrutura, como especificador de *v*, posição em que recebe um papel semântico agentivo. A configuração resultante é aquela em (14) a seguir.

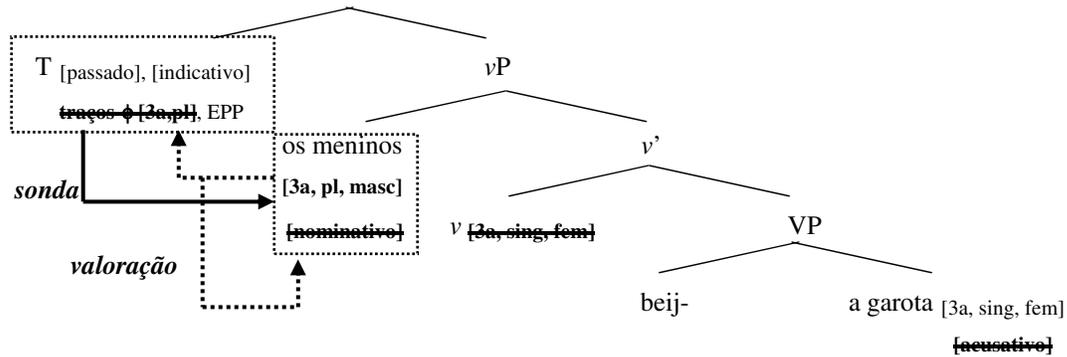
(14)



O próximo passo é a concatenação de T, categoria que condensa tanto traços interpretáveis (como a indicação de tempo e modo) quanto os traços- ϕ e o EPP, ambos não-interpretáveis. Para valorar esse outro conjunto de traços- ϕ , o sistema efetiva uma nova operação de sondagem nos domínios de c-comando de T, buscando traços interpretáveis da mesma natureza para estabelecer uma relação de concordância. O alvo será o constituinte

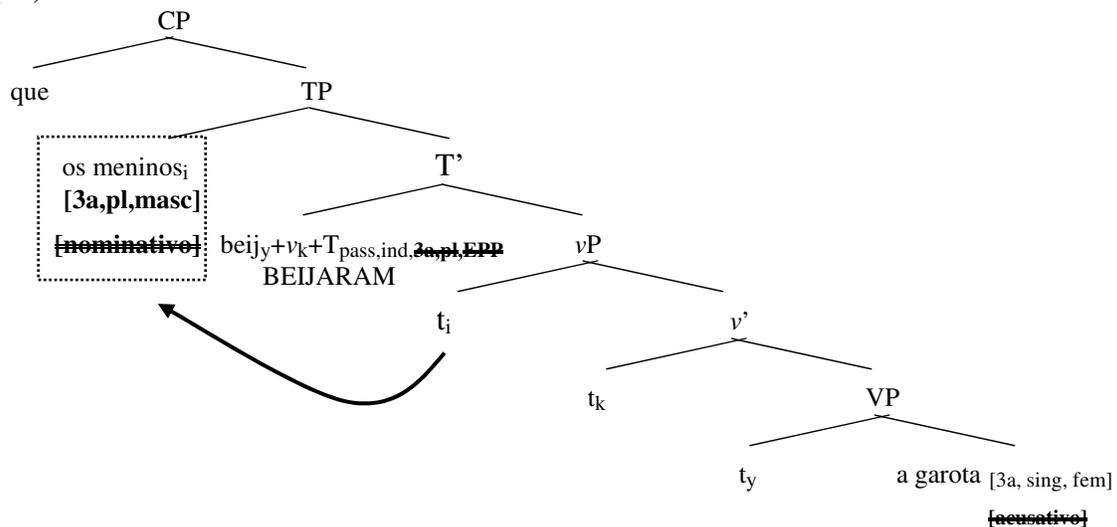
nominal *os meninos*, na posição de especificador de *v*. Os traços- ϕ em T recebem então a marcação de terceira pessoa do plural, e o constituinte nominal tem seu Caso valorado como nominativo. O esquema em (15) a seguir ilustra esse conjunto de procedimentos.

(15)



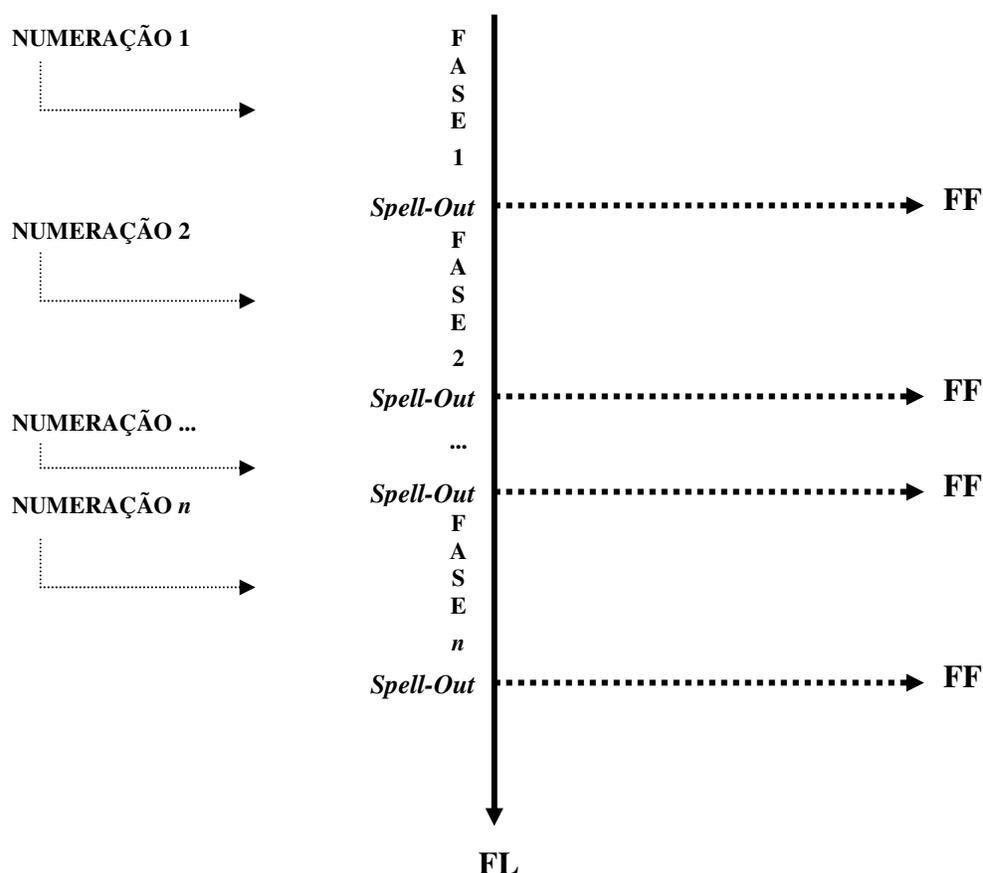
Há ainda um traço não-interpretável com um requerimento a ser satisfeito: o EPP em T. Este traço requer que um dado constituinte seja copiado e conectado na posição de especificador do núcleo que o contenha. O elemento que vai se prestar ao requerimento é o próprio alvo da sonda que partiu de T para a valoração dos seus traços- ϕ . O DP *os meninos* deve então ser copiado e conectado como especificador de TP, como indicado a seguir. A derivação vai prosseguir com a conexão do complementizador *que* à estrutura; o sistema deve ainda unir, em algum ponto da derivação, a raiz *beij-*, *v* e $T_{3a,pl,passado,indicativo}$, de modo a obter a forma *beijaram*.

(16)



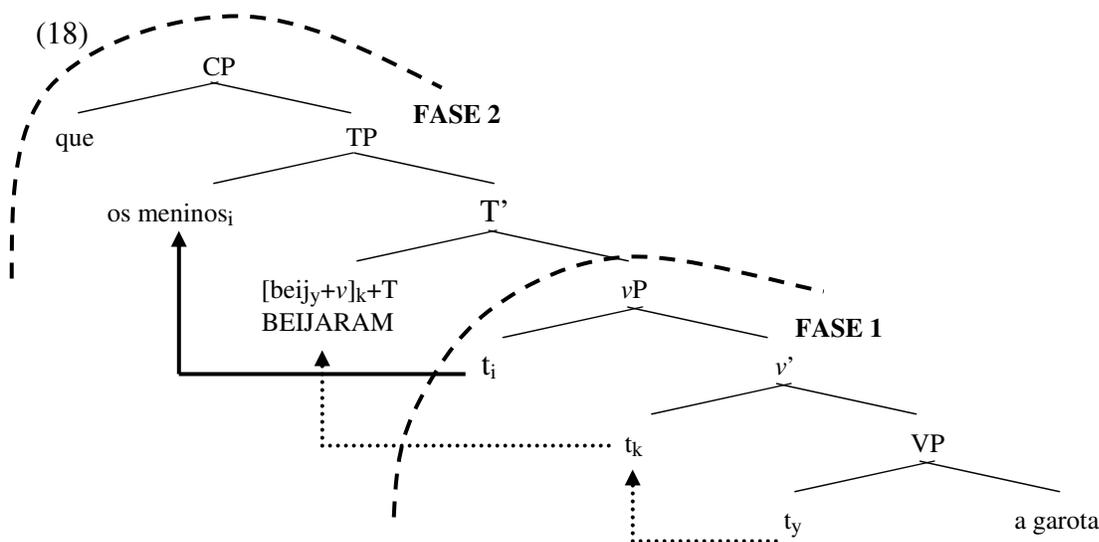
Além desse conjunto de procedimentos (*conectar, copiar, concordar*), Chomsky (2000, 2001) propõe que, na construção de um objeto lingüístico, é possível efetivar mais de um *Spell-Out*, com o envio de traços fonológicos para a interface fonológica se dando em mais de uma etapa. Assim, aquela arquitetura apresentada em (1) vai corresponder, na verdade, a uma parte do esquema que segue em (17): ao longo da computação sintática, o sistema pode implementar tantos *Spell-Outs* quantos forem necessários. O modelo que apresenta essa proposta ficou conhecido como *Spell-Out Múltiplo*: a cada *fase*, o sistema acessa uma nova numeração (ou uma *subnumeração*), até exauri-la e aplicar *Spell-Out* à estrutura resultante.

(17) **Spell-Out Múltiplo**



Chomsky (2000, 2001) propõe que seriam pelo menos dois os momentos da derivação em que *Spell-Out* se aplica: os pontos de formação de *vP* e *CP*. Aquela estrutura disposta

em (16), repetida a seguir, mostra então duas fases (a *fase 1*, correspondente ao vP , e a *fase 2*, correspondente ao CP). Cada uma das fases vai contar com o acesso a uma numeração específica: na fase 1, a numeração deve armazenar os itens que entram na derivação para compor o vP (por exemplo, as categorias v , *beij-*, *a*, *garota*, *os* e *meninos* com todos os seus traços); na fase 2, o arquivo armazena os itens que entram na derivação para compor as projeções de TP e CP (por exemplo, T e C).



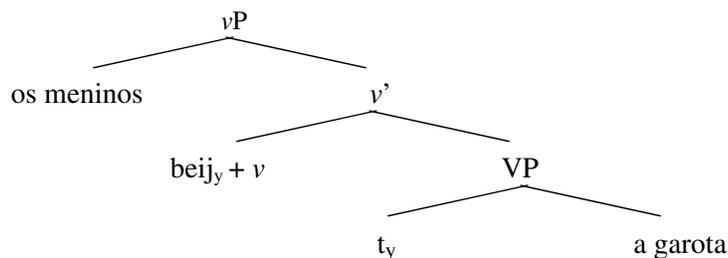
Uma propriedade importante da fase diz respeito à chamada *Condição de Impenetrabilidade*, que restringe o estabelecimento de operações envolvendo elementos dentro de um domínio que tenha sofrido *Spell-Out*. Nos termos de Chomsky (2000:108), essa condição é especificada como em (19) a seguir.

(19) **Condição de Impenetrabilidade da Fase**

Sendo H o núcleo de uma projeção máxima correspondente a uma fase, o domínio de H não se encontra acessível para participar de operações fora de HP (a projeção máxima de H), a não ser o próprio núcleo H e os elementos que integram a margem (do inglês edge) de HP. A margem consiste nos elementos adjungidos a HP e o(s) especificador(es) de HP.

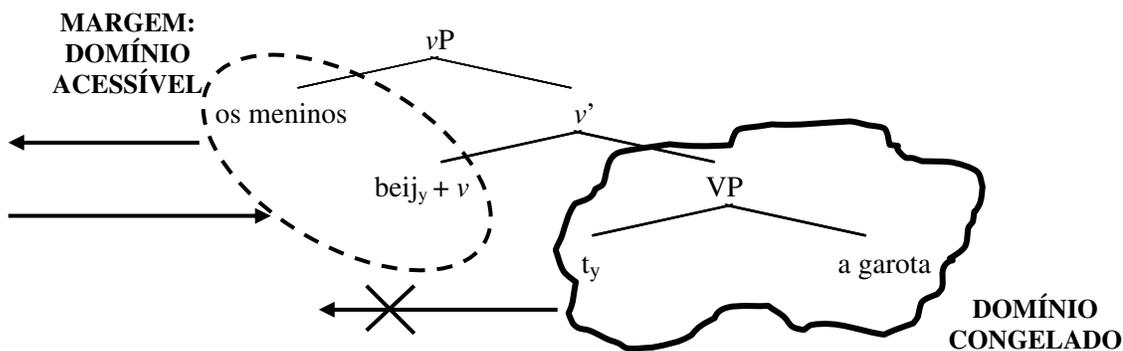
A título de exemplo, consideremos a projeção de vP naquela estrutura em (18), que deve consistir numa fase. Antes de sofrer *Spell-Out*, essa fase tem uma configuração como a que segue.

(20) FASE 1 HP = vP



Pela Condição de Impenetrabilidade de Fases, tal como fixado em (19), o domínio interno do vP (o VP) fica “congelado” após sofrer *Spell-Out*, no sentido de que os seus elementos mais internos estão impedidos de participar de operações numa fase subsequente (por exemplo, o constituinte nominal *a garota*, na posição de complemento de *beij*-). Contudo o mesmo princípio estabelece que os elementos na margem de uma fase podem participar de operações da próxima fase: no caso, a margem do vP corresponde ao seu núcleo *v* (que se encontra associado à raiz do verbo), e ao constituinte *os meninos*, na posição de especificador. Tanto que, no desenvolvimento da fase 2, naquela configuração apresentada em (18), *os meninos* estabelecem uma relação de concordância com os traços- ϕ em T, bem como é movido a partir da posição de especificador de vP para a posição de especificador de TP com vistas à satisfação do EPP; da mesma forma, a combinação *beij*+*v*, que também se encontra na margem da fase 1, de acordo com a Condição de Impenetrabilidade, pode se mover para fora da fase e se amalgamar ao núcleo T. O esquema a seguir ilustra esse quadro: em suma, enquanto o interior do vP está congelado para qualquer operação sintática após *Spell-Out*, a margem do vP está disponível para participar de operações futuras.

margem vs domínio “congelado”



Para finalizar, os pontos tratados até aqui podem ser assim sintetizados:

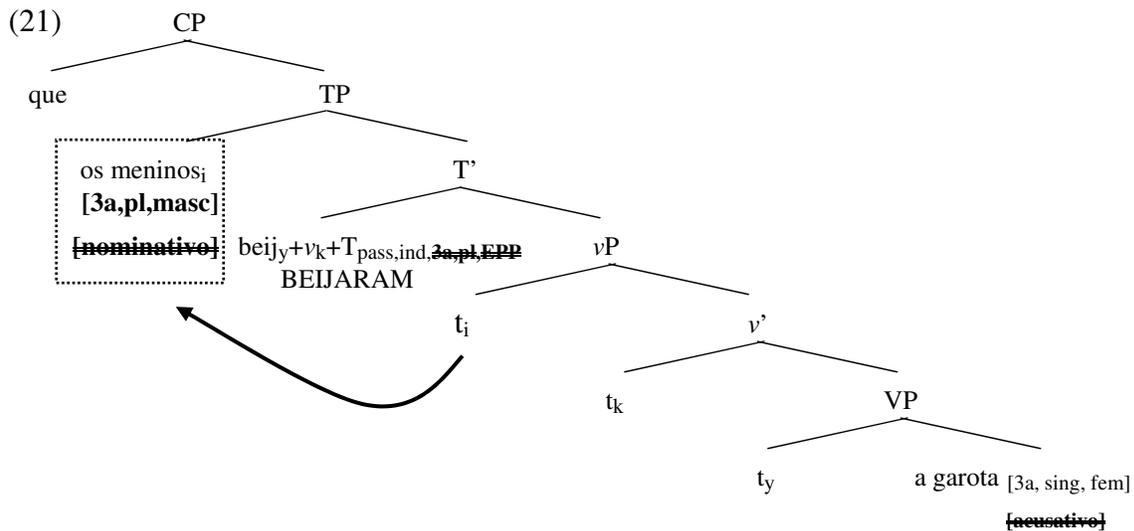
- (a) A estruturação da sentença conta com a presença de, pelo menos, três categorias funcionais – C, T e v – que são organizadas como naquela configuração apresentada em (9).
- (b) Cada uma dessas categorias pode entrar na estrutura portando traços interpretáveis e não-interpretáveis. Traços interpretáveis entram na derivação já valorados, enquanto os traços não-interpretáveis entram sem valor. A condição para que um traço não-interpretável seja apagado é a sua valoração, a partir de uma relação de concordância com uma versão interpretável de um traço da mesma natureza.
- (c) A geração de uma sentença pode contar com várias fases, determinadas pela aplicação de *Spell-Outs* múltiplos. Ao final de cada fase – um CP ou um vP –, os traços não-interpretáveis, já valorados, devem ser apagados para efeitos de legibilidade do objeto lingüístico na interface semântica.
- (d) Nos termos de Chomsky (2000), a Condição de Impenetrabilidade determina quais elementos de uma fase podem participar de operações numa fase imediatamente posterior: apenas elementos na margem da fase são visíveis para participar de operações requeridas numa outra fase. A margem consiste na posição de especificador de vP ou CP, bem como os núcleos v e C, além de elementos adjungidos a ambas as projeções. Diferentemente, os elementos que não se encontram na margem se tornam “congelados”, impedidos, nesse sentido, de interagir com elementos de uma fase subsequente.

2.2 *Bare phrase structure*, recursividade e movimento

Até aqui, deixei de fora da apresentação dos pressupostos o tópico sobre as regras de estruturação de constituintes, que num período pré-minimalista seguia os desdobramentos da Teoria X-barras. Vou abordar esta matéria na presente seção, uma vez que o assunto será relevante para a análise que vou desenvolver em torno dos adjuntos adnominais preposicionados. A apresentação será feita em duas partes: na primeira, discorro brevemente sobre o modelo de *bare phrase structure* (doravante, BPS), que substitui o modelo X-barras no Programa Minimalista; na segunda, apresento a proposta de Hornstein (2005), que explora o conceito de *rótulo* (*label*) à luz de BPS para lidar com as noções de recursividade e movimento.

2.2.1 Procedimentos minimalistas para a estruturação de constituintes

As representações em árvore que tenho apresentado até aqui contêm, todas elas, elementos da Teoria X-barra, no que tange em particular à indicação dos chamados *bar-levels*. Por exemplo, numa representação como aquela a seguir, podemos identificar níveis intermediários (v' , T'), projeções máximas (CP, TP, vP , VP) e elementos nucleares (C, T, v , V). Chomsky (1995) sujeita os pressupostos de X-barra a uma análise crítica, indagando se esse conjunto de noções da Teoria pode se sustentar dentro de um aparato minimalista.



O ponto de partida para a avaliação de Chomsky (1995) é o pressuposto minimalista de que as condições de *output* básicas determinam os itens que devem ser visíveis para a computação. A interface *Forma Lógica*, por exemplo, deve ter acesso aos itens lexicais e às propriedades não-fonológicas (ou seja, propriedades semânticas e formais) desses itens, o que significa que tanto os itens lexicais quanto as suas propriedades devem estar à disposição do sistema computacional. Dentro deste quadro, as projeções máximas e mínimas precisam ser estabelecidas como elementos naturais da estrutura em que ocorrem, não devendo nesses termos ser marcadas por qualquer índice especial. Na representação em (21), por exemplo, índices como CP ou vP , indicativos de maximalidade, devem ser tomados como meramente convencionais. Para isso, Chomsky (1995) considera que *projeção máxima* e *projeção mínima* são, na verdade, marcas relacionais, e não propriedades inerentes a uma dada categoria. Em outras palavras, entidades como *XP*, *X'* ou

X^0 inexistem, consistindo apenas em notações para efeitos de exposição. Uma projeção máxima, sob a ótica minimalista, é simplesmente uma categoria que não projeta, enquanto a projeção mínima, uma categoria que não atua como projeção de qualquer elemento. Uma categoria que não seja nem máxima nem mínima (correspondente a X') deve ser invisível para o sistema computacional.

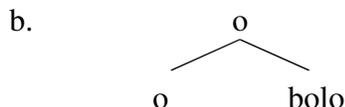
No que diz respeito à conexão de itens para formar constituintes complexos, a operação *conectar* consiste na assunção mais intuitiva, nos termos de Chomsky (1995): como já referido na seção anterior, *conectar* toma α e β para formar um novo objeto K, com K tendo a natureza de α ou β . O objeto K pode então ser representado como $\{\gamma, \{\alpha, \beta\}\}$, em que γ diz respeito ao tipo (α ou β) de K e indica as propriedades relevantes do objeto gerado. Os objetos sintáticos relevantes podem, portanto, ser de dois tipos, tal como especificado em (22) a seguir. No objeto indicado particularmente em (b), que reporta a um processo recursivo, dizemos que α ou β projeta e é o núcleo de K, identificando assim o rótulo γ . Ou seja, K pode ser algo como $\{\alpha, \{\alpha, \beta\}\}$ ou $\{\beta, \{\alpha, \beta\}\}$.

- (22) a. itens lexicais (complexos de traços, especificados no léxico)
 b. $K = \{\gamma, \{\alpha, \beta\}\}$, com γ sendo o rótulo de K

Para ilustrar com um exemplo, consideremos o predicado em (23a) a seguir, com os itens lexicais necessários para sua derivação indicados em (23b). O constituinte nominal *o bolo* consistirá naquele objeto em (24a), de acordo com (22b) acima: os traços correspondentes aos itens *o* e *bolo* são conectados, com os traços do determinante sendo projetados. Numa representação em árvore, a configuração vai corresponder à estrutura em (24b)

- (23) a. O rapaz comeu o bolo
 b. *o*, rapaz, T_{passado} , *v*, *com-*, *o*, bolo

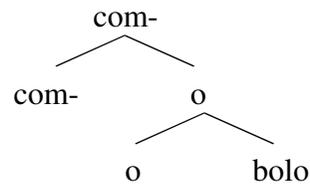
- (24) a. $\{o, \{o, \text{bolo}\}\}$



Prosseguindo a derivação, o objeto $\{o, \{o, \text{bolo}\}\}$ deve ser conectado a *com-*, resultando no objeto em (25a)/(25b), que vai corresponder a uma projeção do verbo.

(25) a. {com-,{com-,{o,{o,bolo}}}}

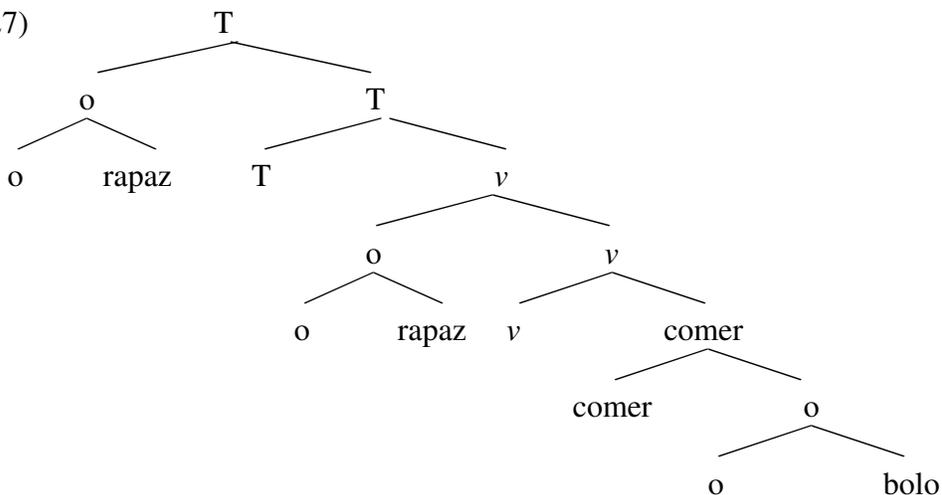
b.



Ao final, a representação da sentença pode ser dada como em (26) a seguir. Notemos que, dentro do espírito minimalista, a estrutura contém apenas elementos inerentes aos próprios itens lexicais da derivação; qualquer artifício simbólico como nós, barras, subíndices e outros elementos que venhamos a inserir na estrutura não passa, agora, de mera informação notacional com objetivos expositivos, sem qualquer referência a propriedades inerentes à estrutura.

(26){T,{{o,{o,rapaz}},{T,{T,{v,{{o,{o,rapaz}}},{v,{v,{comer,{comer,{o,{o,bolo}}}}}}}}}}}}}}

(27)



Em linhas gerais, estes são os termos básicos do modelo que se convencionou chamar de *bare phrase structure*, intencionalmente restrito a princípios minimalistas naturais, em substituição à Teoria X-barra. Como veremos mais adiante, o novo quadro pode ter conseqüências drásticas para as operações de adjunção (crucial para o desenvolvimento desta tese), dado que o tratamento tradicional para os chamados *adjuntos* é incompatível, em muitos pontos, com os pressupostos minimalistas de BPS (Hornstein, Nunes & Piestroski (2006)).

2.2.2 Concatenação, conexão e rótulo

Num trabalho em que aborda o tema da recursividade nas línguas naturais, Hornstein (2005) propõe uma distinção entre *conexão* e *concatenação*, no seguinte sentido: enquanto a *concatenação* propriamente dita simplesmente agrupa elementos, pondo-os um ao lado do outro (“like beads on a string”, no dizer do autor), a *conexão* vai consistir numa operação mais complexa, que envolve a operação *concatenar* seguida da operação *rotular*. Em linhas gerais, *conectar* consiste na concatenação de dois elementos, resultando num elemento complexo que será da mesma natureza (terá o mesmo *rótulo*) que um dos elementos integrantes da concatenação. Considerando diretamente as palavras de Hornstein,

...labeling, understood as it is within Bare Phrase Structure, supplies the necessary ingredient to get one from a flat beads-on-a-string system to a hierarchical nesting system. Thus, if Merge is a species of concatenation, then labeling (and in particular endocentricity) is the central innovation of UG, the change that enables the peculiar architecture of natural language to emerge. [...] If this is correct, then the evolutionary “gateway” innovation that made natural language possible might reduce to one rather trivial operation, labeling, which in concert with other cognitive operations already in place flowered into the faculty of language. (pp. 2-3)

A proposta de Hornstein (2005), considerando *conectar* como equivalente à *concatenação* seguida de *rotulação*, tem conseqüências interessantes para sustentar a intuição por trás das noções de endocentricidade e movimento, bem como para ajustar conceitos como os de *adjunção* (ver a próxima seção) no espírito de BPS. Vejamos mais de perto alguns efeitos dessa visão, considerando uma definição bastante básica, apresentada pelo próprio autor, para a concatenação: *Concatenation is the most elementary mode of combination and, like all operations, it is defined over a set of atoms* (p. 3). Hornstein chama a atenção, por exemplo, para as letras (átomos) *t*, *h*, *e*, *c*, *a* e *t*, que podem ser concatenadas para formar complexos do tipo $t^h e^c a^t$ ou $t^c h^a e^t$, ou para as palavras (átomos) *the* e *cat*, que formariam diferentemente the^cat ou cat^the . Dado que, em princípio, elementos de qualquer natureza podem ser submetidos a uma operação de concatenação, então podemos considerar que

Concatenation is a very promiscuous operation. Its atoms can include phonemes, letters, syllables, words, sentences, actions, plans, flowers, whatever. It is a virtual certainty that non-verbal beings can concatenate some elements (though not others) and string them together into larger sequential objects. In this sense, concatenation is not a linguistically specific operation. (p. 3)

Uma conclusão óbvia a partir deste ponto de vista seria a de que a composição de átomos para formar constituintes e/ou sentenças das línguas naturais não deve se dar por meio de concatenação. Dado que concatenar átomos não resulta num *design* hierárquico, mas apenas numa cadeia de elementos unidimensional, a concatenação seria incapaz, por si mesma, de satisfazer os requerimentos para a geração de sentenças da linguagem humana. Por exemplo, uma frase como em (28a) a seguir deve ser gerada a partir dos átomos *o*, *rapaz*, *comeu*, *o* e *bolo*, de modo a resultar naquela estrutura esboçada em (28b). Entretanto o que a operação *concatenar* faz é tão somente agregar linearmente esses átomos, de modo a se obter a seqüência em (28c): notemos ser impossível, a partir de (28c), precisar que a relação entre *o* e *rapaz* (que devem formar um constituinte) é diferente da relação entre *rapaz* e *comeu* (que não devem formar um constituinte).

- (28) a. O rapaz comeu o bolo.
b. [[o rapaz] [comeu [o bolo]]]
c. o^rapaz^comeu^o^bolo

Contudo Hornstein (2005) destaca que, se o resultado de uma simples combinação entre dois elementos puder em si mesmo ser tratado como um átomo, então é possível chegar a uma estrutura hierárquica/recursiva tal como aquela em (28b) por meio exclusivamente da operação *concatenar*. Por exemplo, se a concatenação dos átomos *o* e *bolo* resultar em algo que também seja um átomo, como em (29a) a seguir, então será possível concatenar *comeu* ao átomo resultante, de modo a obter a estrutura requerida, em (29b). Da mesma forma, se a combinação de *comeu* e [o^bolo] resultar num átomo, podemos ter o resultado em (29c), com o átomo [o^rapaz] entrando em jogo e gerando a “estrutura molecular” requerida.

- (29) a. [o^bolo]
 b. comeu^[o^bolo]
 c. [o^rapaz]^[comeu^[o^bolo]]

Hornstein (2005) explora então a idéia de que é a operação *rotular* (nos termos da seção 2.2.1) o que possibilita a formação de um novo átomo quando dois outros átomos são concatenados. Ou seja, se os átomos α e β sofrem concatenação, o resultado é um novo átomo que terá a natureza de α ou β (ou, no sentido de BPS, projetará os traços de α ou β). A operação *conectar*, portanto, deve se dar como em (30), com a operação *concatenar* sendo seguida de *rotular*. Adotando os pressupostos da seção anterior, o que a operação *rotular* faz é dizer que o resultado da concatenação entre α e β é um átomo que passa a ter as propriedades ou de α (caso de [α α^β]) ou de β (caso de [β α^β]).

- (30) a. CONCATENAR α e β : α^β
 b. ROTULAR α^β : [α α^β] ou [β α^β]

Na próxima seção, apresento a visão de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) para a noção de adjunção, que exploram a visão de *conectar* como resultado da combinação de *concatenar* e *rotular*. Como veremos, essa visão permite, dentro do modelo minimalista, explorar a noção de adjunção num caminho que é compatível com a proposta de *bare phrase structure*, trazendo resultados vantajosos para explicar uma série de fatos que não podem ser capturados pela abordagem tradicional.

2.3 Rótulo e adjunção

Uma questão crucial dentro do escopo de pressupostos desta tese diz respeito à configuração de *adjunção*, tendo em vista que o foco de análise são constituintes tradicionalmente classificados como *adjuntos*. Por razões que vão ficar evidentes ao longo da análise, vou explorar a proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006), que procuram traduzir a intuição por trás da noção de *adjunção* nos termos do modelo de *bare phrase structure* (BPS). Nesta seção, vou apresentar sumariamente a reflexão desenvolvida por esses autores, que se afasta em grande medida do tratamento tradicional. Segundo os mesmos, *adjuncts have largely been treated as afterthoughts*, e, além disso, *current*

approaches sin against BPS in requiring an intrinsic use of bar levels and in using idiosyncratic labeling conventions whose import is murky at best (p. 1). Esta anti-operacionalidade dos mecanismos tradicionais para lidar com a adjunção ficará clara quando, a partir do próximo capítulo, argumento que o tratamento clássico conferido aos sintagmas comumente tomados como adjuntos é incapaz de capturar parte das propriedades abordadas no capítulo 1. Para expor a proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (doravante, HNP), sigo a mesma ordem de apresentação que a implementada pelos autores, partindo da visão anterior ao minimalismo e concluindo com a idéia de que as configurações de adjunção podem resultar num objeto *sem rótulo* (isto é, podem consistir num objeto lingüístico cuja formação via *concatenar* não projeta o núcleo do constituinte ao qual o adjunto se encontra concatenado).

2.3.1 A visão tradicional para a configuração de adjunção

É correntemente assumido que a operação de adjunção resulta numa projeção cujo rótulo é o mesmo que o do objeto ao qual o adjunto é concatenado, como ilustrado em (31)-(32) a seguir. Partindo da representação genérica em (31), a adjunção de um constituinte a XP preserva o rótulo de XP: em (32), por exemplo, a adjunção de *quickly* e *in the yard* ao VP tem como *output* um constituinte que também será um VP; em (33), no mesmo padrão, a adjunção de *from France* ao NP resulta num NP.

(31) [XP [XP [XP ...X⁰ ...] adjunct] adjunct]

(32) [VP [VP [VP read a book] quickly] in the yard]

(33) [NP [NP student of physics] from France] (HNP (2006); p. 2)

Como HNP destacam, as configurações de adjunção codificam pelo menos cinco propriedades. Um delas reporta a um **contraste com as configurações de complementação**: enquanto a adjunção preserva o rótulo, a complementação o altera. No caso em (32), por exemplo, o NP *a book* vai se juntar ao V⁰ *read*, e o resultado não é nem a projeção de um NP, nem a projeção de um V, mas de um VP. Atrelada a esta propriedade, temos uma segunda, já referida anteriormente: **a informação categorial após a operação de adjunção é mantida**, ou seja, se o constituinte a receber o elemento adjungido for

verbal, o resultado será um constituinte de natureza também verbal. Uma terceira propriedade é a **preservação do núcleo**: o núcleo da projeção resultante de uma adjunção é o mesmo da projeção anterior à adjunção. Em (32) e (33), por exemplo, os núcleos do VP e do NP serão *read* e *student* tanto antes quanto depois da operação. A quarta propriedade diz respeito à **maximalidade das projeções resultantes**: considerando aquele caso em (32), as seqüências *read a book*, *read a book quickly* e *read a book quickly in the yard* são, cada uma, projeções máximas, independentemente de num estágio anterior ou posterior elas também funcionarem como projeções máximas. A quinta propriedade, por fim, reporta ao fato de **não haver limite para a quantidade de constituintes que pode ser adjungida a uma projeção**, diferentemente do que observamos entre os processos de complementação.

HNP listam alguns fatos empíricos que sustentam essas propriedades. No que tange à manutenção de maximalidade, por exemplo, esta marca pode estar atrelada à seguinte condição: *se um XP pode participar de uma operação gramatical, essa possibilidade não é afetada pela adjunção*. Consideremos os casos em (34) a seguir, em que o fronteamto de VP pode ocorrer tanto na construção em (a), sem qualquer constituinte adjunto envolvido na construção, como na construção em (b), em que um adjunto preposicionado está expresso. Este fato reforça a idéia de que o constituinte verbal mantém o seu estatuto de VP, sem qualquer alteração de suas propriedades, após a operação de adjunção. Além disso, como podemos observar em (35), o fronteamto também pode ser feito com o adjunto estando junto do VP (como em (b)), o que reforça a idéia de que VP+adjunto é também um VP.

- (34) a. John could [eat the cake] and [eat the cake] he did.
 b. John could [[eat the cake] in the yard] and [eat the cake] he did in the yard.
- (35) a. ...and eat the cake he did *in the yard with a fork*.
 b. ...and eat the cake *in the yard with a fork* he did.

Em linhas gerais, portanto, o tratamento tradicional para a adjunção fornece uma base teórico-empírica adequada para lidar com uma série de questões envolvendo propriedades diversas. A idéia-chave que está na base dessa vantagem reside na preservação categorial: operações de adjunção não afetam os rótulos e as condições de maximalidade, bem como outras informações relevantes relativas aos constituintes que participam da adjunção.

2.3.2 Incompatibilidades com BPS

Com relação ao modelo de BPS, ao qual o quadro minimalista recorre, as cinco propriedades codificadas nas configurações de adjunção (referidas na seção anterior) são problemáticas. Um primeiro obstáculo diz respeito à condição de maximalidade: in BPS, uma projeção máxima é aquela que não mais projeta; o modelo tradicional, contudo, prevê que o núcleo do constituinte anteriormente à adjunção é também o núcleo do constituinte após a adjunção se efetivar, o que significa que a projeção máxima ao qual uma adjunção se aplica será também uma projeção máxima depois da operação, condição incompatível com BPS. Como destacado por HNP, *either head properties are not conserved or the XP to which the adjunct has adjoined is not maximal* (p. 4), dentro dos padrões de BPS. Considerando aquela representação em (36) a seguir, apenas o XP mais externo deve receber, à luz de BPS, o estatuto de projeção máxima, por ser, dentro da estrutura, a única projeção que não mais projeta. Dentre outros pontos, dado o fato de as propriedades de (37), sem qualquer adjunto, serem as mesmas de (36) (indicando que ambos têm o mesmo núcleo; ver a seção anterior), os pressupostos de BPS acabam sendo empiricamente desvantajosos no que diz respeito à adjunção, se comparados com os pressupostos anteriores.

(36) [XP [XP [XP ...X⁰...] adjunct] adjunct]

(37) [XP ...X⁰...]

Em princípio, uma forma de encaixar adequadamente a adjunção nos pressupostos de BPS é assumir, juntamente com Chomsky (1995), que o rótulo resultante da adjunção é diferente do rótulo da projeção ao qual o elemento se adjunge; por extensão, o núcleo da estrutura de adjunção é diverso do núcleo que recebe o adjungido. Então, em vez daquela representação em (36), a configuração de adjunção poderia ser capturada como em (38) a seguir. Notemos que tanto X(P) como o <X,X> mais externo vão ser tratados como projeções máximas, uma vez que os seus núcleos não projetam.

(38) [<X,X> [<X,X> [X(P) ...X⁰...] adjunct] adjunct]

HNP apontam uma série de questões para as quais este padrão configuracional acaba se tornando um complicador. Por exemplo, o <X,X> mais interno deve ser tratado como máximo ou não? E sobre a diferenciação nos rótulos, se aqueles que resultam da adjunção não são idênticos aos que caracterizam uma dada categoria numa condição de não-adjunção, por que as propriedades dessa categoria (de seleção e distribuição) são idênticas em um e outro caso? De uma forma geral, portanto,

The issues reviewed here are largely problems for a BPS understanding of labels when coupled with a standard account of adjuncts. The trouble seems to be that the labeling that has been proposed relies on bar-level information in a crucial way. But this information should not be available as it is relational not intrinsic to the lexical elements involved. Put another way, the labeling one finds with adjuncts differs from that found with complements but it is not clear how this labeling is to be interpreted (p. 5).

2.3.3 Ausência de rótulo em configurações de adjunção

A proposta de HNP para capturar as vantagens empíricas de uma configuração diferenciada para adjunção, em termos de BPS, é a seguinte: enquanto a conexão de um complemento a um determinado item resulta numa categoria com rótulo, os adjuntos não apresentam essa necessidade, com sua conexão a uma projeção podendo resultar numa estrutura sem rótulo. Na linha de Hornstein (2005), os autores exploram a idéia de que existem, pelo menos, duas operações que entram em jogo para compor estruturalmente um constituinte: uma é a operação de *concatenação*, e outra, a de conexão, esta conferindo um rótulo ao constituinte formado. Como já visto em 2.2.2, Isso quer dizer que, se dois elementos X e Y são conectados, como em (39) a seguir, o constituinte resultante terá a natureza de um deles, que deverá nomear o objeto formado (no caso, X).

(39) [X X^Y]

Retomando conceitos discutidos em Hornstein (2005), a operação *concatenar* junta dois objetos atômicos (capazes, por si só, de atuarem como uma unidade lingüística), formando um complexo não-atômico. Já *rotular* toma o complexo não-atômico resultante de *concatenar* e o transforma num objeto atômico, que deverá ser da mesma natureza que a

de um dos objetos que integram a concatenação. No caso da representação em (39), por exemplo, dois átomos X e Y são concatenados, formando em princípio um objeto não-atômico $X^{\wedge}Y$; *rotular* então se aplica, tornando $X^{\wedge}Y$ um objeto atômico da mesma natureza de X, representado então como $[_X X^{\wedge}Y]$.

HNP indagam então acerca do que aconteceria se uma dada concatenação não fosse seguida de *rotular*, tal como na representação em (40) a seguir: Z está concatenado a $[_X X^{\wedge}Y]$, porém esta operação não é seguida de *rotular*, com o objeto resultante não sendo nem da natureza de X, nem da natureza de Z.

(40) $[_X X^{\wedge}Y]^{\wedge}Z$

A proposta de HNP é exatamente a de que, enquanto a concatenação de um argumento precisa ser seguida pela operação *rotular*, a de um adjunto não apresenta essa necessidade. Ou, em outras palavras, enquanto a concatenação de um argumento sempre resulta em um objeto atômico, a de um adjunto pode resultar num objeto não-atômico.

A título de exemplo, consideremos as representações em (41) e as construções em (42) a seguir, trazendo *in the yard* como adjunto e *the cake* como complemento. A conexão do complemento a V^0 necessariamente resulta numa categoria com rótulo, como ilustrado em (41a) e (41b). Diferentemente, a conexão entre V e o adjunto pode ou não ser seguida de *rotular*: em (41a), em que *rotular* não se aplica após a concatenação, temos dois átomos (*eat^the-cake* e *in-the-yard*); em (41b), *rotular* se aplica, e o resultado é a formação de um único objeto atômico. (41a) prevê que V pode ser movido, sem levar consigo o adjunto, resultando na construção em (42a); já (41b) prevê que, se V for movido, o adjunto também deverá ser movido, como na construção em (42b).

(41) a. $[_V \text{eat}^{\wedge}\text{the-cake}]^{\wedge}\text{in-the-yard}$
 b. $[_V [_V \text{eat}^{\wedge}\text{the-cake}]^{\wedge}\text{in-the-yard}]$

(42) a. eat the cake he did in the yard
 b. eat the cake in the yard he did
 c. * eat he did the cake in the yard

E como bloquear, dentro desse modelo, a construção em (42c) acima, em que o verbo é movido sem o complemento e sem o adjunto? Notemos que, se as propriedades de V são mantidas tanto para *eat* como para *eat the cake*, então a possibilidade de mover o segundo

deveria implicar a possibilidade de mover o primeiro, contrariamente ao que observamos em (42c). HNP argumentam que é a *Condição A-sobre-A* (Chomsky (1964)) que bloqueia o movimento exclusivo do verbo: o V *eat* se move para fora do V *eat the cake*, o que consiste numa violação da Condição.

Contrariamente ao tratamento tradicional, a abordagem de HNP para as configurações de adjunção não é incompatível com os pressupostos de BPS. O que passa a importar nessa abordagem é a captura de ambigüidades estruturais observadas em construções que envolvem adjunção, e não apenas um mero exercício de convenção em torno de propriedades de *rotular*: regra geral, *what distinguishes adjunction structures is not a new kind of label but the absence of one* (p. 9).

É relevante, contudo, trazer uma indagação feita pelos próprios autores: como motivar *conceptualmente* um tratamento diferenciado para adjuntos e complementos (que vimos ser empiricamente desejável), em termos de ausência/presença de rótulo? Para encaminhar a questão, HNP exploram um contraste semântico: diferentemente dos adjuntos, complementos precisam receber um papel temático para integrar um predicado de eventos. Adotando uma semântica neo-davidsoniana, teríamos para aquela construção em (43a), por exemplo, a forma lógica em (43b): o verbo *eat* e o adjunto *in the yard* integram-se ao evento sem precisar de qualquer suporte relacional, enquanto os argumentos *John* e *the cake* somente o fazem se forem marcados, respectivamente, como sujeito e objeto.

- (43) a. John ate the cake in the yard.
b. $\exists e$ [eating(e) & subject(John,e) & object(the cake,e) & in-the-yard(e)]

Esse contraste entre complementos e adjuntos pode ser traduzido em termos de necessidade/não-necessidade de *rótulo*, se atentarmos para o fato de que a interpretação de um constituinte como sujeito ou objeto requer a aplicação de relações estruturais específicas a serem reconhecidas pela interface conceptual-intencional. Por exemplo, um objeto deve chegar na interface como o elemento imediatamente concatenado a V para ser reconhecido como tal, o que exige a aplicação de algo como *rotular* para que essa “concatenação imediata” seja reconhecida. Sobre a relação entre *rotular* e ordem, em particular, HNP ressaltam que múltiplos adjuntos sem qualquer especificação de *rótulo* acabam funcionando como ‘pilhas’ de categorias concatenadas, sem que uma ordem

específica seja estabelecida entre tais categorias. Nos casos com fronteamo de VP e elipse a seguir, por exemplo, parece não existir qualquer relação predeterminada de ordem que mostre efeito sobre relações de antecedência entre os adjuntos, bem como entre cada adjunto e o VP.

- (44) a. John ate the cake with a fork in the yard and
b. Bill did with a knife
c. and eat the cake in the yard he should have with a fork

Em suma, existem motivações tanto de base empírica como conceptual para, no espírito de BPS, atrelarmos às configurações de adjunção a idéia de que a concatenação de adjuntos a uma dada categoria não resulta necessariamente num objeto com rótulo. Nos capítulos 3 e 4, apresento fatos envolvendo PPs adnominais no português brasileiro que podem ser adequadamente capturados à luz da abordagem de HNP.

2.4 Sumário

Neste capítulo, apresentei os pressupostos gerais que vão nortear a análise dos PPs adnominais no português brasileiro, cujas propriedades relevantes foram apresentadas no capítulo 1. Em linhas gerais, assumi a noção de *Spell-Out* múltiplo, nos termos de Chomsky (2000, 2001), bem como as conseqüências do modelo de *bare phrase structure*, que rege a estruturação de constituintes no Programa Minimalista. Foi destacada a chamada *Condição de Impenetrabilidade da Fase*, a partir da qual é previsto que somente a margem de uma fase (vP ou CP) pode ser “enxergada” para efeitos de interação com elementos de uma fase posterior. Considerando a discussão de Hornstein (2005), também foi destacada a noção de *conectar* como uma operação que envolve *concatenar* seguida de *rotular*. À luz desta discussão, apresentei a proposta de Hornstein, Nunes e Piestroski (2006) sobre a noção de adjunção, que sugere a possibilidade de a operação *rotular* não ser obrigatória na concatenação de constituintes interpretados como adjuntos.

3 A arquitetura da relação entre DPs e sintagmas-*de* adjuntos

3.0 Introdução

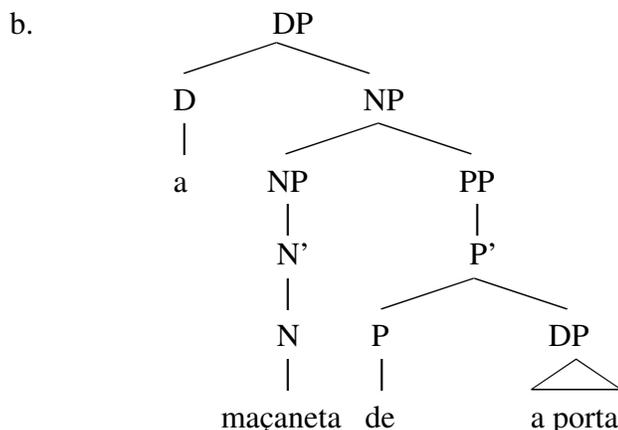
Neste capítulo, retorno as propriedades particularizadoras dos sintagmas-*de* adjuntos apontadas no capítulo 1, explorando os pressupostos assumidos no capítulo anterior. O esforço central será o de associar as singularidades demonstradas pelos sintagmas-*de* a uma configuração diferenciada da que envolve os sintagmas-*em/com/para*, que serão abordados mais de perto no capítulo 4. A hipótese que vou explorar parte do pressuposto de que *de* consiste numa *dummy preposition* quando introduzindo adjuntos adnominais, diferentemente de *em*, *com* e *para*. A idéia contida por trás dessa noção se ancora, dentre outros aspectos, no fato de a computação sintática não “enxergar” a preposição *de* nos contextos em questão, condição que leva a assumir os sintagmas-*de* adnominais como verdadeiros DPs/NPs, e não PPs. Também argumento em favor de uma configuração estrutural na qual o sintagma-*de* é inserido na margem do DP, o que vai permitir explicar a possibilidade de extração desses constituintes no português brasileiro (contrariamente, como será mostrado, ao padrão observado em línguas como o castelhano e o português europeu). O capítulo será dividido como se segue: na seção 3.1, discorro brevemente sobre o tratamento tradicional fornecido aos PPs (e, por extensão, aos sintagmas-*de*) na literatura do português; na seção 3.2, abordo em linhas gerais as análises de Castillo (1998), Kayne (2000, 2002) e Giorgi & Longobardi (1991) para sintagmas genitivos adjuntos e argumentais, mostrando que o tratamento fornecido por esses autores não é apropriado para capturar os fatos relevantes do português brasileiro; na seção 3.3, parto da proposta de Raposo (1999) para introduzir a idéia de *adjunção de DP a DP*, explorando, dentre outros aspectos, a idéia de *adjunção sem rótulo* proposta por Hornstein, Nunes & Pietroski (2006); nas seções 3.4, 3.5 e 3.6, procuro correlacionar a proposta desenvolvida para os sintagmas-*de* ao conjunto das conseqüências previstas em Bošković (2001, 2005), que aborda contrastes entre diferentes línguas envolvendo extração de dentro de constituintes nominais; na seção 3.7, retorno ao tópico da neutralidade semântica de *de*, considerando as

conseqüências do quadro proposto em 3.2; na seção 3.8, finalmente, abordo alguns aspectos dos sintagmas-*de* em contextos não-adnominais, listando propriedades que podem estar radicadas nas mesmas razões que conduzem ao estatuto diferenciado da versão adnominal desses constituintes.

3.1 A configuração tradicional para a adjunção adnominal

A configuração normalmente atribuída para os adjuntos adnominais no português segue, de um modo geral, a abordagem tradicional para as configurações de adjunção proposta pela Teoria X-barras: o constituinte modificador adnominal deve entrar na estrutura adjungindo-se a uma projeção interna ao DP/NP, sem qualquer alteração de rótulo entrando em jogo (ver, por exemplo, Raposo (1991), Mira Mateus *et al.* (1999) e Miotto, Figueiredo Silva & Lopes (2002)). Dentro do modelo X-barras, uma configuração de adjunção genérica aplicada a expressões do português pode ser exemplificada em (1b) a seguir, com o PP *da porta* adjungido à projeção máxima do N *maçaneta*, internamente ao DP.

(1) a. a maçaneta da porta



Suponhamos, por ora, que não exista qualquer problema para extrairmos constituintes a partir de uma posição interna ao DP. Em tal situação, um sintagma-*de* interrogativo poderia ser extraído da posição em que se encontra em (1b) sem violar qualquer regra de constituência, gerando a construção em (2) a seguir.

(2) De qual porta_i o funcionário já trocou a maçaneta t_i?

O problema, contudo, vem de contextos em que o sintagma interrogativo não é nucleado pela preposição *de*: considerando dados como os que seguem em (3)-(5), podemos observar que sintagmas-*em/com/para* interrogativos não admitem extração quando exercem a função de adjuntos adnominais (ver seção 1.3). Tendo em vista essa oposição, não é claro como a configuração de adjunção empregada em (1b) bloquearia a extração de PPs interrogativos de sintagmas que não são introduzidos por *de*.

- | | | |
|-----|---|----------------|
| (3) | a. O rapaz leu os livros <i>em qual biblioteca?</i> | (adv / ?? adn) |
| | b. <i>Em qual biblioteca</i> o rapaz leu os livros? | (adv / * adn) |
| (4) | a. A menina rabiscou o caderno <i>com qual rapaz?</i> | (adv / adn) |
| | b. <i>Com qual rapaz</i> a menina rabiscou o caderno? | (adv / * adn) |
| (5) | a. A Ana embrulhou o presente <i>para qual convidado?</i> | (adv / adn) |
| | b. <i>Para qual convidado</i> a Ana embrulhou o presente? | (adv / * adn) |

Mesmo no que tange à extração interrogativa de sintagmas-*de*, a vantagem da configuração em (1b) não iria além de capturar a propriedade de extração apontada: pela representação em questão, não é claro como o sistema computacional deveria proceder para efetivar a extração do nome modificado de modo a resultar nas construções em (6) a seguir, possíveis no português brasileiro (ver seção 1.3). Por aquela configuração em (1b), o movimento do DP modificado implica igualmente o movimento do PP modificador, o que deveria se refletir na má formação da extração exclusiva do termo interrogativo deixando para trás o constituinte preposicionado.^{1,2}

¹ Poderíamos explorar a idéia de que a presença do constituinte interrogativo em [Spec,CP] numa construção como aquela em (6) não se dá por meio de extração, mas consiste numa operação *pure merge* do DP interrogativo naquela posição. Os testes de ilha abaixo, contudo, descartam essa possibilidade.

- | | |
|-------|---|
| (i) | a. O Pedro disse que leu qual livro do Machado de Assis? |
| | b. Qual livro (que) o Pedro disse que leu, do Machado de Assis? |
| (ii) | a. O Pedro ligou para a Ana depois que leu qual livro do Machado de Assis? |
| | b. * Qual livro (que) o Pedro ligou para a Ana depois que leu, do Machado de Assis? |
| (iii) | a. O Pedro conhece o aluno que leu qual livro do Machado de Assis? |
| | b. * Qual livro (que) o Pedro conhece o aluno que leu, do Machado de Assis? |

² Ver a seção 3.5.2 para uma análise em que o sintagma-*de* em expressões do tipo *o livro do Machado de Assis*, correspondente à construção em (6a), é caracterizado como um constituinte argumental, e não adjunto.

- (6) a. Qual livro (que) você leu, do Machado de Assis?
b. Qual prova (que) o professor ainda não corrigiu, dos alunos reprovados?
c. Qual funcionário (que) você conhece, do departamento?

Considerando questões dessa natureza, desenvolvo neste capítulo um quadro formal alternativo à arquitetura tradicional de sintagmas-*de* adjuntos a DPs no português brasileiro, à luz dos pressupostos que foram assumidos no capítulo anterior.

3.2 Análises sobre a disposição de sintagmas genitivos no interior de DPs

Nesta seção, abordo três diferentes análises na literatura sobre constituintes preposicionados internos a DPs (Castillo (1998) para o castelhano, Kayne (2000, 2002) para o inglês, Giorgi & Longobardi (1991) para o italiano) que buscam capturar, dentre outros aspectos, propriedades demonstradas por sintagmas genitivos. O ponto em comum entre essas análises é a idéia de que, no início da derivação, o sintagma genitivo não deve consistir num termo preposicionado, mas num DP/NP que somente se associa à preposição ao longo da computação sintática. Embora seja esta a idéia que vou adotar a partir da seção 3.3, a implementação técnica desenvolvida por tais abordagens não são adequadas, como veremos, para capturar os fatos relevantes em torno de sintagmas-*de* adnominais do português brasileiro (particularmente, no que diz respeito a efeitos de extração), apresentados no capítulo 1.

3.2.1 Relações *continente-conteúdo* em castelhano

Considerando dados do castelhano, exemplificados em (7)-(8) a seguir, Castillo (1998) recorre a um “modelo dimensional” para capturar a relação entre propriedades de seleção semântica do verbo e a possibilidade de extração a partir de DPs que expressam uma relação **continente-conteúdo**, do tipo *una botella de cerveza*. Diante de verbos como *beber*, tanto o sintagma-*de* como o DP modificado pode ser extraído, enquanto nem um nem outro constituinte pode sofrer extração diante de verbos como *romper*.

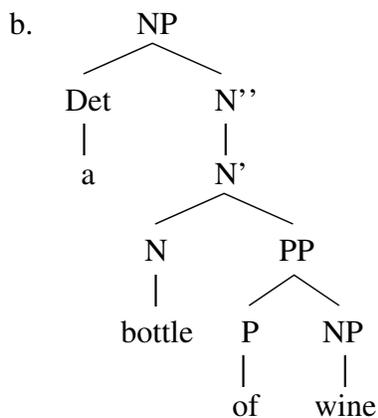
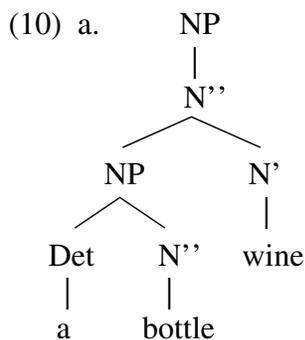
- (7) a. [De qué]_i bebiste una botella t_i
b. Cuántas botellas bebiste t_i de cerveza

- (8) a. * [De qué]_i rompiste una botella t_i
 b. * Cuántas botellas_i rompiste t_i de cerveza (Castillo (1998); exemplos (12)-(13))

O ponto de partida para Castillo (1998) é a abordagem de Selkirk (1977) para construções *continente-conteúdo* do inglês. Como ilustrado em (9) a seguir, DPs do tipo *a bottle of that good wine* podem atuar tanto como complemento de *drink* quanto de *break*. Embora um e outro verbo mostrem restrições semânticas diferenciadas para a seleção do seu complemento (*drink* seleciona semanticamente um termo que referencie um elemento líquido, enquanto *break*, um elemento sólido), o constituinte nucleado lexicalmente por *bottle* pode ser tomado como complemento dos dois itens.

- (9) a. She drank a bottle of that good wine.
 b. She broke a bottle of that good wine. (Castillo (1998); exemplo (1))

Para Selkirk (1977), contudo, a identidade linear superficial dos complementos de *drink* e *break* não corresponde a uma identidade estrutural em termos subjacentes: o núcleo do complemento verbal em (9a) dever ser *wine*, enquanto em (9b), *bottle*. A estrutura de um e outro seria dada respectivamente como em (10a) e (10b) a seguir. Em (10a), correspondente a uma *leitura de conteúdo* (do inglês *content reading*), o NP *a bottle* deve ocupar a posição de especificador do NP nucleado por *wine*; em (10b), numa *leitura de continente* (*container reading*), o PP *of wine* deve corresponder ao complemento de *bottle*, que por sua vez vai consistir no núcleo do constituinte.



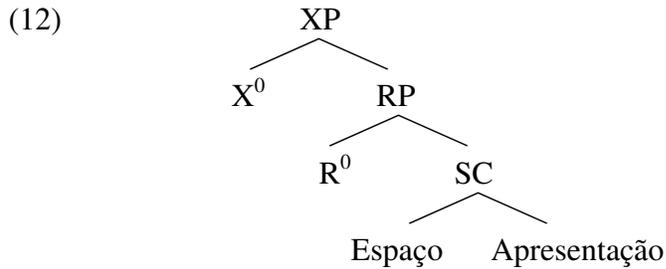
Castillo (1998) segue a idéia de que a estrutura do complemento deve ser suficientemente flexível para permitir que as demandas seletivas do verbo sejam atendidas, mas discorda da argumentação de Selkirk (1977) no que diz respeito às arquiteturas fornecidas para as leituras de conteúdo e continente. Para o autor, a abordagem de Selkirk (1977) deixa de capturar o fato de a relação entre conteúdo e continente ser a mesma nos dois tipos de interpretação, independentemente das restrições impostas pelo verbo. Castillo (1998) defende, nesse sentido, que as estruturas correspondentes a um e outro tipo de expressão exibam um ponto derivacional em comum, no qual a relação relevante é estabelecida. As diferenças estruturais seriam determinadas após o estabelecimento desse ponto derivacional, ao longo da derivação do DP, de modo a permitir que os requerimentos semânticos de cada verbo sejam satisfeitos.

Vou apresentar de forma sucinta a proposta de Castillo (1998), sem me aprofundar nos detalhes mais técnicos que caracterizam sua abordagem. Explorando as idéias de Uriagereka (1995) em torno de relações estabelecidas entre expressões nominais, o autor argumenta que o ponto de partida para a formação de uma expressão *continente-conteúdo* seja uma *small clause* especificada como em (11a) a seguir, em que um dos elementos atua como *Espaço (Space)*, e o outro, como *Apresentação (Presentation)*. De um ponto de vista meramente sintático, o Espaço e a Apresentação devem corresponder, respectivamente, aos sujeito e predicado da *small clause*. Na expressão *botella de cerveza*, por exemplo, *cerveza* será o sujeito, e *botella*, o predicado, atuando respectivamente nos papéis de Espaço e Apresentação, como indicado em (11b).

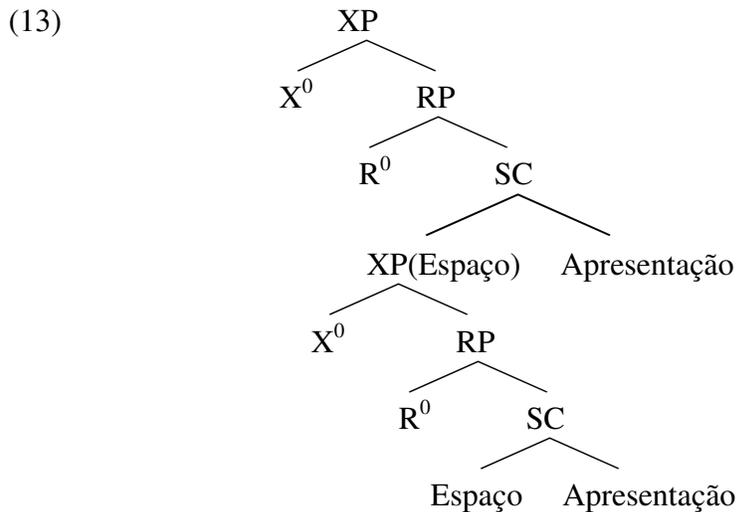


Ao longo da computação, a *small clause* vai se associar às categorias funcionais R^0 (que codifica, dentre outras, propriedades de concordância morfossintática) e X^0 (que codifica traços associados a restrições contextuais), como ilustrado em (12) a seguir. Particularmente sobre X^0 , Castillo (1998) assume que esse núcleo detém o traço não-interpretável [c] (atrelado a informações de ordem contextual), que deve ser checado contra o traço interpretável do mesmo tipo presente ou no Espaço ou na Apresentação. A depender

do elemento movido para [Spec,XP], a leitura resultante será ou de conteúdo (caso em que a contraparte interpretável de [c] deve estar presente no Espaço) ou de continente (caso em que a contraparte interpretável de [c] deve estar na Apresentação).



O ponto crucial da proposta diz respeito ao fato de a projeção do XP em (12) poder corresponder ao Espaço de uma outra *small clause*, que por sua vez também deverá se associar a um R⁰ e a um X⁰, tal como indicado em (13) a seguir. Segue daí a idéia de “dimensionalidade” na base desse modelo: o Espaço pode ser expresso em diferentes dimensões (n, n+1, n+2 ...), o que se caracteriza, em termos sintáticos, pela associação com um elemento que altere uma condição dimensional mais elementar. Assim, o Espaço por si só é unidimensional, e sua associação com a Apresentação resulta num *status* bidimensional (o que, em termos sintáticos, é expresso pela composição da *small clause*); a combinação de Espaço e Apresentação pode, por sua vez, ser interpretada como Espaço e se associar a outro índice interpretado como Apresentação, derivando então um *status* tridimensional, representado na configuração em (13).

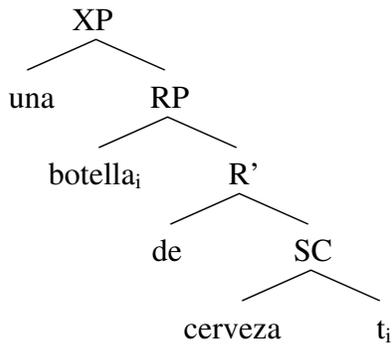


Sobre os efeitos de cada nível dimensional para a interpretação, Castillo (1998) assume que, no plano unidimensional, temos apenas um “Espaço puro” (*a pure Space* – grifo do autor). Ao passar para o plano bidimensional, o Espaço se associa a um termo que expressa medida, indicado pela Apresentação. A passagem para o nível tridimensional deve contar com o Espaço (então expresso pelo XP naquela representação em (13)) associado a um *classificador*, que também vai atuar como Apresentação. Em termos semânticos, o plano bidimensional corresponde a uma expressão nominal massiva (*concrete mass term*), e o plano tridimensional, a uma expressão nominal contável (*count noun*). Aplicando esse aparato para expressões do tipo *una botella de cerveza*, Castillo (1998) adota a idéia de que, na leitura de conteúdo em (14a) a seguir, a arquitetura deve ser bidimensional, enquanto na leitura de continente em (14b), a arquitetura será tridimensional.

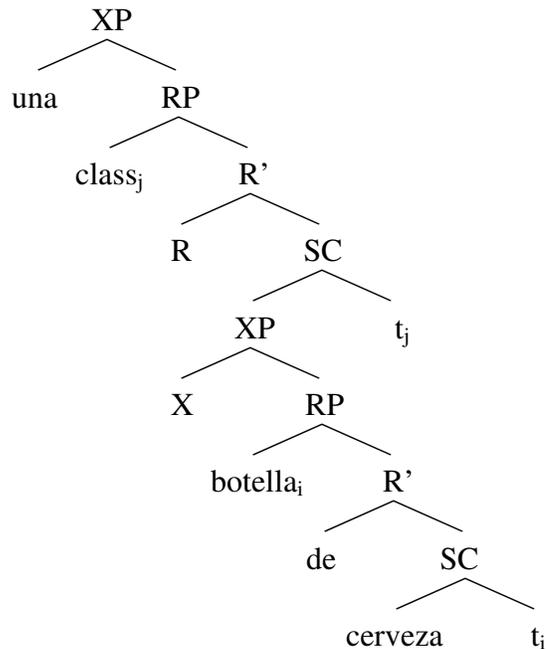
- (14) a. Bebí una botella de cerveza.
b. Rompí una botella de cerveza.

A configuração correspondente a uma e outra leitura deve ser dada respectivamente como em (15) e (16) a seguir. Em ambos os casos, *cerveza* e *botella* compõem a *small clause* respectivamente como Espaço e Apresentação; também em ambos os casos o termo *botella* será o elemento alçado para [Spec,RP], visando a satisfazer, dentre outros, os traços associados às propriedades de concordância. A diferença vai se dar na composição de um nível tridimensional necessário à leitura de continente: em (16), o XP bidimensional é interpretado como Espaço e tomado como sujeito de uma nova *small clause* cujo predicado é um classificador (sem realização fonológica em línguas como o castelhano) interpretado como Apresentação; o classificador é então alçado para o [Spec,RP] do nível tridimensional, resultando na configuração correspondente ao objeto do verbo, que requer um nome contável como complemento.

(15)



(16)



Castillo (1998) considera que esses dois diferentes padrões configuracionais podem capturar adequadamente os contrastes de extração entre as leituras de continente e conteúdo, como naquelas construções apresentadas em (7)-(8), repetidas adiante. A leitura de continente não admite extração porque o XP correspondente se encontra na posição de sujeito da uma *small clause* (ver a estrutura em (16) acima); uma vez que tal posição se comporta como ilha, qualquer movimento a partir dela deve ser bloqueado, o que explicaria a impossibilidade dos casos em (18). Diferentemente, a leitura de conteúdo vai corresponder a um XP na posição de complemento do verbo (que não consiste num contexto de ilha), o que garantiria a boa formação das sentenças interrogativas em (17). Esta abordagem também pode, em princípio, ser estendida aos fatos do inglês, em que a extração a partir de DPs com leitura de continente também é inaceitável, como podemos atestar em (19)-(20) adiante.

- (17) a. [De qué]_i bebiste una botella t_i
b. Cuántas botellas bebiste t_i de cerveza

- (18) a. * [De qué]_i rompiste una botella t_i
b. * Cuántas botellas_j rompiste t_i de cerveza (Castillo (1998); exemplos (12)-(13))

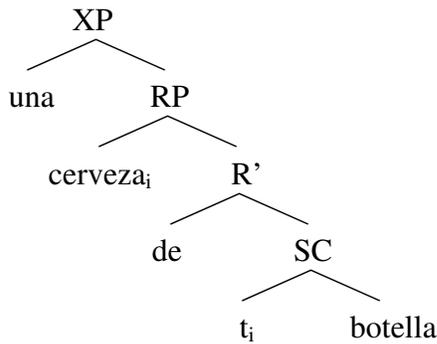
- (19) a. What_i did you drink a bottle of t_i.
 b. ? [How many bottles]_i did you drink t_i of beer
- (20) a. * What_i did you break a bottle of t_i
 b. * [How many bottles]_i did you break t_i of beer (Castillo (1998); exemplos (37)-(38))

A proposta de Castillo (1998) também abrange os fatos em (21)-(22) a seguir: em (21), que traz uma expressão de conteúdo, tanto o Espaço como a Apresentação podem aparecer na posição anteposta à preposição (correspondente a [Spec,RP]); na sentença com expressão de continente em (22), diferentemente, somente o Espaço pode ser anteposto.

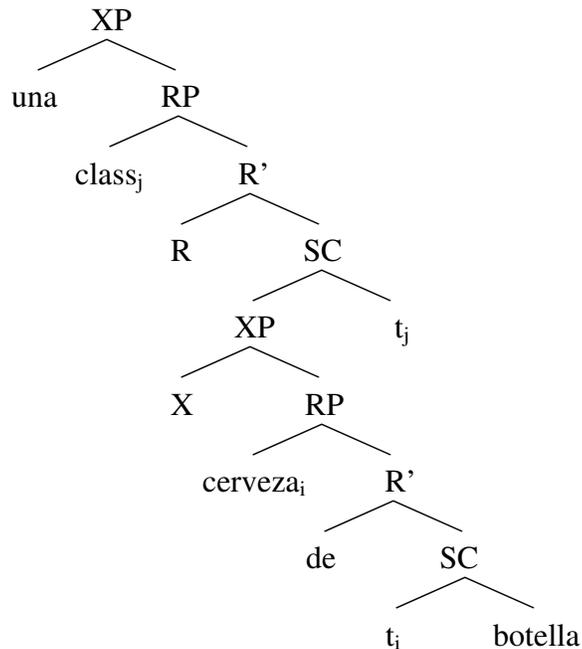
- (21) a. Bebí dos botellas de cerveza.
 b. Bebí dos cervezas de botella. (Castillo (1998); exemplos em (24))
- (22) a. Rompí una botella de cerveza.
 b. * Rompí una cerveza de botella. (Castillo (1998); exemplos discutidos na seção 2.2)

Dentro do modelo que o autor propõe, o contraste vai se explicar devido ao fato de o verbo em (21) pedir um objeto bidimensional, o que significa que o elemento em [Spec,RP] deve receber uma interpretação massiva; o verbo em (22), contrariamente, exige um objeto tridimensional, condição que obriga o elemento em [Spec,RP] a ser interpretado como contável. As representações correspondentes a (21b) e (22b) são apresentadas respectivamente em (23)-(24) a seguir, com a anteposição de *cerveza* sendo traduzida por sua presença em [Spec,RP] em ambos os casos. De um ponto de vista semântico, a configuração em (24) é problemática, dado que, nesse caso, *cerveza* é interpretado como um elemento contável (uma vez que a configuração se tornou “tridimensional”), característica que violaria sua condição intrinsecamente massiva. Essa impropriedade explicaria a inaceitabilidade de (22b), face à aceitabilidade de (21b).

(23)



(24)



A conclusão de Castillo (1998) é a de que a generalização sobre a possibilidade de extração a partir da expressão de conteúdo (bem como a sua impossibilidade na expressão de continente) é uma evidência em favor da noção de “dimensionalidade” aplicada a relações do tipo *continente-conteúdo*. O português brasileiro, contudo, traz um problema para a motivação da proposta, que consiste no fato de que não só expressões de conteúdo, mas também expressões de continente, podem sofrer extração nesta língua. Como apontado em (25)-(26) a seguir, o português brasileiro admite a extração do DP e do PP tanto com verbos como *beber*, quanto com verbos como *quebrar*, condição que põe em xeque a validade da generalização feita por Castillo (1998).

- (25) a. [De qual cerveja / Do que]_i você bebeu duas garrafas t_i
b. [Quantas/Quais garrafas]_i você bebeu t_i de cerveja

- (26) a. [De qual cerveja / Do que]_i você quebrou duas garrafas t_i
b. [Quantas/Quais garrafas]_i você quebrou t_i de cerveja

O tratamento “dimensional” proposto por Castillo (1998) não captura, portanto, as propriedades relevantes do português brasileiro. Retorno a esses fatos na seção 3.5.2,

quando encaminhado uma abordagem que procura abarcar, num mesmo quadro, os fatos do português brasileiro e do castelhano.

3.2.2 Não-constituência entre o DP modificado e o sintagma genitivo

Para tratar de extração de termos genitivos no inglês, como em (27)-(28) a seguir, Kayne (2000, 2002) elabora um quadro em que o constituinte modificado e o modificador não se encontram em relação de constituição, valendo-se da idéia de que o índice genitivo *of* é inserido numa posição acima de VP.³ Nessa proposta, o sintagma genitivo é originalmente um DP, com o seu estatuto de PP sendo antes o resultado superficial de uma seqüência de operações de movimento. Em outras palavras, a preposição não “nasce” no domínio nominal, mas é externa a ele, com o DP modificado e o DP modificador estabelecendo a relação semântica relevante antes mesmo da entrada do índice genitivo.

- (27) a. John has lots of money.
b. Money John has lots of.
c. What does he have lots of? (Kayne (2002); exemplos (1), (5) e (188))
- (28) a. John was admiring a picture of Mary.
b. Who was John admiring a picture of. (Kayne (2002); exemplos (3)-(4))

Os passos derivacionais para gerar o sintagma verbal da sentença em (27a), por exemplo, seriam determinados de acordo com os procedimentos em (29) a seguir. *K-of* e *of* podem ser tomados, respectivamente, como a contraparte de Infl/Agree e C(omp) no domínio das relações entre os dois DPs. *K-of*, em particular, é o responsável pela atribuição/checagem de Caso ao sintagma genitivo.⁴ Para obter a ordem linear

³ Em seu trabalho, Kayne (2000, 2002) faz alusão à proposta de Chomsky (1977), na qual se postula uma regra de reajustamento, “quebrando” o complemento verbal em dois constituintes, para capturar a possibilidade de extração em construções como aquela em (28b).

⁴ Kayne (2000, 2002) faz um paralelo com termos preposicionados do alemão, em que *K* é realizado abertamente no determinante, ocorrendo com a preposição. A expressão em (i) a seguir é um exemplo dessa língua, com o morfema *-m* em *D* correspondendo a um marcador de Caso dativo, equivalendo ao núcleo *K*. Em línguas como o inglês, esse núcleo não disporia de realização morfológica.

(i) mit dem Mann (with the+K_{dativo} man)

correspondente a *a picture of John*, todo o VP sofre movimento para o especificador da projeção de *of*, como indicado na passagem do passo em (d) para aquele em (e).

- (29)
- | | |
|--|---|
| a. ...admiring [John a picture] | → concatenação de <i>K-of</i> |
| b. ... <i>K-of</i> admiring [John a picture] | → movimento de <i>John</i> para [Spec, <i>K-of</i>] |
| c. ...John _i <i>K-of</i> admiring [t _i a picture] | → concatenação de <i>of</i> |
| d. ... <i>of</i> John _i <i>K-of</i> admiring [t _i a picture] | → movimento de VP para [Spec, <i>of</i>] |
| e. ...[admiring [t _i a picture]] <i>of</i> John <i>K-of</i> | |

As possibilidades de extração em (27)-(28) se verificariam, portanto, pelo fato de o constituinte genitivo não estar numa relação de constituência com o DP modificado, bem como por não se tratar de um verdadeiro complemento de *of* (o que também explicaria, em parte, a possibilidade de *stranding* da preposição). Kayne (2000, 2002) argumenta em favor da extensão dessa análise para o francês, em casos paralelos aos do inglês, como em (30)-(31) a seguir. Não se observa no francês, entretanto, a mesma possibilidade observada no inglês no que diz respeito à extração do elemento genitivo, condição que o autor vai atrelar à impossibilidade de *stranding* da preposição em francês (por propriedades intrínsecas à própria preposição), e não a fatores de ordem configuracional.

- (30)
- | | |
|-------------------------|--|
| a. Jean a peu d'argent. | |
| b. * Qu'a-t-il peu de? | (Kayne (2002); exemplos (186) e (189)) |
- (31)
- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| a. Il admirait un portrait de Marie. | |
| b. * Qui admirait-il un portrait de? | (Kayne (2002); exemplos (183)-(184)) |

Esses mesmos procedimentos sintáticos poderiam ser empregados para dar conta de fatos do português brasileiro se não fosse a possibilidade, nesta língua, de extração do sintagma genitivo acompanhado da preposição, como podemos ver em (b) nos casos de (32)-(33) a seguir. Dentro do quadro proposto por Kayne (2000, 2002), a extração do sintagma-*de* interrogativo envolveria o movimento de projeção intermediária (já que o VP junto ao DP modificado estaria no especificador da projeção de *de*, de acordo com aqueles procedimentos em (29)), operação largamente assumida como imprópria na literatura gerativista. Além disso, também não ficaria claro como se poderia capturar a possibilidade

de extração do DP modificado, como nos casos em (c), se os mesmos se encontrarem dentro do VP movido para a posição de especificador da preposição (ver os passos em (d)-(e) de (29)). Como também é assumido na literatura, movimento a partir de um constituinte na posição de especificador consiste numa operação impossível, o que deveria coibir a ocorrência dos casos em (c) em (32)-(33) dentro do modelo de Kayne (2000,2001).

- (32) a. O Pedro comprou dez quilos de farinha.
b. Do que / De qual farinha o Pedro comprou dez quilos?
c. Quantos quilos o Pedro comprou de farinha?
- (33) a. João estava admirando um retrato da Maria.
b. De quem / De qual moça o João estava admirando um retrato?
c. Que retrato o João estava admirando da Maria?

Além desses aspectos, o inglês não apresenta, diferentemente do português brasileiro, a possibilidade de extração generalizada do sintagma genitivo, sendo os casos admissíveis restritos a sintagmas preposicionados com termos que reportam à quantidade/medida (do tipo *lots*, *hundreds* etc.), nomes relacionais (do tipo *mother*, *father*, *friends* etc.) e aqueles da família de *picture*.⁵ Com relação aos sintagmas genitivos adjuntos, que interessam de imediato a esta tese, a proposta de Kayne (2000, 2002) não faz qualquer previsão, tendo em vista que os mesmos não podem sofrer extração em inglês.

Na seção 3.3, vou explorar uma configuração na qual o DP modificado e o sintagma genitivo adjunto não se encontram numa relação de constituência no português brasileiro, no encaixe da proposta de Kayne (2000, 2002). A implementação técnica, contudo, será diferenciada da proposta por esse autor, visando a capturar particularmente fatos paralelos aos apontados em (32)-(33), juntamente com as demais especificidades demonstradas pelos sintagmas-*de* listadas no capítulo 1.

3.2.3 *Dummy preposition* em sintagmas genitivos argumentais do italiano

Adotando pressupostos da Teoria de Regência e Ligação, Giorgi & Longobardi (1991) analisam sintagmas nominais do italiano que trazem constituintes genitivos argumentais em

⁵ Ver Floripi (2003) e Rodrigues (2004a) para uma discussão em torno de relações temáticas no interior de DPs envolvendo nomes relacionais em português brasileiro.

seu interior. Parte da análise é dedicada à tentativa de explicitar fatos de ligação como os observados em (34)-(35) a seguir: o licenciamento da anáfora *se stesso* ‘si mesmo’ nos casos em (34) prevê, de acordo com o Princípio A, que a mesma deve ser c-comandada pelo seu antecedente *Gianni*, realizado no interior de um sintagma-*de*.⁶ Da mesma forma, o bloqueio ao uso do pronome *lui* ‘ele’ nas sentenças em (35) indicia, de acordo com o Princípio B, que o mesmo deve estar sendo c-comandado por *Gianni*, daí a inaceitabilidade dessas construções. Diante desse contraste, os autores assumem que o item *de* consiste numa *dummy preposition* e, como tal, não deve contar para efeitos de c-comando.⁷

- (34) a. L’opinione di se stesso di Gianni è troppo lusinghiera.
 b. La paura di se stesso di Gianni è preoccupante.
 c. La descrizione di se stesso di Gianni è troppo lusinghiera.
- (35) a. * L’opinione di lui_i di Gianni_i è troppo lusinghiera.
 b. * La paura di lui_i di Gianni_i è preoccupante.
 c. * La descrizione di lui_i di Gianni_i è troppo lusinghiera.

(Giorgi & Longobardi (1991); p. 24)

É interessante observar que, se *Gianni* for impedido de c-comandar posições internas do DP, o pronome *lui* passa a ser admitido, como vemos em (36) a seguir. É preciso garantir, contudo, que *lui* esteja, em tais casos, numa posição da qual é impossível c-comandar *Gianni*, do contrário as construções seriam inaceitáveis, em violação ao Princípio C.⁸

⁶ Raposo 1991 nota o mesmo fato para o português, em sentenças como aquela em (i) a seguir, também assumindo que a preposição *de* nessa língua não deve contar para efeitos de c-comando.

(i) [DP As fotografias de [si própria]_i d[a Joana]_i] ficaram ótimas. (Raposo (1991); p. 248)

⁷ Giorgi & Longobardi abordam ainda casos que envolvem o uso da forma *a*, como em (i) a seguir, sugerindo que este item também consiste numa *dummy preposition*. A mesma preposição é igualmente tratada por Miguel (1996) como *dummy* no português europeu, em sintagmas de natureza genitiva. Vou dispensar a apresentação desses casos com sintagmas-*a* em contexto adnominal, tendo em vista as restrições ao uso desta preposição no português brasileiro.

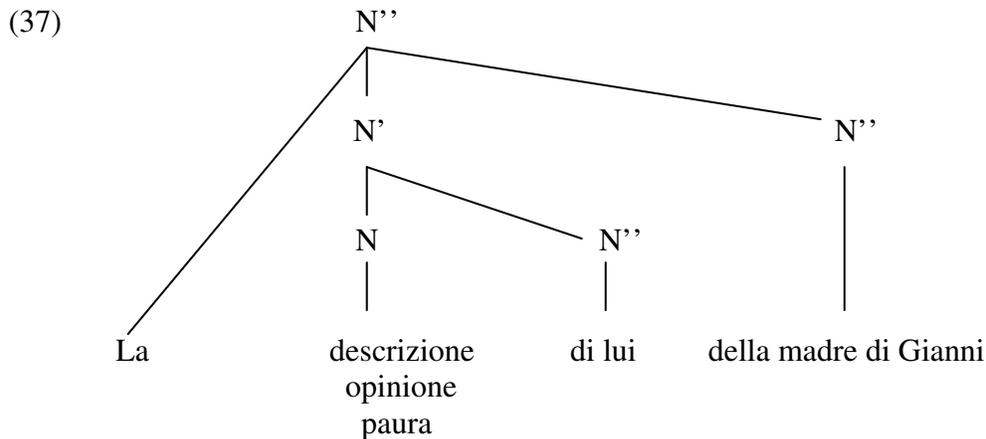
(i) a. la restituzione di se stessa a Maria (da parte dello psicoanalista)
 b. * la restituzione di lei_i a Maria_i (da parte dello psicoanalista) (Giorgi & Longobardi (1991); p. 25)

⁸ Com relação às construções em (36), o português brasileiro contrasta com os fatos de italiano, como podemos ver em (i)-(ii) a seguir: a correspondente das frases do italiano em (a) não são aceitáveis no português brasileiro, como podemos atestar pelos exemplos em (b). Pela proposta de Giorgi & Longobardi

- (36) a. L'opinione di lui_i della madre di Gianni_i è troppo lusinghiera.
 b. La paura di lui_i della madre di Gianni_i è eccessiva.
 c. La descrizione di lui_i della madre di Gianni_i è troppo lusinghiera.

(Giorgi & Longobardi (1991); p. 27)

Para abarcar esses fatos, Giorgi & Longobardi (1991: pp. 27-30)) postulam a existência de uma projeção intermediária que deve conter *di lui*, mas não o constituinte *della madre di Gianni*, em construções como aquelas em (36). A arquitetura relevante para o sintagma nominal seria então determinada como em (37) a seguir, com N' contando como uma projeção que impede o c-comando de *lui* sobre *Gianni*. A rigor, *di lui* atuaria como a projeção do complemento/tema de N, e *della madre di Gianni*, como o sujeito/agente de N (respectivamente, no caso, os elementos *lui* e *la madre di Gianni*), idéia defendida à luz do que os autores chamam de *Hipótese da Correspondência Temática* (pp. 29-30).

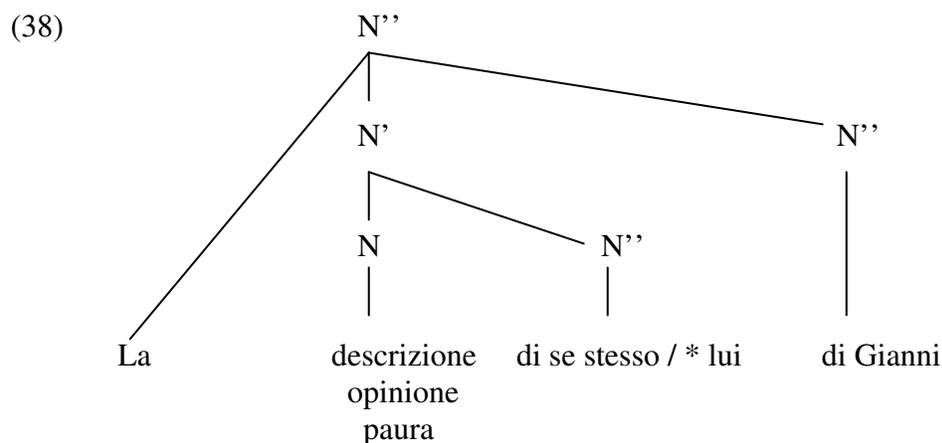


Essa mesma representação também captura o c-comando do sujeito sobre a anáfora *se stesso* e o pronome *lui*, naqueles casos apresentados em (34)-(35). Uma vez que a

(1991), *Gianni* não c-comanda *lui* em (a), o que garante a boa formação das sentenças no que tange às condições de ligação. Temos de nos perguntar, portanto, que fator deve estar interferindo para impedir a boa formação das sentenças em (b) do português brasileiro, estruturalmente paralelas (pelo menos, à primeira vista) às construções do italiano. Apesar de ser um aspecto que mereça atenção no estudo das propriedades de sintagmas-*de*, não vou trazer dados desse tipo para a discussão desenvolvida nesta tese, tendo em vista que a análise se circunscreve a PP adjuntos, e não argumentais.

- (i) a. La paura [tema di lui]_i [experienciador della madre di Gianni_i] è eccessiva.
 b. * O medo [tema dele]_i [experienciador da mãe de João_i] é exagerado.
- (ii) a. La descrizione [tema di lui]_i [agente della madre di Gianni_i] è troppo lusinghiera.
 b. * A descrição [tema dele]_i [agente da mãe de João_i] é bastante lisonjeira.

preposição não conta para efeitos de c-comando, *Gianni* acaba por c-comandar o complemento de N, imediatamente dominado por N', o que leva ao licenciamento da anáfora, mas não do pronome, como representado em (38) a seguir.



Müller (1997) desenvolve uma abordagem similar à de Giorgi & Longobardi (1991) para os sintagmas genitivos do português brasileiro, assumindo a idéia de *de* corresponder a uma *dummy preposition* e defendendo a arquitetura apresentada em (39b) para uma expressão como aquela em (39a) a seguir.⁹ Na estrutura em questão, o constituinte *do colecionador*, interpretado como possuidor, vai se encontrar numa posição hierarquicamente mais alta que a do agente (*David Zing*) e do tema (*Luiza Brunet*).^{10, 11}

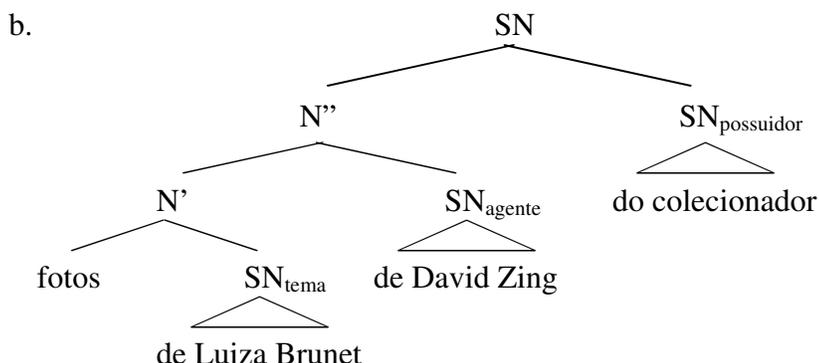
⁹ Cabe ressaltar que, além da proposta delineada em Müller (1997) para o caráter esvaziado de *de* no português brasileiro, essa mesma idéia é defendida (por razões diferenciadas) em Koch (1977), numa análise que discute o caráter semanticamente neutro da preposição *de* em sintagmas genitivos não-argumentais.

¹⁰ Ver também o capítulo 5 de Rodrigues (2004a), para uma abordagem sobre a posição do constituinte interpretado como possuidor dentro de DP em português brasileiro, bem como o capítulo 2 de Ticio (2003), para uma discussão em torno de dados similares no castelhano.

¹¹ Estudos como os de Müller (1997), Rodrigues (2004a) e Bastos (2006) abordam extração de sintagmas genitivos argumentais, no encaixe da proposta de Giorgi & Longobardi (1991). Essas abordagens procuram explicitar, dentre outros aspectos, os fatos que envolvem o paradigma em (i)-(ii) a seguir.

- (i) a. Ele destruiu [vários livros [de Albert Einstein]_{agente} [do João]_{possuidor}]
 b. Ele destruiu [vários livros [de física]_{tema} [do João]_{possuidor}]
 c. Ele destruiu [vários livros [de física]_{tema} [de Albert Einstein]_{agente}]
- (ii) a. * [de quem] ele destruiu [vários livros t_{agente} [do João]_{possuidor}]
 b. * [de que] ele destruiu [vários livros t_{tema} [do João]_{possuidor}]

(39) a. as fotos de Luiza Brunet de David Zing do colecionador



De uma forma geral, as linhas principais (abstraindo-se questões de implementação técnica) de modelos como o proposto por Giorgi & Longobardi (1991) podem ser aplicadas a fatos do português brasileiro no que diz respeito a sintagmas-*de* argumentais (ver a nota 11). Não é evidente, contudo, se o mesmo tipo de abordagem capturaria os fatos envolvendo os não-argumentais. Por exemplo, não é claro como as configurações esboçadas em (37)-(38) (mesmo depois de “traduzidas” para *bare phrase structure*) poderiam licenciar a extração tanto do DP modificado como do constituinte genitivo modificador em português brasileiro, envolvendo sintagmas-*de* não-argumentais. O aspecto que vou aproveitar dessa proposta é a idéia de constituintes genitivos não corresponderem a sintagmas preposicionados, mas verdadeiros DPs/NPs, o que se evidencia pelo fato de essa preposição não ser “enxergada” na sintaxe para efeitos de c-comando.

-
- c. * [De que] ele destruiu [vários livros t_{tema} [de Albert Einstein] $_{\text{agente}}$]
 d. [De quem] ele destruiu [vários livros [de Albert Einstein] $_{\text{agente}}$ $t_{\text{possuidor}}$]
 e. [De quem] ele destruiu [vários livros [de física] $_{\text{tema}}$ $t_{\text{possuidor}}$]
 f. [De quem] ele destruiu [vários livros [de física] $_{\text{tema}}$ t_{agente}]

(Bastos (2006); exemplos em (87)-(91))

Observando (ii), vemos que o possuidor é o constituinte que pode ser extraído sem implicar a má formação da construção. O agente só pode ser extraído se o possuidor não estiver presente, enquanto o tema não pode ser extraído nem na presença do agente, nem na presença do possuidor. Diante desses fatos, tem sido comum a assunção de que o possuidor ocupa na hierarquia interna ao DP uma posição mais alta que a do agente, que por sua vez vai ocupar uma posição mais alta que a do tema, tal como naquela estrutura em (39b) proposta por Müller (1997). Dos três tipos de constituintes, o que interessa mais de perto aos objetivos desta tese é o sintagma-*de* interpretado como possuidor, que venho considerando como um constituinte não-argumental/adjunto. Para os sintagmas-*de* propriamente argumentais, assumo como correta a hierarquia adotada pelos trabalhos supracitados.

3.3 Sintagmas-*de* adjuntos no português brasileiro: adjunção de DP a DP

Como vimos, propostas alternativas presentes no mercado para capturar propriedades de sintagmas genitivos não são de fácil aplicação para fatos demonstrados por sintagmas-*de* adjuntos no português brasileiro no que diz respeito a propriedades de extração. Nesta seção, passo a me dedicar à elaboração de uma proposta alternativa, recorrendo a alguns pontos específicos (ainda que de forma não integral) das abordagens apresentadas na seção anterior. Seguindo análises prévias, o ponto-chave da hipótese que irei explorar passa pela idéia de que PPs adnominais introduzidos pela preposição *de* não são um objeto com lugar na computação sintática: do ponto de vista meramente sintático, sintagmas-*de* adnominais são simples constituintes nominais, com a preposição entrando na estrutura apenas no componente morfológico, após *Spell-Out*, a caminho da Forma Fonética (FF). Vimos que essa mesma idéia se encontra expressa, com maior ou menor nitidez, nos quadros elaborados por Giorgi & Longobardi (1991), Castillo (1998) e Kayne (2000, 2002), seja pela assunção de *de* como uma *dummy preposition*, seja por alocar o núcleo correspondente a essa preposição numa projeção externa ao sintagma nominal.

Na abordagem que vou fornecer para o português brasileiro, a adjunção envolvendo sintagmas-*de* consistirá numa operação que concatena um DP a outro DP. Sobre os sintagmas nucleados por *em*, *com* e *para*, eles continuarão correspondendo a um verdadeiro PP, no sentido de entrarem na computação sintática como um constituinte preposicionado. Isso significa que os traços intrínsecos aos itens *em*, *para*, *com* etc. devem alimentar a sintaxe desde o início da computação. Explorando o jargão de propostas anti-lexicalistas como a da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz (1993, 1994), Harley & Noyer (2003)), *de* será tratado como um *morfema dissociado*¹² (Embick & Noyer (2001)) quando em posição adnominal, com os seus traços compondo a estrutura apenas a caminho de FF, enquanto itens como *em*, *com* e *para* deverão corresponder a morfemas presentes na numeração desde o início da derivação.

¹² Na proposta de Embick & Noyer (2001), o termo *morfema dissociado* é empregado para designar categorias cujos traços passam a integrar a estrutura somente após *Spell-Out*, no componente morfofonológico. Em tal condição, a inserção de um *morfema dissociado* não deve ter qualquer efeito no componente semântico. As desinências de Caso morfológico no latim seriam, na proposta desses autores, exemplos de *morfemas dissociados*.

Para traçar uma estrutura diferencial entre sintagmas-*de* e os sintagmas-*em/com/para*, tomo como ponto de partida a discussão de Raposo (1999) em torno de contrastes morfo-fonológicos entre *de* e outras preposições da língua. Esse autor observa que os artigos-demonstrativos *o(s)*, *a(s)* exibem a seguinte oposição quando modificados por um constituinte preposicionado: se a preposição for *de*, o artigo-demonstrativo é licenciado, como nos casos em (a)-(b) de (40) a (42) a seguir; se a preposição for *em*, *com* ou *para*, respectivamente como em (c)-(d), o emprego do artigo-demonstrativo causa estranhamento.¹³

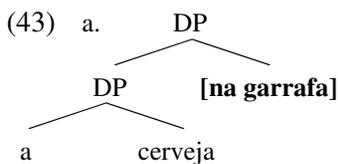
- (40) a. O rapaz bebeu *a* cerveja *do* copo.
 b. Cerveja, o rapaz bebeu *a* *do* copo.
 c. O rapaz bebeu *a* cerveja *no* copo.
 d. * Cerveja, o rapaz bebeu *a* *no* copo.
- (41) a. O bandido só roubou *o* dinheiro *da* velhinha.
 b. Dinheiro, o bandido só roubou *o* *da* velhinha.
 c. O bandido roubou *o* dinheiro *com* a velhinha.
 d. ?? Dinheiro, o bandido só roubou *o* *com* a velhinha.

¹³ Na minha avaliação, casos com o artigo-demonstrativo no masculino soam menos marginais que os casos no feminino, como apontado em (i)-(iii) a seguir. Este aspecto sugere que a origem das restrições não está, de fato, na computação sintática (que, em princípio, deve ser cega a especificidades atreladas especificamente à matriz fonológica de um morfema), mas provavelmente em elementos no âmbito morfo-fonológico, por razões cuja tentativa de apreensão escapa aos objetivos desta tese.

- (i) a. O rapaz bebeu *o* leite *na* caneca.
 b. ?? Leite, o rapaz bebeu *o* *na* caneca.
 c. O rapaz bebeu *a* água *na* caneca.
 d. * Água, o rapaz bebeu *a* *na* caneca.
- (ii) a. O bandido só roubou *o* livro *com* o menino.
 b. ?? Livro, o bandido só roubou *o* *com* o menino.
 c. O bandido só roubou *a* bolsa *com* o menino.
 d. * Bolsa, o bandido só roubou *a* *com* o menino.
- (iii) a. A empregada lavou *o* sutiã *pra* Maria.
 b. ? Sutiã, a empregada lavou *o* *pra* Maria.
 c. A empregada lavou *a* camiseta *pra* Maria.
 d. * Camiseta, a empregada lavou *a* *pra* Maria.

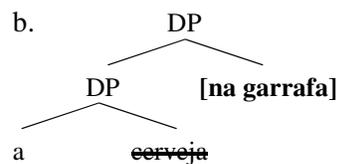
- (42) a. A costureira consertou *a* saia *da* Maria.
 b. Saia, a costureira consertou *a* *da* Maria.
 c. A costureira consertou *a* saia *pra* Maria.
 d. * Saia, a costureira consertou *a* *pra* Maria.

Raposo (1999) interpreta essa oposição considerando três fatores: (a) artigos-demonstrativos são morfo-fonologicamente dependentes e necessitam de um “hospedeiro”; (b) explorando a noção de fase em *Minimalist Inquiries* (Chomsky (1998/2000)), os itens *com*, *em* e *para* nucleiam constituintes formados numa fase que não à do DP/NP modificado; e (c) *de* é inserido pós-sintaticamente, a caminho de FF. A conjugação desses três fatores permite uma análise como a que segue. Como ilustrado em (43) adiante, o sintagma-*em* se encontra com todas as suas matrizes fonológicas linearizadas ao entrar nas dependências do DP (o que vale também para um sintagma-*para* ou sintagma-*com*), por corresponder a uma fase. Se o constituinte *cerveja* for realizado, o determinante pode se afixar a ele na morfologia, como indicado em (43a); diferentemente, se *cerveja* estiver elíptico (digamos, por apagamento durante a linearização), como em (43b), o artigo-demonstrativo ficará sem hospedeiro: o constituinte à direita, por ser uma fase, se “fecha” para qualquer operação pós-sintática, sendo impossível migrar para seu domínio em busca de apoio morfo-fonológico. A expressão **a na garrafa* é mal formada, portanto, pelo fato de requerimentos morfo-fonológicos do artigo-demonstrativo não terem sido satisfeitos.



Afixação no componente morfológico:

[a • cerveja] • [na • garrafa]



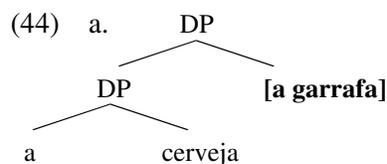
Afixação no componente morfológico:

[a • ~~e~~erveja] • [na • garrafa]

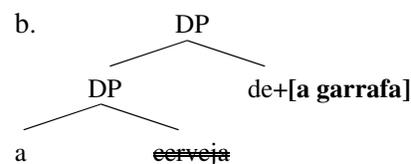
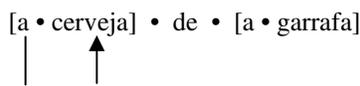


Diferentemente, tratando *de* como um morfema dissociado (no sentido de que sua inserção é pós-sintática – ver nota 12), teríamos a situação em (44) a seguir. Neste caso, o que vai se adjungir ao DP *a cerveja* é outro DP, e o morfema correspondente a *de* se uniria

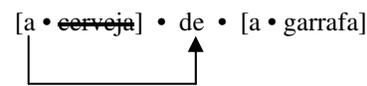
ao DP adjungido pós-sintaticamente (digamos, por razões de licenciamento de Caso).^{14,15} Nas condições apontadas, a matriz fonológica de *de* surge como uma opção de apoio morfo-fonológico para o artigo-demonstrativo nos casos em que N sofre elipse. O artigo-demonstrativo vai então poder se afixar à preposição, como indicado em (44b), visto que ambos os itens deverão sofrer linearização conjuntamente, após o *Spell-Out* do DP modificado.¹⁶ Vou adotar parcialmente esta visão de Raposo (1999), em particular no que diz respeito à adjunção de sintagmas-*de*. Por razões que ficarão claras mais adiante, os padrões de adjunção que envolvem sintagmas nucleados pelas demais preposições receberão uma configuração diferente da proposta pelo autor.



Afixação no componente morfológico:



Afixação no componente morfológico:



Explorando a visão de Hornstein, Nunes e Pietroski (2006), relações inter-DPs (que trazem a preposição *de* manifesta apenas morfo-fonologicamente) podem corresponder, na sintaxe, a um objeto como o que segue em (45b): para derivar uma expressão como aquela em (45a), o DP *o departamento* se concatena ao DP *os funcionários*, sem que qualquer rótulo seja produzido. Ou seja, a concatenação dos dois DPs pode não resultar num átomo,

¹⁴ Na verdade, Raposo (1999) não é claro sobre a adjunção se operar junto a DP ou a alguma projeção interna do constituinte nominal (por exemplo, NP). Para os objetivos gerais da proposta do autor, essa questão parece ser irrelevante.

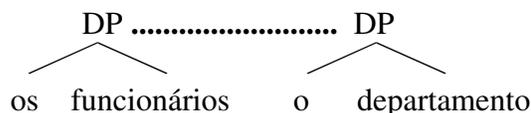
¹⁵ Para maiores detalhes em torno de operações pós-sintáticas, ver Embick & Noyer (2001).

¹⁶ Considerando o DP como fase (Bošković (2001, 2005)), idéia que vou adotar nesta tese, o DP modificador já deverá ter sofrido *Spell-Out* quando se adjunge ao DP modificado. Diante desta condição, devemos nos perguntar (embora seja irrelevante para esta tese) sobre como a preposição *de* se funde ao artigo que introduz o DP modificado (resultando em *da garrafa* em vez de **de a garrafa*). Podemos assumir que essa fusão se dá mais tardiamente, num ponto após a linearização em que as restrições impostas pelos limites da fase entre *de* e o DP deixariam de se aplicar. Ressalte-se que essa fusão entre o artigo que introduz o DP modificador e a preposição consiste num processo diferente do que se observa entre a preposição e o artigo-demonstrativo modificado. Neste segundo caso, não há qualquer indício de que o artigo-demonstrativo e a preposição sofram um amálgama com efeitos na realização fonética da estrutura, diferentemente do que se observa nos casos de fusão.

nos termos em que esta noção é assumida na seção 2.2. A preposição *de* é inserida pós-sintaticamente, no componente fonológico, junto ao constituinte *o departamento*, como indicado em (45c).

(45) a. os funcionários do departamento

b.



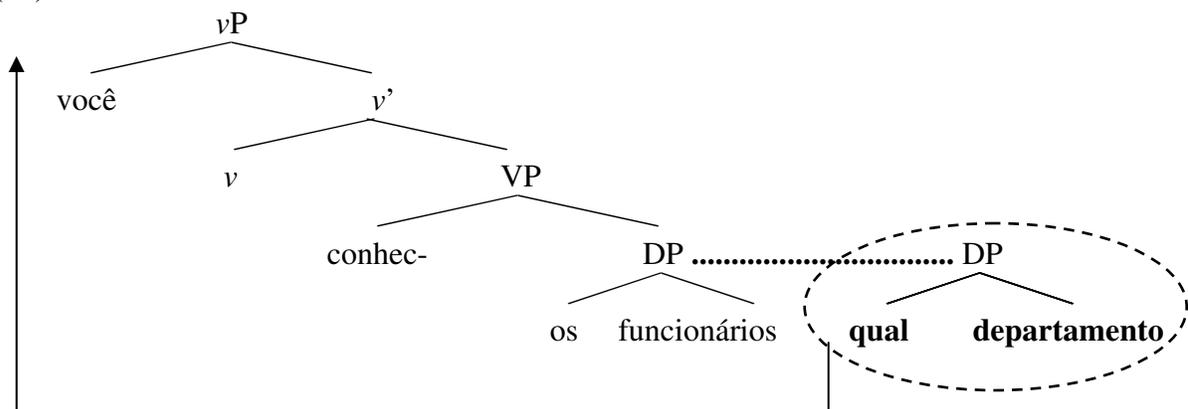
c. FF: [os funcionários] de+[o departamento]

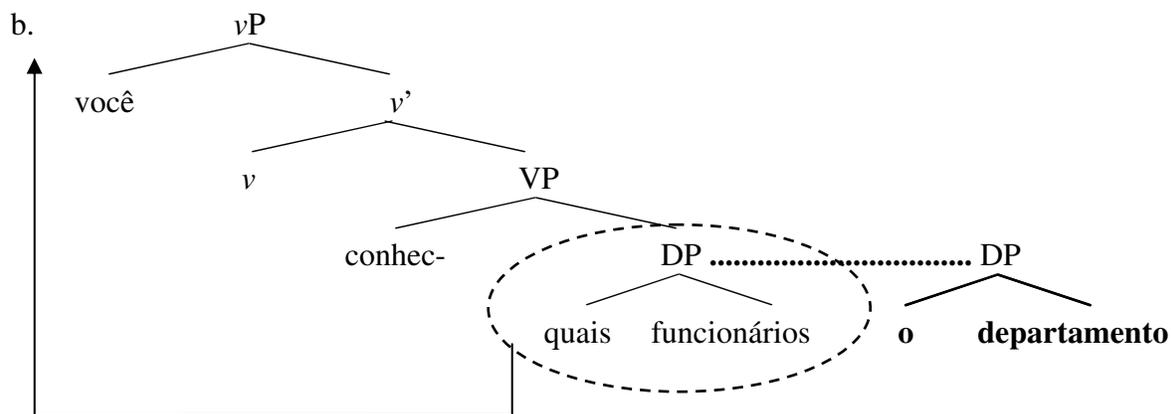
A partir da configuração em (45b), é possível lidar adequadamente com a possibilidade de alçamento dos dois DPs em construções interrogativas, como nos casos em (46) a seguir. Como cada DP consiste em um átomo independente, a extração pode ser efetivada tanto na estrutura em (47a), correspondente a (46a), quanto naquela em (47b), correspondente a (46b). Notemos que, independentemente de o DP modificador (que deve receber a preposição) ser realizado *in situ* ou em [Spec,CP], os traços correspondentes a *de* poderão ser inseridos, sem qualquer obstáculo, junto ao constituinte nominal.

(46) a. *De qual departamento* (que) você conhece *os funcionários*?

b. *Quais funcionários* (que) você conhece, *do departamento*?

(47) a.





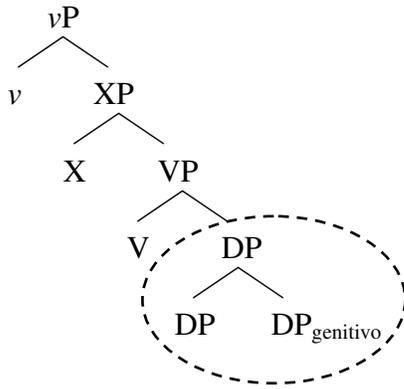
A possibilidade de extração de ambos os DPs também pode ser capturada mesmo sendo mantida a idéia de que a adjunção resulta na reprodução de um rótulo, nos termos tradicionalmente assumidos. Lembremos que a proposta de Hornstein, Nunes e Pietroski (2006) não descarta a possibilidade de adjunção com rótulo (muito embora os autores reconheçam não ser claro o que define a ocorrência de uma e outra possibilidade). Ressalte-se também que o movimento de todo o DP (incluindo o constituinte genitivo), como nas construções em (48) a seguir, implica que uma operação de rotulação se aplique após a adjunção, do contrário não haveria a possibilidade de movimento do DP modificado juntamente com o DP genitivo modificador.

- (48) a. Você conhece os funcionários de qual departamento?
 b. Os funcionários de qual departamento (que) você conhece?
 c. [_{DP} OS funcionários [_{DP} de qual departamento]]_i você conhece t_i

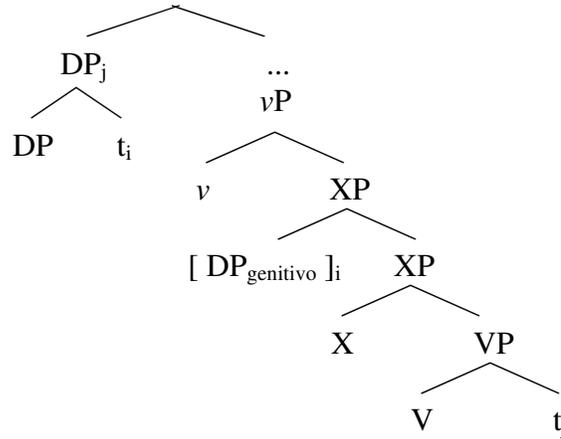
Neste ponto, é interessante abrir um parêntese para comentar a proposta de Bastos (2006) em torno de construções como aquela em (46b), em que o DP é extraído deixando o sintagma-*de* para trás. A autora defende que a possibilidade de movimento do DP modificado é dada em função de uma operação de *remnant movement*, com o sintagma genitivo sendo movido, antes da extração-*wh*, para uma posição externa ao DP. Considerando o quadro em que o sintagma genitivo é inserido na margem do DP, o esqueleto de uma estrutura correspondente ao contexto de adjunção seria como em (49a) a seguir; (49b) representa a estrutura com o DP modificado já movido, após a extração do

genitivo para uma posição externa (digamos, em adjunção à projeção de uma categoria X, acima de V).^{17,18}

(49) a.



b.



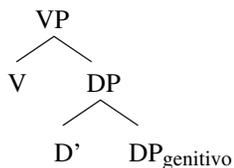
Sob *remnant movement*, uma construção como em (50) a seguir deverá contar com a configuração em (51): o constituinte genitivo *o departamento*, inicialmente concatenado ao DP *quais funcionários* (nesse caso, via concatenação com rótulo), é movido para XP; o DP interrogativo modificado pode então ser movido para [Spec,CP], levando a cópia apagada (t_i) do DP genitivo modificador.

(50) *Quais funcionários (que) você conhece, do departamento?*

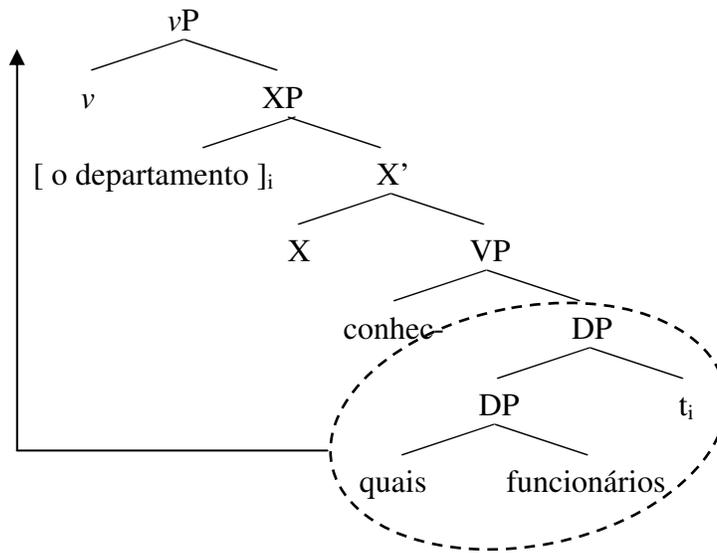
¹⁷ A estrutura proposta por Bastos (2006) não corresponde exatamente à que proponho em (49). Isso é irrelevante, contudo, para a discussão que vou fazer em torno da adoção de *remnant movement* entre as construções em questão.

¹⁸ A rigor, a proposta de Hornstein, Nunes & Piestroski (2006) prevê que, se a concatenação do adjunto for seguida de rótulo, a configuração deve ser como em (i) a seguir, e não como em (49a): com D projetando, o DP_{genitivo} passa a estabelecer uma relação de irmandade com uma projeção intermediária da categoria projetada. Para efeitos expositivos, contudo, vou recorrer, ao longo da tese, a configurações como aquela em (49) para representar a concatenação de um adjunto seguida de *rotular*.

(i)



(51)



De fato, há certas posições ocupadas por sintagmas-*de* adnominais no interior do sintagma verbal que indiciam o seu movimento para uma projeção XP, externa ao DP, mesmo em construções onde não ocorrem extrações-*wh*. Nas construções em (52)-(54) adiante, por exemplo, os adjuntos adnominais *do departamento*, *do Corinthians* e *do Machado de Assis* podem ocorrer apartados do nome que modificam. A possibilidade de inserir constituintes entre o adjunto adnominal e o DP, como nos casos em (b), bem como a ocorrência do adjunto na posição mais à esquerda da sentença, como naqueles em (c), evidencia que o movimento do sintagma genitivo se dá para uma posição externa ao DP modificado.

- (52) a. O Pedro conhece, do departamento, todos os funcionários.
b. O Pedro conhece, do departamento, parece que todos os funcionários.
c. Do departamento, o Pedro conhece todos os funcionários.
- (53) a. A CBF vai convocar, do Corinthians, só um jogador.
b. A CBF vai convocar, do Corinthians, provavelmente só um jogador.
c. Do Corinthians, a CBF vai convocar só um jogador.
- (54) a. Eu li, do Machado de Assis, os principais romances.
b. Eu li, do Machado de Assis, no ano passado, os principais romances.
c. Do Machado de Assis, eu li os principais romances.

Bastos (2006) observa que o DP modificado, quando interrogativo, também pode ser realizado numa posição externa, como nos dados em (55) a seguir: elementos adverbiais como *ontem* podem ocorrer interpostos ao DP interrogativo e o sintagma-*de*, fato que nos leva a crer que, em tais casos, é o constituinte modificado que sofre movimento para XP. À primeira vista, portanto, a possibilidade de *remnant movement* poderia explicar a possibilidade de extração tanto do DP modificado quanto do DP genitivo, sem a necessidade de lançarmos mão da idéia de *adjunção sem rótulo*.¹⁹

- (55) a. O João destruiu/riscou quantas pinturas *ontem* desse colecionador?
b. O João destruiu/riscou quantas reproduções *ontem* dessa pintura?
c. O João destruiu/riscou quantas pinturas *ontem* de Van Gogh?
d. O João destruiu quantos livros *ontem* de 1973?
e. O João entrevistou quantas garotas *ontem* de Belém?
f. O João destruiu quantas casas *ontem* de madeira?

(Bastos (2006): exemplos (62)-(67))

Sentenças como as que seguem em (56)-(58), contudo, mostram que *remnant movement* não pode se aplicar a todos os casos que envolvem extração do DP modificado. O que há de comum entre tais sentenças é a presença de um constituinte preposicionado adverbial à direita do complemento verbal. Observemos que as construções em (b) não admitem a extração do sintagma-*de* para uma projeção XP externa ao DP.²⁰ Ainda assim, o DP modificado pode ser extraído, deixando o sintagma-*de* para trás, como mostrado em (c). Além disso, há casos em que, curiosamente, o DP modificado parece poder ser movido juntamente com o constituinte adverbial, também deixando o sintagma-*de* para trás, como em nas construções em (d).

¹⁹ Note-se que os casos em (b)-(c) de (55) envolvem sintagmas-*de* normalmente tratados como constituintes argumentais. Construções desse tipo serão abordadas rapidamente na seção 3.5, quando observo casos tratados por Ticio (2003) no castelhano. (ver também a seção 3.2.3, para casos de sintagmas-*de* argumentais no italiano, bem como a nota 11)

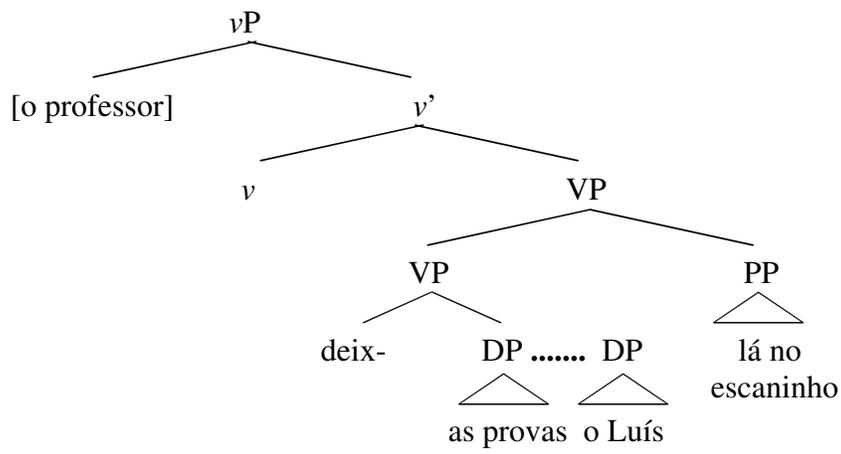
²⁰ Os casos em (b) de (56)-(58) somente seriam possíveis se o sintagma locativo preposicionado não fosse interpretado como um adjunto adverbial, mas recebesse uma leitura de adjunto adnominal do DP imediatamente à sua esquerda. Uma sentença como em (56b) poderia, com essa leitura, ser parafraseada respectivamente como em (i) a seguir.

(i) O professor deixou do Luís as provas que estão no escaninho.

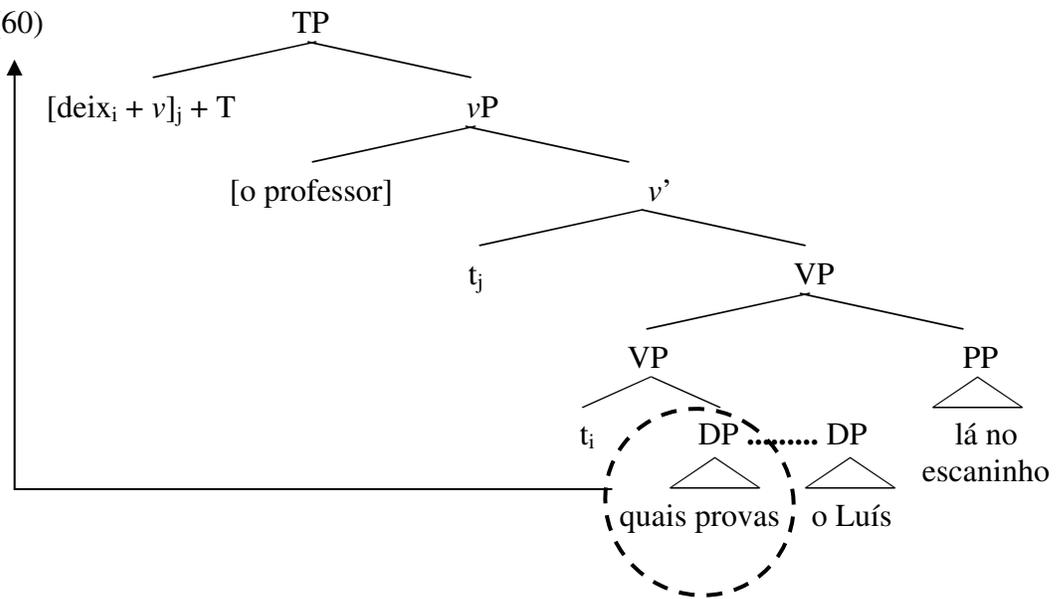
- (56) a. O professor deixou as provas do Luís lá no escaninho.
 b. * O professor deixou do Luís (ainda agora) as provas lá no escaninho.
 c. Quais provas o professor deixou, do Luís, lá no escaninho?
 d. ? Quais provas lá no escaninho o professor deixou, do Luís?
- (57) a. A mãe guardou os brinquedos do filho ali no armário.
 b. * A mãe guardou do filho (hoje cedo) os brinquedos ali no armário.
 c. Qual brinquedo a mãe guardou, do filho, ali no armário?
 d. ? Qual brinquedo ali no armário a mãe guardou, do filho?
- (58) a. A criança pôs o livro do João aqui em cima da mesa.
 b. * A criança pôs do João (ontem à noite) o livro aqui em cima da mesa.
 c. Qual livro a criança pôs, do João, aqui em cima da mesa?
 d. ? Qual livro aqui em cima da mesa a criança pôs, do João?

Diante da má formação dos casos em (b), não é claro como poderíamos derivar os casos de extração em (c)-(d) a partir da proposta de *remnant movement*. A idéia de adjunção sem rótulo, por sua vez, captura adequadamente a possibilidade de tais casos, independentemente de o sintagma-*de* poder ou não migrar para uma posição externa ao DP. Consideremos, para (56a), uma arquitetura como em (59) a seguir, com o constituinte adverbial estando adjungido (sob rótulo) ao VP. A partir desta arquitetura, é possível tanto a derivação em (60) quanto aquela em (61). Em (60), o DP interrogativo se move, deixando o constituinte genitivo para trás. Em (61), o movimento vai envolver todo o VP (com o verbo já tendo se movido para *v* e T), com o constituinte genitivo também ficando para trás. Esta segunda derivação é a que vai corresponder àquela sentença em (56d), em que o DP modificado aparece juntamente com o constituinte adverbial em [Spec,CP], com o sintagma-*de* permanecendo *in situ*. Esses casos mostram, dessa forma, que a proposta de *remnant movement* defendida por Bastos (2006) não pode se aplicar a todos os casos de extração exclusiva do DP modificado, enquanto a de adjunção sem rótulo captura, aparentemente sem problema, os fatos em questão.

(59)



(60)



entre os DPs adjuntos (bem como de Caso inerente entre os DPs argumentais, no sentido de Chomsky 1986 – ver a seção 3.5.2).

É válido destacar que a manifestação morfológica desse Caso *default* deve ser obrigatória apenas com a realização do constituinte nominal ou no interior de TP/IP, mas não quando o mesmo aparece em posições na periferia da sentença, como mostram as construções em (62)-(64) a seguir. As razões que desobrigam a inserção da preposição quando o elemento nominal se encontra numa posição periférica não são claras (ver discussão em 1.2.3), embora se trate de um contraste largamente observado entre construções do português brasileiro.

- (62) a. O João conhece todos os funcionários *(de) qual departamento?
b. (De) qual departamento (que) o João conhece todos os funcionários?
- (63) a. O rapaz consertou somente a maçaneta *(d)a porta.
b. (D)a porta, o rapaz consertou somente a maçaneta.
- (64) a. Eu não agüentei tomar nem um copo *(d)aquela cachaça.
b. (D)aquela cachaça, eu não agüentei tomar nem um copo.

Esse vai ser o tratamento que vou explorar para formalizar, nas próximas seções, outros fatos em torno dos sintagmas-*de*. Especificamente em relação à abordagem tradicional dentro do modelo X-barras (ver a representação em (1)), a vantagem da presente análise advém, por um lado, da possibilidade de movimento tanto do constituinte modificado como do constituinte modificador e, por outro, da captura dos requerimentos morfo-fonológicos apontados em Raposo (1999).

3.4 Contrastes interlingüísticos na extração de adjuntos adnominais genitivos

Se o quadro delineado na seção anterior estiver correto, precisamos nos perguntar sobre o porquê de o português brasileiro mostrar uma possibilidade de extração quase generalizada de sintagmas-*de* adnominais, face ao fato de esse tipo de extração ser bastante restrito em línguas como o português europeu, o castelhano e o inglês. Lembremos da seção 3.2.1 que línguas como o castelhano exibem restrições bastante nítidas para a extração de DPs que integram, por exemplo, relações *continente-conteúdo*: nessa língua, somente expressões

com leitura de conteúdo é que vão permitir a extração, como vemos nas construções repetidas em (65)-(66) a seguir, enquanto o mesmo tipo de restrição não se verifica no português brasileiro, que admite tanto extração a partir da expressão de conteúdo como da de continente, como podemos ver em (67)-(68)

- (65) a. [De qué]_i bebiste una botella t_i
 b. Cuántas botellas bebiste t_i de cerveza
- (66) a. * [De qué]_i rompiste una botella t_i
 b. * Cuántas botellas_i rompiste t_i de cerveza (Castillo (1998); exemplos (12)-(13))
- (67) a. [De qual cerveja / Do que]_i você bebeu duas garrafas t_i
 b. [Quantas/Quais garrafas]_i você bebeu t_i de cerveja
- (68) a. [De qual cerveja / Do que]_i você quebrou duas garrafas t_i
 b. [Quantas/Quais garrafas]_i você quebrou t_i de cerveja

Giorgi & Longobardi (1991) também discutem certas restrições para a extração de sintagmas genitivos em italiano, como nos casos exemplificados a seguir, que se apartam do comportamento demonstrado pelos mesmo tipo de sintagma no português brasileiro. Os autores associam o contraste entre (69b) e (70b) a uma generalização, inicialmente proposta por Cinque (1980), que restringe a possibilidade de extração de constituintes genitivos a elementos que podem ser “possessivizados” (parafrazeados por um pronome possessivo). Em (69), por exemplo, o constituinte *de tre pittori fiamminghi* ‘de três pintores flamengos’ pode ser substituído pelo pronome possessivo plural de 3ª pessoa *loro*, como na construção em (69c). Em (70), diferentemente, a expressão genitiva adverbial *di 300 anni fa* ‘de 300 anos atrás’, que não admite extração, não pode ser parafrazeada por um pronome possessivo, como indicado em (70c).

- (69) a. In quel museo si possono vedere opere *di tre pittori fiamminghi*.
 b. *Di quanti pittori fiamminghi* si possono vedere opere, in quel museo?
 c. In quel museo se possono vedere *loro* opere (*dei pittori fiamminghi*).
- (70) a. In quel museo si possono vedere opere *di 300 anni fa*.
 b. * *Di quanti anni fa* si possono vedere opere, in quel museo?
 c. In quel museo si possono vedere *loro* opere (* *di 300 anos fa*).

(Giorgi & Longobardi (1991); p. 64)

Embora demonstre um contraste similar no que diz respeito ao licenciamento de pronomes possessivos (considerando tanto a forma *suas* como *deles* para a 3ª pessoa do plural), o português brasileiro não segue o italiano quanto à impossibilidade de extração do genitivo adverbial: tanto o sintagma-*de* agentivo em (71) quanto o sintagma-*de* adverbial em (72) pode ser extraído, como vemos nos casos em (b) de cada conjunto.

- (71) a. Naquele museu, nós podemos encontrar obras *de três pintores flamengos*.
 b. *De quantos pintores flamengos* nós podemos encontrar obras, naquele museu?
 c. Naquele museu, nós podemos encontrar obras *suas/deles* (= dos três pintores flamengos)
- (72) a. Naquele museu, nós podemos encontrar obras *de 300 anos atrás*.
 b. *De quantos anos atrás* nós podemos encontrar obras, naquele museu?
 c. * Naquele museu, nós podemos encontrar obras *suas/deles* (= de 300 anos atrás).

Também podemos identificar oposições claras quando comparamos o comportamento de sintagmas-*de* adnominais do português brasileiro com os do português europeu. Dentre os contrastes que mais têm chamado a atenção, merecem ser apontados os casos de *alçamento de genitivos*, exemplificados nos dados que seguem. Em oposição ao português europeu, o português brasileiro admite, em certas construções, que sintagmas normalmente introduzidos pela preposição *de* quando em posição adnominal sejam licenciados em posição de sujeito sem a ocorrência da preposição (Pontes (1987), Kato (1987), Galves (1998)). Esses fatos sugerem que a extração de sintagmas genitivos é generalizada não apenas no que tange a movimentos para posições A-barra, mas também para posições A.

- (73) a. Quebrou o ponteiro *do relógio*. (PB: ok ; PE: ok)
 b. O ponteiro *do relógio* quebrou. (PB: ok ; PE: ok)
 c. *O relógio* quebrou o ponteiro. (PB: ok ; PE: *)
- (74) a. Arrebentou o cadarço *do sapato*. (PB: ok ; PE: ok)
 b. O cadarço *do sapato* arrebentou. (PB: ok ; PE: ok)
 c. *O sapato* arrebentou o cadarço. (PB: ok ; PE: *)
- (75) a. Rasgou a capa *do livro*. (PB: ok ; PE: ok)
 b. A capa *do livro* rasgou. (PB: ok ; PE: ok)
 c. *O livro* rasgou a capa. (PB: ok ; PE: *)

Um caminho que podemos seguir para discutir esses fatos é observar as propriedades demonstradas por línguas que igualmente exibem extração generalizada a partir de domínios nominais. Bošković (2001), por exemplo, aborda contrastes demonstrados entre línguas como o servo-croata e o russo, de um lado, e o búlgaro e o inglês, de outro, em construções como as que seguem em (76)-(79). Enquanto o servo-croata e o russo admitem a extração de adjuntos preposicionados interrogativos a partir de DPs, o inglês e o búlgaro não licenciam este tipo de operação. Quanto a este aspecto, o português brasileiro se comporta como as primeiras, como podemos atestar pelos dados em (80).

- (76) a. Petar je sreo [de_jve_jke iz ovog grada]. SERVO-CROATA
 Petar is met girl from this city
 ‘Peter met girls from this city.’
 b. Iz kojeg grada_i je Petar sreo [djevojke t_i]
 from which city is Petar met girls
- (77) Iz kakogo goroda_i ty vstrečal [devušek t_i] RUSSO
 from which city you met girls
- (78) *Ot koj grad_i Petko [sreštna momičeta t_i] BÚLGARO
 from which city Petko met girls
- (79) a. Peter met [girls from this city] INGLÊS
 b. * From which city_i did Peter meet [girls t_i]
- (Bošković (2001); exemplos (25)-(28))
- (80) a. O Pedro encontrou [garotas desta cidade]
 b. De qual cidade_i (que) o Pedro encontrou [garotas t_i]

Contudo um outro conjunto de fatos apresentado por Bošković (2001), envolvendo extração de adjetivos e (aparentes) determinantes a partir de domínios nominais, leva a situar o português brasileiro mais para o lado do inglês/búlgaro que do servo-croata/russo. Línguas como o servo-croata, com dados exemplificados em (81) a seguir, admitem extração de adjetivos, itens interrogativos e pronomes demonstrativos a partir do constituinte nominal, propriedade que não é compartilhada com línguas como o inglês, cujos fatos vêm exemplificados em (82). Quanto a esse aspecto em particular, o português brasileiro se identifica antes com o inglês e o búlgaro (o que fica claro pelos exemplos em

(83)), que com o servo-croata e o russo, afastando-se assim do padrão observado entre as línguas que admitem a extração de adjuntos preposicionados.

- (81) a. Čijeg_i si vidio [t_i oca]
 whose are seen father
 ‘Whose father did you see?’
- b. Kakava_i si kupio [t_i kola]
 what-kind-of are bought car
 ‘What kind of a car did you buy?’
- c. Ta_i je vidio [t_i kola]
 that is seen car
 ‘That car, he saw.’
- d. Lijep_e_i je vidio [t_i kuće]
 beautiful is seen houses
 ‘Beautiful houses, he saw.’
- e. Koliko_i je zaradila [t_i novca]
 how-much is earned money
 ‘How much money did she earn?’ (Bošković (2001); exemplos em (2))
- (82) a. * Whose_i did you see [t_i father]
 b. * Which_i did you buy [t_i car]
 c. * That_i he saw [t_i car]
 d. * Beautiful_i he saw [t_i houses]
 e. * How much_i did she earn [t_i money] (Bošković (2001); exemplos em (1))
- (83) a. * Qual_i você viu [t_i pai]
 b. * Que_i você comprou [t_i carro]
 c. * Aquele_i ele viu [t_i carro]
 d. * Bonitas_i ele viu [t_i casas]
 e. * Quanto_i ela economizou [t_i dinheiro]

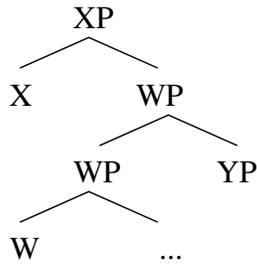
Para explicar as diferenças entre as línguas consideradas, Bošković (2001) rejeita categoricamente análises anteriores (que recorrem, por exemplo, ao Princípio das Categorias Vazias ou às noções de *remnant movement* e apagamento espalhado) e propõe que o contraste se baseia no estatuto do constituinte nominal como uma projeção de D ou de N. O autor argumenta que, em línguas como o inglês e o búlgaro, o constituinte nominal consiste num DP, enquanto em línguas como o servo-croata e o russo, o mesmo tipo de constituinte deve corresponder a um NP. Partindo da noção de *fase* proposta em Chomsky

(2000) (ver seção 2.1), os efeitos da distinção entre DP e NP se sustentariam na idéia de que o primeiro, mas não o segundo, consiste numa fase. Dessa forma, adjuntos adnominais preposicionados não poderiam ser extraídos em línguas como o búlgaro e o inglês por ser o DP uma fase, o que implica o “congelamento” do domínio interno desse constituinte tão logo ele sofra *Spell-Out*; diferentemente, o servo-croata e o russo admitiriam a extração pelo fato de o NP não constituir uma fase e, por conseguinte, o adjunto preposicionado não estar num domínio “congelado”.

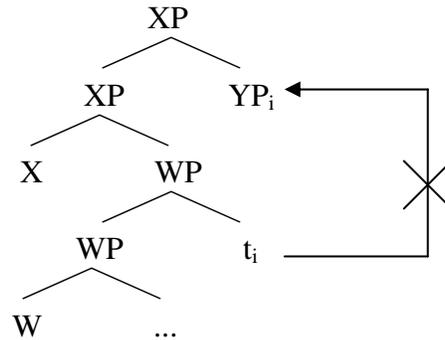
Lembremos que o modelo proposto em Chomsky (2000) prevê a possibilidade de um elemento migrar para uma posição na margem da fase antes de *Spell-Out*, onde ficaria livre do “congelamento”. Essa possibilidade abriria caminho para que um constituinte originalmente alocado numa posição interna sofresse extração. Tendo em vista essa condição, o que estaria impedindo os adjuntos preposicionados do búlgaro e do inglês de se moverem para a margem da fase, de modo a poderem ser extraídos do DP? Valendo-se de propostas como as de Grohmann (2003), a resposta de Bošković (2001) passa pela idéia de que o adjunto se encontra originalmente numa posição “muito próxima” a D; em termos de economia, o movimento de uma posição “muito próxima” a D para uma posição na margem da projeção de D consiste numa operação vácuca e, como tal, não executável pelo sistema. A noção de *proximidade* aqui em jogo pode ser visualizada na configuração em (84) a seguir: a projeção de YP se encontra adjungida à de WP, que por sua vez é um complemento de X; nesta arquitetura, YP se encontra no domínio mínimo de X (considerando a definição apresentada em Chomsky (1993))²², e o movimento do mesmo ou para [Spec,XP] ou em adjunção a XP corresponderia ao movimento de dentro de um domínio mínimo para o interior desse mesmo domínio. Daí a idéia de que movimentos entre posições “muito próximas” não são executáveis pelo sistema, dado o caráter vácuo desse tipo de operação.

²² O primeiro nó a c-comandar YP naquela configuração em (84) é também o primeiro nó que c-comanda X. Nestas condições, Y “cai” no domínio mínimo de X, mantendo com este núcleo a mesma relação que é requerida entre X e seu complemento.

(84) a.



b.



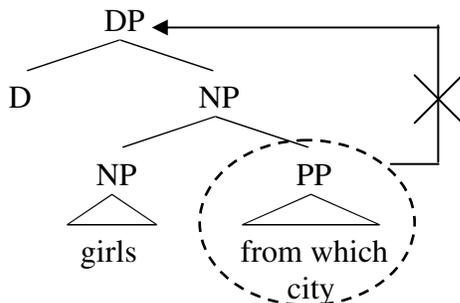
Dessa forma, adjuntos adnominais preposicionados em línguas como búlgaro e inglês seriam impedidos de migrar para a margem da fase por já se encontrarem no domínio mínimo do núcleo da fase. Já em servo-croata e russo, não haveria qualquer requerimento desta ordem, visto que o constituinte nominal dessas línguas nem sequer constitui uma fase.

Nestes termos, o contraste em inglês apresentado em (85) a seguir se dá pelas razões ilustradas nas estruturas em (86). Considerando a representação em (86a), correspondente a (85a), o PP *from which city* adjungido a *girls* se encontra “muito próximo” a D, uma vez que consiste num adjunto do complemento de D; dessa posição, seu movimento para a margem de D é impróprio. Na representação em (86b), correspondente a (85b), *who* se encontra numa posição “suficientemente distante” de D (visto que consiste num argumento, e não num adjunto, de N), o que licencia a possibilidade de migrar para a margem do DP (e daí para posições mais altas) antes do *Spell-Out* da fase.

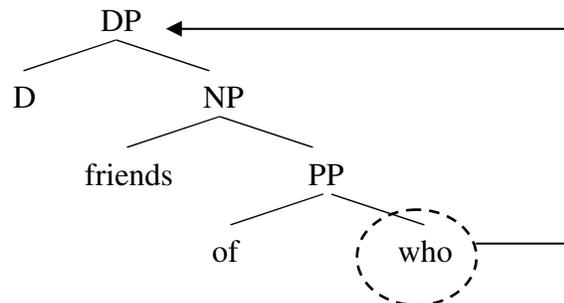
(85) a. * From which city_i did Peter met [_{DP} girls t_i]

b. Who_i do you like [_{DP} friends of t_i]

(86) a.



b.



Os casos do italiano repetidos em (87)-(88) a seguir podem receber uma análise dentro desta mesma dinâmica. A extração do sintagma genitivo adverbial em (88) vai se dever ao seu estatuto de adjunto de NP, posição que o insere no domínio mínimo de D e, portanto, bloqueia seu movimento para a margem do DP antes de este sofrer *Spell-Out*. Diferentemente, o sintagma genitivo em (87) pode ser tratado como um argumento do N *opere* e, como tal, se encontrar numa posição temática no interior do NP (digamos, em [Spec,NP]), condição que o deixa “suficientemente distante” para migrar até a margem do DP, de onde poderá ser extraído. Notemos que a possibilidade de “possessivização” de *dei pittori fiamminghi*, contrariamente ao que se observa para *di 300 anos fa*, pode estar atrelada ao fato de o primeiro, mas não o segundo, corresponder a um constituinte possessivo argumental de *opere*.

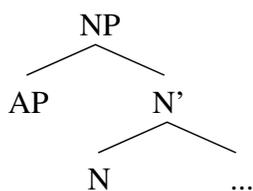
- (87) a. In quel museo si possono vedere opere *di tre pittori fiamminghi*.
 b. *Di quanti pittori fiamminghi* si possono vedere opere, in quel museo?
 c. In quel museo se possono vedere *loro* opere (*dei pittori fiamminghi*).
- (88) a. In quel museo si possono vedere opere *di 300 anni fa*.
 b. * *Di quanti anni fa* si possono vedere opere, in quel museo?
 c. In quel museo si possono vedere *loro* opere (**di 300 anos fa*).

(Giorgi & Longobardi (1991); p. 64)

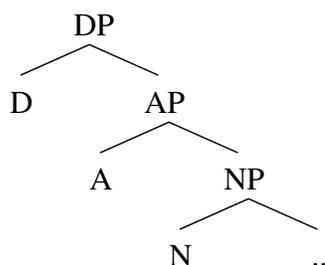
Antes de retornar aos fatos do português brasileiro, cabe ainda uma breve observação sobre um tratamento proposto por Bošković (2001) para explicitar os contrastes entre o servo-croata e o inglês no que diz respeito à extração de demonstrativos, adjetivos e determinantes interrogativos. O autor defende a idéia de que algumas línguas não dispõem de DP exatamente pelo fato de não apresentarem determinantes em seu acervo vocabular. Em servo-croata, por exemplo, termos como *ta* ‘aquele’ e *koliko* ‘quanto’ não se comportam exatamente como determinantes, mas compartilham uma série de propriedades com categorias adjetivais (fato igualmente observado em russo), o que permite atribuir a esses elementos mais um estatuto de adjetivo que de determinante. Além disso, o servo-croata (assim como o russo) não dispõe de qualquer categoria que lembre os artigos das línguas românicas, do búlgaro e do inglês. Para o autor, essa diferença vai implicar um outro contraste drástico entre línguas como o servo-croata e o russo, de um lado, e o inglês

e o búlgaro, de outro: entre as primeiras, os adjetivos (incluindo aí os “falsos determinantes”) vão se encontrar em [Spec,NP], resultando no chamado *NP-over-AP pattern*; entre as segundas, o adjetivo toma o NP como complemento, resultando no *AP-over-NP pattern*. Um e outro padrão vêm representados respectivamente em (89)-(90) a seguir.²³

(89) *NP-over-AP pattern*



(90) *AP-over-NP pattern*



A impossibilidade de extrair determinantes e adjetivos em línguas que exibem DP (portanto, com o padrão *AP-over-NP*) resulta do fato de a extração do adjetivo ou do determinante para uma posição de especificador implicar, na análise assumida por Bošković (2001), a extração de todo DP ou AP (e não apenas de D ou A), daí a inaceitabilidade daquelas sentenças do inglês apontados anteriormente em (75). Já entre as línguas que exibem o padrão *NP-over-AP*, adjetivos e “falsos determinantes” (que consistem em APs) poderão ser extraídos sem problemas a partir da posição de [Spec,NP] para uma outra posição de especificador, sem que qualquer requerimento sobre manutenção de constituição seja violado.²⁴

Dessa forma, Bošković (2001) obtém um quadro que abarca, sob uma mesma perspectiva, a possibilidade/impossibilidade de extração de elementos a partir do

²³ Para Bošković (2001), a necessidade de AP entrar na posição de especificador de NP em línguas como o servo-croata e o russo resulta de um requerimento da Gramática Universal de acordo com o qual DP ou NP, mas não um AP, pode funcionar com complementos verbais. Assim, no processo de aquisição de tais línguas, a criança se vê compelida a inserir AP em [Spec,NP], do contrário projeções de um adjetivo acabariam como constituintes argumentais, em desacordo com aquele requerimento.

²⁴ Como Bošković (2001) ressalta, a assunção desses dois padrões dispensa a noção de fase, pelo menos que diz respeito à necessidade de capturar a possibilidade ou a impossibilidade de extrair determinante/adjetivos. Vou, contudo, manter nas próximas seções a idéia de que DPs constituem fases, por razões que vão ficar claras no decorrer da exposição.

constituente nominal e a ausência/presença de categorias que portam o estatuto de determinante. Trata-se, contudo, de um quadro problemático para situar o português brasileiro, uma vez que essa língua se aproxima do comportamento de gramáticas sem determinante no que diz respeito à extração de sintagmas-*de* adnominais, ao mesmo tempo em que se coloca ao lado de gramáticas com determinante no que se refere a outras categorias internas ao constituinte nominal. Obviamente, há razões empíricas suficientes para assumir que o português brasileiro dispõe de D (e, portanto, de DP), como o inglês, o búlgaro e as outras línguas românicas. À luz da proposta de Bošković (2001), a disponibilidade do determinante explica o porquê de o português brasileiro não poder extrair adjetivos e determinantes a partir do seu constituinte nominal. Como explicar, todavia, a possibilidade de extração de adjuntos adnominais preposicionados, propriedade típica de gramáticas que dispõem apenas de NP, mas não de DP? A próxima seção será dedicada à discussão desse tópico.

3.5 Especulando sobre posições de adjunção e traços internos a DP

Na seção 3.3, propus uma abordagem de acordo com a qual os sintagmas-*de* adnominais não-argumentais entravam na estrutura diretamente concatenados em adjunção ao DP. À luz da discussão de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) sobre as configurações de adjunção, o quadro então proposto mostrou-se capaz de prever tanto o movimento do DP modificado quanto o do DP/sintagma-*de* modificador. Na seção anterior, contudo, vimos que o comportamento esperado entre as línguas que se valem de DPs em vez de NPs é o de bloquear a extração de adjuntos adnominais preposicionados, visto que os mesmos devem se encontrar concatenados numa posição que os impede de ser movidos para a margem da fase. Se o quadro proposto por Bošković (2001) estiver correto, uma saída possível para manter a análise proposta em 3.3 é assumirmos que os adjuntos adnominais preposicionados não são necessariamente inseridos numa posição interna a DP em todas as línguas que dispõem de D: a inserção pode se dar diretamente em adjunção ao DP (ou seja, na margem do constituinte que comporá a fase), exatamente como propus para o português brasileiro. O sintagma genitivo estaria, assim, livre da necessidade de experimentar movimento a partir de uma posição interna ao DP, sem que qualquer requerimento sobre

restrições de localidade entre em jogo. A questão que naturalmente advém dessa proposta é sobre o porquê de a gramática do português brasileiro optar pela adjunção de sintagmas genitivos diretamente ao DP, demonstrando um comportamento diferente do das línguas que também dispõem da categoria D consideradas em Bošković (2001).

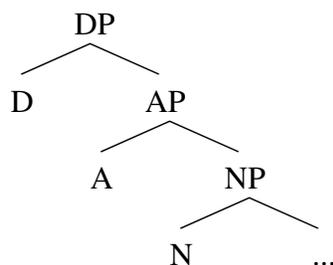
Uma hipótese que podemos explorar é a de que a concatenação do sintagma genitivo não-argumental precisa se operar junto à projeção de uma categoria que porte um determinado tipo de traço. Vou recorrer ao símbolo γ para designar esse traço, sem me preocupar, por ora, sobre sua natureza. Dessa forma, o relevante para estabelecer o ponto de adjunção vai ser não a especificidade da projeção à qual o sintagma deve se adjungir, mas o fato de o núcleo dessa projeção portar ou não o traço γ . Considerando o exposto até aqui, isso significa que, no português brasileiro, γ se localiza em D, enquanto em línguas como o inglês, o italiano, o português europeu, o búlgaro etc., o traço vai se situar no núcleo cuja projeção é tomada como complemento de D. Sobre o papel exercido por γ , vou especular que o adjunto adnominal ganha a preposição genitiva no componente morfológico somente se estiver adjungida à projeção do núcleo que comporta esse traço (numa operação que corresponda, talvez, à atribuição de Caso via concatenação; ver nota 7 em Chomsky (2001)). Em outras palavras, γ deve ser o licenciador do índice genitivo, que se realiza no português brasileiro sob a forma da preposição *de*.

Retornemos brevemente para a explicação de Bošković (2001) sobre o ponto de localização dos adjuntos preposicionados adnominais em línguas com DP. Depreende-se da proposta do autor que esse ponto deve ser o NP, tomado como complemento de D, o que explicaria a presença do adjunto no domínio mínimo do determinante e o conseqüente bloqueio do movimento em adjunção ao DP; nestes termos, o traço γ em inglês deveria ser localizado em N. Essa não pode ser a história correta, contudo, se o padrão *AP-over-NP*, repetido em (91) a seguir, estiver correto.²⁵ Em tal configuração, a adjunção do sintagma genitivo junto a NP não o colocaria no domínio mínimo de D e, sob tal condição, o movimento para a margem do DP deveria ser licenciado. Sabemos que, independentemente

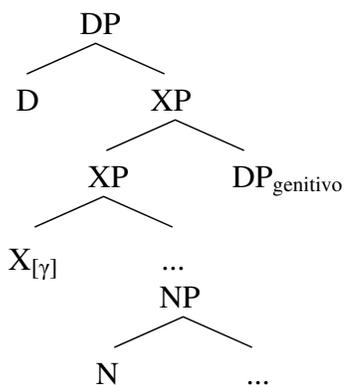
²⁵ Mas lembremos que, de acordo com Bošković (2001), a assunção de dois diferentes padrões (*AP-over-NP* e *NP-over-AP*) dispensa a necessidade de recorrermos à noção de *fase* (ver nota 24). A discussão que se segue neste capítulo só é válida, portanto, diante da manutenção da hipótese de DP corresponder a uma fase, mas não o NP.

da presença ou ausência de adjetivos, adjuntos preposicionados (genitivos ou não) são normalmente impedidos de sofrer movimento em línguas como o inglês. Assim, para que os efeitos da proposta sejam mantidos, é necessário postular que os adjuntos adnominais genitivos são concatenados numa projeção XP, necessariamente tomada como complemento de D. Enquanto, em tais línguas, é o núcleo de XP que porta o traço γ , no português brasileiro o mesmo traço deverá ter sua localização em D. Conseqüentemente, os padrões de concatenação de adjunto em um e outro caso serão dados, respectivamente, como em (92) e (93) a seguir, determinados então pela presença de γ ou em X ou em D.

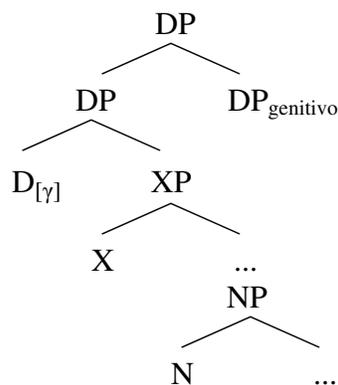
(91) *AP-over-NP pattern*



(92)



(93)



Considerando o estágio atual dos estudos sobre a arquitetura interna do DP, um candidato plausível a X^0 nas representações acima é a categoria Num(ero), normalmente assumida como o núcleo de uma projeção entre D e N (ver, por exemplo, Ritter (1991) e Vangsnes (2001)). A literatura sobre a arquitetura de DPs tem apontado a projeção de Num como a responsável por abrigar em seu domínio tanto categorias que expressam

quantificação existencial (*vários, muito(s), pouco(s), algum(ns), um(ns)* etc.) quanto o traço que permite distinguir noções do tipo *singular, dual* e *plural* nas línguas naturais. A observação de que Num porta as condições para licenciar Caso genitivo em elementos adjuntos não deveria causar surpresa, tendo em vista que, em muitas línguas, é comum encontrar marcadores genitivos em constituintes nominais que aparecem atrelados a uma categoria numeral. Em latim, por exemplo, o caso morfológico demonstrado por nomes modificados por quantificadores é o genitivo, como indicado em (94) a seguir. Além disso, locuções que indicam medida, divisão ou quantidade (equivalentes a combinações do tipo *uma parte de, um quilo de, uma grande quantidade de, um punhado de* etc.) também ocorrem obrigatoriamente com um nome no genitivo nessa língua, de acordo com os dados em (95). Comportamento similar é identificado em línguas como o árabe e o russo, exemplificados respectivamente em (96) e (97), com o numeral sendo seguido de um termo genitivo.

- (94) a. *pauci ciuium*
poucos civil.GEN+PL
- b. *multi militum*
muitos soldado.GEN+PL
- c. *multae istarum arbōrum mea manu satae sunt*
muitas estas.GEN+PL árvore.GEN+PL mim mão plantadas foram

(Ravizza (1956); p. 227)

- (95) a. *eōrum una pars*
dele.GEN+PL uma parte
'uma parte deles'
- b. *duae partes frumēti*
duas partes trigo.GEN+SG
'duas terças partes do trigo'
- c. *multitudinēque homīnum*
rande número homem.GEN+PL
'grande número de homens'
- d. *calcis modium unum, harēnae modios duos*
cal.GEN+PL módio um area.GEN+PL módio dois
'um módio de cal, dois módios de areia'

(Faria (1958); p. 341)

- (96) taalit-u ?ughniyat-in
 third-nom song-gen
 ‘The third song’ (Fehri (2006): p. 8)
- (97) šest’ šagov
 six step.GEN.PL
 ‘seis passos’ (Zweig (2005); exemplo em (2b))

Entretanto, ainda que a idéia da marcação genitiva como dependente de adjunção a Num possa ser sustentada, os fatos do português brasileiro ainda continuam sem ser explicitados. A idéia que venho procurando validar para essa língua é a de que constituintes genitivos adjuntos devem ser concatenados na margem da fase; a projeção de Num, contudo, se encontra no interior da fase e, portanto, não deve ser ela o *locus* de recepção dos adjuntos adnominais genitivos. É exatamente nesse ponto que pode ser interessante lançar mão de um traço γ : a categoria Num deve ser o ponto de licenciamento de sintagmas genitivos apenas se contiver o traço; se o mesmo traço estiver instanciado em outra categoria, é a essa outra categoria que o sintagma genitivo deve se adjungir. Podemos explorar então a idéia de que, no português brasileiro, o traço γ se encontra instanciado em D, e não em Num.

Cabe aqui, antes de prosseguir, destacar uma distinção entre a categoria de *número* e o traço de *número*: a primeira corresponde a um elemento que expressa quantidade, medida, tamanho, partitividade, ordenação etc., conceitos que podem ser referenciados, já dissemos, por meio de itens como *muito*, *pouco*, *alguns*, *vários*, *nenhum*, *cinco*, *cem*, *terceiro*, *vigésimo-quinto* etc; o traço de *número*, diferentemente, diz respeito à noção gramatical responsável pela oposição singular-plural, normalmente tomada como estando codificadas nos chamados *traços- ϕ* , ao lado das informações sobre traços de gênero e pessoa. Vou continuar a referir a categoria de número como Num, e vou empregar a representação [num] para designar o traço de número. Vou especular, seguindo um idéia proposta por Jairo Nunes (c.p.), que [num] corresponde exatamente ao traço γ necessário para licenciar o constituinte genitivo. Assim, se Num for o núcleo que traz [num], é à projeção dessa categoria que o genitivo deve se adjungir; da mesma forma, se D for o núcleo que porta o traço, é na margem da fase que a adjunção deve se operar. Por extensão, se esta visão

estiver no caminho correto, o português brasileiro deverá trazer [num] em D, enquanto línguas como o inglês, o castelhano e o português europeu, em Num.²⁶

3.5.1 Extração de sintagmas-*de* interrogativos e alçamento de genitivos

Do ponto de vista empírico, há um fato relevante que pode dar base à idéia de que [num], no português brasileiro, deve estar condensado em D: nessa língua, a manifestação da marca de plural é obrigatória em D, mas não em N, como podemos ver pelos dados a seguir. No português brasileiro coloquial, a marcação do plural realizada apenas em D parece ser mais comum que a marcação simultânea em D e N, com esta segunda possibilidade correspondendo, talvez, a uma variante sustentada principalmente pelo processo de escolarização. No português europeu (coloquial ou culto), diferentemente, a marca de plural precisa se manifestar tanto em D quanto em N.

- (98) a. os livro (PB: ok ; PE: *)
 b. os livros (PB: ok ; PE: ok)
 c. o livros (PB: * ; PE: *)
- (99) a. aquelas bolsa (PB: ok ; PE: *)
 b. aquelas bolsas (PB: ok ; PE: ok)
 c. aquela bolsas (PB: * ; PE: *)

²⁶ Conforme ressaltado por Mary Kato (c.p.), um problema para esta análise seriam aquelas línguas que não dispõem de marcação morfológica para [num], mas exibem um índice genitivo sobre sintagmas nominais, como o japonês. Ressalta-se, contudo, que a ausência de marcação morfológica para uma dada categoria gramatical não implica necessariamente que os traços abstratos correspondentes a essa categoria inexistam na língua. Além disso, mesmo que o licenciador do Caso não esteja no interior do DP, é possível que alguma categoria externa ao DP porte o traço que forneça a marcação genitiva. Observando construções de línguas como o japonês e o quechua, que exibem a chamada *nominative-genitive conversion* (cf. (i) a seguir), Hiraiwa (2000) argumenta que o Caso genitivo sobre DPs em construções como as que seguem são marcadas pela categoria C(omplementizador), via *probe-goal*. Em tais línguas, é plausível supor que o marcador de Caso seja externo mesmo entre os genitivos que modificam um DP, o que levaria a uma implementação técnica na qual uma sonda partindo dos traços- ϕ de C pudesse entrar no domínio não congelado do DP para concordar com o sintagma genitivo.

- (i) a. Kinoo John-ga/**no** katta hon JAPONÊS
 yesterday John-NOM/GEN buy-PST book
 ‘the book which John bought yesterday’
- b. Xwancha-**q** runa- \emptyset riku-sqa -n wasi-ta rura-n QUECHUA
 Juan-GEN man-OBJ see house-ACC build
 ‘the man that Juan saw builds a house’

(Hiraiwa (2000); exemplos em (8) e (10))

- (100) a. quais camisa? (PB: ok ; PE: *)
 b. quais camisas? (PB: ok ; PE: ok)
 c. qual camisas? (PB: * ; PE: *)

Não vou me ocupar aqui de propor uma implementação técnica para explicitar como a presença de [num] em Num levaria à marcação de plural tanto em D quanto em N e, da mesma forma, como e por que a presença de [num] em D tornaria sua manifestação em N opcional.²⁷ Já há na literatura, nesse sentido, trabalhos que consideram diferenças entre o português brasileiro e o português europeu (ou entre aquele e outras línguas) no que diz respeito à arquitetura interna do DP e, mais especificamente, a distinções relativas à marcação de número (Schmitt & Munn (2002), Costa e Figueiredo Silva (2002), Magalhães (2004), Sleeman (2006)). Não há espaço nesta tese para apresentar e discutir tais propostas, mas vale salientar que todas elas, em maior ou menor grau, radicam as “idiossincrasias” demonstradas pelo DP no português brasileiro nas particularidades da marcação de número exibidas por esta língua.²⁸ Magalhães (2004), por exemplo, aloca o traço interpretável/valorado de [num] em D, e não em N, em sua proposta de estender os efeitos da operação *Agree* para o domínio nominal; Schmitt & Munn (2002), em abordagem sobre *bare arguments*, chegam a propor que a projeção da categoria de número nem sequer é licenciada em *bare singulars* do português brasileiro, em oposição ao inglês e o português europeu.

Particularmente no que diz respeito aos contrastes relevantes demonstrados entre o português brasileiro e o português europeu, o quadro delineado nesta seção permite pôr as diferenças da marcação de plural (determinadas, supostamente, pela diferença no *locus* de [num]) no mesmo âmbito das distinções relativas à possibilidade de extração dos adjuntos genitivos. Consideremos, por exemplo, as construções em (101)-(103) a seguir, que mostram o contraste entre o português brasileiro e o português europeu quanto à

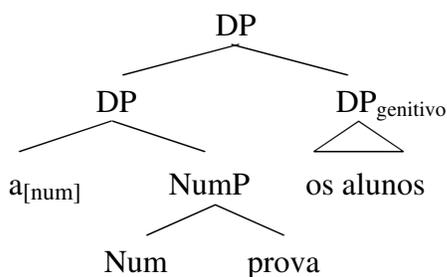
²⁷ É importante salientar que o fato de uma língua ter marcação de plural exclusivamente em D, mas não em N, não quer dizer necessariamente que [num] seja, em tal língua, intrínseco a D. É possível, por exemplo, que [num] seja inicialmente parte de outro núcleo, mas migre para D ao longo da computação sintática ou no componente morfológico (ver também a nota 36, que traz um caso do francês).

²⁸ Neste sentido, cabe apontar a proposta de Rodrigues (2004b), para quem o DP do português brasileiro nem chega a se constituir como fase, exatamente por razões de defectividade dos traços- ϕ .

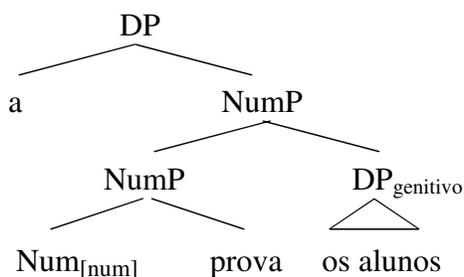
possibilidade de extração de sintagmas-*de*. Se aplicarmos as idéias esboçadas nesta seção ao observado nas duas línguas, um constituinte como *a prova dos alunos* teria no português brasileiro e no português europeu, respectivamente, as representações em (104) e (105) a seguir. Em (104), o DP genitivo se encontra adjungido a DP, visto que o traço [num] deve estar presente em D no português brasileiro; em (105), o DP genitivo é inserido em adjunção a NumP, uma vez que [num], no português europeu, se encontra em Num. Segue daí o estranhamento causado pela extração do DP_{genitivo} no português europeu, considerando a impropriedade do movimento desse constituinte para a margem da fase na configuração em (105).

- (101) a. O professor já corrigiu [a prova dos alunos]
 b. De quais alunos_i o professor já corrigiu [a prova t_i] (PB: ok ; PE: ??)
- (102) a. A Maria não quer lavar [a meia do Roberto]
 b. [De quem] a Maria não quer lavar [a meia t_i] (PB: ok ; PE: ??)
- (103) a. As crianças odeiam [a aula do professor de matemática]
 c. De qual professor as crianças odeiam [a aula t_i] (PB: ok ; PE: ??)

(104) PORTUGUÊS BRASILEIRO



(105) PORTUGUÊS EUROPEU



Podemos recorrer a esse mesmo tratamento para tratar das diferenças entre o português brasileiro e o português europeu no que diz respeito ao *alçamento de genitivo*, já abordado em 3.4, em dados como os que seguem.²⁹

²⁹ Sonia Cyrino (c.p.) aventou a possibilidade de construções com alçamento de genitivo serem obtidas por um processo que seja similar ao que entra joga na formação de sentenças como as que seguem em (i)-(iii). Notemos que os adjuntos adverbiais locativos das construções em (a) podem ocorrer na posição de sujeito, sem a preposição, comportamento também observado nos casos de alçamento de genitivo. No capítulo 4 (seção 4.9), contudo, vou argumentar que, mesmo com a preposição, os constituintes locativos podem ser realizados na posição de sujeito, caso que vai corresponder às construções em (c). O sintagma genitivo, por

- (106) a. Quebrou o ponteiro do relógio.
 b. O ponteiro do relógio quebrou.
 c. ***O relógio quebrou o ponteiro.*** (PB: ok; PE: *)
- (107) a. Arrebentou o cadarço do sapato.
 b. O cadarço do sapato arrebentou.
 c. ***O sapato arrebentou o cadarço.*** (PB: ok; PE: *)
- (108) a. Furou o pneu dos dois carros.
 b. O pneu dos dois carros furou.
 c. ***Os dois carros furaram o pneu.*** (PB: ok; PE: *)
- (109) a. Queimou o monitor do computador.
 b. O monitor do computador queimou.
 c. ***O computador queimou o monitor.*** (PB: ok; PE: *)

A possibilidade das construções em (c) nesses casos de (106) a (109) em português brasileiro, bem como sua inaceitabilidade em português europeu, pode ser estabelecida sem grandes complicações a partir da abordagem que estou propondo. Considerem-se, por exemplo, as construções em (110) a seguir. O ponto de partida para gerá-las no português brasileiro e no português europeu seria, respectivamente, como em (111) e (112). O DP genitivo *a camiseta* é inserido em adjunção ao DP em (111), e ao NumP em (112), dada a localização diferenciada de [num] em uma e outra representação. Tanto numa quanto noutra estrutura, o DP pode ser inteiramente movido para a posição de sujeito, levando consigo o constituinte genitivo, que deverá receber a preposição *de* no componente morfo-

sua vez, não pode ser realizado na posição de sujeito juntamente com a preposição, como podemos ver em (iv), o que me levou a desconsiderar um tratamento uniforme para abarcar numa mesma perspectiva esses dois fatos do português brasileiro.

- (i) a. Bate muito sol *nessa casa*.
 b. *Essa casa* bate muito sol.
 c. *Nessa casa* bate muito sol.
- (ii) a. Vende bastante coisa legal *naquela loja*.
 b. *Aquela loja* vende bastante coisa legal.
 c. *Naquela loja* vende bastante coisa legal.
- (iii) a. Tá fazendo um barulho danado *dentro do meu carro*.
 b. *O meu carro* tá fazendo um barulho danado.
 c. *Dentro do meu carro* tá fazendo um barulho danado.
- (iv) a. Quebrou o ponteiro dos dois relógios.
 b. Os dois relógios quebraram o ponteiro.
 c. *Dos dois relógios quebraram o ponteiro.

fonológico. Contudo só a representação em (111), correspondente ao português brasileiro, vai dispor da possibilidade de alçamento do genitivo para a posição de sujeito, como representado na estrutura em (113) (condição na qual, em vez de ganhar a preposição *de*, o DP recebe/checa/valora o traço de Caso nominativo);³⁰ na estrutura em (112), a extração do DP genitivo será bloqueada, dado que o mesmo se encontra impedido de migrar para uma posição de *escape-hatch* da fase, o que explicita a inaceitabilidade de (110c) no português europeu.^{31,32}

³⁰ Sobre o Caso do DP genitivo nas estruturas com alçamento para a posição de sujeito, temos de assumir que o sintagma genitivo adjunto entra na configuração não com o Caso *default*, mas com um traço de Caso não-interpretável em Forma Lógica (e, portanto, não-valorado). Essa condição obriga o movimento do genitivo para [Spec,TP], como resultado da necessidade de valorar e apagar esse traço não-interpretável.

³¹ Muitos falantes (entre os quais eu me incluo) admitem, ainda que marginalmente, construções como em (i) a seguir, em que o DP modificado é o que aparece em [Spec,TP], e não o genitivo. Essa possibilidade é prevista pela proposta de adjunção sem rótulo, num caminho similar ao proposto para a construção em (i), discutida na seção 3.3.

- (i) a. ? O ponteiro quebrou, do relógio.
b. ? O cadarço arrebentou, do meu sapato.
c. ? O pneu furou, daqueles dois carros.
d. ? Aquele monitor queimou, do meu computador.
- (ii) Quais funcionários que você conhece, do departamento?

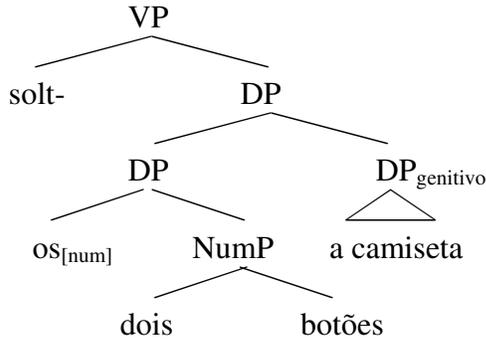
³² No estágio inicial da pesquisa que resultou nesta tese, considerou-se uma hipótese que passava pela idéia de o português brasileiro se comportar como *uma língua de proeminência de tópico*, diferentemente do português europeu (Pontes (1987), Kato (1989), Galves (1996, 2001), Negrão (1999)). A noção de *proeminência de tópico* traduz, geralmente, o fato de as línguas com tal estatuto terem posições obrigatórias na sentença “especializadas” em veicular certas propriedades informacionais. Se for verdade que os constituintes nominais são arquitetados com uma configuração paralela à da sentença, fato amplamente assumido desde a segunda metade da década de 80, então há razões para crer que as propriedades de língua de tópico afetam não só o domínio da sentença, mas também os domínios nominais. Primeiramente, considerando o plano sentencial, um dos aspectos que vem sendo destacado em torno do português brasileiro diz respeito à freqüente exploração da periferia da sentença para fins informacionais. Construções como as que seguem, por exemplo, são freqüentes nesta língua, mas bastante restritas no português europeu, provavelmente em função do estatuto de *língua de tópico* da primeira (ver Kato (1996)).

- (i) a. *A Maria, o carro dela* parece que o mecânico só vai trocar o pneu amanhã.
b. *Aquele apartamento, a frente dele* me disseram que as janelas são todas de vidro.
c. O médico disse que *a Maria, ela* precisa de um tratamento bem sério.

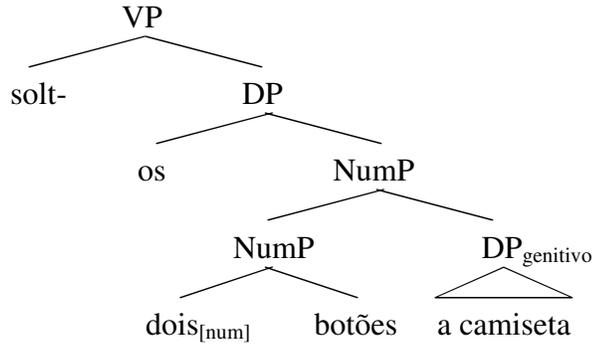
De acordo com a hipótese inicialmente aventada, a possibilidade de uso da periferia em domínios nominais, paralelamente ao observado no plano sentencial, poderia ser o fator responsável pelas diferenças relevantes entre o português brasileiro e o português europeu. O português brasileiro recorreria então à adjunção em posições periféricas do DP, da mesma forma que poderia recorrer a posições periféricas da sentença. Ou seja, poderíamos concatenar um DP em adjunção à periferia de outro DP, da mesma forma que podemos alocar constituintes na periferia da sentença com vistas a satisfazer certos requerimentos informacionais.

- (110) a. Soltou/Soltaram os dois botões da camiseta. (PB: ok ; PE: ok)
 b. Os dois botões da camiseta soltaram. (PB: ok ; PE: ok)
 c. A camiseta soltou os dois botões. (PB: ok ; PE: *)

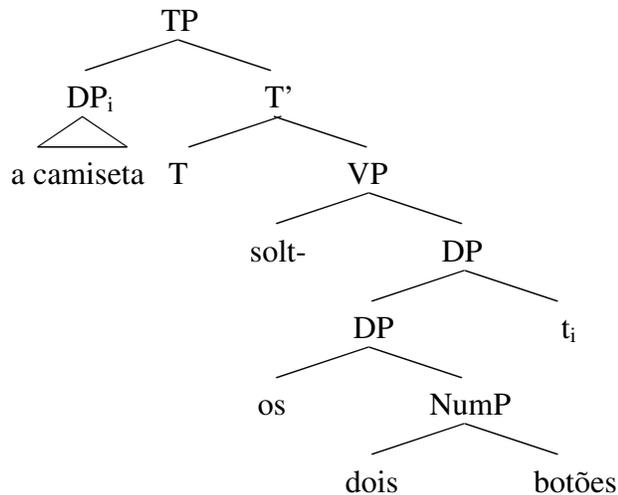
(111) PORTUGUÊS BRASILEIRO



(112) PORTUGUÊS EUROPEU



(113)



Concluindo esta subseção, cabe apontar a seguinte questão: o que impediria os sintagmas preposicionados de se concatenarem ao NP (ou em outros pontos internos ao DP), diferentemente do que vem representado naquela arquitetura que foi apresentada em (1)? Essa é uma condição que envolve apenas os sintagmas-*de*, ou deve ser estendida aos sintagmas-*em/com/para*? Se houvesse a possibilidade de adjunção a NP (ou a qualquer outro ponto do domínio interno do DP), sintagmas nessa situação poderiam estar sujeitos a algum tipo de restrição para ocorrerem na posição de *escape-hatch* da fase, considerando os pressupostos assumidos até aqui? Vou adiar a discussão desse tópico para o capítulo 4

(seção 4.9), quando trato da mesma questão considerando fatos especificamente em torno de sintagmas-*com/para*.

3.5.2 Relações *continente-conteúdo*

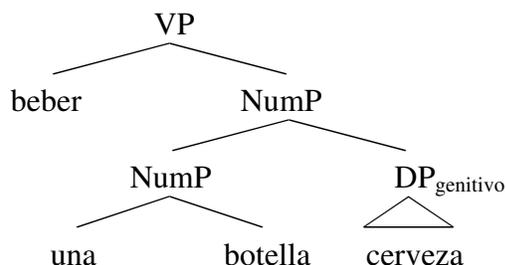
Retornemos àqueles fatos do castelhano em torno de relações *continente-conteúdo*, abordados em 3.2.1. Vimos que a abordagem “dimensional” proposta por Castilho (2002) não é capaz de dar conta dos fatos do português brasileiro, que contrastam com os do castelhano por admitir extração a partir de expressões com leitura de continente, e não apenas com leitura de conteúdo. Os dados relevantes seguem reapresentados em (114)-(117) a seguir. Em seu tratamento, Castilho (2002) propõe configurações diferenciadas para um e outro tipo de leitura, postulando uma arquitetura “bidimensional” para o complemento de verbos como *beber*, e “tridimensional” para o complemento daqueles como *quebrar/romper*. De acordo com o autor, o aspecto em comum entre uma e outra arquitetura seria o fato de a relação *continente-conteúdo* entre *cerveja/cerveza* e *garrafa/botella* ser efetivada numa *small clause* a ser preservada em qualquer que seja a dimensão; contudo, a expressão de continente seria marcada por procedimentos sintáticos que acabariam por levar todo o DP para a posição de sujeito da *small clause*, impedindo assim a extração do sintagma preposicionado.

- (114) a. [De qué]_i bebiste una botella t_i
b. Cuántas botellas bebiste t_i de cerveza
- (115) a. * [De qué]_i rompiste una botella t_i
b. * Cuántas botellas_i rompiste t_i de cerveza (Castillo (1998); exemplos (12)-(13))
- (116) a. [De qual cerveja / Do que]_i você bebeu duas garrafas t_i
b. [Quantas/Quais garrafas]_i você bebeu t_i de cerveja
- (117) a. [De qual cerveja / Do que]_i você quebrou duas garrafas t_i
b. [Quantas / Quais garrafas]_i você quebrou t_i de cerveja

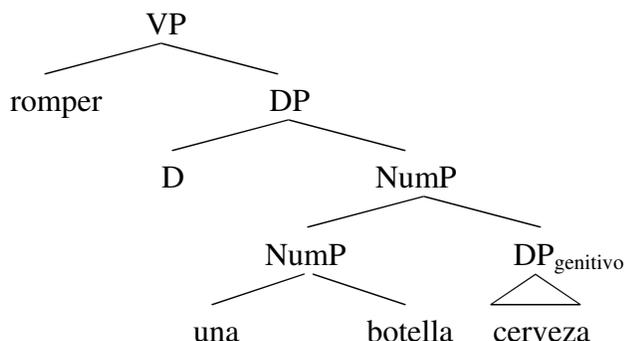
Um caminho a ser explorado para abarcar esses contrastes pode estar na idéia de que, particularmente no castelhano, a expressão de conteúdo não corresponde a um DP, mas a um NumP. Nestes termos, a diferença estrutural entre *beber una botella de cerveza* e *romper una botella de cerveza* se daria no seguinte sentido: na primeira, o verbo toma

como complemento um NumP, enquanto na segunda, um DP, tal como representado respectivamente em (118) e (119) a seguir.^{33,34}

(118)



(119)



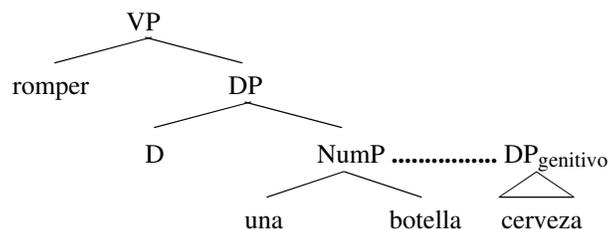
Se esta idéia estiver correta, não existe qualquer restrição para que o movimento do DP_{genitivo} se efetive na leitura de conteúdo em (118), uma vez que a projeção imediatamente dominando o NumP, em tal caso, não consiste numa fase. Em contraste, o movimento não deve ser aceito em (119) porque o DP_{genitivo} se encontra, em tal configuração, impedido de migrar para uma posição de adjunção ao DP por já se encontrar no domínio mínimo deste.

Sob essas mesmas condições, é também possível realizar o movimento do constituinte modificado sem o sintagma genitivo, visto que a operação de adjunção poderia se dar sem ser seguida por *rotular*, nos termos de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) (ver a nota 34). Pela configuração em (120) a seguir, tanto o NumP como o sintagma genitivo pode ser

³³ Ver a nota 18 sobre as implicações da proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) para a adjunção com rótulo, que vêm representada em (118)-(119) acima.

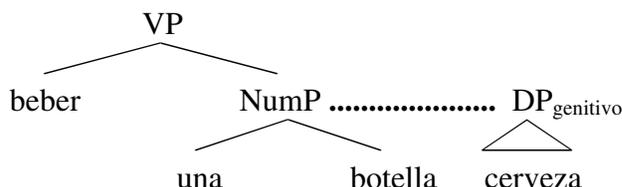
³⁴ Se quisermos manter os efeitos da abordagem de Bošković (2001, 2005) à luz da proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006), precisamos assegurar que, nos casos de adjunção sem rótulo, a categoria concatenada à projeção do complemento da fase se encontra impedida de sofrer extração por não poder migrar para a margem da fase. Isso quer dizer que, numa representação como em (i) a seguir, em que se encontra adjungido ao NumP, o DP_{genitivo} não poderá se mover para a margem do DP, visto se encontrar numa posição “muito próxima” dessa margem.

(i)



movido independentemente, sem qualquer violação de constituência. Essas condições sobre o castelhano se aplicariam, da mesma forma, para o inglês (cf. (121)-(122) a seguir) e o português europeu, que igualmente rejeitam movimento a partir da leitura de continente, mas não da de conteúdo.

(120)



- (121) a. What_i did you drink a bottle of t_i.
 b. ? [How many bottles]_i did you drink t_i of beer

- (122) a. * What_i did you break a bottle of t_i
 b. * [How many bottles]_i did you break t_i of beer (Castillo (1998); exemplos (37)-(38))

Para além das expressões de *continente-conteúdo*, esse quadro faz a previsão de que a possibilidade de extração a partir de constituintes nominais do castelhano deve estar relacionada a uma distinção do seguinte tipo: sempre que o complemento do verbo consistir num DP, a extração do sintagma genitivo adjunto de dentro desse DP deverá ser bloqueada; se consistir num XP (X podendo ser Num ou N), a extração poderá ser licenciada. De fato, há construções dessa língua que apontam em favor dessa generalização, como as destacadas em (123) a seguir. Embora com uma implementação técnica diferenciada da que estou propondo, Ticio (2003) analisa frases desse tipo para argumentar que é exatamente a presença de D, realizado pelo artigo *los*, que acaba por coibir a extração do sintagma genitivo em (b)-(c); em contraste, D deve estar ausente em (a), caso em que a extração passa a ser admitida. Dentro da abordagem que venho desenvolvendo, o complemento do verbo em (a) vai ser um NumP, situação que deixa o sintagma genitivo a ele adjungido em condições de ser extraído, nos mesmos termos que venho assumindo para as expressões de conteúdo; diferentemente, o complemento do verbo em (b)-(c) vai corresponder a um DP,

condição que bloqueia a extração do genitivo, paralelamente ao observado para as expressões de continente.³⁵

- (123) a. De qué autor_i has leído varios libros t_i
b. * De qué autor_i has leído los libros t_i
c. * De qué autor_i has leído los tres libros t_i

(Ticio (2003); exemplos em (11) , (16) e (86))

Outro contraste relevante discutido em Ticio (2003) vem apresentado a seguir. Diferentemente do observado em (123), não há nesse caso impedimento para a extração do sintagma genitivo quando o DP modificado vem introduzido pelo artigo definido, como podemos ver em (124a); já a construção em (124b) se comporta como no paradigma anterior, com a extração sendo impedida se as categorias D e Num ocorrerem na mesma expressão.

- (124) a. De qué cantante_i salieron publicadas las fotos t_i
b. * De qué cantante_i salieron publicadas las tres fotos t_i

(Ticio (2003); exemplos em (16) e (86))

A autora explica a diferença explorando a idéia de que o PP *de qué cantante* corresponde, em (124), a um modificador de natureza argumental originalmente na posição de complemento do N *fotos*. Como já apontado anteriormente, não deve existir qualquer impedimento para que um sintagma genitivo na posição de complemento se mova para a margem da fase, de onde poderá sofrer extração. Essa condição garante, nestes termos, a aceitabilidade da construção em (124a). Em (124b), entretanto, a presença das categorias Num e D opera como um fator que bloqueia a extração do complemento (ver a nota 40). Para estes dados, Ticio (2003) argumenta que, antes de migrar para a margem do constituinte nominal, o PP precisa fazer um pouso numa projeção que fica “a meio

³⁵ Ticio (2003) assume uma projeção de Agr interna ao constituinte nominal, que receberia quantificadores existenciais em seu especificador. Essa projeção de Agr pode corresponder, num certo sentido, ao que estou chamando de Num. Contudo, a posição de *escape-hatch* na proposta da autora não seria a margem do DP, mas a de um TopP interno ao constituinte nominal. A presença de D corresponderia a um obstáculo para extração porque, no modelo que adota, o sintagma genitivo pode cruzar apenas uma projeção máxima. A presença de D acabaria por impor uma projeção a mais a ser atravessada por tal sintagma no caminho para o TopP, levando o sistema a rejeitar a operação.

caminho” entre sua posição inicial de complemento e a do seu destino final ainda dentro do constituinte; no caso em (124b), essa projeção de “meio caminho” vai corresponder exatamente àquela onde se encontra o item *tres*. Traduzindo este quadro para a abordagem que estou propondo, o PP em (124b) se adjunge (ao fazer sua parada de “meio caminho”) na projeção de uma categoria que o deixa no domínio mínimo do núcleo da fase, condição que bloqueia seu movimento para a borda do DP.

No português brasileiro, as construções correspondentes àqueles casos em (123)-(124) são todas licenciadas, como podemos ver em (125)-(126) a seguir. Especificamente sobre as construções em (125c) e (126b), que, num primeiro momento, podem soar estranhas para muitos falantes, seu licenciamento é nítido num contexto em que cada um dos autores/cantores válidos na resposta tenha três livros/fotos em jogo (por exemplo, considerando (125c), no caso em que um professor exige dos seus alunos que leiam três determinados livros de cada autor pertencente a um conjunto de autores).³⁶

- (125) a. De qual autor_i você leu vários livros t_i
 b. De qual autor_i você leu os livros t_i
 c. De qual autor_i você leu os três livros t_i
- (126) a. De qual cantor_i saíram publicadas as fotos t_i
 b. De qual cantor_i saíram publicadas as três fotos t_i

Se este quadro esboçado para os fatos do castelhano estiver correto, vamos precisar assumir que, no português brasileiro, tanto o constituinte correspondente à leitura de continente quanto à de conteúdo se concatena ao verbo como um DP, tendo em vista que o traço relevante para a marcação genitiva ([num]) vai se encontrar necessariamente em D. Na análise que estou propondo, a concatenação de NumP a V no português brasileiro acabaria por deixar de fora o sintagma genitivo, que deve estar adjungido à projeção de DP. Embora não seja claro como motivar conceptualmente o que determina a necessidade de ser

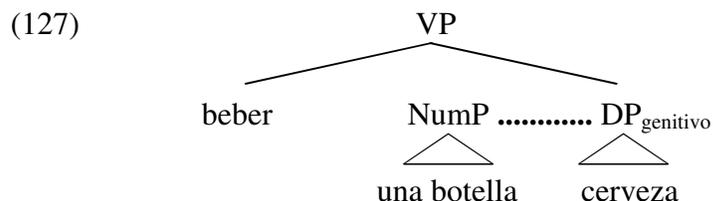
³⁶ Como Ticio (2003) destaca, o francês restringe bem menos que o castelhano as extrações de sintagmas genitivos a partir de DP, como na construção em (i) a seguir. Interessantemente, o francês realiza [num] em D, e não N, num comportamento similar ao demonstrado pelo português brasileiro. Desconheço, contudo, trabalhos que apontem para o que possa corresponder a casos de extração generalizada de sintagmas-*de* adjuntos no francês, da mesma forma que o observado no português brasileiro. (ver nota 27)

(i) De quel auteur as-tu lu le livre
 of which author have-you read the book (Ticio (2003); exemplo 85 / capítulo 2)

a categoria com traço [num] (Num em castelhano e D em português brasileiro) a que deve estar concatenado ao verbo, há uma razão interna ao modelo para embasar esse requerimento, como vou destacar a seguir.

Um aspecto crucial da leitura de conteúdo, ressaltado tanto em Selkirk (1977) quanto em Castilho (2002), reside no fato de que o verbo tem suas exigências semânticas satisfeitas não pelo elemento tomado como continente, mas por aquele que representa o conteúdo. Como já apontado no capítulo 1 (ver 1.2.5), o intrigante neste fato é que o elemento interpretado como conteúdo não consiste, aparentemente, no núcleo lexical do constituinte tomado como complemento do verbo, mas no núcleo lexical do sintagma genitivo. Pelo menos em parte, o aparato desenvolvido por Selkirk (1997) e Castilho (2002) visava a dar conta dessa aparente idiosincrasia (ver seção 3.2.1), a partir da idéia de que a leitura de continente e a leitura de conteúdo dispõem de arquiteturas diferenciadas: a configuração da segunda torna o DP/NP conteúdo estruturalmente visível para a satisfação das necessidades temáticas do verbo.

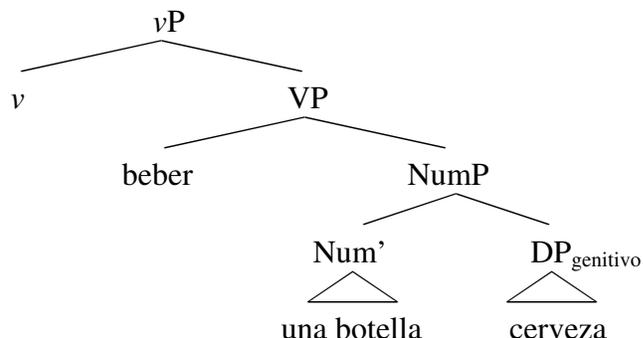
Esse aparato pode se tornar desnecessário se explorarmos, à luz da possibilidade de adjunção sem rótulo, que o sintagma genitivo pode se concatenar diretamente ao verbo para satisfazer os requerimentos temáticos deste. Nesse caso, em vez daquela arquitetura proposta em (120) para a expressão do castelhano, teríamos algo como em (127) a seguir para o ponto em que *una botella de cerveza* entra na estrutura: é a projeção do DP genitivo, e não do NumP, que deve entrar em relação temática com o verbo.



Contudo, chegando no ponto em que *vP* entra na estrutura, o NumP passa a projetar, como indicado em (128) a seguir, dado que esse constituinte precisa valorar seus traços de Caso por meio de concordância com os traços- ϕ em *v*. Como assumido anteriormente, o DP_{genitivo}

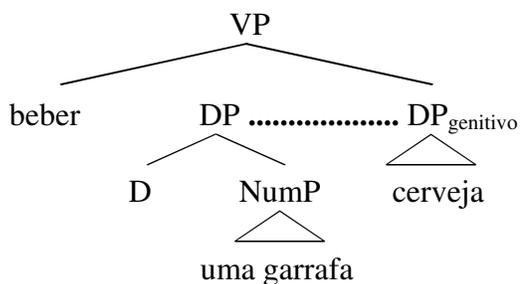
entra na estrutura com um Caso *default*, cuja manifestação morfológica corresponderá à realização de *de*.³⁷

(128)



No português brasileiro, o ponto de partida para essa dinâmica vai ser a estrutura em (129): o DP_{genitivo} com a informação de *conteúdo* é, como no castelhano, conectado ao verbo; a diferença vai estar no fato de o constituinte genitivo se encontrar, no português brasileiro, concatenado à projeção de D, e não à de Num. Dessa forma, é D, e não Num, que passa a projetar, tal como indicado em (130).³⁸

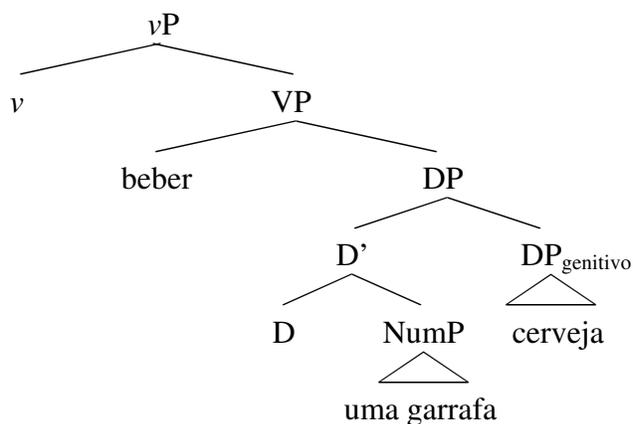
(129)



³⁷ Notemos que, pela estrutura em (128), não é claro como se poderia capturar a possibilidade de movimento tanto do NumP como do DP_{genitivo}, fato que, como já apontado, é possível no castelhano (ver as construções em (114)). Uma saída é considerarmos que a extração de um NumP interrogativo para a margem de vP (ponto para onde precisa migrar antes do *Spell-Out* do domínio interno de vP) se dá antes da aplicação de *rotular*. Ou seja, o NumP seria movido num ponto derivacional como em (127), em que o elemento conectado ao verbo ainda seria o DP_{genitivo}, e não a sua própria projeção.

³⁸ Sobre como capturar a possibilidade de movimento tanto do DP modificado como do DP genitivo no português brasileiro, diante da configuração em (130), podemos aplicar os mesmos procedimentos assumidos para o castelhano na nota 37, a diferença recaindo sobre o fato de ser o DP, e não NumP, a categoria movida.

(130)



Em síntese, a leitura de conteúdo só pode ser licenciada se o sintagma genitivo for tematicamente visível para o verbo, condição que é alcançada se assumirmos as possibilidades de configuração em (127) e (129) respectivamente para o castelhano e o português brasileiro. Se esta visão estiver correta, não é preciso postular arquiteturas diferenciadas (pelo menos, quanto ao ponto do DP em que o constituinte genitivo é inserido e/ou realizado) entre a leitura de continente e a leitura de conteúdo para abarcar propriedades de extração ou requerimentos de ordem semântica. De um ponto de vista meramente estrutural, a regra do jogo é permitir que o verbo enxergue o seu complemento semântico, condição que pode ser atingida nos termos propostos nesta seção.

Ainda relacionado a esta matéria, é válido destacar um conjunto de dados abordados de forma breve no capítulo 1 (ver 1.2.5), que dizem respeito a sintagmas preposicionados adnominais introduzidos por *de* e *com* dentro de relações *continente-conteúdo*, em casos como os que seguem em (131)-(132). Nas construções em questão, expressões com ambas as preposições podem ocorrer com verbos do tipo *comprar* e *carregar*, mas apenas as intermediadas por *de* são semanticamente bem formadas com aqueles do tipo *comer* e *ler* (Avelar (2006c)).

- (131) a. O Pedro comprou / comeu uma caixa de bombom.
b. O Pedro comprou / #comeu uma caixa com bombom.

- (132) a. O professor carregou / leu uma bolsa de livros.
b. O professor carregou / #leu uma bolsa com livros.

Dentro do quadro que estou propondo, o contraste pode ser capturado considerando que, diferentemente do que ocorre em sintagmas-*de*, o elemento interpretado como conteúdo não pode ser concatenado ao verbo quando integrante de um sintagma-*com*. Dado o fato de que constituintes introduzidos por *com* correspondem a verdadeiros sintagmas preposicionados, os termos *bombom* e *livros* devem se encontrar, entre os casos em (b), no interior do PP, já que correspondem ao complemento da preposição. Essa condição impede, nestes termos, que os requerimentos seletivos de *comer* e *ler* sejam satisfeitos. Contrariamente, nenhum problema surge com os verbos *comprar* e *carregar*, tendo em vista que a satisfação dos seus requerimentos seletivos não depende do estabelecimento de uma relação temática com o sintagma que referencia o conteúdo.

Há, contudo, um aparente problema para sustentar essa análise, que diz respeito àqueles dados apresentados em (123) e (125), repetidos a seguir, aos quais recorri para explicitar os contrastes relevantes entre o português brasileiro e o castelhano. Relembremos que, enquanto o castelhano resiste à extração a partir de DPs definidos, o português não apresenta qualquer resistência dessa natureza (pelo menos, não no mesmo grau que o observado no castelhano) em relação às sentenças em questão.

- (133) a. De qué autor_i has leído varios libros t_i
 b. * De qué autor_i has leído los libros t_i
 c. * De qué autor_i has leído los tres libros t_i

(Ticio (2003); exemplos em (11), (16) e (86))

- (134) a. De qual autor_i você leu vários livros t_i
 b. De qual autor_i você leu os livros t_i
 c. De qual autor_i você leu os três livros t_i

Em princípio, nada parece impedir que recorramos à mesma análise que foi empregada para os contrastes em torno da relação *continente-contéudo* para abarcar essas construções, embora o sintagma genitivo não corresponda a um termo interpretado como conteúdo em tais casos: no castelhano, constituintes nominais com um modificador genitivo, tomados como complemento do verbo, deverão ser NumP para permitir que o genitivo seja extraído; no português brasileiro, diferentemente, esses mesmos constituintes deverão corresponder a um DP. Não é claro, contudo, como motivar essa visão para os casos em (133)-(134), nos

mesmos termos propostos para as expressões de *continente-conteúdo*, pelo simples fato de que, entre as construções em questão, o sintagma genitivo não precisa entrar numa relação de irmandade com o verbo para satisfazer a requerimentos temáticos deste. É incontestável que a ação de *ler* deve recair sobre *livros* (o núcleo lexical do DP modificado e concatenado ao verbo), e não sobre o autor dos livros (o núcleo lexical do sintagma genitivo). Como, portanto, motivar o fato de que, especificamente naquela construção do castelhano em (133a), o complemento do verbo é um NumP, e não um DP?

Uma condição que podemos assumir juntamente com Ticio (2003) é a de que o sintagma genitivo *de qué/qual autor* em (133)-(134) não consiste num adjunto, mas num constituinte argumental que exerce uma função agentiva em relação ao N *livros*. Dessa forma, o sintagma deve se encontrar inicialmente em [Spec,NP], e não adjungido à categoria que suporta o traço [num]. Naqueles casos em (b)-(c) de (133), o que vai impedir ou licenciar o movimento do constituinte para a margem do DP antes de sofrer extração deve, portanto, ter razões diversas às que estou considerando para os sintagmas genitivos não-argumentais. Vou me abster aqui de sugerir ou discutir qualquer implementação técnica para dar conta desses casos, tendo em vista que o escopo desta tese se restringe aos sintagmas não-argumentais. Ainda assim, é importante ressaltar que, qualquer que seja a análise fornecida, esses dados revelam que DPs não consistem numa barreira à extração de sintagmas genitivos em português brasileiro, diferentemente do observado para línguas como o castelhano. Essa condição nos leva a crer que a hipótese de os sintagmas genitivos adjuntos poderem ser concatenados ao DP no português brasileiro (portanto, na margem da fase) está no caminho correto.

Antes de concluir a seção, cabe ainda uma outra consideração sobre os sintagmas genitivos argumentais. Embora o quadro elaborado até aqui tenha se detido quase exclusivamente na tentativa de capturar propriedades relativas a sintagmas-*de* adjuntos, é importante salientar que uma das principais evidências para o tratamento da preposição genitiva como uma *dummy preposition* vem, na verdade, de análises que observam efeitos de ligação envolvendo a presença de sintagmas genitivos argumentais. Na seção 3.2.3, abordei brevemente o tratamento de Giorgi & Longobardi (1991) sobre este tópico mais pela intenção de frisar o caráter sintaticamente nulo da preposição genitiva que de discutir a

arquitetura resultante da relação entre esses sintagmas argumentais e as categorias internas ao DP. Tenho assumido até aqui que, para “ganhar” a preposição *de*, o constituinte genitivo precisa se encontrar adjunto a uma categoria portadora dos traços de [num]. Considerando pelo menos os fatos do português brasileiro, essa não pode ser a condição aplicada para os sintagmas argumentais, tendo em vista que os mesmos devem entrar em posições temáticas no interior do DP (ou como complemento de N, ou na posição de sujeito N; ver a nota 11). Para esses constituintes, vou assumir a proposta Chomsky (1986) em torno da noção de Caso inerente, já referida no capítulo 1: o Caso do DP argumental é atribuído/chechado juntamente com a atribuição/chechagem de papel temático, com a preposição *de* podendo ser tratada como a manifestação desse Caso no componente morfológico. Nestes termos, o morfema dissociado que se realiza como *de* pode corresponder tanto à realização do Caso *default* entre os sintagmas genitivos não-argumentais como à do Caso inerente entre os genitivos argumentais.

Em suma, a discussão desenvolvida nesta seção mostra ser plausível atrelar a extração generalizada de sintagmas-*de* interrogativos a propriedades mais gerais demonstradas pelo português brasileiro, como a ocorrência de genitivos na posição de sujeito e a inovação na marcação de plural (obrigatório em D, mas não em N). Ao mesmo tempo, mostrou ser possível manter de pé o tratamento discutido em Bošković (2001) para contrastes exibidos por línguas com D e línguas sem D, que incoerentemente levava a alocar o português brasileiro entre as gramáticas que não dispõem de determinantes. Além disso, o quadro delineado também mostrou ser viável quanto à tentativa de abarcar contrastes entre o português brasileiro e o castelhano no tocante às propriedades demonstradas por DPs com relação de *continente-conteúdo*, explorando, dentre outros aspectos, as implicações das configurações de adjunção dentro da proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006).

3.6 Sobre aparentes restrições à extração de sintagmas-*de* adjuntos

Apesar do que venho apontando poder ser chamado de *extração generalizada de sintagmas genitivos*, determinados sintagmas-*de* do português brasileiro interpretados como adjuntos adnominais mostram uma aparente resistência à possibilidade de extração, como nos casos apontados em (135) a seguir. Esse fato poderia nos levar a questionar a eficiência da

proposta desenvolvida neste capítulo, uma vez que a idéia de sintagmas-*de* adjuntos estarem concatenados a DP (logo, à margem da fase) deveria implicar a possibilidade de extração de qualquer desses adjuntos. Uma saída seria considerar que nem todos os sintagmas-*de* adjuntos se encontram concatenados a D: alguns estariam numa posição que impediria o seu movimento para a margem da fase, nos mesmos termos pressupostos por Bošković (2001) para explicar a impossibilidade de extração de adjuntos preposicionados em línguas que dispõem de DP. Esta não é, todavia, uma saída desejável, visto que não seriam claras as razões que elegeriam posições diferenciadas para sintagmas que reportam aparentemente a uma mesma função não-argumental no interior do DP.

- (135) a. * De qual brinquinho você beijou [o rapaz t]
 b. * De qual vestido o ladrão roubou [a moça t]
 c. * De qual boné você conhece [a criança t]
 d. * De qual livro a criança rabiscou [aquela capa t]

A questão adquire outro contorno, contudo, se atentarmos para o fato de que, mesmo com o constituinte interrogativo ocorrendo *in situ*, esse conjunto de construções não é bem formado, como podemos ver em (136)-(139) a seguir. Comparem-se, por exemplo, os casos em (a) de (136) a (138) com sintagmas-*de*, com aqueles em (b), que trazem sintagmas-*com*: estes são perfeitamente aceitáveis, face à aceitabilidade duvidosa dos primeiros. Diante destes fatos, a má formação daqueles casos em (135) pode não ser devida a aspectos configuracionais, mas a alguma restrição sobre a interpretação interrogativa desses sintagmas-*de*.

- (136) a. ?? Você beijou [o rapaz de qual brinquinho] ?
 b. Você beijou [o rapaz com qual brinquinho] ?
 (137) a. ?? O ladrão roubou [a moça de qual vestido] ?
 b. O ladrão roubou [a moça com qual vestido] ?
 (138) a. ?? Você conhece [a criança de qual boné] ?
 b. Você conhece [a criança com qual boné] ?
 (139) * A criança rabiscou [aquela capa de qual livro] ?

As expressões em (136)-(138) com sintagmas-*de* relacionam-se a casos tratados no capítulo 1 (ver 1.2.4), entre os quais a presença do determinante (geralmente, o artigo

definido) junto ao nome normalmente implica uma significação altamente difusa para o sintagma (enquanto a ausência do determinante normalmente leva à eliminação da vagueza de sentido, prevalecendo uma única interpretação). Considerando, por exemplo, a relação entre *rapaz* e *(o) brinquinho* em construções como aquelas em (140) a seguir, vemos que *o rapaz do brinquinho* pode apontar para diferentes significados (*o rapaz que está usando brinquinho, o rapaz que vende brinquinho, o rapaz que elogiou o brinquinho, o rapaz que gosta de brinquinho, o rapaz que roubou o brinquinho, o rapaz que se machucou com o brinquinho* etc.), enquanto *o rapaz de brinquinho* pode significar apenas *o rapaz que está/estava usando brinquinho*. Podemos observar, pelos dados em (141), que o comportamento do sintagma-*com* é diverso, uma vez que, com ou sem a presença do determinante, a expressão *o rapaz com (o) brinquinho* se limita ao significado correspondente a *o rapaz que está/estava usando (o) brinquinho* (ou, no máximo, a algo como *o rapaz que está/estava segurando/em posse de (o) brinquinho*).

- (140) a. A Maria conhece *o rapaz do brinquinho*.
 b. A Maria conhece *o rapaz de brinquinho*.
- (141) a. A Maria conhece *o rapaz com o brinquinho*.
 b. A Maria conhece *o rapaz com brinquinho*.

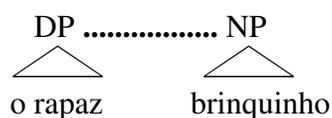
É possível, portanto, que a entrada de um determinante interrogativo, resultando na formação de *de qual brinquinho*, implique certas interpretações que direcionam ou restringem as leituras que se podem atribuir à expressão. A pergunta em (142a) a seguir não me soaria estranha, por exemplo, num contexto em que vários tipos de brinquinho estivessem sendo vendidos, e que cada um desses tipos tivesse um vendedor diferente. A pergunta corresponderia, em tal contexto, àquela em (142b), com o termo *vendedor* substituindo *rapaz*. Com essa interpretação, igualmente não me soaria estranho o caso em que o sintagma-*de* interrogativo fosse extraído para [Spec,CP], como em (143a), que teria o mesmo significado que a sentença em (143b).

- (142) a. A Maria conhece o rapaz de qual brinquinho?
 b. A Maria conhece o vendedor de qual brinquinho?
- (143) a. De qual brinquinho a Maria conhece o rapaz?
 b. De qual brinquinho a Maria conhece o vendedor?

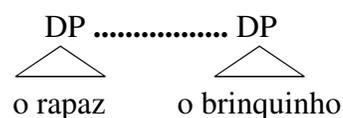
Contrariamente, se as sentenças em (a) de (142)-(143) fossem enunciadas para indagar sobre um suposto rapaz usando brinquinho, a construção seria inaceitável. O que pode estar na base dessa inaceitabilidade é o fato de a leitura relevante requerer a ausência de determinante (como demonstrado pelo contraste entre (a) e (b)) para ser efetivada, o que significa que a entrada do pronome interrogativo *qual* acaba conduzindo a interpretação para outra direção. Portanto, naquelas expressões apontadas em (136)-(138), não estaríamos diante de obstáculos estruturais para a extração, mas de restrições de natureza aparentemente semântica impostas pela ausência/presença do determinante sobre a leitura a ser atribuída em cada caso.

Em termos configuracionais, as diferenças entre *o rapaz de brinquinho* e *o rapaz do brinquinho* se apoiariam simplesmente no fato de o primeiro ser obtido por meio da adjunção de um NP ao DP, e o segundo, por meio da concatenação de DP a DP, respectivamente como em (144) e (145) a seguir.

(144)



(145)



A configuração em (144) abre espaço, por exemplo, para o movimento do NP como em (146) a seguir: *de brinquinho* pode corresponder a um constituinte topicalizado, como em (b) ou (c), numa construção que fosse dada como resposta à (a).³⁹ Ressalte-se que, com a interpretação em (b)-(c), *de brinquinho* corresponderia à função que a gramática tradicional denomina *predicativo do objeto*, o que pode dar base à idéia de este constituinte ser melhor tratado como um predicado, e não um simples adjunto adnominal (ver as seções 3.8 e 4.8). É importante voltar a salientar que, sob esta análise, a má formação da construção interrogativa em (147) (com a relação entre *brinquinho* e *rapaz* sendo a mesma que em

³⁹ Testes de extração a partir de contextos de ilha mostram que o termo *de brinquinho*, naquelas construções em (b)-(c) de (146), é realizado na periferia esquerda da sentença via extração, e não por *pure merger*, como vemos em (i) a seguir.

- (i) a. * De brinquinho, a Ana ficou chateada depois que a Maria beijou aquele rapaz / o Pedro.
 b. * De brinquinho, eu conheço a moça que viu a Ana beijar aquele rapaz / o Pedro.
 c. ?? De brinquinho, eu ouvi um boato de que a Ana beijou aquele rapaz / o Pedro.

(146)) não se dá por razões estritamente estruturais, mas em função da impossibilidade de um determinante introduzir o constituinte predicativo, como destacado anteriormente.

- (146) a. A Maria beijou algum rapaz de brinquinho durante a festa?
b. De brinquinho_i, parece que ela beijou aquele rapaz ali.
c. De brinquinho, parece que a Maria só beijou o Pedro.

(147) * De qual brinquinho a Maria beijou o rapaz?

Sobre a idéia de ser melhor tratado como um constituinte predicativo (apesar de adjungido ao DP), notemos que termos como *de brinquinho* pode ocorrer como predicado de construções copulares ou funcionar como um predicado secundário, como nas sentenças apresentadas respectivamente em (a) de (148)-(149) e (b) de (150)-(151). Em contraste, *do brinquinho/do boné* não é licenciado nestes mesmos contextos, como evidenciado nos casos em (b), o que indicia seu estatuto diferenciado (não-predicativo) em relação a *de brinquinho/de boné*.

- (148) a. O Pedro está *de brinquinho*.
b. * O Pedro está *do brinquinho*.

- (149) a. A criança ficou *de boné*.
b. * A criança ficou *do boné*.

- (150) a. O Pedro chegou em casa *de brinquinho*.
b. * O Pedro chegou em casa *do brinquinho*.

- (151) a. A criança decidiu ir para a escola *de boné*.
b. * A criança decidiu ir para a escola *do boné*.

Especificamente sobre as sentenças em (135d) e (139), repetidas em (152) a seguir, a má formação das construções parece ser devida a uma incompatibilidade entre a presença do pronome demonstrativo introduzindo o DP modificado e a do elemento interrogativo no interior do sintagma-*de*. Podemos notar em (153) que o emprego do artigo definido em lugar do pronome demonstrativo elimina a inaceitabilidade da construção, independentemente de o constituinte interrogativo ocorrer *in situ* ou ser extraído.

- (152) a. * De *qual* livro a criança rabiscou *aquela* capa?
 b. * A criança rabiscou [*aquela* capa de *qual* livro] ?
- (153) a. De qual livro a criança rabiscou a capa?
 b. A criança rabiscou [a capa de qual livro] ?

Da mesma forma que para os casos discutidos anteriormente, esses fatos levam a crer que a impossibilidade da extração não deve ser atribuída à arquitetura estrutural da relação entre o sintagma-*de* e o DP modificado, mas a fatores que podem passar pelos efeitos da interação entre pronomes demonstrativos e interrogativos no interior dessas sentenças.⁴⁰ Sendo este o caso, não podemos considerar esse conjunto de restrições como um contra-argumento à idéia de que os sintagmas-*de* adjuntos do português brasileiro estejam alocados na borda do DP.

3.7 Sobre a neutralidade semântica da preposição *de*

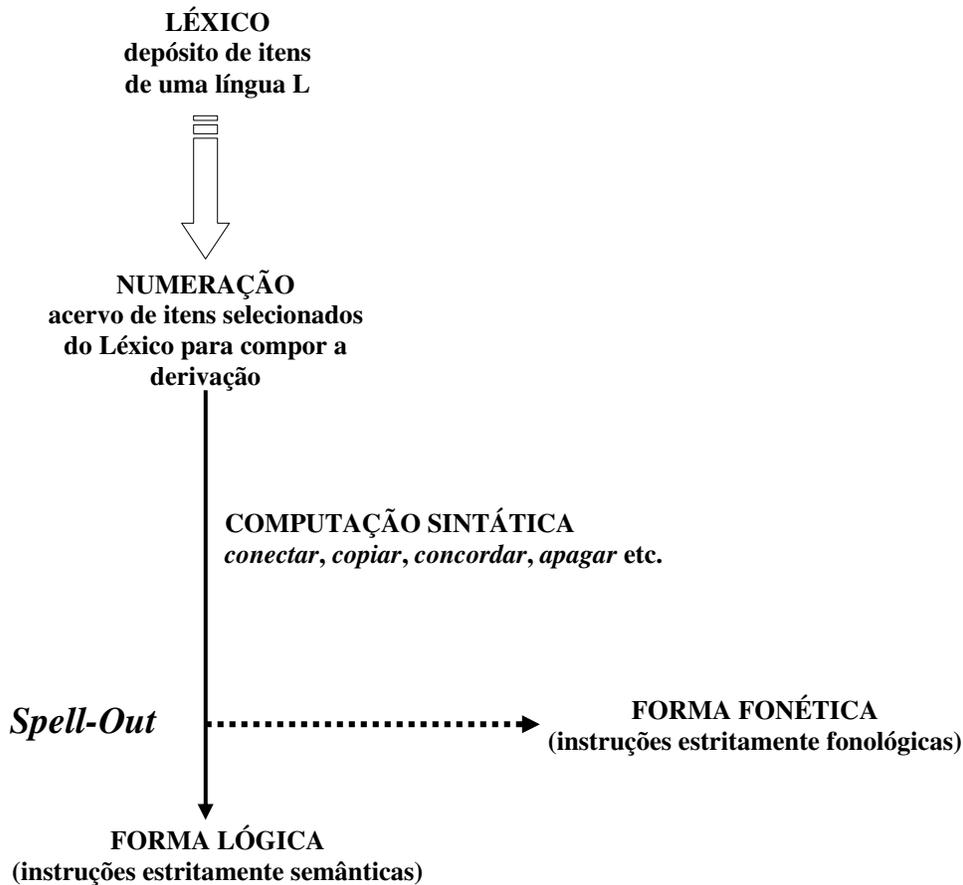
Um dos destaques do capítulo 1 foi a defesa de que a preposição *de* consiste num item semanticamente neutro. Diferentemente das demais preposições da língua, vimos que, ao nuclear adjuntos adnominais, *de* mostra uma semântica difusa, não sendo possível determinar um eixo nocional em torno do qual giram as relações intermediadas por esse item, fato previamente discutido em estudo desenvolvido por Koch (1977). Neste capítulo, explorei a idéia de que, do ponto de vista sintático, não existem sintagmas-*de* atuando como adjuntos adnominais, mas constituintes nominais modificadores que só recebem a preposição *de* no componente fonológico. Nesse sentido, precisamos nos perguntar em que termos a singularidade de sintagmas-*de* como constituintes não-preposicionados (ou falsos PPs) pode estar na base da explicação para tratarmos a preposição *de* como semanticamente

⁴⁰ Ticio (2003) analisa fatos similares no inglês e no castelhano, considerando dados do tipo em (i) e (ii). Na seção 3.5.2, destaquei que a autora bloqueia essas construções assumindo que, com a presença de um determinante definido, o sintagma-*de/of* interrogativo acaba por cruzar mais de uma projeção máxima em sua migração para uma posição de *escape-hatch*. No português brasileiro, contudo, essas construções são inaceitáveis mesmo com o constituinte interrogativo sendo realizado *in situ*, como atestado por meio de daqueles casos em (152), o que leva a crer que o problema deve residir, de fato, em algum fator que torna incompatível a co-ocorrência do demonstrativo e do sintagma genitivo interrogativo.

- (i) a. Who_i did you see pictures/a picture of t_i
 b. * Who_i did you see the/these pictures of t_i
- (ii) * De qué cantante_i salieron publicadas estas fotos t_i

difusa. Dentro da arquitetura gramatical que assumi no capítulo 2, repetida em (154) a seguir, a neutralidade semântica de *de* pode ser facilmente explicada diante da assunção de sua inserção ser pós-sintática.

(154) ARQUITETURA DA FACULDADE DA LINGUAGEM



Explorando essa arquitetura, a entrada de *de* apenas no componente morfo-fonológico, após a aplicação de *Spell-Out*, implica que o seu significado não pode ser lido no componente semântico (o que vai se dar não só para os sintagmas genitivos adjuntos, mas também para os argumentais). Ou seja, embora este item remeta naturalmente à idéia de *fonte, origem* e outros sentidos afins, estes significados se perdem quando a preposição *de* é inserida a caminho de Forma Fonética, dado que o componente semântico não deve ter qualquer acesso a esse ponto da derivação. Entre os adjuntos adverbiais, a leitura de *fonte* ou *origem* vai prevalecer porque o constituinte é um verdadeiro PP, com *de* integrando a

estrutura já na computação sintática, o que permite que o conteúdo da preposição chegue à Forma Lógica. Diferentemente, as demais preposições da língua que nucleiam adjuntos adnominais devem alimentar a computação sintática, implicando que o seu conteúdo nocional atinja o componente semântico.

A idéia de a preposição *de* ser inserida pós-sintaticamente captura assim tanto os efeitos morfo-fonológicos destacados por Raposo (1999), observados em 3.3 (com *de* podendo licenciar um artigo-demonstrativo, diferentemente das demais preposições), como o fato de essa preposição não dispor de significado quando introduzindo adjuntos adnominais. Cabe lembrar, aliás, que esse caráter asemântico de *de* é observado não apenas em sintagmas-*de* adjuntos e argumentais, mas também quando esta preposição integra epítetos, locuções prepositivas, predicados em construções copulativas e existenciais, dentre outros (ver 1.2.3 e 3.8). A ausência de qualquer interferência semântica da preposição *de* sobre a composição de sentido dessas construções vai se dever, nestes termos, exatamente ao fato de o conteúdo deste item não atingir o componente semântico.

Concluindo, uma forte evidência em favor desta linha de raciocínio está no fato de muitas línguas realizarem relações genitivas por meio da simples justaposição de constituintes nominais, sem que qualquer preposição ou índices de outra natureza entre em jogo. O inglês, por exemplo, ao lado dos casos com *of* e *'s* (respectivamente em (155) e (156) a seguir), conta com a possibilidade daqueles casos em (157), em que um sintagma nominal pode ser realizado numa posição típica da do adjetivo, sem qualquer marcador (pelo menos, fonologicamente realizado) para licenciar essa relação. Dentre as línguas românicas, o italiano moderno e o francês antigo, exemplificados respectivamente em (158) e (159) a seguir, são gramáticas que também admitem a justaposição de nomes para relações genitivas sem a intermediação da preposição. Seguem exemplos do sueco e do árabe marroquino em (160)-(161), similares aos casos anteriores.

- (155) a. the name of the boy
b. the side of the house
c. the day of the meeting
d. the address of those people

- (156) a. the boy's name
b. London's museums
c. our neighbour's garden
d. the policemen's uniforms
- (157) a. a bread knife
b. my birthday party
c. the winter bus timetable
d. the street lights
- (158) a. ufficio riscossione tributi
office collection taxes
'tax collecting office'
b. inizio mese
beginning month
'month beginning' (Delfitto & Paradisi (2006): exemplos em (1))
- (159) a. La Mort le Roi Artu
'King Arthur's death'
b. pel cap sanh Gregori
'by Saint Gregory's head'
c. la niece le duc
'the niece of the duke'
d. puis le tens Paris de Troie (Delfitto & Paradisi (2006): exemplos em (9))
'since the time of Paris of Troy'
- (160) barn bak klub
'child book club' ou 'book club for children'
(Roeper & Snyder (2004): exemplo em (5))
- (161) ktab Nadia
'Nadia's book' (Ouhalla (1998))

Diante desses fatos, a diferença do português brasileiro (bem como do português europeu contemporâneo) em relação àquelas gramáticas é a obrigatoriedade de seus sintagmas genitivos receberem um marcador (no caso, a preposição *de*) no componente morfológico.⁴¹ Que essa mesma preposição (ou um marcador com a mesma função) pode

⁴¹ Para uma discussão em torno da possibilidade de relações genitivas serem efetivadas sem o auxílio da preposição, encaminho o leitor para o estudo de Roeper & Snyder (2004), que apresentam um panorama interlingüístico sobre a matéria.

ser universalmente dispensada do ponto de vista semântico é uma condição que me parece incontestável diante das similaridades interlingüísticas demonstradas naquelas construções em (157)-(161).

3.8 A preposição *de* entre constituintes não-adnominais: algumas considerações

Nesta seção, tangencio algumas propriedades de constituintes não-adnominais introduzidos por *de* que podem, num certo sentido, estar associadas às mesmas razões que particularizam os sintagmas-*de* entre os adjuntos adnominais. Atentemos inicialmente para as construções em (a) de (162)-(164) a seguir, já abordadas em outros pontos desta tese para mostrar uma ambigüidade no seguinte sentido: os sintagmas-*em/com/para* destacados podem funcionar tanto como adjunto adnominal, caso em que a construção poderá ser parafraseada por (b), quanto como um adjunto adverbial, resultando na mesma interpretação que a observada em (c).

- (162) a. O rapaz limpou aquela lâmpada *no quarto*.
b. O rapaz limpou aquela lâmpada que está no quarto.
c. O rapaz, quando estava no quarto, limpou aquela lâmpada.
- (163) a. A empregada lavou as duas calças *com o Roberto*.
b. A empregada lavou as duas calças que estão com o Roberto.
c. A empregada, junto com o Roberto, lavou as duas calças.
- (164) a. A mulher comprou uma sacola *para guardar pão*.
b. A mulher comprou uma sacola que serve para guardar pão.
c. Para que pudesse guardar pão, a mulher comprou uma sacola.

Diferentemente, se forem construídos com a preposição *de* em sentenças paralelas a essas, os sintagmas serão somente licenciados como adjuntos adnominais. Nas construções em (165) a seguir, os constituintes *do quarto*, *do Roberto* e *de guardar pão* não podem funcionar como adjunto adverbial, mas apenas modificar respectivamente os substantivos *lâmpada*, *calças* e *sacola* como um adjunto adnominal, ainda que o significado desses sintagmas-*de* seja paralelo ao dos sintagmas-*prep* em (162a)-(164a).

- (165) a. O rapaz limpou aquela lâmpada *do quarto*. (adn / *adv)
b. A empregada lavou as duas calças *do Roberto*. (adn / *adv)
c. A mulher comprou uma sacola *de guardar pão*. (adn / *adv)

Sintagmas-*de*, contudo, são bastante produtivos como adjuntos adverbiais, em casos nos quais o constituinte introduzido por *de* expressa, por exemplo, origem ou afastamento, como em (166) a seguir.

- (166)
- a. O jogador gritou *do meio do campo* para o goleiro.
 - b. A criança avistou a mãe *da janela*.
 - c. Os turistas deram tchau *do avião*.
 - d. O político acenava *do carro* para o povo.
 - e. O professor veio *de Niterói* exclusivamente para a aula.
 - f. Os padres viajaram *da Europa* com a intenção de evangelizar os índios.

Essas sentenças em (166) poderiam servir para anular qualquer tipo de olhar diferenciado em torno daqueles ambientes nos quais o sintagma-*de* é apenas admitido como adjunto adnominal, em contraste com os sintagmas-*em/com/para*. Construções como aquelas em (165) estariam, em princípio, mostrando uma propriedade meramente “acidental”, fruto de uma escolha bem feita de contextos que coíbem os sintagmas-*de* de ocorrerem como adjuntos adverbiais, e não uma oposição representativa do comportamento geral desses sintagmas.

Uma análise mais detida, entretanto, mostra que esse conjunto de dados não pode ser encarado de tal forma. Primeiramente, a preposição *de* nos casos em (166) não pode ser substituída por outras preposições sem que o sentido da construção seja drasticamente afetado. Esta propriedade é diferente daquela observada entre os dados de (165), em que *de* nucleia adjuntos adnominais e pode ser substituído por outras preposições, sem aparente prejuízo de sentido (ver as seções 1.2.1 e 1.2.2). Este fato indicia que *de* não é semanticamente neutra ou difusa quando nucleando adjuntos adverbiais, diferentemente do que observamos entre os adjuntos adnominais.

Além disso, mesmo que insistíssemos na idéia de que os sintagmas-*de* não dispõem de um estatuto à parte, não é evidente que aqueles constituintes introduzidos por *de* nas construções em (166) sejam funcionalmente idênticos aos sintagmas-*em/com/para* em (162)-(164). É interessante observar que, quando atuam como adjuntos adverbiais, os constituintes *no quarto*, *com o Roberto* e *para guardar pão* acabam funcionando como um modificador do predicado como um todo, sem estarem relacionados a um ou outro

constituente da sentença em particular. Isso que dizer que, numa construção como aquela em (162a), considerando a leitura em que *no quarto* é interpretado como adjunto adverbial, a sentença somente será verdadeira se, no momento da limpeza da lâmpada, o rapaz estava no quarto, a lâmpada estava no quarto, bem como o ato de limpar tem de ter igualmente ocorrido no quarto. Em outras palavras, o adjunto adverbial precisa ter escopo sobre todos os elementos da sentença.

Diferentemente, os sintagmas-*de* naquelas construções em (166), em que também são tradicionalmente classificados como adjuntos adverbiais, mostram uma relação clara com um constituinte nominal: para que o conteúdo das sentenças em (166) seja válido, é necessário que os sintagmas-*de* sejam, *grosso modo*, uma espécie de predicado locativo secundário dos sujeitos da sentença, indicando ou o ponto em que os mesmos se encontram quando praticam a ação especificada, ou um ponto de origem para uma determinada ação. Se esta visão puder ser sustentada, os sintagmas-*de* em questão podem estar atuando com uma função similar à que tradicionalmente se convencionou chamar de *predicativo do sujeito*, exercida por um constituinte que pode ser tomado como *uma espécie de modificador locativo sintaticamente apartado do nome com o qual se relaciona*.

Um aspecto importante em favor dessa visão é o fato de os sintagmas-*de* das construções em (166) poderem adquirir um caráter restritivo sobre o sintagma nominal na posição de sujeito, passando então a funcionar como nas construções em (a) de (167) a (172) a seguir. Note-se que a relação semântica entre o nome e o sintagma-*de* nos casos de (166) deve ser a mesma que pelo menos uma presente entre os possíveis significados de (167a)-(172a), embora nestes o sintagma-*de* seja interpretado como um adjunto adnominal (com as sentenças podendo ser parafraseada pelas construções em (167b)-(172b))).

- (167) a. O jogador *do meio do campo* gritou para o goleiro.
b. O jogador que estava no meio do campo gritou para o goleiro.
- (168) a. A criança *da janela* avistou a mãe.
b. A criança que estava na janela avistou a mãe.

- (169) a. Os turistas *do avião* deram tchau.
b. Os turistas que estavam no avião deram tchau.
- (170) a. O político *do carro* acenava para o povo.
b. O político que estava no carro acenava para o povo.
- (171) a. O professor *de Niterói* veio exclusivamente para as aulas.
b. O professor que vive/mora/trabalha em Niterói veio exclusivamente para as aulas.
- (172) a. Os padres *da Europa* viajaram para evangelizar os índios.
b. Os padres que atuavam/moravam na Europa viajaram para evangelizar os índios.

Cabe salientar que, para que aquelas construções em (164) (com sintagmas-*de* não-adnominais) sejam verdadeiras, as construções em (168)-(172) (com sintagmas-*de* adnominais) também precisam ser verdadeiras. Por exemplo, para que uma sentença do tipo *O jogador gritou do meio do campo para o goleiro* seja verdade, é necessário pressupor que o conteúdo de *O jogador do meio do campo gritou para o goleiro* seja também verdade.

A mesma relação não é observada entre os outros sintagmas preposicionados em questão. Considerando os casos em (173)-(175) a seguir, notamos não ser preciso pressupor que o conteúdo das construções em (b) (com os sintagmas-*em/com/para* sendo interpretados como adjuntos adnominais) seja verdadeiro para que o daquelas em (a) (com os mesmos sintagmas atuando como adjuntos adverbiais) também o seja. Por exemplo, o fato de não haver nenhum rapaz no quarto quando (173b) é enunciada (com a construção sendo, portanto, inválida) não tem qualquer implicação sobre o valor de verdade de (173a).

- | | | |
|-------|--|---------------------|
| (173) | a. O rapaz limpou aquela lâmpada <i>no quarto</i> . | (adjunto adverbial) |
| | b. O rapaz <i>no quarto</i> limpou aquela lâmpada. | (adjunto adnominal) |
| (174) | a. A empregada lavou aquela calça <i>com o Roberto</i> . | (adjunto adverbial) |
| | b. A empregada <i>com o Roberto</i> lavou aquela calça. | (adjunto adnominal) |
| (175) | a. A mulher comprou uma sacola <i>para guardar pão</i> . | (adjunto adverbial) |
| | b. A mulher <i>para guardar pão</i> comprou uma sacola. | (adjunto adnominal) |

Depreendemos, portanto, que sintagmas-*de* normalmente tomados como adjuntos adverbiais locativos, como aqueles em (166), exercem um tipo de relação com alguns constituintes nominais da sentença que normalmente não é observada na presença de outros sintagmas preposicionados. Diante desses fatos, sintagmas-*de* fossem talvez melhor classificados como *predicativos locativos do sujeito*, em vez de adjuntos adverbiais.

Há, entretanto, um obstáculo para tratarmos sintagmas-*de* como predicativos, pelo menos no sentido atribuído a essa noção pela gramática tradicional. É amplamente aceito que constituintes predicativos podem normalmente se associar à cópula para atuarem como predicados centrais da construção, como no caso de sintagmas adjetivais e de diversos tipos de sintagmas preposicionados. Comparando os casos em (a) e (b) nas construções em (176)-(181) a seguir, vemos que os sintagmas-*de*, diferentemente dos sintagmas adjetivais, não podem ocorrer como o predicado central de construções com *estar*.

- (176) a. O jogador estava *furioso*.
b. * O jogador estava *do meio do campo*.
- (177) a. A criança estava *feliz*.
b. * A criança estava *da janela*.
- (178) a. Os turistas estavam *aliviados*.
b. * Os turistas estavam *do avião*.
- (179) a. O político estava *todo sorridente*.
b. * O político estava *do carro*.
- (180) a. O professor estava *gripado*.
b. * O professor estava *de Niterói*.
- (181) a. Os padres estavam *assustados*.
b. * Os padres estavam *da Europa*.

Parece-me, contudo, que a inaceitabilidade dos casos em (b) não se deve à impossibilidade de o sintagma-*de* atuar como predicativo do sujeito. Antes, pode estar no fato de um sintagma-*de* não poder atuar como o predicado absoluto de uma sentença, por uma questão que já foi abordada no capítulo 1 (ver seção 1.2.2): como a preposição *de* é semanticamente neutra, constituintes nucleados por esse item não poderiam, em princípio,

atuar como o único predicado da construção. Nesse sentido, os casos em (b) seriam mal formados pelo fato de os sintagmas-*de*, naquelas condições, não poderem arcar com o estatuto de predicado absoluto, dada a “debilidade” semântica da preposição. Isso fica patente quando substituímos a preposição *de* pela preposição *em*, como em (a) nos casos de (182) a (187) a seguir, ou se acrescentamos um gerúndio após o sintagma-*de*, como em (b). Esses dados sugerem que não há problemas para o sintagma-*de* atuar como predicado/modificador dentro de uma frase locativa com a cópula, desde que ele não arque com a responsabilidade de funcionar como o predicado principal da sentença, função que pode ser exercida apenas por itens semanticamente plenos.

- (183) a. O jogador estava no meio do campo.
b. O jogador estava (do meio do campo) gritando para o goleiro.
- (184) a. A criança estava na janela.
b. A criança estava (da janela) olhando para a mãe.
- (185) a. Os turistas estavam no avião.
b. Os turistas estavam (do avião) dando tchau para todos.
- (186) a. O político estava no carro.
b. O político estava (do carro) acenando para a multidão.
- (187) a. O professor estava em Niterói.
b. O professor estava (de Niterói) acompanhando o desempenho dos orientandos.
- (188) a. Os padres estavam na Europa.
b. Os padres estavam (da Europa) fazendo contato com os índios.

Traduzindo esse raciocínio para o quadro formal elaborado neste capítulo, a debilidade semântica da preposição vai se dever ao fato de o item *de* adnominal não ter lugar na computação sintática e, como tal, não ter seu conteúdo legível no componente semântico. Em outras palavras, aquelas sentenças em (b) apresentadas em (176)-(181) são mal formadas porque os predicados inseridos na construção com *estar* são DPs, e não verdadeiros PPs. Como largamente descrito na literatura, construções copulares *stage level* (diferentemente das construções *individual level*) tendem a rejeitar DPs como predicados, o que fica claro em casos como os que seguem em (189).⁴² Observemos que

⁴² Ver o capítulo 4 de Avelar (2004) para discussões em torno deste tema, considerando construções com *ser* e *estar* no português brasileiro.

predicados *individual level* aceitam sem problemas os sintagmas-*de* em questão, o que reforça a idéia de que tais constituintes correspondem a DPs. Portanto, assumindo que os sintagmas-*de* são nominais quando modificando/predicando sobre o nome, conseguimos depreender o porquê da inaceitabilidade daqueles casos em (b) de (176) a (181).

- (189) a. O Pedro *é/*está* o professor da Maria.
b. O Rio de Janeiro *era/*estava* a capital do país.
c. Atlântida *foi/*esteve* uma grande civilização.
d. Aquele livro *é/*está* *da Maria*.
e. O meu amigo *é/*está* *do Japão*.
f. Este anel *é/*está* *de ouro*.

Há, contudo, um contexto aparentemente problemático para esta análise, também envolvendo casos com o verbo *estar*, já abordado em 3.6 e exemplificado pelos dados em (190) a seguir. Contrastando com aquelas construções apresentadas em (176)-(181), sintagmas-*de* aparecem na posição de predicado da construção, situação inesperada dentro da linha de raciocínio desenvolvida até aqui.

- (190) a. O Pedro *está* *de pirraça*.
b. O Pedro *está* *de embromação*.
c. O Pedro *está* *de boné*.
d. O Pedro *está* *de carro novo*.
e. O Pedro *está* *de recuperação*.
f. O Pedro *está* *de aviso prévio*.
g. O Pedro *está* *de sacanagem*.
h. O Pedro *está* *de pileque*.

Uma propriedade que chama atenção entre tais construções é o fato de que sintagmas-*de* deste tipo também podem ocorrer em contextos diversos ao da cópula. Em (191) a seguir, por exemplo, sintagmas-*de* parecem funcionar como predicativos do sujeito (ou talvez, num tratamento mais tradicional, como adjuntos adverbiais). Em todos estes casos, a relação entre *o Pedro* e o sintagma-*de* é a mesma observada naquelas construções copulativas com *estar* referidas em (190).

- (191) a. O Pedro decidiu recusar o presente *de pirraça*.
 b. O Pedro contou aquela história para a namorada *de embromação*.
 c. O Pedro foi para a escola *de boné*.
 d. O Pedro foi encontrar a namorada *de carro novo*.
 e. O Pedro entrou *de recuperação* porque tirou nota baixa em matemática.
 f. O Pedro vai permanecer trabalhando *de aviso prévio*.
 g. O Pedro chegou em casa *de pileque*.

Curiosamente, outros sintagmas preposicionados podem aparecer na mesma situação, mas com uma condição diferenciada: enquanto os sintagmas-*de* em tais contextos não admitem a inserção de um determinante junto ao nome (ver a seção 3.6), os demais sintagmas não bloqueiam a ocorrência de qualquer determinante, como exemplificado em (192)-(193) a seguir. Esses contrastes novamente evidenciam uma oposição entre verdadeiros PPs e sintagmas-*de*, em adição aos contextos de adjunção adnominal discutidos no capítulo 1.

- (192) a. O Pedro chegou em casa com (um) brinquinho na orelha.
 b. O Pedro chegou em casa de (*um) brinquinho na orelha.
 c. O Pedro está com (um) brinquinho na orelha.
 d. O Pedro está de (*um) brinquinho na orelha.
- (193) a. O Pedro foi para o trabalho em seu carro.
 b. O Pedro foi para o trabalho de (*seu) carro.
 c. O Pedro estava em seu carro.
 d. O Pedro estava de (*seu) carro.

Como apontado em 3.6, a impossibilidade de inserir um determinante em sintagmas-*de* nesses contextos pode ser um indício de que o N seguindo a preposição esteja atuando como um predicado, ou, como sugerido por Mary Kato em comunicação pessoal, de que a preposição *de* corresponda em tais casos ao que se pode chamar de *prefixo adjetivador*. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, este aspecto não contradiz a idéia de que DPs não podem ser predicados em construções copulares *stage level*. A impossibilidade de atuar como predicado *stage level* vai ser válida somente para DPs, sem que haja qualquer impedimento claro para NPs, o que explica a obrigatoriedade da ausência de determinante nos casos apresentados em (b) e (d) de (192)-(193); ou seja, é

possível dizer *estar de brinquinho* ou *estar de carro*, mas não **estar de seu brinquinho* ou **estar daquele carro*.⁴³ De um ponto de vista meramente gramatical, ainda que a tomemos como um prefixo adjetivador, a necessidade de a preposição *de* ser inserida em tais contextos pode se dar por requerimentos de marcação de Caso sobre o constituinte nominal, condição apontada em 3.3, sem que qualquer efeito semântico resultante dessa inserção entre em jogo.

3.9 Sumário

Neste capítulo, estabeleci um quadro formal para capturar o estatuto diferenciado de sintagmas-*de* como adjuntos adnominais, explorando a idéia de que o morfema correspondente à preposição *de*, diferentemente das demais preposições, é inserido tardiamente, a caminho da Forma Fonética. Conseqüentemente, sintagmas-*de* não devem corresponder a entidades sintáticas, mas a verdadeiros constituintes nominais que, no componente morfo-fonológico, ganham a preposição para satisfazer requerimentos associados à marcação de Caso. Argumentei que este tratamento para a preposição *de* é capaz de explicar, dentre outros aspectos, a sua neutralidade semântica, dado que o conteúdo de elementos inseridos apenas a caminho da Forma Fonética não pode ser acessado pelo componente semântico. Considerando essa visão, mostrei que a assunção de *adjunção sem rótulo* (Hornstein, Nunes & Piestroski (2006)) envolvendo dois DPs pode explicar a possibilidade de movimento tanto do DP modificado interrogativo como do DP/sintagma-*de* modificador no português brasileiro. Recorri ainda à abordagem de Bošković (2001) em torno da extração a partir de DPs/NPs, mostrando que o português brasileiro se comporta paradoxalmente da mesma forma que línguas desprovidas de determinante (portanto, desprovida de DP) no que diz respeito à possibilidade de extração de sintagmas-*de* adjuntos. Para acomodar esse fato, propus que os sintagmas-*de* adjuntos do português brasileiro são inseridos na margem da fase que caracteriza o DP e, por isso,

⁴³ É importante, contudo, ressaltar a existência de construções como as que seguem em (i), em que o predicado *stage level* é introduzido por um constituinte nominal nucleado por *um/uma*. Até onde eu saiba, trata-se do único padrão em que sentenças com *estar* podem ter como predicado um constituinte nominal introduzido por um aparente determinante ou numeral. Para uma discussão mais detalhada, encaminho o leitor para o capítulo 4 de Avelar (2004).

(i) a. O bolo estava *uma delícia*. b. Esta festa está *um horror*. c. A Maria está *uma belezura*.

podem sofrer extração. Diferentemente, línguas como o castelhano, o português europeu e o inglês deverão ter seus sintagmas genitivos adjuntos inseridos numa posição que bloqueia a extração desses constituintes para a posição de *escape-hatch* da fase. Especulei que essa diferença demonstrada pelo português brasileiro se deve à presença em D de um traço que identifiquei como [num], o mesmo que sugeri como necessário para licenciar a inserção da preposição *de* junto ao sintagma adjunto no componente morfo-fonológico; nas demais línguas em questão, esse traço deve estar presente em Num (cuja projeção é tomada como complemento de D), o que as obriga a inserir seus genitivos adjuntos numa posição (em adjunção a Num e no domínio mínimo de D) que os impede de migrar para a margem do DP.

4 Explorando uma arquitetura sentencial para os sintagmas preposicionados

4.0 Introdução

Neste capítulo, passo a tratar dos sintagmas-*em/com/para*, incluindo na análise os constituintes construídos a partir de preposições locativas complexas (*dentro de, acima de, atrás de, em frente de etc.*). A hipótese que vou explorar se detém na idéia de que os constituintes preposicionados dispõem de uma configuração clausal (Koopman (1997), Den Dikken (2003), Svenonius (2004a, 2004b)), exibindo categorias paralelas às que são normalmente assumidas para o domínio sentencial. Seguindo essa linha, proponho que os DPs modificados por PPs locativos podem ser inseridos na posição de especificador da projeção de *p* (*light preposition*), a contraparte de *v* (*light verb*) dentro do domínio preposicional. Este será, em particular, um dos diferenciais entre sintagmas-*de* e os sintagmas preposicionados em questão: enquanto os sintagmas-*de* são adjungidos ao DP, os sintagmas preposicionados locativos podem receber o constituinte nominal como um argumento externo da preposição. O capítulo será dividido da seguinte forma: na seção 4.1, retorno a alguns contrastes entre sintagmas-*de* e sintagmas-*em/com/para* tratados no capítulo 1, dentre eles o que diz respeito ao que chamei de *efeito da gradação de referencialidade*; em 4.2, abordo casos de extração de DPs modificados por PPs locativos, similares a casos com sintagmas-*de* discutidos anteriormente; em 4.3 e 4.4, proponho uma arquitetura sentencial para as relações restritivas entre PPs e DPs no português brasileiro, atentando especificamente para o paradigma das preposições complexas; na seção 4.5, focalizo a preposição *com*, retornando a peculiaridades demonstradas por essa preposição que foram apontadas no capítulo 1; nas seções 4.6 e 4.7, discuto mais de perto o *efeito de gradação de referencialidade*, associando-o à presença de determinadas categorias internas à arquitetura dos sintagmas preposicionados locativos; em 4.8, exploro a configuração de adjunção proposta em Hornstein, Nunes & Pietroski (2006), discutindo o padrão de concatenação dos sintagmas locativos à estrutura da sentença; em 4.9, abordo expressões não-locativas adnominais introduzidas por *com* e *para*; em 4.10, discorro sobre diferenças

entre o português brasileiro e o português europeu quanto ao licenciamento de sintagmas locativos preposicionados em posição argumental; em 4.11, trago casos de aparente extração de sintagmas-*prep* modificadores a partir da posição de sujeito; em 4.12, finalmente, discuto questões gerais atreladas à preposição *em* e a propriedades demonstradas por advérbios pronominais no português brasileiro.

4.1 Revisitando contrastes entre sintagmas-*de* e sintagmas-*em/com/para*

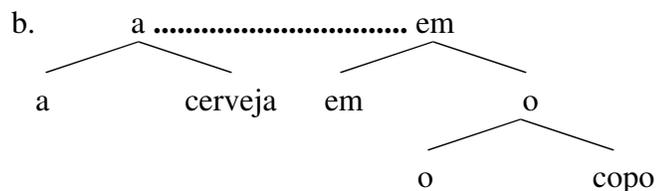
Explorando contrastes como aqueles em (1)-(3) a seguir, apontados em Raposo (1999) (ver seção 3.3), sugeri no capítulo anterior que a diferença entre sintagmas-*de* e sintagmas-*em/com/para* passa necessariamente pela idéia de que os morfemas correspondentes a *em*, *com* e *para*, contrariamente ao correspondente a *de*, alimentam a derivação desde o início da computação sintática. Aquele conjunto de diferenças apresentados no primeiro capítulo vai estar relacionado, pelo menos em parte, ao fato de sintagmas-*de* serem meros constituintes nominais do ponto de vista sintático.

- (1) a. O rapaz bebeu *a* cerveja *do* copo.
b. Cerveja, o rapaz bebeu *a* *do* copo.
c. O rapaz bebeu *a* cerveja *no* copo.
d. * Cerveja, o rapaz bebeu *a* *no* copo.
- (2) a. O bandido só roubou *o* dinheiro *da* velhinha.
b. Dinheiro, o bandido só roubou *o* *da* velhinha.
c. O bandido roubou *o* dinheiro *com* a velhinha.
d. ?? Dinheiro, o bandido só roubou *o* *com* a velhinha.
- (3) a. A costureira consertou *a* saia *da* Maria.
b. Saia, a costureira consertou *a* *da* Maria.
c. A costureira consertou *a* saia *pra* Maria.
d. * Saia, a costureira consertou *a* *pra* Maria.

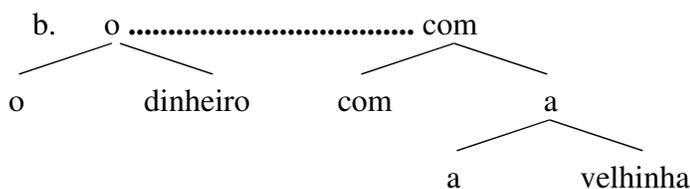
Se adotarmos essa visão, considerando a possibilidade de adjunção sem rótulo, a configuração das expressões em (a) de (4) a (6) a seguir poderia ser respectivamente como em (b): os PPs nucleados por *em*, *com* e *para* seriam concatenados ao DP sem que a operação *rotular* se seguisse à concatenação, em adição ao proposto para a adjunção dos

sintagmas-*de*. A única diferença entre sintagmas-*de* e os outros sintagmas-*prep* é que estes seriam “enxergados” pela sintaxe como verdadeiros constituintes preposicionados (com os traços subjacentes à preposição podendo, conseqüentemente, ser acessados pelo componente semântico), não havendo qualquer distinção entre os dois tipos de sintagma em termos da relação estrutural que exercem com o DP.

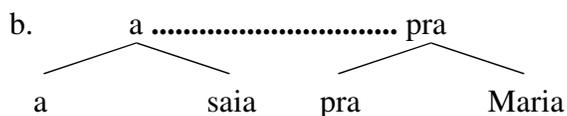
(4) a. a cerveja no copo



(5) a. o dinheiro com a velhinha



(6) a. a saia pra Maria



A história toda, contudo, não pode ser esta. Há determinados contrastes que, em princípio, não podem ser explicados por uma oposição calcada puramente na inserção pré- ou pós-*Spell-Out* dos morfemas correspondentes a um ou outro tipo de preposição. Por exemplo, não é claro como uma oposição em termos do ponto de inserção poderia capturar o que chamei em 1.2.6 de *gradação de referencialidade*. Retornando brevemente a este tópico, vimos que o grau de referencialidade do DP modificado afeta a interpretação de sintagmas-*em/com/para* como adnominais, propriedade que não se observa entre os sintagmas-*de* (comparem-se os casos em (7)-(9) a seguir com os que seguem em (10)-(12)).

- | | | |
|-----|---|----------------|
| (7) | a. O Pedro lavou toalhas <i>no banheiro</i> . | (*adn / adv) |
| | b. O Pedro lavou várias toalhas <i>no banheiro</i> . | (?adn / adv) |
| | c. O Pedro lavou as toalhas <i>no banheiro</i> . | (adn / adv) |
| | d. O Pedro lavou aquelas toalhas <i>no banheiro</i> . | (adn / adv) |

- (8) a. O funcionário encadernou livros *para a biblioteca*. (?adn / adv)
 b. O funcionário encadernou alguns livros *para a biblioteca*. (?adn / adv)
 c. O funcionário encadernou os livros *para a biblioteca*. (adn / adv)
 d. O funcionário encadernou aqueles livros *para a biblioteca*. (adn / adv)
- (9) a. A Ana lavou calça *com o Roberto*. (*adn / adv)
 b. A Ana lavou uma calça *com o Roberto*. (?adn / adv)
 c. A Ana lavou a calça *com o Roberto*. (adn / adv)
 d. A Ana lavou aquela calça *com o Roberto*. (adn / adv)
- (10) a. O Pedro lavou toalhas *do banheiro*. (adn / *adv)
 b. O Pedro lavou várias toalhas *do banheiro*. (adn / *adv)
 c. O Pedro lavou as toalhas *do banheiro*. (adn / *adv)
 d. O Pedro lavou aquelas toalhas *do banheiro*. (adn / *adv)
- (11) a. O funcionário encadernou livros *da biblioteca*. (adn / *adv)
 b. O funcionário encadernou alguns livros *da biblioteca*. (adn / *adv)
 c. O funcionário encadernou os livros *da biblioteca*. (adn / *adv)
 d. O funcionário encadernou aqueles livros *da biblioteca*. (adn / *adv)
- (12) a. A Ana lavou calça *do Roberto*. (adn / *adv)
 b. A Ana lavou uma calça *do Roberto*. (adn / *adv)
 c. A Ana lavou a calça *do Roberto*. (adn / *adv)
 d. A Ana lavou aquela calça *do Roberto*. (adn / *adv)

À primeira vista, não há qualquer dispositivo naquelas configurações sugeridas em (4b)-(6b) que permita capturar um contraste entre sintagmas-*em/com/para* e sintagmas-*de* no que diga respeito a essa gradação. Como vou procurar mostrar, as restrições em questão podem estar relacionadas à presença de certos elementos na estrutura do sintagma-*em/com/para* adnominal (ausentes entre os sintagmas-*de*) que são morfologicamente invisíveis, mas relevantes para determinar a configuração subjacente da relação entre o DP modificado e o PP modificador.

Mais especificamente, inspirando-me em abordagens recentes para a arquitetura de constituintes preposicionados, o caminho que vou adotar para explicitar os contrastes relevantes é a idéia de que os constituintes preposicionados arregimentam categorias funcionalmente paralelas às que são encontradas na sentença, diferindo de V, *v*, T e C apenas em termos da informação que codificam: enquanto as categorias sentenciais são tomadas como veículos de informações associadas ao estado de coisas construído em torno da idéia contida em V, as categorias do domínio preposicionado vão dizer respeito,

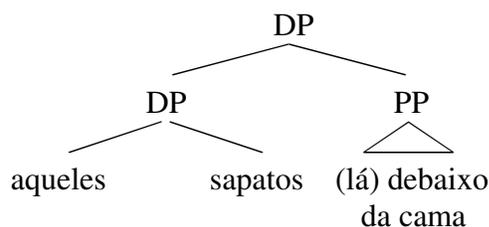
principalmente, a informações que giram em torno de uma idéia contida num morfema inerentemente locativo.

4.2 Extração de DPs modificados por PPs locativos

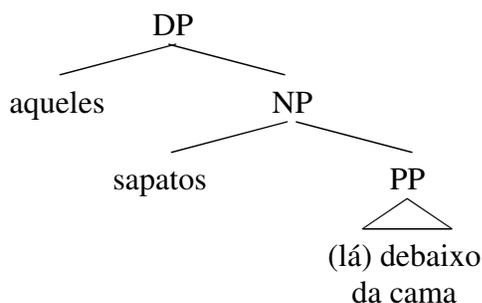
Antes de partir para a elaboração da proposta, vou retornar a um tipo de dado que foi apresentado no capítulo 1 (ver seção 1.3), envolvendo extração de DPs modificados por PPs, discutidos previamente em Avelar (2006a). Vou me deter, em particular, na extração de DPs modificados por PPs locativos introduzidos por uma preposição complexa. Consideremos, por exemplo, os casos em (13) a seguir, em que constituintes nominais na posição de complemento ocorrem modificados por constituintes locativos construídos a partir respectivamente das formas *debaixo de*, *dentro de* e *em cima de*. Numa abordagem tradicional (ver seção 3.1), o constituinte locativo seria concatenado à estrutura do DP adjungindo-se a alguma projeção no interior do constituinte nominal. Em (14), temos duas representações possíveis dentro dessa perspectiva, considerando a expressão *aqueles sapatos (lá) debaixo da cama*: o termo locativo poderia ser concatenado ao DP ou ao NP, tal como respectivamente em (a) e (b).

- (13) a. A Maria usou [aqueles sapatos (*lá*) *debaixo da cama*].
 b. Nós vamos lavar [essas roupas (*aí*) *dentro do armário*].
 c. O professor já revisou [esses trabalhos (*aqui*) *em cima da mesa*].

(14) a.



b.



Um dos problemas relativos a essas representações está no fato de o português brasileiro permitir a extração de um DP modificado interrogativo, com o PP locativo modificador permanecendo *in situ*, como podemos observar nos casos apresentados em (15) a seguir (ver a seção 1.3). Esse, aliás, é um comportamento que os sintagmas-*prep*

compartilham com os sintagmas-*de*, dado o padrão de construções analisado no capítulo 3. Conforme apontado na seção anterior, contudo, estou rejeitando de imediato um paralelismo direto com a arquitetura das relações entre sintagmas-*de* e DPs, o que se justifica diante dos contrastes salientes que pretendo capturar entre os sintagmas-*de* e os introduzidos pelas demais preposições.

- (15) a. *Qual (daqueles) sapato(s) a Maria usou, (lá) embaixo da cama?*
b. *Qual (dessas) roupa(s) nós vamos lavar, (aí) dentro do armário?*
c. *Qual (desses) trabalho(s) o professor revisou, (aqui) em cima da mesa?*

Para explicar esses casos, poderíamos simplesmente explorar a idéia de que não estamos diante de casos de extração, mas de um *pure merge* do constituinte interrogativo em [Spec,CP]. Os fatos em (16), contudo, mostram que existem efeitos de ilha determinando a aceitabilidade das sentenças com extração, evidenciando que as construções interrogativas em (15) são realmente obtidas via extração, e não via *pure merge*.

- (16) a. * *Qual (daqueles) sapato(s) a Maria chorou depois que a Ana usou, (lá) debaixo da cama?*
b. * *Qual (daqueles) sapatos você conhece a moça que comprou, (lá) debaixo da cama?*
c. * *Quais (daqueles) sapatos você ouviu um boato de que a moça roubou, (lá) debaixo da cama?*

Muitos falantes (entre os quais eu me incluo) também aceitam as construções passivas em (17) a seguir, em que o DP modificado aparece em [Spec,TP], e o PP modificador é deixado para trás, num comportamento similar ao das frases em (15) acima.

- (17) a. *Aqueles sapatos nunca foram usados, (lá) debaixo da cama.*
b. *Essas roupas vão ser lavadas, (aí) dentro do armário.*
c. *Esses trabalhos já foram revisados, (aqui) em cima da mesa.*

Dados desse tipo trazem um problema para aquelas configurações esboçadas em (14), com o PP locativo sendo adjungido ao DP ou ao NP: tanto nas construções de extração interrogativa em (15) quanto nas construções passivas em (17), o movimento do DP deveria

implicar igualmente o movimento do PP, de modo que o *stranding* do constituinte locativo resultasse necessariamente numa construção agramatical. Vemos, contudo, não ser este o fato. Uma aparente saída seria propor *remnant movement*, com o PP sendo extraído para fora do DP antes do movimento deste, similarmente ao sugerido por Bastos (2006) para casos com sintagmas genitivos. Contudo, não vou investir nessa proposta pelas mesmas razões que levaram a colocá-la em segundo plano na seção 3.3, diante de particularidades demonstradas pelos sintagmas-*de*. Como vou propor a partir das próximas seções, uma alternativa para explicar adequadamente esses casos é assumir que o DP modificado se encontra alocado na margem do PP locativo interpretado como modificador, afastando-me da idéia de que tais PPs estejam adjungidos ao DP.

4.3 O domínio interno dos sintagmas preposicionados

A arquitetura sentencial que vou explorar para os PPs reúne idéias propostas em Koopman (1997), Den Dikken (2003) e Svenonius (2004a, 2004b). Embora o trabalho de Koopman (1997) em torno de adposições (preposições, posposições e circumposições) no holandês seja o ponto de partida para o trabalho dos outros dois autores, não existe uma uniformidade entre as análises propostas pelos três no que diz respeito, por exemplo, à natureza e disposição dos elementos internos ao domínio adposicional ou aos critérios para identificar, no interior dos PPs, as categorias que seriam a contraparte daquelas presentes na sentença. Além disso, os três autores abordam preferencialmente PPs em função de complemento ou adjunto adverbial, havendo esparsas considerações sobre os que atuam como adjuntos adnominais. Vou, contudo, procurar congrega o que há de comum entre as propostas, tentando reunir os dispositivos de análise que melhor se prestam para capturar as propriedades dos PPs adnominais relevantes para esta tese.

Um ponto em comum nas análises consideradas (bem como nos estudos sobre preposições em geral) é o recorte básico entre *preposições estativas* e *preposições direcionais* (respectivamente *Place elements* and *Path elements*, na abordagem de Svenonius (2004a)). As primeiras fornecem informações sobre a configuração física das relações estabelecidas entre os termos comumente chamados de Figura (o objeto que se procura localizar) e Fundo (o espaço que configura o *locus* em que a Figura se situa), como

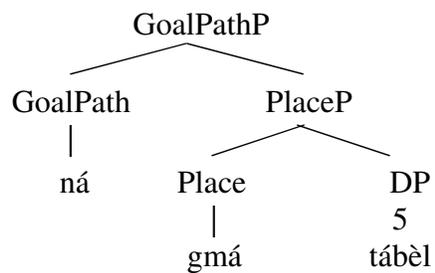
no exemplo do inglês em (18a) a seguir. As segundas veiculam informação sobre uma dada trajetória, que pode dizer respeito a uma meta (*Goal*), a uma fonte/origem (*Source*) ou à própria orientação da trajetória, como respectivamente nos casos em (18b), (18c) e (18d).

- (18) a. The elephants remained *in* the boat.
 b. The cast a wistful glance *to* the shore.
 c. The boat drifted further *from* the beach.
 d. Their ears sank *down* several notches. (Svenonius (2004a); exemplo (1))

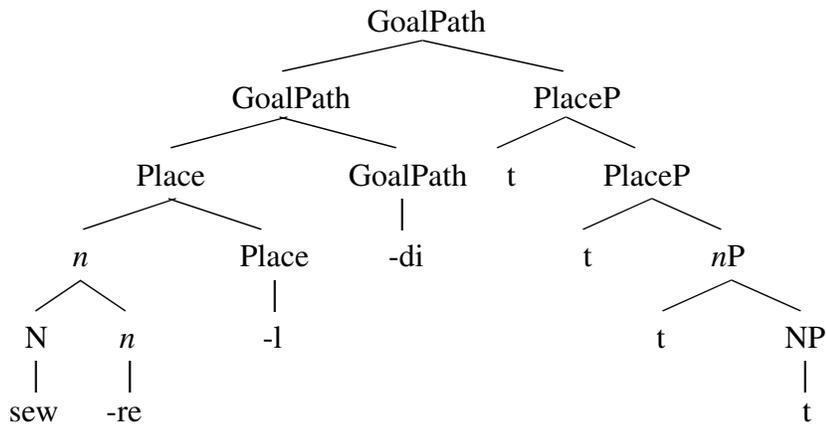
É comum encontrar nas diversas línguas combinações de uma preposição estativa com uma preposição direcional, tal como nos exemplos em (19) adiante. De acordo com Svenonius (2004a), as preposições direcionais são realizadas externamente à projeção das estativas, fato que se manifesta superficialmente na ordem demonstrada pelo zina kotoko, como mostra a expressão em (19a), representada em (20a). Aparentes violações a essa ordem, como nos casos em (19b)-(19d), seriam devidas a operações de movimento. Em lezgian, cujo dado vem exemplificado em (19b) e representado em (29b), a preposição estativa (*Place*) se adjunge à categoria correspondente à preposição direcional (*GoalPath*), levando amalgamada consigo as categorias *N* e *n*. No inglês, exemplificado em (19c), o núcleo de *PlaceP* se move para adjunção a *GoalPath*, como na representação em (20c). O navajo, com exemplo em (19d), corresponde a uma língua *head-final*, e daí o núcleo *GoalPath* em (20d) ser realizado à direita do seu complemento *PlaceP*.

- | | | |
|------|---|-------------|
| (19) | a. ná gmá tábèl
to on table
'onto the table' | ZINA KOTOKO |
| | b. sew-re-l-di
bear-aug-on-to
'onto the bear' | LEZGIAN |
| | c. into the house | INGLÊS |
| | d. hooghan-g yah
house-in to
'into the house' | NAVAJO |
- (Svenonius (2004a); exemplos (2)-(3))

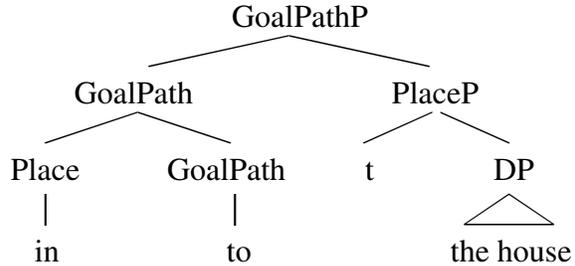
(20) a.



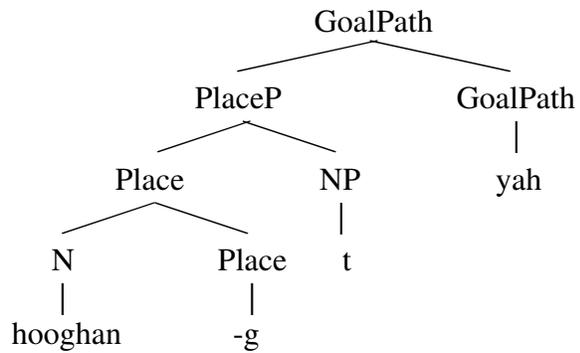
b.



c.



d.

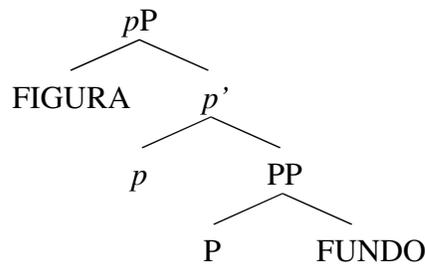


Svenonius (2004a) amplia o leque de observação para os complexos preposicionais do inglês, como os introduzidas por *from* em (21) a seguir, argumentando em favor da idéia de que uma categoria Path pode ser fonologicamente nula. Esse seria o caso, por exemplo, das construções em (22), que exibem a possibilidade de ter uma interpretação direcional, equivalente à leitura que corresponde ao conteúdo da preposição *to*. Essa categoria Path sem realização fonológica seria, nestes termos, a contraparte em (22) do item direcional *from*.

- (21) a. The boat drifted *from behind* the hill.
 b. The boat drifted *from inside* the cave.
 c. The boat drifted *from below* the bend.
 d. The boat drifted *from beyond* the city limits.
 e. The boat drifted *from in front* of the palace.
 f. The boat drifted *from above* the dam.
- (22) a. The boat drifted *behind* the hill.
 b. The boat drifted *inside* the cave.
 c. The boat drifted *below* the bend.
 d. The boat drifted *beyond* the city limits.
 e. The boat drifted *in front* of the palace.
 f. The boat drifted *above* the dam. (Svenonius (2004); exemplos (54)-(55))

Em outro trabalho, Svenonius (2004b) defende mais diretamente um paralelo entre as configurações do domínio sentencial e do domínio pre(pos)posicional, adotando o que chama de *Split-P hypothesis*, semelhante às assunções em torno de *Split-V hypotheses*. Para o autor, o domínio preposicional exibe a arquitetura em (23) a seguir, envolvendo as categorias *p* e *P*, respectivamente as contrapartes de *v* e *V*. O argumento de *P* deve ser um elemento interpretado como *fundo*, e o de *p*, como *figura*. Embora a abordagem de Svenonius (2004b) se situe apenas na discussão de possíveis conseqüências resultantes da assunção de (23), sem entrar em detalhes acerca de como uma *Split-P hypothesis* abarcaria dados como aqueles em (19), depreende-se da proposta que categorias correspondentes a Path (como as preposições *to* e *from*) seriam manifestações de *p*, enquanto os morfemas responsáveis pelo valor correspondente a Place podem equivaler a *P*.

(23)



Numa abordagem similar (sem assumir, contudo, o pressuposto de *Split-P hypothesis*) Den Dikken (2003) defende que o domínio preposicionado pode suportar um núcleo com o mesmo estatuto demonstrado por T(empo) e Dem(onstrativo), elementos internos respectivamente aos domínios sentencial e nominal. Tal como T e Dem, esse núcleo é responsável por codificar informações dêiticas, realizando distinções do tipo *próximo-distante*, *perto-longe*, *antes-depois* etc. As partículas dêiticas *hin* e *her* do alemão (que indicam respectivamente afastamento ou proximidade do ponto de vista do falante) são apontadas pelo autor como exemplos de manifestação desse núcleo, nas expressões em (24) a seguir (com as partículas sendo glossadas como PRT).

- (24)
- a. unter der Brücke hindurch
under the-DAT bridge PRT-through
 - b. auf das Dach hinauf/üfer/unter
on the-ACC roof PRT-on/over/under
 - c. durch den Tunnel hindurch
through the-ACC tunnel PRT-through
 - d. aus dem Haus heraus
out.of the-DAT house PRT-out.of
- (Den Dikken (2003); exemplos (52)-(55))

Sobre o *locus* exato dessa categoria dêitica, Den Dikken (2003) argumenta que se trata do núcleo Deg(ree)P, uma projeção localizada acima de PathP e abaixo da projeção de uma categoria correspondente à contraparte de C(omplementizador). Não vou aqui abordar a natureza dos diversos elementos considerados por Den Dikken (2003) que podem ser alocados nas dependências de Deg(ree)P, mas cabe ressaltar que essa projeção, na arquitetura do domínio pre(pos)sicional, vai estar numa posição que corresponde à de TP na sentença. Observando o esquema em (25) a seguir, montado para exemplificar a localização dos elementos que compõem aquelas expressões em (24), vemos que a projeção de DegP é

tomada como complemento da contraparte de C (da mesma forma que a projeção de T é tomada como complemento de C). As ordens superficiais equivalentes a cada uma daquelas expressões vão ser obtidas por meio de operações de movimento, que podem afetar tanto o DP tomado como complemento de P_{LOC} (correspondente a uma preposição estativa) como os diversos morfemas presentes na estrutura.

(25)	[_{CP(Path)} C(Path)	[_{DegP} Deg	[_{PathP} Path	[P _{Dir} ...	[_{PP} P _{Loc}	DP _{ACC/DAT}
		hin	∅	durch	unter	
		hin	auf	∅	auf	
		hin	durch	durch	∅	
		her	aus	aus	∅	

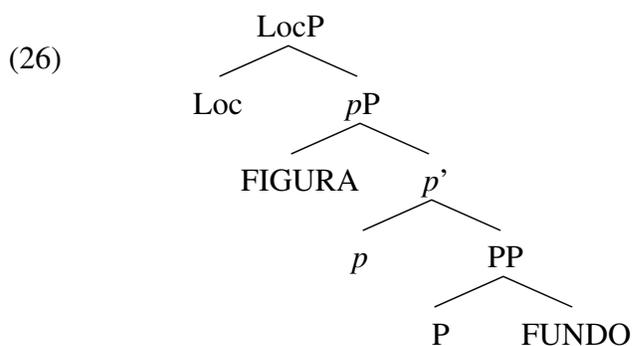
(Den Dikken (2003); esquema apresentado em (56))

Na próxima seção, elaboro um quadro em torno de preposições complexas do português brasileiro, procurando congrega a assunção de *Split-P hypothesis* e a idéia da existência de um núcleo dêitico, paralelo a T e Dem, no interior dos domínios preposicionados. Esse quadro será o ponto de partida para abarcar formalmente as propriedades demonstradas por sintagmas-*em/com/para* na função de adjunto adnominal.

4.4 DPs modificados e PPs modificadores: uma arquitetura sentencial

Considerando a proposta de *Split-P hypothesis*, vou recorrer à configuração em (26) a seguir para os PPs adnominais do português brasileiro. A categoria que chamo de *Loc* (em alusão ao termo *locativo*) equivale ao núcleo dêitico paralelo a T e Dem aludido em Den Dikken (2003). No português brasileiro, vou assumir que essa categoria se manifesta na forma de advérbios dêiticos pronominais (doravante, simplesmente *advérbios dêiticos* ou *advérbios pronominais*) do tipo *aqui, aí e lá*.¹ *Loc* toma a projeção de *p* como seu complemento, da mesma forma que T toma a projeção de *v* na mesma posição.

¹ Esses itens também costumam ser chamados de *reforço* ou *reforçador* (do inglês *reinforcer*) na literatura (ver Bernstein (1997)). Vou empregar a expressão *advérbio pronominal* (ou, às vezes, *advérbio dêitico*), seguindo a descrição da gramática tradicional do português, reconhecendo, contudo, que essas categorias não ocorrem necessariamente como modificadores do verbo. Ressalte-se, aliás, que os casos de interesse imediato para esta tese são aqueles em que tais termos estão juntos de sintagmas nominais e preposicionados, e não de sintagmas verbais.



Antes de aplicarmos essa arquitetura aos PPs, atentemos para o paradigma em (27) a seguir, com exemplos de preposições locativas complexas (doravante, PLCs) que trazem um morfema indicando locação espacial em sua base (nos casos em questão, respectivamente os itens *cima*, *baixo*, *frente*, *trás*, *dentro* e *fora*). Esses morfemas ocorrem associados a preposições com valor (aparentemente) direcional, que podem corresponder aos itens *de* (em sua versão semanticamente plena, com significados do tipo *fonte*, *origem*, *afastamento* e outros afins), *para*, *por*, *a* e *em*.^{2,3} A combinação resultante do morfema com a preposição pode ainda se associar a um advérbio dêitico, exemplificados no paradigma pelas formas *aqui* e *lá*. Assim, temos na língua PLCs do tipo (*aqui*) *em cima*, (*ali*) *debaixo*, (*aí*) *atrás*, (*aqui*) *por dentro*, (*lá*) *por fora*, (*aí*) *em frente*, (*aqui*) *no meio* etc.⁴

² Embora *em* seja prototipicamente uma preposição estativa, há contextos (pelo menos do português brasileiro) em que este item exibe um caráter tipicamente direcional, como nos casos em (i) a seguir.

- (i) a. O rapaz foi na festa.
 b. As crianças vieram na minha casa.
 c. Os bandidos entraram no banco.

³ O paradigma mostra lacunas envolvendo a preposição *em*, especificamente nos conjuntos em (d)-(f) de (27). Notemos ser impossível formas como **lá em dentro* e **aqui em fora*. Retorno a esses casos na seção 4.12.

⁴ No exame de qualificação desta tese, Mary Kato ressaltou que, em inglês, as preposições complexas são em número reduzido, um dos poucos exemplos sendo a forma *in front of*. Svenonius (2004a) não descarta, contudo, a possibilidade de formas preposicionais mais básicas, como *behind*, *below*, *inside*, *beside* etc. serem obtidas por meio de composição de elementos em algum nível derivacional.

- (27) (a) (aqui/aí/lá) **de cima**
 (aqui/aí/lá) **para cima**
 (aqui/aí/lá) **por cima**
 (aqui/aí/lá) **acima**
 (aqui/aí/lá) **em cima**
- (b) (aqui/aí/lá) **de baixo**
 (aqui/aí/lá) **para baixo**
 (aqui/aí/lá) **por baixo**
 (aqui/aí/lá) **abaixo**
 (aqui/aí/lá) **em baixo**
- (c) (aqui/aí/lá) **de frente**
 (aqui/aí/lá) **para frente**
 (aqui/aí/lá) **por frente**
 (aqui/aí/lá) **afrente**
 (aqui/aí/lá) **em frente**
- (d) (aqui/aí/lá) **detrás**
 (aqui/aí/lá) **para trás**
 (aqui/aí/lá) **por trás**
 (aqui/aí/lá) **atrás**
 *(aqui/aí/lá) **em trás**
- (e) (aqui/aí/lá) **de dentro**
 (aqui/aí/lá) **para dentro**
 (aqui/aí/lá) **por dentro**
 (aqui/aí/lá) **adentro**
 (aqui/aí/lá) (***em**) dentro
- (f) (aqui/aí/lá) **de fora**
 (aqui/aí/lá) **para fora**
 (aqui/aí/lá) **por fora**
 (aqui/aí/lá) **afora**
 (aqui/aí/lá) (***em**) fora

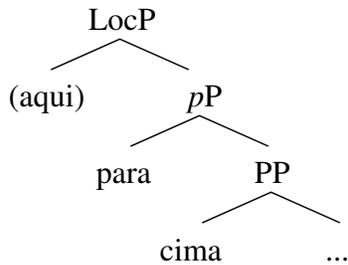
Vou considerar que o **advérbio dêítico**, a **preposição** e o **morfema espacial** se combinam como naquela estrutura referida em (26), correspondendo respectivamente às categorias **Loc**, **p** e **P**. Dessa forma, combinações como *aqui para cima*, *aí por trás* e *lá de dentro* devem ser representadas como em (28) a seguir: (i) os morfemas *cima*, *trás* e *dentro* consistem na realização de P, (ii) as preposições *para*, *por* e *de*, na realização de *p*, e (iii) os advérbios *aqui*, *aí* e *lá*, na realização de Loc. Especificamente sobre a opcionalidade do advérbio dêítico, vou assumir que, mesmo quando não se encontra morfologicamente realizado, o núcleo correspondente a essa categoria (Loc) pode estar presente na arquitetura.^{5,6}

⁵ Um fato que merece ser ressaltado é a existência de verbos como *abaixar*, *encimar*, *atrasar*, *enfrentar*, *afrontar*, *defrontar*, *adentrar* etc., todos tendo um morfema espacial associado a uma preposição (que estou assumindo ser a realização respectivamente de P e *p*) como raiz. Isto pode ser um indício de que, no estágio histórico em que esses verbos foram formados, o complexo *p+P* podia funcionar como uma raiz verbal. Ou seja, *p+P* podia se associar a T (talvez com outras categorias funcionais entrando em jogo), e não somente a Loc. Esse fato reforça a idéia de que a projeção formada a partir de preposições complexas dispõem de uma estrutura clausal, podendo abarcar sujeitos, complementos, categorias funcionais referenciais etc., da mesma forma que as projeções construídas a partir do verbo.

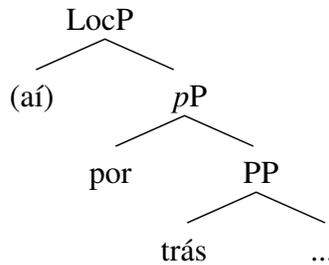
⁶ No exame de qualificação desta tese, os membros da banca atentaram para o fato de algumas preposições locativas complexas terem uma contraparte nominal, com o morfema espacial ocorrendo como a base lexical de um DP/NP. Esse é o caso, por exemplo, do item *frente*, que pode tanto ocorrer no interior de um constituinte nominal, quanto no interior de uma preposição complexa, respectivamente como nos casos em

(28)

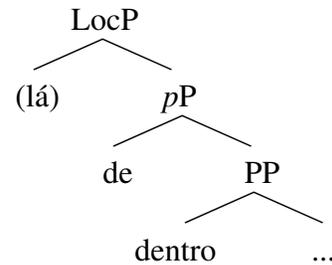
a. aqui para cima



b. aí por trás

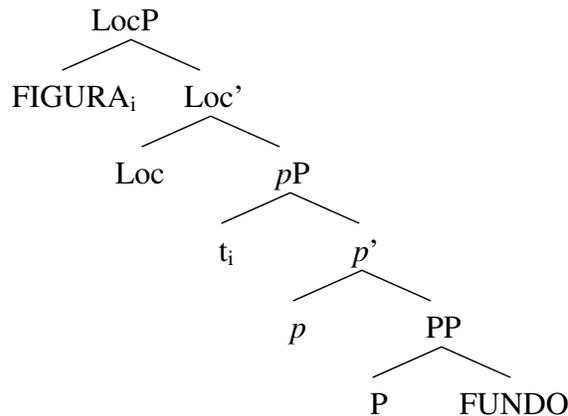


c. lá de dentro



Para capturar as propriedades relevantes envolvendo o DP modificado (interpretado como *figura*) e o PP locativo modificador, vou adotar a configuração em (29) adiante: o DP é inicialmente inserido em [Spec,pP] e então movido para uma posição nas dependências de Loc (por ora, vou considerar que essa posição é a de [Spec,LocP], condição para a qual será apontada uma alternativa em 4.8).

(29)



(a)-(b) de (i) a seguir. Interessantemente, um PP pode licenciar internamente a expressão nominal, dando origem a casos como aqueles em (c).

- (i)
- a. A *frente* da casa tem um jardim.
 - b. Em *frente* da casa tem um jardim.
 - c. Na *frente* da casa tem um jardim.

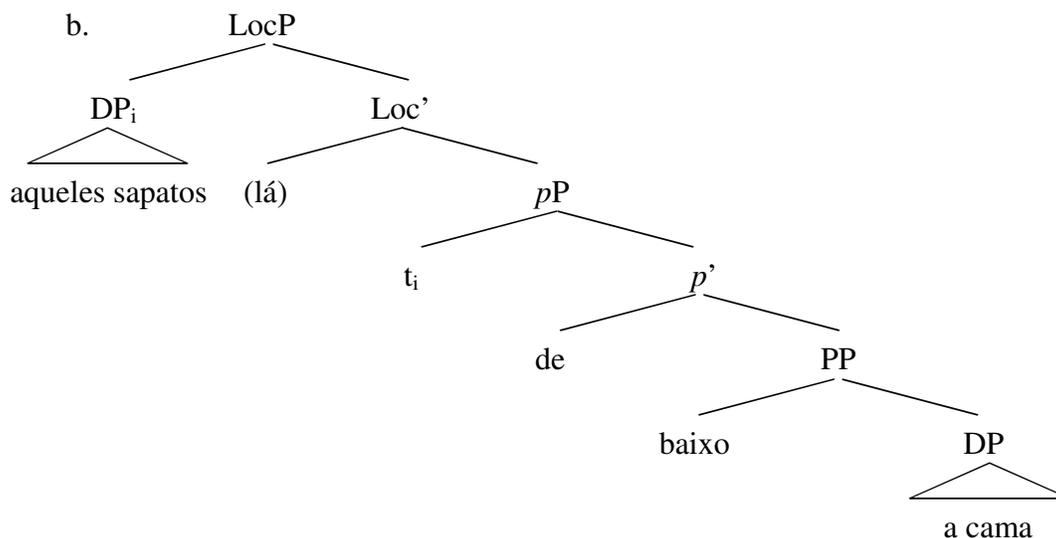
A meu ver, não é claro se o estatuto de *na frente de* é realmente o de um PP seguido de um NP, ou se se trata de uma preposição complexa em que a parte lexical se caracteriza como um DP, e não como um simples morfema espacial. Há vários outros casos desse tipo na língua, cujo estatuto é igualmente dúbio, como exemplificado em (ii) a seguir.

- (ii) *ao término de, ao lado de, no meio de, ao fim de, à margem de, em contraposição à*

Nesta tese, vou me fixar especificamente em casos para os quais não existem dúvidas acerca do estatuto de *preposição complexa*, deixando combinações como aquelas em (ii) para pesquisas futuras.

Aplicando esses procedimentos à expressão apresentada em (30a) a seguir, o DP *aqueles sapatos* deve ser inicialmente concatenado na posição de especificador de *pP*, como indicado em (30b); a derivação prossegue com o advérbio *lá* (que vai corresponder à realização de *Loc*) tomando *pP* como seu complemento, e o DP interpretado como *figura* sofrendo movimento para a posição de especificador de *LocP*. Não existe, na configuração resultante, qualquer obstáculo para que o DP interpretado como *figura* seja movido para fora de *LocP*, o que explica a aceitabilidade daqueles dados envolvendo extração interrogativa e construções passivas apresentados na seção 4.2, repetidos respectivamente em (31) e (32). Sobre a preposição *de* introduzindo o DP-*fundo*, vou simplesmente assumir que se trata de um item inserido pós-sintaticamente, como uma manifestação morfofonológica de Caso inerente checado/atribuído pelo morfema espacial, similarmente ao proposto para os sintagmas-*de* argumentais em 3.5.2.

(30) a. *aqueles sapatos (lá) debaixo da cama*



(31) a. Qual (daqueles) sapato(s)_i a Maria usou [t_i (lá) embaixo da cama]
 b. Qual (dessas) roupa(s)_i nós vamos lavar [t_i (aí) dentro do armário]
 c. Qual (desses) trabalho(s)_i o professor revisou [t_i (aqui) em cima da mesa]

(32) a. Aqueles sapatos_i nunca foram usados [t_i (lá) debaixo da cama]
 b. Essas roupas_i vão ser lavadas [t_i (aí) dentro do armário]
 c. Esses trabalhos_i já foram revisados [t_i (aqui) em cima da mesa]

A distribuição de quantificadores flutuantes no interior da relação entre DPs e PPs locativos consiste numa forte evidência em favor dessa abordagem. Em (33) a seguir, por exemplo, vemos que o quantificador *todos* (associado ao DP modificado) pode ser realizado entre o advérbio dêitico e a preposição direcional, resultando na expressão *aqueles sapatos lá todos debaixo da cama*. Como largamente assumido a partir do trabalho de Sportiche (1988), construções com quantificadores flutuantes resultam do *stranding* de uma categoria que deve estabelecer, em algum ponto da derivação, uma relação de constituência com um DP movido. Na análise que estou sugerindo, essa posição pode facilmente ser identificada como sendo [Spec,*p*P], ponto no qual o DP interpretado como *figura* é inicialmente concatenado. Não seria simples capturar tal fato dentro de uma abordagem tradicional, em que o PP locativo é comumente tratado como um constituinte adjungido a DP/NP, como naquelas representações que foram indicadas em (14).

- (33) a. [**Todos** aqueles sapatos lá debaixo da cama] são da Maria.
 b. [Aqueles sapatos lá **todos** debaixo da cama] são da Maria.
 c. [_{LocP} [aqueles sapatos]_i [_{Loc'} lá [_{pP} [**todos t_i**] [_{p'} de [_{PP} baixo [da cama]]]]]

Há ainda um outro aspecto que reforça o paralelo entre constituintes construídos a partir de preposições complexas e a arquitetura da sentença, que é o fato de PLCs mostrarem efeitos de Impenetrabilidade da Fase, nos termos de Chomsky (2000) (ver seção 2.2). Para ilustrar esse efeito, consideremos as construções em (34)-(35) a seguir, em que uma expressão construída a partir de uma PLC ocorre anteposta ao verbo *estar*. A diferença básica entre as construções em (34) e (35) é que, entre as primeiras, o DP *essas caixas* (interpretado como *fundo*) aparece numa posição interna à PLC, enquanto entre as segundas, o mesmo DP ocorre numa posição externa (com uma interpretação que parece ser compatível tanto com a leitura de *fundo* quanto com a de *figura*).⁷ Além dessa diferença, há pelo menos dois outros contrastes relevantes: comparando (34b) com (35b), podemos

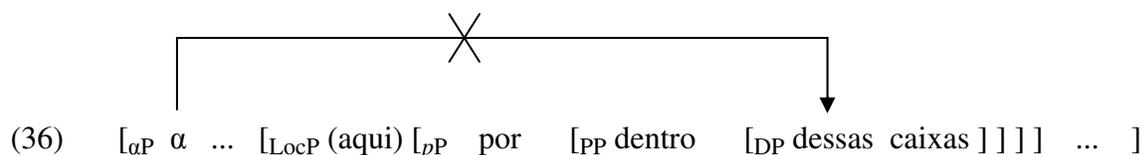
⁷ Também seria possível que o DP *essas caixas* fosse interpretado como *figura* numa construção com em (i) a seguir. Seria o caso, por exemplo, em que a frase pudesse ser parafraseada por algo do tipo *Essas caixas que estão aqui por dentro estão cheias de mofo*, em que o DP-*fundo* estaria subentendido na posição de complemento de *dentro* e recuperado no contexto. Essa não é, contudo, a interpretação relevante para a análise dos casos em (34)-(35), na qual a idéia de “por dentro” deve dizer respeito ao interior da própria caixa.

(i) Essas caixas aqui por dentro estão cheias de mofo.

observar que a presença da preposição *de* junto ao DP é obrigatória no primeiro caso, mas rejeitada na segunda; além disso, a concordância do DP com o verbo *estar* e o adjetivo *cheio* é inaceitável em (34) (daí a agramaticalidade de (34c)), mas a mesma concordância é obrigatória em (35) (o que se depreende pela aceitabilidade de (35c)).

- (34) a. [(*Aqui*) *por dentro dessas caixas*] está cheio de mofo.
 b. * [(*Aqui*) *por dentro essas caixas*] está cheio de mofo.
 c. * [(*Aqui*) *por dentro dessas caixas*] estão cheias de mofo.
- (35) a. * [*Essas caixas (aqui) por dentro*] está cheio de mofo.
 b. * [*Dessas caixas (aqui) por dentro*] está cheio de mofo.
 c. [*Essas caixas (aqui) por dentro*] estão cheias de mofo.

Os contrastes entre (34) e (35) podem ser adequadamente explicados pela assunção de que a atribuição/checagem de Caso inerente é opcional, juntamente com a idéia de que *pP* é uma fase. Se esta hipótese estiver correta, todo o complemento de *p* deve estar “congelado” após *pP* sofrer *Spell-Out*. A estrutura em (36) a seguir ilustra a situação correspondente às construções em (34), com o DP ocorrendo na posição interna: se *pP* é uma fase, então é impossível que uma sonda (*agreement* via *probe-goal*) partindo de α possa interagir com o DP interno. Isso explica o porquê de o adjetivo *cheio* ou os traços- ϕ em T não poderem estabelecer uma relação de concordância com o DP, bloqueando a ocorrência de uma construção como aquela em (34c). Da mesma forma, a preposição *de* é obrigatória em tal situação, por ser ela uma manifestação de Caso para o DP, dada a impossibilidade de interação com os traços- ϕ em T (que proveriam, na ausência de obstáculos, Caso nominativo para o DP).



Já na configuração correspondente àquelas construções em (35), ilustrada em (37) a seguir, não há qualquer obstáculo para que uma categoria α efetive uma relação de

concordância com o DP interpretado como *fundo*, uma vez que este se encontra numa posição que é externa ao domínio congelado de *pP*. Sob tal condição, não se tem em princípio qualquer impedimento para que uma relação *probe-goal* se estabeleça, por exemplo, entre os traços- ϕ de T e o DP (ou entre os traços- ϕ do adjetivo e o DP). Conseqüentemente, a preposição *de* vai ser bloqueada porque o traço de Caso do DP deve ser valorado a partir da relação de concordância com os traços- ϕ de T, que provê um Caso nominativo (incompatível com a manifestação de *de*) para o constituinte nominal.

(37) $\left[{}_{\alpha P} \alpha \dots \left[{}_{LocP} \left[DP \text{ essas caixas} \right]_i \left[{}_{Loc'} (\text{aqui}) \left[{}_{pP} \text{ por } \left[{}_{PP} \text{ dentro } t_i \right] \right] \right] \right] \dots \right]$

Há um outro fato interessante, também envolvendo a distribuição de quantificadores flutuantes, que corrobora esta análise: observando os casos em (38)-(41) a seguir, a distribuição do quantificador *todinhas* sugere que o DP necessita fazer uma parada na margem de *pP* antes de seguir para os domínios de Loc, o que é uma condição bem-vinda à luz da idéia de que, como *vP*, também *pP* consiste numa fase. Note-se em (39) que o quantificador pode ocorrer numa posição mais alta, juntamente com o DP; em (40), o quantificador permanece *in situ*, exatamente na posição em que o DP deve ser inicialmente concatenado; em (41), o quantificador aparece entre o advérbio dêitico e *p*, num *locus* que pode ser identificado como “uma posição de *escape-hatch*” dentro de *pP* (a margem da fase). Essa mesma análise também provê uma explicação para a ambigüidade entre a interpretação de *fundo* e *figura* manifestada pelo DP quando ele aparece na posição externa: assumindo que movimento para posição temática é uma operação possível e que um único DP pode receber/checar dois papéis temáticos (Hornstein (2001)), então a passagem do DP-*fundo* pela margem de *pP* pode lhe render o papel de *figura*, já que é em tal posição (mais precisamente, em [Spec,*pP*]) que DPs interpretados como *figura* devem ser licenciados.

- (38) a. [aqui por dentro dessas caixas **todinhas**] está cheio de mofo
 b. [${}_{LocP}$ aqui [${}_{pP}$ por [${}_{PP}$ dentro [dessas caixas **todinhas**]]]]

- (39) a. [essas caixas *todinhas* aqui por dentro] estão cheias de mofo
 b. [_{LocP} [essas caixas *todinhas*]_j aqui [_{pP} t_j por [_{PP} dentro t_j]]]
- (40) a. [essas caixas aqui por dentro *todinhas*] estão cheias de mofo
 b. [_{LocP} [essas caixas]_i aqui [_{pP} por [_{PP} dentro [t_i *todinhas*]]]]
- (41) a. [essas caixas aqui *todinhas* por dentro] estão cheias de mofo
 b. [_{LocP} [essas caixas]_i aqui [_{pP} [t_i *todinhas*]_j por [_{PP} dentro t_j]]]

Esse conjunto de fatos mostra que assumir uma estrutura clausal para os sintagmas preposicionados complexos é extremamente rentável na tentativa de capturar propriedades envolvendo DPs modificados por PLPs adnominais no português brasileiro. Muitos dos fatos aqui tratados são de difícil explicitação numa abordagem em que o PP simplesmente se adjuge em algum ponto do DP, que é a análise normalmente fornecida pelos modelos que adotam a configuração de adjunção tradicional. Nas próximas seções, mantenho essa mesma linha de raciocínio para discutir outras propriedades relevantes.

4.5 Particularidades da preposição *com*

No capítulo 1, aponte duas singularidades de sintagmas nucleados por *com* (ver seções 1.2.6 e 1.2.7), a saber: (i) a impossibilidade de formarem preposições complexas, como podemos ver em (42) a seguir, e (ii) a ausência de gradação de referencialidade nos contextos em que essa preposição exibe um valor possessivo, como em (43). Nesta seção, forneço uma análise para o papel dessa preposição que pode explicar a singularidade em (42), destacando alguns fatos que permitem sustentar a idéia de que *com* corresponde à contraparte no domínio preposicional da categoria C(omplementizador). Os fatos em (43) serão abordados mais detidamente na seção 4.9, quando discorro sobre fatos similares envolvendo as preposições *em* e *para*.

- (42) a. * com cima de
 b. * com baixo de
 c. * com dentro de
 d. * com fora de
 e. * com trás de

- (43) a. A Maria vende [camiseta *com gola*]
 b. O Pedro comprou [cocada *com leite condensado*]
 c. As pessoas adoram [casa *com chaminé*]
 d. Toda papelaria vende [caderno *com foto de artista*]

Consideremos as construções em (44) a seguir, nas quais a preposição *com* introduz um constituinte que abarca uma preposição locativa complexa. Há um elemento crucial neste conjunto de dados, que é o fato de o elemento nominal anteposto a *com* ter de ser interpretado em alguma posição dentro do domínio da preposição. Em (a), por exemplo, o DP *aquele armário* deve ser interpretado como *fundo* na posição de complemento da preposição locativa complexa, tanto que é possível a ocorrência de um pronome (obrigatoriamente) co-referente a esse DP no ponto em que se dá a interpretação (vou recorrer às iniciais *cv* para indicar a presença de uma categoria vazia). A estrutura desses constituintes vai corresponder à representação em (45): a preposição *com* toma a projeção de Loc como complemento, com o DP na periferia esquerda da preposição tendo de obrigatoriamente ligar um elemento interno a LocP (no caso exemplificado, uma categoria na posição de argumento interno de P).

- (44) a. *aquele armário_i com várias calças sujas (lá) dentro (dele/cv_{i/*j})*
 b. *a mesa_i com todos esses livros (aqui) em cima (dela/cv_{i/*j})*
 c. *aquele professor_i com vários alunos (ali) ao lado (dele/cv_{i/*j})*
 d. *aquele rapaz_i com o carro (dele/cv_{i/*j}) (aí) em frente da casa*

- (45) a. [DP_i com [LocP DP Loc [_{pP} P [_{PP} P (pronome/cv)_i]]]]]
 b. [CP [*aquele armário*]_i com [LocP [*várias calças*] (lá) dentro (dele/cv)_i]]

Uma vez que Loc corresponde à contraparte de T(empo), a assunção de uma representação como em (45b) abre espaço para considerarmos que a preposição *com* é a contraparte de C: assim como C seleciona um TP, *com* seleciona um LocP. Um fato que pode reforçar esse paralelo é exatamente a necessidade de o elemento licenciado em algum ponto da periferia esquerda de CP ligar alguma categoria (fonologicamente realizada ou não) no interior da sentença, como observamos nos dados em (46) a seguir. A preposição

com deve corresponder, nesse sentido, a uma categoria preposicional com funções similares às de um complementizador.

- (46) a. Qual professor_i que você sempre vê (ele_{i/*j} / cv_{i/*j})?
b. Aquele professor_i que você sempre vê (ele_{i/*j} / cv_{i/*j}) é estrangeiro.

Um outro aspecto em favor desta análise vem de contextos em que *com* parece prover uma posição de *escape-hatch*, igualmente ao assumido para a categoria C (Chomsky (2000)). Observemos, por exemplo, as construções em (47)-(48) a seguir, construídas com os verbos *ficar* e *estar*. Esses verbos permitem que o elemento concordante com os traços- ϕ em T apareçam pospostos, como podemos observar nos casos em (b). Interessantemente, um DP interpretado como *fundo* também pode aparecer em [Spec,TP], como nas construções em (c), desde que a preposição *com* seja inserida na sentença. Em (47c), por exemplo, o DP *a mesa* (que pode receber a interpretação de *fundo* como argumento interno da preposição complexa) aparece em [Spec,TP], mas a condição para que a construção seja gramatical é a inserção da preposição *com* à direita do verbo. Da mesma forma, o DP *aquele ônibus* em (48c), também interpretado como *fundo*, pode ocorrer em [Spec,TP], desde que a preposição *com* se siga ao verbo *estar*.⁸

- (47) a. Vários livros ficaram (aqui) em cima da mesa.
b. Ficaram vários livros (aqui) em cima da mesa.
c. A mesa_i ficou *(com) vários livros (aqui) em cima (dele_i).
- (48) a. Na hora do acidente, mais de dez pessoas estavam (lá) dentro daquele ônibus.
b. Na hora do acidente, estavam mais de dez pessoas (lá) dentro daquele ônibus.
c. Aquele ônibus estava *(com) mais de dez pessoas (lá) dentro (dele_i).

Explorando o quadro proposto em Chomsky (2000) (ver seção 2.2), esses fatos podem ser explicados pela assunção de que os traços- ϕ (não-interpretáveis) em T devem concordar via *probe-goal* com o conjunto de traços- ϕ mais próximos dentro de seu domínio. Nas construções em (b), os traços- ϕ mais próximos são, respectivamente, aqueles presentes em

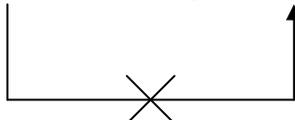
⁸ Em Avelar (2004, 2006c), estabeleço paralelos entre *ter* e *com*, propondo que o verbo possessivo-existencial do português brasileiro é resultado do amálgama entre os traços do verbo *estar* e os da preposição complementizadora.

a idéia de que a preposição *com*, da mesma forma que C, consiste no núcleo de uma fase, devendo o seu domínio interno tornar-se inacessível após a aplicação de *Spell-Out*.

(51) a. Na hora do acidente, (es)tavam [mais de dez pessoas] lá dentro do ônibus.



b. Na hora do acidente, (es)tava(*m) **com** [mais de dez pessoas] lá dentro do ônibus.



Retornando aos dados apresentados em (42), no início desta seção, podemos considerar que o “desvio de comportamento” demonstrado pelos sintagma-*com* deriva do estatuto dessa preposição como um item complementizador.⁹ A impossibilidade de integrar preposições complexas resulta do fato de *com* não corresponder a *p* (uma contraparte de *v*), mas sim a uma contraparte da categoria C, que deve tomar a projeção de Loc (por sua vez, a contraparte de T) como complemento. Por sua vez, o enfraquecimento dos efeitos de referencialidade atestado em (43) pode advir, como veremos na seção 4.9, do estatuto não-

⁹ Um outro contexto em que a preposição *com* parece funcionar como complementizador é aquele em (a) nos conjuntos em (i)-(ii) a seguir, fato para o qual Mary Kato e Jairo Nunes (c.p.) me chamaram a atenção. Em tais contextos, a preposição introduz uma oração gerundiva, ocorrendo numa posição que pode corresponder à de C. Interessantemente, a preposição é facultativa se a oração gerundiva é realizada à esquerda da oração principal, mas se torna obrigatória se a mesma oração é realizada à direita.

- (i) a. (Com) o verão chegando, as praias vão lotar.
b. As praias vão lotar *(com) o verão chegando.
- (ii) a. (Com) os professores retornando das férias, a universidade fica movimentada.
b. A universidade fica movimentada *(com) os professores retornando das férias.

Essas construções, contudo, não podem ser tomadas como uma evidência definitiva de que o item *com* se diferencia das demais preposições por demonstrar um estatuto complementizador, uma vez que outras preposições também introduzem orações, como *de* e *para* respectivamente em (iii)-(iv) a seguir. Tais fatos podem estar indiciando, na verdade, que em constituintes locativos somente a preposição *com* é licenciada como complementizador, enquanto em outros tipos de constituintes clausais outras preposições também podem atuar nessa mesma função.

- (iii) a. É difícil *do Pedro chegar cedo em casa*.
b. A mesa *da minha mãe passar roupa* foi roubada.
- (iv) a. *Para conseguir viajar*, é preciso juntar dinheiro.
b. A Maria decidiu fazer regime *para poder emagrecer*.

locativo desta preposição, o que a “desobriga” de ocorrer com os traços correspondentes ao advérbio espacial dêítico.

4.6 Advérbios dêíticos e gradação de referencialidade

4.6.1 Gradação de referencialidade entre adnominais e adverbiais

Em diferentes pontos desta tese, abordei o que chamei de *gradação de referencialidade* (ver as seções 1.2.6 e 4.1), destacando o fato de que *bare nouns* tendem a ser rejeitados como elementos restritivamente modificados por sintagmas preposicionados (com exceção dos sintagmas-*de*). Essa relação fica clara, por exemplo, nos casos em (52) a seguir: é impossível, no caso em (52a), tomar o constituinte locativo como um adjunto adnominal de *sapatos*. A única leitura possível para uma sentença deste tipo é aquela em que o termo (*lá*) *debaixo da cama* ocorre como adjunto adverbial, o que resulta numa interpretação pragmaticamente restrita (a de que a criança estava debaixo da cama quando usava os sapatos). Já na construção em (52b), em que o DP-*figura* é introduzido por um determinante indefinido, a interpretação do sintagma preposicionado como adjunto adnominal só me parece possível diante de uma leitura partitiva para o DP, que seja equivalente a *alguns daqueles sapatos*; do contrário, o constituinte locativo também será interpretado como adjunto adverbial (ver nota 11, a respeito dos dados em (54)-(55)).

- (52) a. * A criança usou [*sapatos (lá) debaixo da cama*].
b. ?? A criança usou [*alguns sapatos (lá) debaixo da cama*].
c. A criança usou [*os sapatos (lá) debaixo da cama*].
d. A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo da cama*].
e. A criança usou [*quais sapatos (lá) debaixo da cama*]?

Há ainda outro efeito em torno da gradação de referencialidade, como podemos observar em (53) a seguir: o DP interpretado como *fundo* também está sujeito aos efeitos da gradação, numa forma aparentemente ainda mais restrita que a observada para os DPs interpretados como *figura*. Num padrão similar ao dos casos em (52), o constituinte locativo só pode ser claramente interpretado como um adjunto adnominal se o determinante associado a N for um artigo definido, como em (53c), ou um demonstrativo, como em (53d); *bare nouns*, DPs indefinidos sem leitura partitiva e DPs interrogativos,

respectivamente como em (53a), (53b) e (53e), impedem que a relação relevante seja obtida.¹⁰

- (53) a. * A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo de **cama***].
b. ?? A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo de **uma cama***].
c. A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo **da cama***].
d. A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo **daquela cama***].
e. * A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo de **qual cama***]?

Um aspecto a ser frisado é o fato de o requerimento da gradação em relação ao *fundo* só se aplicar em casos nos quais o PP locativo ocorre como um adjunto adnominal. Diferentemente, se o PP ocorre em contextos adverbiais, o *fundo* fica livre da necessidade de ser introduzido por um determinante definido, como observamos nas construções em (a)-(c) em (54)-(55) a seguir. Notemos, contudo, que, se esses constituintes adverbiais passarem a ser introduzidos pelo dêitico locativo, como em (d)-(f), a construção se torna inaceitável. Esses fatos levam a crer que o advérbio dêitico sempre está contido na relação entre o DP e o adjunto adnominal introduzido por preposições complexas, visto que, em tais casos, a gradação de referencialidade sempre vai ser observada, diferentemente do comportamento demonstrado pelos adjuntos locativos adverbiais.¹¹

- (54) a. Debaixo de cama, a gente sempre encontra mofo.
b. Debaixo de uma cama, a gente sempre encontra mofo.
c. Debaixo de qual cama a gente sempre encontra mofo?
d. * Ali debaixo de cama a gente sempre encontra mofo.
e. * Ali debaixo de uma cama a gente sempre encontra mofo.
f. * Ali debaixo de qual cama a gente sempre encontra mofo?

¹⁰ Sobre um possível contexto de ocorrência do dêitico junto a sintagmas locativos interrogativos, ver a nota 17 do capítulo 1.

¹¹ Ressalte-se que os PPs locativos adverbiais com dêiticos como aqueles em (e) apresentados em (54)-(55) parecem ser aceitáveis se o DP indefinido interpretado como *fundo* adquirir uma interpretação partitiva (da mesma forma que o observado anteriormente para o caso de adjuntos adnominais em (52)-(53)). As construções relevantes estão repetidas em (i) a seguir, com a paráfrase para o DP partitivo entre parênteses. Essa diferença pode estar relacionada ao fato de os constituintes partitivos serem de mais fácil ancoragem referencial que os DPs indefinidos, dado que a interpretação desses termos sempre conta com a seleção de uma ou mais categorias a partir de um conjunto previamente conhecido (definido) pelo falante.

- (i) a. ? Ali debaixo de uma cama (=uma das camas), a gente sempre encontra mofo.
b. ? A Maria fica nervosa quando entra lá dentro de um avião (=um dos aviões).

- (55) a. A Maria fica nervosa quando entra dentro de avião.
 b. A Maria fica nervosa quando entra dentro de um avião.
 c. A Maria fica nervosa quando entra dentro de qual avião?
 d. * A Maria fica nervosa quando entra lá dentro de avião.
 e. * A Maria fica nervosa quando entra lá dentro de um avião.
 f. * A Maria fica nervosa quando entra lá dentro de qual avião?

A idéia que vou propor para explicitar a natureza da gradação de referencialidade passa exatamente pela análise dos advérbios dêíticos, que assumi na seção anterior corresponderem à realização do núcleo Loc. Como vou mostrar adiante, a assunção de que PPs adnominais trazem a projeção LocP, mesmo quando um advérbio dêítico não se encontra lexicalizado, permite encaminhar uma explicação para esse conjunto de efeitos.

4.6.2 O advérbio pronominal e seus associados invisíveis

Num estudo em que discute a natureza de advérbios e pronomes expletivos, Kayne (2006) associa o comportamento de dêíticos locativos à presença de elementos “invisíveis” em seu interior, os quais, em última instância, acabam por definir as propriedades mais gerais dessas categorias. Os dêíticos analisados pelo autor ocorrem em contextos como aqueles em (56) a seguir, que correspondem a dados respectivamente do francês, do italiano e do paduano (dialeto vêneto).

- (56) a. Jean *y* a mis le livre. (Jean there has put the book)
 b. Gianni *ci* ha messo il libro. (Gianni there has put the book)
 c. *Ghe* meto el libro. (there I-put the book)
- (Kayne (2006); exemplos (1), (3) e (5))

Kayne (2006) observa que tais dêíticos, tidos inerentemente como locativos, podem ocorrer em contextos que não reportam a qualquer informação de cunho espacial, como mostram as construções em (57). No francês e no italiano, os itens *y* e *ci* aparecem como complementos de verbos do tipo *pensar*, como exemplificado respectivamente em (a)-(b); no paduano, *ghe* ocorre em contextos dativos, referenciando o elemento interpretado como beneficiário, como em (c).

- (57) a. Jean *y* pense. (Jean of-it thinks)
 b. Gianni *ci* pensa. (Jean of-it thinks)
 c. *Ghe* dago el libro. (there I-give the book / there = him/her/them)
- (Kayne (2006); exemplos (6)-(8))

De acordo com o autor, esse duplo comportamento entre uma significado locativo e não-locativo pode corresponder às mesmas possibilidades de ocorrência do dêitico *there*, como nos casos em (58) adiante. Em (a), *there* ocorre com um verbo de movimento, exibindo um valor locativo direcional; em (b), o mesmo dêitico aparece modificando o nome *car*, num uso adnominal aparentemente demonstrativo, mas não necessariamente locativo. Kayne (2006) cita ainda um caso do inglês arcaico, exemplificado em (59), em que *thereof* podia ocorrer como um complemento não-locativo de *speak*, similarmente ao comportamento dos dêiticos *y* e *ci* destacados em (57).

- (58) a. We went ***there*** yesterday.
 b. That ***there*** car ain't no good.

(59) We spoke ***thereof***. (Kayne (2006); exemplos (9)-(11))

Diante desses fatos, o autor propõe que as categorias dêíticas em questão não são inerentemente locativas, da mesma forma que os pronomes demonstrativos dêíticos *this* e *that* não podem ser tratados como elementos locativos em todas as suas ocorrências. O que deve caracterizar prioritariamente os advérbios dêíticos é que consistem em elementos modificadores, ocorrendo necessariamente em conjunto com categorias que podem ou não ser realizadas. É o estatuto dessas categorias de realização facultativa que vai determinar se o item porta ou não um estatuto locativo. Assim, um advérbio dêítico pode estar associado a uma categoria nominal com ou sem realização fonológica que indica *lugar* (PLACE), *coisa* (THING) ou *pessoa* (PERSON), como apontado em (60)-(62) a seguir: o primeiro valor deve corresponder aos casos repetidos em (60); o segundo valor corresponde aos casos repetidos em (61); e o terceiro reporta ao caso da sentença dativa do paduano repetida em (62).¹²

- (60) ...deictic PLACE...
- | | |
|---|---------------------------------|
| a. Jean [<i>y</i> PLACE] a mis le livre. | (Jean there has put the book) |
| b. Gianni [<i>ci</i> PLACE] ha messo il libro. | (Gianni there has put the book) |
| c. [<i>Ghe</i> PLACE] meto el libro. | (there I-put the book) |
| d. We went [<i>there</i> PLACE] yesterday. | |

¹² Kayne (2006) propõe ainda a existência de uma preposição abstrata associada ao que chama de THING, PERSON e PLACE, paralelo ao *of* que ocorre em *thereof* no dado em (59)/(61c) do inglês arcaico. Na seção 4.12, apresento fatos do português brasileiro que indiciam haver uma preposição abstrata em certos contextos de ocorrência do advérbio dêítico.

(61) ...deictic THING...

- a. Jean [y THING] pense. (Jean of-it thinks)
- b. Gianni [*ci* THING] pensa. (Jean of-it thinks)
- c. We spoke [*thereof* THING].

(62) ...deictic PERSON...

- [*Ghe* PERSON] dago el libro. (there (= him/her) I-give the book)

Ao longo de sua discussão, Kayne (2006) aponta as vantagens em assumir que todas as realizações do dêitico (inclusive nos contextos em que os mesmos são classificados como expletivos) consistem, na verdade, na manifestação de categorias demonstrativas que sempre modificam um outro elemento, seja ele realizado ou não. Não vou me deter aqui na apresentação dessas vantagens. No decorrer desta seção, argumento que o mesmo tratamento pode encaminhar adequadamente a questão da gradação de referencialidade no português brasileiro, associando-a à presença de advérbios dêiticos e seus “associados invisíveis” na arquitetura dos sintagmas locativos preposicionados.

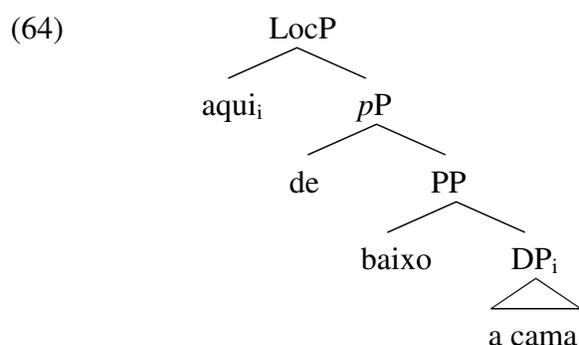
4.6.3 Traços demonstrativos no interior de advérbios dêiticos

A proposta de Kayne (2006) encontra um nítido reforço na forma como a maior parte dos advérbios dêiticos das línguas românicas se constituíram. Historicamente, os advérbios dêiticos românicos resultam da combinação de um pronome demonstrativo latino com um advérbio locativo. Por exemplo, o item *aqui* do português (com paralelo em outras línguas românicas) nasce da combinação do composto *accu'hunc* (o elemento enfático *accu'* seguido do demonstrativo acusativo *hunc*, correspondente ao pronome *este* em português) com o advérbio *hic* (que significa *neste lugar em que estou*). Diante de fatos dessa ordem, costuma-se considerar que os advérbios dêiticos do português (bem como de outras línguas românicas) detêm tanto os traços de um pronome demonstrativo como os de um advérbio indicativo de lugar, daí serem comumente chamados por diversos autores de *advérbios pronominais* (Said Ali (1921/2001), Bechara (2001), Câmara Jr. (1976), dentre outros). Para Câmara Jr. (1976), por exemplo, esses advérbios são “tipologicamente paralelos aos latinos”, tendo havido “apenas mudanças morfológicas e substituição de formas”, mas não uma alteração quanto ao conjunto de informações que veiculam (p. 115; 118).

Se esta linha de raciocínio estiver correta, um advérbio do tipo *aqui* deve abarcar internamente tanto os traços de um item demonstrativo, paralelo à categoria latina *hunc*, como os traços adverbiais paralelos a *hic*. Num certo sentido, esta idéia pode ser capturada pela proposta de Kayne (2006), se considerarmos que a manifestação desses advérbios dêiticos sempre está associada à ocorrência de um elemento que pode ser de natureza espacial, chamada pelo autor de PLACE (que pode ser a contraparte do demonstrativo latino amalgamado ao advérbio).

Adotando essa dinâmica, um caminho possível para analisar o PP apontado em (63a) a seguir é explorar a idéia de que o advérbio se encontra atrelado a uma categoria (pro)nominal nula, a qual também vou chamar de PLACE, que deve estar co-indexado ao elemento interpretado como *fundo*. Podemos pensar que é exatamente essa co-indexação que acaba por fornecer ao advérbio um estatuto reconhecidamente pronominal. Vou assumir, nestas condições, que os traços correspondentes ao elemento adverbial e à categoria que Kayne (2006) toma como nula se encontram amalgamados num mesmo núcleo, o mesmo a que chamo de Loc na seção 4.4. A representação em termos da *Split-P Hypothesis* deverá ser dada como em (64), com o elemento lexicalizador de Loc (o advérbio pronominal *aqui*) sendo co-indexado ao DP complemento de *baixo*.

- (63) a. *aqui* debaixo da cama
 b. [ADVÉRBIO PLACE_i] debaixo d[a cama]_i



Essa idéia pode lançar alguma luz sobre a natureza da gradação de referencialidade envolvendo o DP-*fundo*, como naquelas expressões referidas em (53), repetidas em (65) a seguir.

- (65) a. * A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo de **cama***].
 b. ?? A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo de **uma cama***].
 c. A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo **da cama***].
 d. A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo **daquela cama***].
 e. * A criança usou [*aqueles sapatos (lá) debaixo de **qual cama***]?

Lembremos que somente DPs definidos podem ser tomados como *fundo* no interior de um adjunto adnominal locativo, conforme se pode atestar pelo estranhamento de (a), (b) e (e) entre os casos em (65), face à clara aceitabilidade de (c) e (d). É plausível considerar que, dada a sua natureza inerentemente demonstrativa, o advérbio dêitico precisa “apontar” para um constituinte definido, com força referencial, de modo a poder funcionar adequadamente. Para tecermos um paralelo, os pronomes pessoais de terceira pessoa do português (interessantemente, também derivados de formas demonstrativas do latim), igualmente precisam estar ligados a um elemento introduzido por um determinante definido, como observamos em (66)-(67) abaixo, mostrando assim um efeito de gradação de referencialidade similar ao observado em (65).¹³

- (66) a. * Livro_i, eu odiei ler ele_i.
 b. ?? Um livro_i, eu odiei ler ele_i.
 c. O livro_i, eu odiei ler ele_i.
 d. Aquele livro_i, eu odiei ler ele_i.
 e. ?? Qual livro_i que você odiou ler ele_i?
- (67) a. * Professora_i, ela_i não vai dar aula hoje.
 b. ?? Uma professora_i, ela_i não vai dar aula hoje.
 c. A professora_i, ela_i não vai dar aula hoje.
 d. Aquela professora_i, ela_i não vai dar aula hoje.
 e. ?? Qual professora_i que ela_i não vai dar aula hoje?

Se assumirmos que o advérbio dêitico (fonologicamente realizado ou não) dispõe de traços demonstrativos pronominais com as propriedades apontadas, é possível direcionar uma resposta para o porquê de apenas os adjuntos adverbiais locativos que ocorrem com o dêitico mostrarem efeitos de gradação. Os dados dispostos em (68) a seguir foram apresentados em 4.5.1 para mostrar que os adjuntos adverbiais estão livres de tal efeito,

¹³ As construções em (b) de (66)-(67) me soam aceitáveis se o DP indefinido receber uma interpretação partitiva, podendo ser parafraseado por algo como *um daqueles livros* ou *uma das professoras*, fato que também verificamos quando indefinidos são interpretados como *fundo* (ver nota 11).

desde que ocorram sem o advérbio pronominal. É a presença do advérbio, portanto, o fator determinante para que o *fundo* corresponda a um constituinte definido, condição que pode ser capturada pela assunção de que existem traços pronominais internos ao advérbio que necessitam estar ancorados num DP que seja definido, interpretado como *fundo*.

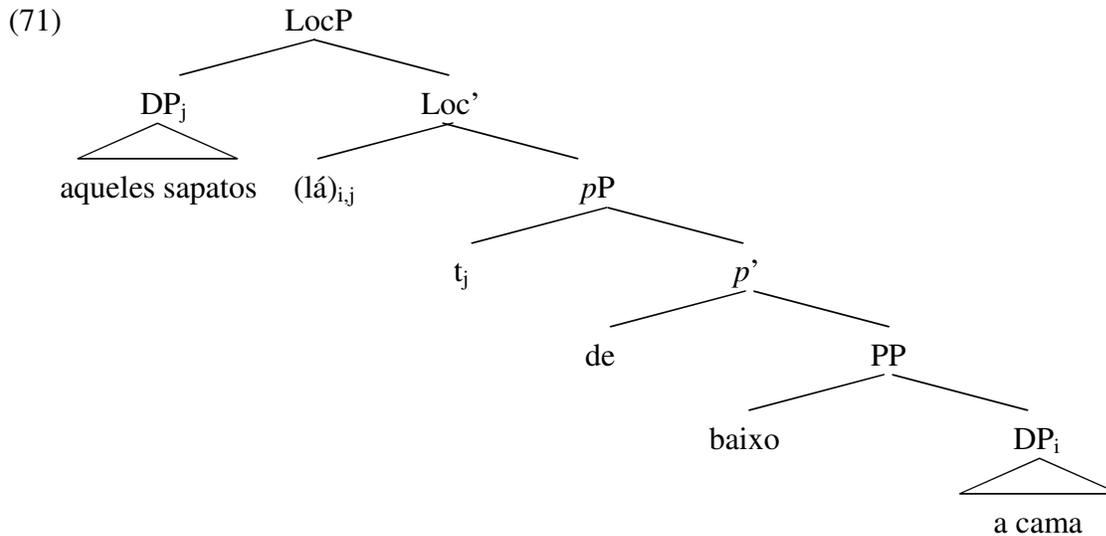
- (68)
- a. A Maria fica nervosa quando entra dentro de avião.
 - b. A Maria fica nervosa quando entra dentro de um avião.
 - c. A Maria fica nervosa quando entra dentro de qual avião?
 - d. * A Maria fica nervosa quando entra lá dentro de avião.
 - e. * A Maria fica nervosa quando entra lá dentro de um avião.
 - f. * A Maria fica nervosa quando entra lá dentro de qual avião?

Precisamos, contudo, explicitar por que o mesmo tipo de efeito recai sobre os DPs interpretados como *figura*, como vemos nos dados a seguir. A única diferença substancial em relação aos DPs interpretados como *fundo* é a possibilidade de a *figura* corresponder a um DP interrogativo, como em (69e).

- (69)
- a. * A criança usou [*sapatos* (lá) *debaixo da cama*].
 - b. ?? A criança usou [*alguns sapatos* (lá) *debaixo da cama*].
 - c. A criança usou [*os sapatos* (lá) *debaixo da cama*].
 - d. A criança usou [*aqueles sapatos* (lá) *debaixo da cama*].
 - e. A criança usou [*quais sapatos* (lá) *debaixo da cama*]?

A proposta de Kayne (2006) pode novamente auxiliar na explicitação, se pensarmos que, além de uma categoria PLACE nula, o advérbio dêitico pode estar associado a uma categoria THING nula, co-referente ao DP-*figura*. Assim, o PP locativo poderia ser esquematizado como em (70) a seguir, com THING sendo co-indexado à *figura*, e PLACE, ao *fundo*. Em outras palavras, o dêitico lexicalizador de Loc será co-indexado aos dois DPs argumentais de LocP, como indicado na representação em (71) para uma expressão do tipo *aqueles sapatos lá debaixo da cama*.

- (70) [*aqueles sapatos*]_j [ADVÉRBIO THING_j PLACE_i] debaixo d[a cama]_i



Os advérbios pronominais seriam, nesse sentido, similares aos pronomes possessivos do português no que diz respeito à indicação de informações que apontam para dois elementos distintos. Formas como *meu(s)*, *minha(s)* e *seu(s)*, *sua(s)* trazem índices relativos tanto ao elemento possuído como ao elemento possuidor (traços- ϕ para o primeiro e a consoante introdutória da matriz fonológica para o segundo). Da mesma forma, podemos explorar a idéia de que os advérbios pronominais podem apontar para dois elementos, co-indexados ao DP-*fundo* (PLACE) e ao DP-*figura* (THING) da relação, embora os traços responsáveis por esse apontamento não se manifestem morfologicamente.

Os dados em (72)-(73) a seguir revelam que, de fato, o advérbio precisa ser compatível simultaneamente com o *fundo* e a *figura*. Por exemplo, a oposição entre os advérbios *aqui* e *lá*, empregados em (72), reside no fato de que o primeiro aponta para um espaço próximo do falante, enquanto o segundo, para um espaço distante. O uso de *aqui* vai implicar, dessa forma, que tanto o *fundo* como a *figura* estejam próximos do falante, enquanto o de *lá*, que os mesmos estejam distantes. Segue daí o estranhamento dos casos em (a) e (b) de (72), dado que, em ambos, o demonstrativo empregado para introduzir *figura* ou *fundo* apontam para uma localização que destoa da veiculada pelo advérbio pronominal; em (c) e (d), diferentemente, cada um dos demonstrativos empregados converge para o espaço indicado pelo advérbio, garantindo assim a aceitabilidade da expressão. O mesmo tipo de raciocínio é válido para os casos em (73), nos quais entram em jogo as formas *ali* e *aqui*. Esses fatos

mostram que não basta o *fundo* ou a *figura* ser deiticamente compatível com o advérbio, devendo ambos reportarem, no interior de uma mesma expressão, a um mesmo índice dêitico.¹⁴

- (72) a. * este sapato aqui embaixo daquela cama
b. * este sapato lá embaixo daquela cama
c. este sapato aqui embaixo desta cama
d. aquele sapato lá embaixo daquela cama
- (73) a. * aquele caderno ali em cima desta mesa
b. * aquele caderno aqui em cima desta mesa
c. aquele caderno ali em cima daquela mesa
d. este caderno aqui em cima desta mesa

Antes de concluir a seção, é importante lembrar que os sintagmas-*de* estão livres dos efeitos de gradação da referencialidade, fato já apontado nas seções 1.3 e 4.1, desde que um advérbio pronominal não se manifeste na expressão. Particularmente sobre o licenciamento de constituintes interrogativos, por exemplo, é impossível a co-ocorrência do advérbio e um sintagma-*de* adnominal interrogativo, como observamos em (74)-(76) a seguir. A exigência da manifestação do advérbio para que o efeito se verifique é certamente um fator atrelado ao caráter não-clausal das relações envolvendo sintagmas-*de*: não existe qualquer *light preposition* ou categoria Loc integrando a estrutura de sintagmas-*de*, de modo que o efeito de gradação é somente atestado se o advérbio dêitico é fonologicamente realizado. Trata-se de uma condição diferente da observada para os demais sintagmas preposicionados adnominais locativos, que vão mostrar o efeito mesmo se não houver qualquer advérbio dêitico morfologicamente manifesto correspondente à categoria Loc. Esse é mais um reforço à idéia de que os sintagmas locativos adnominais devem apresentar a categoria Loc

¹⁴ Cabe destacar as expressões que seguem em (i), cuja aceitabilidade seria, em princípio, incompatível com a idéia de que o DP-*figura* e o DP-*fundo* precisam ser deiticamente concordantes. Contudo, os constituintes locativos introduzidos por advérbios pronominais em tais construções não funcionam como adjuntos adnominais, sendo melhor tratados como um predicado locativo de uma *small clause* que tem o DP-*figura* como sujeito. Como já afirmado anteriormente, não vou me ocupar destes casos nesta tese, mas pode ser que, se a relação não envolver o caráter restritivo típico da função de adjunto adnominal, a presença de THING no interior do advérbio deixa de ser necessária.

- (i) a. Eu vi *aquele vaso aqui embaixo desta mesa*.
b. *Esta toalha molhada lá em cima daquela cama* vai deixar a Maria fular a vida.

mesmo quando não há qualquer advérbio pronominal realizado, em contraste com os sintagmas-*de*.

- (74) a. O rapaz leu todos os livros (aqui) da biblioteca.
b. O rapaz leu todos os livros (*aqui) de qual biblioteca?
- (75) a. A menina rabiscou aquele caderno lá do professor.
b. A menina rabiscou aquele caderno (*lá) de qual professor?
- (76) a. A Ana confeitou o bolo (lá) da festa.
b. A Ana confeitou o bolo (*lá) de qual festa?

Para concluir, cabe ressaltar que Kayne (2006) não menciona entre seus dados casos de advérbios dêíticos que apontam para THING e PLACE ao mesmo tempo. Além disso, THING e PLACE não são tratados, na mesma proposta, como traços condensados internamente aos dêíticos, mas categorias nulas que ocorrem juntamente com os mesmos, tomando-os como modificadores. Apesar disso, creio que a proposta apresentada nesta seção não destoa daquela abordagem; antes, trata-se de uma implementação técnica que, embora distinta em alguns pontos, captura os efeitos gerais discutidos pelo autor em torno da natureza dos advérbios dêíticos. Basicamente sobre a ausência de dados que mostrem a presença simultânea de THING e PLACE, as construções vislumbradas por Kayne (2006) não abrangem os PPs locativos com função adnominal, contextos que parecem cruciais para que se identifique a ligação de um mesmo advérbio dêítico com dois diferentes DPs (ver nota 14).¹⁵

¹⁵ Cabe aqui uma nota sobre a existência de projeções locativas nucleadas por pronomes adverbiais que se associam a um só elemento nominal, como no caso dos adjuntos adverbiais. A título de exemplo, consideremos as construções em (i) a seguir. Nestes três casos, os advérbios *ali*, *lá* e *aqui* ocorrem apenas com um DP interpretado com *fundo*, sem qualquer DP *figura* entrando em jogo. Dentro da formalização que estou propondo, este fato poderia estar indicando que apenas PLACE teve atuação no processo de estabelecimento da referência. O que houve, nesse caso, com THING?

- (i) a. A Ana beijou o Roberto *ali dentro do restaurante*.
b. *Lá de cima do morro*, dá para ver toda a cidade.
c. O bandido se escondeu *aqui atrás do sofá*.

Um caminho que me parece possível de ser explorado é considerar que, em alguns adjuntos adverbiais, é o próprio estado de coisas expresso pela sentença modificada pelo adjunto que estabelece a relação relevante com os traços de THING internos ao advérbio. Ou seja, o elemento (THING) cuja localização (PLACE) se quer caracterizar é a ação/estado/processo indicado pelo verbo. Um fato em favor dessa idéia é a possibilidade de a relação expressa pelo verbo poder ser nominalizada, passando a funcionar como um DP modificado pelo

4.7 Sobre as preposições simples *em* e *para*

Até aqui, a idéia de que os constituintes preposicionados dispõem de uma configuração clausal foi toda elaborada sobre sintagmas construídos a partir de preposições locativas complexas, sem qualquer menção às preposições simples *em* e *para* (sobre a preposição *com*, ver a seção 4.5). A questão que se impõe é se seria possível fornecer uma arquitetura clausal para constituintes como os que seguem, nos quais as preposições simples não estão associadas a qualquer morfema espacial do tipo *cima*, *baixo*, *frente*, *trás* etc.

- (77) a. aquele livro (ali) **na** estante
b. aquele bolo (lá) **para** a minha festa

Uma vez que estamos fazendo paralelos com a estrutura da sentença, podemos comparar as preposições *em* e *para* com verbos leves do tipo *ter* e *dar*. Esses verbos são amplamente assumidos como itens sem força predicativa, que normalmente “transferem” para seu complemento o papel de predicadores da sentença, como nas construções em (78)-(79) a seguir (Viotti (1998), Scher (2004), Avelar (2004)). Os dois verbos podem ser tomados como realizações de diferentes versões da categoria funcional *v* (ver, por exemplo, a proposta de Harley & Noyer (2000) em torno de diferentes versões de *v*). Contudo, *ter* e *dar* podem ocorrer com sentidos mais bem delineados, o primeiro expressando posse material propriamente dita, e o segundo, um valor benefactivo ou outro afim, respectivamente como em (80) e (81) adiante.

constituente espacial, como nos casos em (ii)-(iv) seguir: note-se que os adjuntos adverbiais de (a) acabam funcionando como adjuntos adnominais em (b). Especificamente em (b), o constituinte preposicionado passa a ser um modificador de uma expressão nominal que é semanticamente paralela ao conteúdo da oração em (a). A diferença seria, numa tal abordagem, apenas de ordem ‘categorial’: a categoria modificada corresponde a sentenças em (a), e constituintes nominais em (b).

- (ii) a. A Ana beijou o Roberto *ali dentro do restaurante*.
b. **O beijo da Ana no Roberto ali dentro do restaurante** deixou o rapaz constrangido.
- (iii) a. *Lá de cima do morro*, dá para ver toda a cidade.
b. **A visão da cidade lá de cima do morro** atrai muitos turistas.
- (iv) a. O bandido se escondeu *aqui embaixo da cama*.
b. **O esconderijo do bandido aqui embaixo da cama** só foi descoberto pelos policiais.

- (78) a. A Maria nunca *teve* contato com o professor.
 b. O Pedro *tem* asma desde pequenininho.
 c. Muita gente *tem* medo de cachorro.
- (79) a. A babá *deu* uma olhadinha na criança.
 b. Vou *dar* uma caidinha nessa piscina para refrescar.
 c. O Pedro quer *dar* uma dormida antes de ir para o trabalho.
- (80) a. O Pedro *tem* vários carros.
 b. A Maria *tem* muito dinheiro no banco.
 c. A Ana antigamente *tinha* uma casa de praia.
- (81) a. A Maria *deu* todos os livros para a biblioteca.
 b. O Roberto vai *dar* um carro para sua filha.
 c. A Teresa sempre *dava* uma mesada para os netos.

O mesmo tipo de raciocínio pode ser estendido a formas como *em* e *para*: embora ocorram com frequência junto a morfemas espaciais, com estes encerrando o valor crucial para a interpretação do constituinte locativo, as preposições leves também podem ocorrer sozinhas, veiculando o seu sentido particular. Essa é, portanto, mais uma propriedade que aponta para um paralelismo entre as categorias do constituinte locativo e da sentença, reforçando a idéia de que PPs locativos se organizam a partir de uma estrutura clausal.

Um fato que corrobora esta análise é a existência de efeitos da gradação de referencialidade também entre os sintagmas-*em/para*, paralelamente ao que se observa entre as preposições complexas, como podemos atestar em (82)-(83) a seguir. Observemos que, também diante das preposições *em* e *para*, o DP interpretado como *figura* não pode ser um *bare noun* (a não ser que a interpretação seja adverbial, e não adnominal), e o DP interpretado como *fundo* tem de ser necessariamente um constituinte introduzido ou por um artigo definido, ou por um pronome demonstrativo.

- (82) a. * A criança comeu *doces (lá) na geladeira*.
 b. * A criança comeu *aqueles doces (lá) em geladeira*.
 c. * A criança comeu *aqueles doces (lá) em qual geladeira?*
 d. A criança comeu *aqueles doces (lá) na geladeira*.
- (83) a. ?? A Maria fez *bolo (lá) para o encontro*.
 b. * A Maria fez *o bolo (lá) para encontro*.
 c. * A Maria fez *o bolo (lá) para qual encontro?*
 d. A Maria fez *o bolo (lá) para o encontro*.

A análise fornecida nas seções anteriores para a relação entre DPs e PPs nucleados por preposições locativas complexas pode, portanto, ser aplicada sem problemas na relação entre DPs e sintagmas-*em/para*. Pensando nos contrastes apresentados no capítulo 1, a diferença crucial entre sintagmas-*de* e sintagmas-*em/para* é que os primeiros constituem uma projeção de DP, com o morfema correspondente à preposição entrando na estrutura somente após *Spell-Out*, enquanto os segundos são manifestações de *pP*, com o morfema preposicional devendo alimentar a computação sintática desde o início da derivação. Especificamente no que diz respeito à forma como o DP modificado se relaciona com sintagmas-*de* e os outros sintagmas, vamos estar diante, entre os primeiros, de uma adjunção de DP a DP; entre os segundos, o DP modificado é o argumento externo de *pP* que se move para LocP (se a realização for locativa – ver seção 4.9), cujo núcleo toma a projeção da preposição como argumento.¹⁶

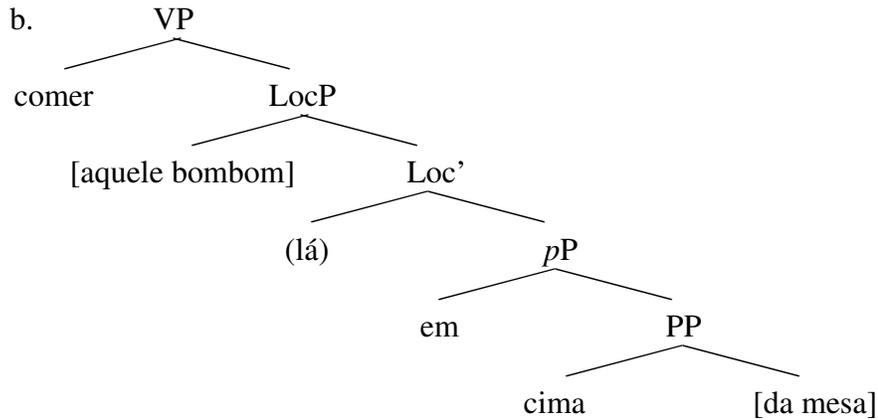
4.8 A concatenação da projeção locativa na sentença

Se o quadro proposto até aqui estiver correto, o predicado de uma sentença como aquela em (84a) a seguir, em que um verbo toma como complemento um DP seguido de um PP modificador, vai ser dado como em (84b). Uma vez que o DP modificado se encontra na posição de especificador de LocP (o núcleo que condensa os traços do advérbio dêitico), é a projeção de Loc que deve ser concatenada ao verbo, e não o DP que funciona semanticamente como complemento.

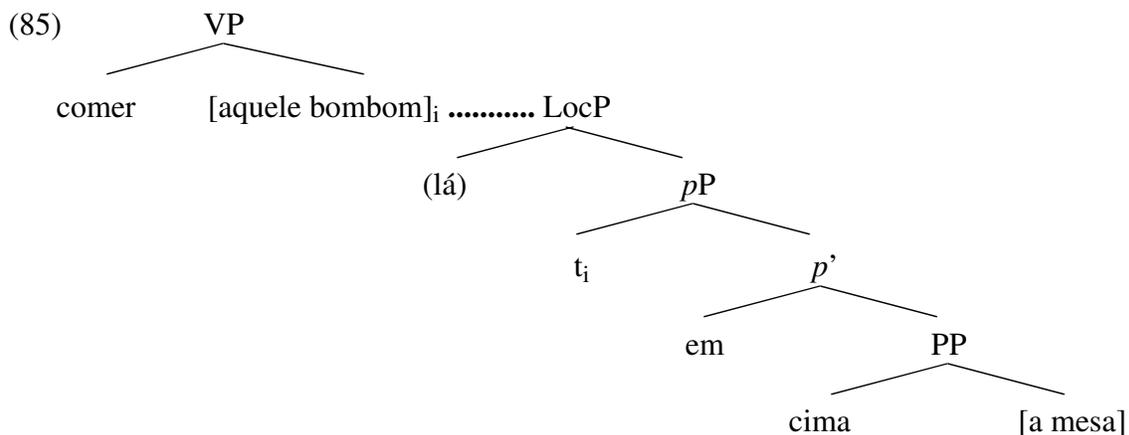
¹⁶ Diferentemente do que se observa entre as preposições complexas, as preposições simples não admitem que *de* introduza o seu complemento, como vemos em (i)-(ii) a seguir. Na seção 4.4, assumi que a ocorrência de *de* no interior das preposições complexas consiste na manifestação morfológica do traço de Caso inerente, atribuído ao DP-*fundo* por meio da relação temática com o morfema espacial. Podemos considerar que, entre as preposições simples, a marcação de Caso se dá entre *p* e o DP complemento, sem necessidade de a preposição genitiva entrar em jogo. Entre as preposições complexas, podemos assumir que o receptor de Caso do *p* é o próprio morfema espacial, visto, aliás, ser comum que esses morfemas coincidam com uma categoria nominal, como as formas *frente* (*em frente de*), *baixo* (*por baixo de*), *meio* (*em meio de*), *fim* (*para fins de*) etc. (ver também nota 6)

- (i) a. * os convidados lá em da sala
b. os convidados lá na sala
- (ii) a. * os banquinhos aqui para do jardim
c. os banquinhos aqui pro jardim

(84) a. A criança comeu aquele bombom lá em cima da mesa.



Vou considerar, contudo, uma segunda possibilidade para a concatenação de LocP à sentença, dada a natureza dos fatos que irei discutir mais adiante. Retornando à proposta de Hornstein, Nunes & Pietroski (2006), um caminho alternativo a ser explorado é o de que o DP-*figura* não se encontra na posição de especificador da projeção locativa, mas sim adjunto a essa projeção, como em (85) adiante. Conseqüentemente, teríamos uma situação em que a concatenação do DP a LocP (após o movimento daquele a partir de [Spec,pP]) não resultaria em qualquer rótulo. Nesta condição, o DP vai corresponder a um átomo que pode ser concatenado ao verbo, podendo interagir tematicamente com essa categoria, ao mesmo tempo em que se encontra associado ao constituinte locativo. Cabe salientar que, nessa arquitetura, a relação entre o DP e o sintagma preposicionado se dá numa mesma configuração que a observada entre o DP e o sintagma-*de*, com exceção para o fato de que, agora, o DP modificado é inicialmente inserido no interior do predicado locativo.



Essa configuração pode capturar a possibilidade de extração da projeção locativa (além do DP-figura modificado, como já discutido em 4.2 e 4.3), como nos casos em (86)-(88) a seguir. Na construção em (86b), por exemplo, a projeção locativa modificando *aqueles trabalhos* pode funcionar como tópico, numa resposta à pergunta em (86a): na minha avaliação, não há qualquer problema para interpretarmos *lá em cima da mesa* como um modificador de *os artigos*, quando o locativo se encontra topicalizado num contexto como o de (86b). Diferentemente daquela representação em (84b), a configuração apresentada em (85) não impõe qualquer restrição para o movimento da projeção espacial, ao qual o DP complemento do verbo se encontra concatenado, o que explica a possibilidade da construção com o LocP topicalizado.

- (86) a. - Você sabe dizer se o professor corrigiu alguns daqueles trabalhos lá em cima da mesa?
 b. - Lá em cima da mesa, ele só corrigiu os artigos.
- (87) a. - Quais camisetas aqui dentro do guarda-roupa o Roberto lavou?
 b. - Aqui dentro do guarda-roupa, o Roberto só lavou as camisetas azuis.
- (88) a. - Você gosta de algumas daquelas pessoas ali no corredor?
 b. - Ali no corredor, eu só gosto dos mais velhos.

Ao mesmo tempo, a proposta de Hornstein, Nunes & Uriagereka (2006) prevê a possibilidade de a concatenação do adjunto ser seguida da operação *rotular*. Nesse caso, a projeção concatenada seria a de LocP, e não a do DP, o que igualmente satisfaz os requerimentos do verbo, tendo em vista que o núcleo Loc envolve um pronome que remete

à mesma referência que a do DP modificado. Os efeitos, nesse sentido, seriam os mesmos que os esperados na assunção daquela configuração em (84b).

Há uma diferença em relação aos sintagmas-*de* que é preciso capturar: sintagmas-*de* interrogativos podem ser extraídos sem problema, diferentemente dos outros sintagmas-*prep* (ver seção 1.3). O contraste fica claro entre os casos em (89)-(90) apresentados adiante. Especificamente em (90), as construções somente são aceitáveis se o sintagma preposicionado (sem o advérbio pronominal) receber a leitura de um adjunto adverbial, diante de interpretações que apontam para um estado de coisas pragmaticamente inusitado ou absurdo: a construção em (90a), por exemplo, conduz à interpretação de que a criança estava em cima da mesa enquanto lia os livros; em (90b), o indivíduo precisa estar dentro da geladeira no momento em que comia os docinhos, da mesma forma que, em (90c), alguém deveria estar debaixo da cama enquanto usava o sapato. Além disso, se realizarmos o PP interrogativo com o advérbio dêitico, a construção é má formada seja com a leitura de adjunto adverbial, seja com a leitura de adjunto adnominal. Em síntese, a indagação relevante diante desses dados deve ser a seguinte: se sintagmas-*de* e sintagmas locativos se encontram concatenados ao DP modificado sob um mesmo padrão configuracional (o de adjunção), como explicar os contrastes de extração envolvendo um constituinte modificador interrogativo?

- (89) a. *De qual TV* (que) a criança quebrou o controle remoto?
b. *De qual turma* (que) o professor ainda vai entregar as notas?
c. *De qual janela* (que) a empregada está limpando os vidros?
d. *De qual geladeira* (que) a criança comeu todos os docinhos?
e. *De qual médico* (que) você não está conseguindo entender a letra?
- (90) a. * *(Aqui) em cima de qual mesa* que a criança leu todos os livros?
b. * *(Lá) dentro de qual geladeira* que você vai comer os docinhos?
c. * *(Aí) embaixo de qual cama* que você usou o sapato?
d. * *(Lá) para dentro de qual biblioteca* que você etiquetou os livros?
e. * *(Ali) atrás de qual shampoo* que você usou a escova de dente?

A resposta novamente parece estar atrelada a requerimentos radicados na gradação de referencialidade, e não a uma impossibilidade de ordem estrutural, uma vez que aquelas construções em (86)-(88) mostram claramente que a extração de LocPs pode ser efetivada

sem obstáculos. Observemos, pelos casos em (91) a seguir, que, quando *in situ*, constituintes locativos interrogativos interpretados como adjuntos adnominais não são bem formados. O problema, portanto, não deve ser determinado pela tentativa de prover uma configuração de adjunção que bloqueie a extração dos locativos interrogativos adnominais, mas nos fatores que vão determinar as condições para que o advérbio dêitico (morfologicamente realizado ou não) seja compatível com o DP interpretado como *fundo*.

- (91)
- a. * A criança leu todos esses livros (*aqui*) em cima de qual mesa?
 - b. * Você vai comer aqueles docinhos (*lá*) dentro de qual geladeira?
 - c. * Você usou aqueles sapatos (*aí*) embaixo de qual cama?
 - d. * Você etiquetou aqueles livros (*lá*) para dentro de qual biblioteca?
 - e. * Você usou aquela escova de dente (*ali*) atrás de qual shampoo?

Sintagmas-*de* interrogativos, por sua vez, apenas vão ser inaceitáveis se ocorrerem com um advérbio dêitico, como nos casos em (92) adiante. Dentro do quadro que estou propondo, essa propriedade deriva do fato de o advérbio (uma realização de Loc) não ser parte inerente do sintagma-*de* (que é, na verdade, um DP); se os seus traços estiverem presentes, contudo, o efeito da gradação deve igualmente se verificar.¹⁷

- (92)
- a. A criança quebrou o controle remoto (**aqui*) de qual TV?
 - b. O professor ainda vai entregar as notas (**aí*) de qual turma?
 - c. A empregada está limpando os vidros (**ali*) de qual janela?
 - d. A criança comeu todos os docinhos (**aqui*) de qual geladeira?
 - e. Você não está conseguindo entender a letra (**aqui*) de qual médico?

Esses fatos sugerem que, se quisermos capturar a oposição entre sintagmas-*de* e sintagmas locativos no que diz respeito à extração interrogativa, devemos procurar uma resposta não em termos configuracionais, mas nos requerimentos impostos pelos traços internos do advérbio dêitico sobre a formação da projeção espacial. Visando a esboçar uma resposta para essa questão, vou abordar um tipo de dado que foi tratado brevemente no capítulo 3 (seção 3.6), mostrando a impossibilidade de sintagmas-*de* interrogativos ocorrerem *in situ* se o DP modificado for introduzido por um pronome demonstrativo,

¹⁷ Sobre a ocorrência do dêitico junto com sintagmas posicionados locativos, ver a nota 17 do capítulo 1.

como em (93) a seguir. Não há, contudo, qualquer restrição para que o DP modificado seja interrogativo, se o sintagma-*de* corresponder a um constituinte com pronome demonstrativo, como nos casos em (94).

- (93) a. O professor corrigiu as/*aquelas provas de qual aluno?
b. O técnico consertou a/*esta tecla de qual controle remoto?
c. Você gostou do/*daquele bombom de qual caixa?
- (94) a. O professor corrigiu quais provas daquele aluno?
b. O técnico consertou qual tecla deste controle remoto?
c. Você gostou de qual bombom daquela caixa?

É interessante observar que o contraste entre (93) e (94) é paralelo ao observado entre os PPs locativos adnominais (ver 4.6.1), que rejeitam a ocorrência de um DP-*fundo* interrogativo, mas não impõem qualquer restrição a um DP-*figura* interrogativo, como podemos observar em (95)-(96) a seguir. Essa parece ser a única diferença robusta no licenciamento de DPs-*figura* e DPs-*fundo* quanto à gradação de referencialidade.

- (95) a. * O professor corrigiu [as provas (lá) em qual mesa]?
b. * O Pedro usou [os sapatos (aqui) embaixo de qual cama]?
c. * Você comeu [os bombons (aí) dentro de qual caixa]?
- (96) a. O professor corrigiu [quais provas (lá) na mesa]?
b. O Pedro usou [qual sapato (aqui) embaixo da cama]?
c. Você comeu [quais bombons (aí) dentro da caixa]?

Se realmente existe uma incompatibilidade entre a presença de um pronome demonstrativo e a manifestação de um sintagma interrogativo na relação entre o modificador e o modificado (o que os fatos em (93) levam a crer), o mesmo pode estar se operando nos casos em (95) para coibir o DP-*fundo* interrogativo. Uma vez que estamos assumindo a presença de traços pronominais inerentemente dêiticos no interior de Loc, a causa do estranhamento daquelas construções em (95) pode ser igualmente devida a uma incompatibilidade entre o advérbio pronominal (que, como os demonstrativos, tem uma função dêictica) e o constituinte interrogativo. Embora não seja clara qual deve ser a real natureza dessa restrição, esses fatos reforçam a idéia de que aquelas construções interrogativas em (90) não são má formadas por razões estruturais, mas pela presença de

elementos internos ao próprio sintagma locativo adnominal que impedem, por razões provavelmente semânticas, a realização de um DP-*fundo* interrogativo.

4.9 Outras expressões com *em*, *com* e *para*

À primeira vista, construções como as que seguem em (97)-(99) poderiam ser tomadas como contra-exemplos à idéia de que *bare nouns* são rejeitados como DPs-*figura* modificados por sintagmas-*em/com/para* adnominais. Se tal fosse o caso, essas construções constituiriam um obstáculo para sustentar a idéia de que um advérbio pronominal, realizado ou não, esteja manipulando requerimentos de referencialidade para determinar a interpretação do sintagma preposicionado como um adjunto adnominal.

- (97) a. O Pedro odeia *cadernos em cima da mesa*.
b. *Plantas na sala* tornam o ambiente bem mais agradável.
c. *Criança dentro de ônibus* costuma passar mal.
- (98) a. O cozinheiro comprou *fubá para bolo*.
b. A Maria costura *roupa para neném*.
c. Aquela papelaria vende *caderno para anotações*.
- (99) a. A Maria vende camiseta *com gola*.
b. O Pedro comprou cocada *com leite condensado*.
c. As pessoas adoram casa *com chaminé*.
d. Toda papelaria vende caderno *com foto de artista*.

Uma análise mais detida revela que as condições impostas pela gradação de referencialidade não se aplicam a essas construções pelo fato de as expressões em questão não envolverem a relação necessária para que o constituinte preposicionado seja interpretado como um adjunto adnominal locativo. Começando pelos casos em (97), em que os constituintes preposicionados são de interpretação locativa/espacial, não é difícil constatar que não estamos diante de verdadeiros adjuntos adnominais (pelo menos, no sentido relevante para esta tese, apontado na seção 1.1). Naquela construção em (97a), por exemplo, a interpretação da sentença corresponde a algo como *o Pedro sente ódio quando cadernos estão em cima da mesa*. Ou seja, a afirmação não é a de que o Pedro odeia cadernos, mas a situação em que os mesmos estejam sobre a mesa. O complemento de

odiar, nesse caso, não tem como seu núcleo semântico o item *cadernos*, mas uma *small clause* em que *cadernos* aparece como sujeito do predicado locativo *em cima da mesa*. Para que a diferença fique mais clara, considere-se a construção em (100a) a seguir, para a qual há pelo menos dois significados possíveis, parafraseados em (b)-(c).

- (100) a. O Pedro odeia aqueles cadernos *em cima da mesa*.
b. O Pedro odeia aqueles cadernos que estão em cima da mesa.
c. O Pedro odeia quando aqueles cadernos ficam em cima da mesa.

Somente com o significado em (100b) é que o substantivo *cadernos* vai corresponder ao núcleo semântico do complemento do verbo *odiar*, com o constituinte preposicionado funcionando como adjunto adnominal. Com o significado em (100c), o constituinte preposicionado é melhor interpretado como o predicado de uma *small clause* em que o DP *aqueles cadernos* atua como um sujeito. Retornando àquele caso em (97a), a única interpretação possível para o termo *cadernos em cima da mesa* é a do sintagma preposicionado como predicado de uma *small clause*, e não como adjunto adnominal. A mesma observação vale para os casos do sujeito em (b)-(c) de (97): respectivamente, *na sala* e *dentro de ônibus* não funcionam como adjuntos adnominais, mas como predicados de uma mini-orção.

Como consiste apenas num requerimento para que constituintes preposicionados locativos atuem como adjuntos adnominais, a gradação de referencialidade não tem qualquer ação sobre os constituintes que compõem *small clauses* (ver também a nota 14). Não vou me ocupar aqui de propor qualquer estrutura para essas mini-orções; contudo, cabe ressaltar que, qualquer que seja a proposta para a arquitetura das mesmas, ela deve capturar o fato de o nome não ser o núcleo semântico do argumento do verbo, mas apenas um participante da situação apontada na posição de complemento do verbo.

Passemos agora para a análise daquelas construções referidas em (98)-(99), repetidas a seguir, envolvendo constituintes preposicionados nucleados respectivamente por *para* e *com*. Notemos que tanto o DP externo quanto o DP interno à preposição são *bare nouns*, aparentemente contrariando o requerimento da referencialidade.

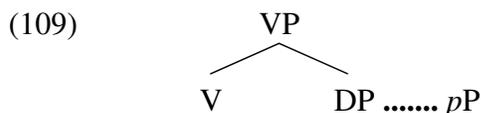
- (101) a. O cozinheiro comprou *fubá pra bolo*.
 b. A Maria costura *roupa para neném*.
 c. Aquela papelaria vende *caderno para anotações*.
- (102) a. A Maria vende *camiseta com gola*.
 b. O Pedro comprou *cocada com leite condensado*.
 c. As pessoas adoram *casa com chaminé*.
 d. Toda papelaria vende *caderno com foto de artista*.

Para esses casos em particular, parece impossível aplicar a mesma linha de raciocínio sugerida para os casos em (97): em expressões do tipo *fubá para bolo* e *camiseta com gola*, o sintagma-*para/com* é claramente um modificador restritivo, não havendo qualquer sinal de que a relação intermediada por essa preposição consista numa mini-orção. Há, contudo, algo que me parece diferencial nesses casos e crucial para explicar a anulação do efeito de referencialidade, que é o fato de essas expressões não mostrarem um caráter locativo, mas sim apontarem respectivamente para os significados de finalidade e posse. Sendo este o caso, não devemos esperar que a relação entre o termo modificado e o termo modificador se dê num LocP, o que significa que a categoria responsável pelo requerimento da gradação de referencialidade (Loc) não está presente em tais construções.

Sobre as possibilidades de extração envolvendo esses tipos de sintagma-*para/com*, os fatos em (103)-(108) a seguir mostram que tanto o DP modificado quanto o PP modificador podem ser extraídos. Para abarcar as duas possibilidades, podemos seguir o quadro que foi delineado no capítulo 3 em torno de sintagmas-*de*: como indicado na representação em (109) adiante, o sintagma preposicionado deve ser concatenado em adjunção ao DP, igualmente ao observado entre os sintagmas genitivos adjuntos. A possibilidade em (109a) mostra a situação em que o constituinte preposicionado (que vou tomar como um *pP*, à luz do proposto em 4.7) se concatena ao DP sem reprodução de rótulo.¹⁸

¹⁸ Lembremos que a preposição *com* foi tomada na seção 4.5 como a contraparte da categoria C(omplementizador) em domínios preposicionais. À primeira vista, portanto, pode parecer incoerente tratar esse item como um caso de *p* naquelas expressões em (102), visto que uma série de propriedades que permitiram distinguir essa preposição derivava exatamente do fato de seu estatuto não corresponder ao de uma *light preposition*. Podemos, contudo, tratar a preposição *com* que ocorre nos casos agora discutidos como a lexicalização da categoria Poss, e não a uma contraparte de C. A categoria Poss é responsável por intermediar relações do tipo *possuidor-possuído*, *todo-parte*, *experienciador-experiência* etc. (Avelar 2004). Nestes termos, um *pP* nucleado por *com* vai corresponder a um PossP, que pode ser adjungido ao DP da

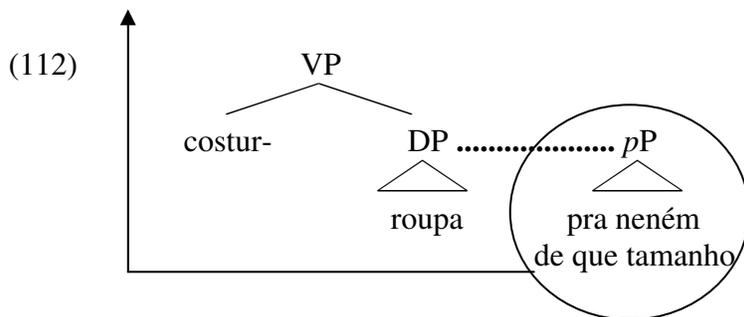
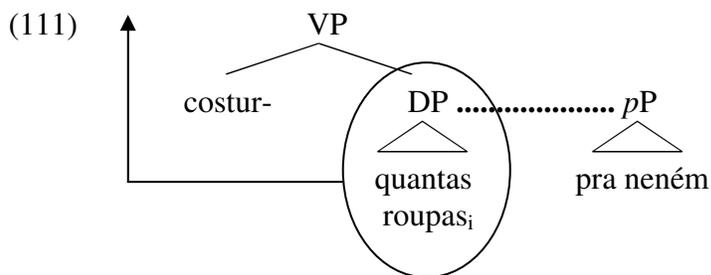
- (103) a. Que tipo de fubá o cozinheiro comprou, pra bolo?
 b. Quantos quilos de fubá o cozinheiro comprou, pra bolo?
 c. Pra que tipo de bolo o cozinheiro comprou fubá?
- (104) a. Que tipo de roupa a Maria costura, pra neném?
 b. Quantas roupas a Maria costurou, pra neném?
 c. Pra neném de que tamanho a Maria costura roupa?
- (105) a. Que tipo de caderno aquela papelaria vende, pra anotação?
 b. Pra que tipo de anotação aquela papelaria vende caderno?
- (106) a. Que camiseta aquela loja vende, com gola?
 b. Com que tipo de gola aquela loja vende camiseta?
- (107) a. Quantas cocadas o Pedro comprou, com leite condensado?
 b. Que cocada o Pedro comprou, com leite condensado?
 c. Com que tipo de leite condensado o Pedro comprou cocada?
- (108) a. Que marca de caderno toda papelaria vende, com foto?
 b. Com foto de qual artista toda papelaria vende caderno?



Explorando a arquitetura em (109), as construções que seguem em (110) deverão ter, para o DP na posição de complemento do verbo *costurar*, as possibilidades em (111)-(112): (111) corresponde ao caso em que o DP modificado sofre extração, enquanto a situação em (112) mostra a extração do *pP* modificador introduzido por *para*. Os mesmos procedimentos vão ser possíveis para aquelas expressões envolvendo sintagmas-*com* em (106)-(108) (ver nota 18).

- (110) a. Quantas roupas a Maria costura, pra neném?
 b. Pra neném de que tamanho a Maria costura roupa?

mesma forma que os sintagmas-*para* em questão. O item *com* vai ter um estatuto de complementizador somente quando introduzindo constituintes clausais, como *LocP*, mas não quando introduzindo DPs em expressões de posse.

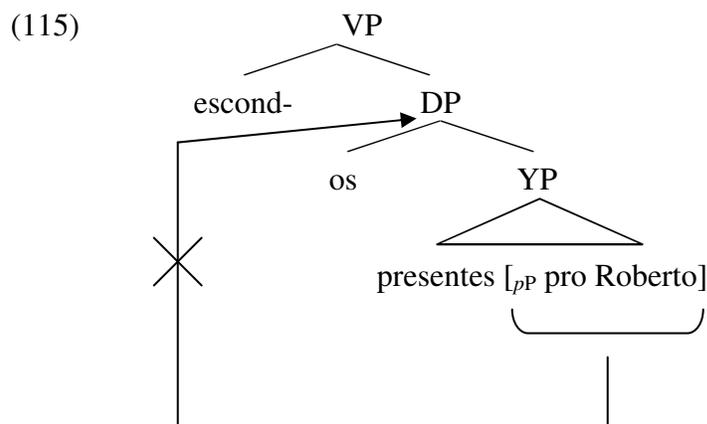


Contudo, como foi apontado no capítulo 1, existem casos de sintagmas-*para* e sintagmas-*com* que não admitem extração, como podemos ver em (113)-(114) a seguir. Notemos que os sintagmas preposicionados em (a), respectivamente *pro Roberto* e *com o Roberto*, podem receber uma leitura tanto adnominal quanto adverbial. A interpretação adnominal, porém, é perdida diante da extração do sintagma preposicionado, bem como do DP modificado: os casos em (c) e (e) de cada conjunto são aceitáveis apenas se o sintagma-*para/com* receber uma leitura adverbial, mas não adnominal. Trata-se de um comportamento diferente do observado em (103)-(108), em que expressões com sintagmas introduzidos pelas mesmas preposições admitem tanto a extração do DP modificado como do *pP* modificador. Portanto, a relação desses sintagmas-*para/com* deve se dar sob uma arquitetura diferenciada daquela assumida em (111)-(112), na qual o *pP* se adjunge ao DP.

- (113) a. A Maria escondeu os presentes *pro Roberto*. (adn / adv)
 b. A Maria escondeu os presentes pra quem? (adn / adv)
 c. Pra quem a Maria escondeu os presentes? (*adn / adv)
 d. A Maria escondeu quais presentes pro Roberto? (adn / adv)
 e. Quais presentes a Maria escondeu pro Roberto? (*adn / adv)

- (114) a. A Maria lavou a roupa *com o Roberto*. (adn / adv)
 b. A Maria lavou a roupa com qual rapaz? (adn / adv)
 c. Com qual rapaz a Maria lavou a roupa? (*adn / adv)
 b. A Maria lavou qual roupa com o Roberto. (adn / adv)
 c. Qual roupa a Maria lavou com o Roberto. (*adn / adv)

Um caminho que podemos explorar para abarcar esses fatos é considerar que, entre os sintagmas-*para/com* do tipo em (113)-(114), a adjunção se dá numa posição interna a DP, num ponto do qual é impossível o movimento para a margem da fase, fato que bloqueia a extração desses sintagmas para uma posição externa ao constituinte nominal. Independentemente de qual seja essa posição no interior do DP, a condição pode ser ilustrada como em (115) a seguir, considerando a expressão *os presentes pro Roberto*.¹⁹ Se este esboço estiver correto, é possível encaminhar uma resposta tanto para a impossibilidade de movimento do *pP* quanto para a extração exclusiva do DP modificado, esta sendo bloqueada por provocar quebra de constituência.



Os fatos em (116)-(119) a seguir são um ponto em favor dessa visão. Os casos em (a) mostram que o sintagma-*para/com* podem ser separados, sem exibir qualquer efeito de ruptura de constituência, bem como não mostrando qualquer prejuízo para a interpretação adnominal. Diferentemente, os sintagmas-*para/com* em (b) não podem ser separados do elemento que modificam, a não ser que se atribua aos mesmos uma interpretação adverbial. Esse contraste pode ser adequadamente explicitado se assumirmos que os *pPs* introduzidos por *para* e *com* em questão se relacionam com o DP modificado tanto por meio daquela

¹⁹ Uma possível posição para esses sintagmas-*com/para* é a de adjunção ao N, assumindo a representação a seguir. Podemos tomar *nP* como fase, o que impede o *pP* de ser extraído para um ponto externo à projeção de *n*.

(i) [DP D [NumP Num [_{nP} n [NP [NP N] pP]

arquitetura em (109) – que deverá ser subjacente aos casos em (a) de (116)-(119) –, como daquela em (115) – que vai corresponder aos casos em (b).

- (116) a. A Maria comprou várias roupinhas hoje *pra neném*.
b. A Maria escondeu aquele presente hoje *pro Roberto*. (*adn / adv)
- (117) a. A Maria comprou cocada no supermercado *com leite condensado*.
b. A Maria lavou a roupa hoje *com o Roberto*. (*adn / adv)
- (118) a. A Maria comprou, *pra neném*, várias roupinhas.
b. A Maria escondeu, *pro Roberto*, aquele presente. (*adn / adv)
- (119) a. A Maria comprou, *com leite condensado*, aquelas três cocadas.
b. A Maria lavou, *com o Roberto*, a calça. (*adn / adv)

Se este quadro estiver correto, devemos nos indagar acerca de qual propriedade dos sintagmas-*para/com* acaba por definir se o *pP* deve entrar numa posição interna ao DP ou se deve se adjungir à projeção de D. Uma explicação plausível para essa oposição está na idéia de que, em expressões do tipo *roupa pra neném* e *cocada com leite condensado*, o sintagma preposicionado exhibe, além do valor tipicamente restritivo que caracteriza os adjuntos adnominais, um valor também predicativo, de modo que o DP vai estabelecer com a projeção da preposição uma relação cujos efeitos podem corresponder aos de uma *small clause*. Em contraste, os sintagmas preposicionados são melhor tratados como modificadores exclusivamente restritivos se no interior de constituintes como *presente pro Roberto* ou *roupa com o Roberto*. Podemos pensar que, em termos configuracionais, a distinção entre um e outro caso se dá pela concatenação do *pP* interpretado como restritivo-predicativo na margem do DP, enquanto o *pP* exclusivamente restritivo deve ser concatenado numa posição interna do DP, de onde não poderá ser extraído.

Em suma, as construções destacadas no início desta seção não são contra-argumentos para a hipótese de que advérbios dêiticos (nulos ou não) podem intermediar a relação entre sintagmas preposicionados adnominais e o DP modificado. O dêitico deve apenas estar presente se o constituinte preposicionado tiver uma natureza locativa/espacial, o que, de forma alguma, vai corresponder à totalidade desses sintagmas. Sintagmas-*em/com/para*

podem estabelecer uma relação com o DP por meio de arquiteturas diversas, a depender de diferentes fatores atrelados à significação veiculada pelo *pP*.

4.10 Um contraste entre o português brasileiro e o português europeu

Juízos de aceitabilidade fornecidos por falantes do português europeu mostram que construções como em (120)-(121) a seguir, com o DP sendo interpretado como *fundo* tanto em (a) quanto em (b), não são produzidas pela gramática daquela língua.

- (120) a. [*Aqui por dentro dessa casa*] precisa de vários reparos. (PB: ok ; PE: *)
b. [*Essa casa (aqui) por dentro*] precisa de vários reparos. (PB: ok ; PE: *)
c. *Aqui* precisa de vários reparos. (PB: ok ; PE: *)
- (121) a. [*(Aí) em cima dessa mesa*] estava com muito papéis. (PB: ok ; PE: *)
b. [*Essa mesa (aí) em cima*] estava com muitos papéis. (PB: ok ; PE: *)
c. *Aí* estava com muitos papéis. (PB: ok ; PE: *)

O que pode estar trás desse contraste com o português brasileiro é uma restrição à ocorrência de LocPs em posições argumentais, por razões que podem ser ou intrínsecas ao advérbio pronominal ou resultantes de aspectos mais gerais da sentença que determinam algum tipo de requerimento sobre elementos nominais em posição argumental. A primeira possibilidade pode ser descartada, tendo em vista que parece não existir diferenças robustas entre o português brasileiro e o português europeu quanto à natureza do advérbio pronominal (por exemplo, uma diferença no sentido de que essas categorias sejam inerentemente pronominais no português brasileiro, mas não no português europeu). A segunda possibilidade se mostra mais plausível, tendo em vista que elementos nominais em posição argumental precisam satisfazer, dentre outros fatores, a requerimentos de concordância, campo onde sabemos existir um contraste drástico entre as duas gramáticas. De acordo com os pressupostos assumidos no capítulo 2, seguindo Chomsky (2001), os traços- ϕ não-interpretáveis em T e *v* precisam ser valorados através de uma relação de concordância (via *probe-goal*) com os traços- ϕ valorados presentes em DPs; da mesma forma, o traço de Caso não-valorado desses DPs se torna valorado, como uma espécie de bônus, após a relação de concordância. É largamente assumido que, se os traços- ϕ em T e *v* forem defectivos, o traço de Caso do DP não pode ser valorado.

É exatamente no ponto que diz respeito à defectividade de T e *v* que pode residir a diferença determinante entre o português europeu e o português brasileiro. Ferreira (2000) propõe que sentenças finitas do português brasileiro, diferentemente das do português europeu, podem apresentar T com traços- ϕ incompletos.²⁰ Partindo dessa idéia, podemos considerar que, se houver a possibilidade de um dado constituinte nominal não ter traço de Caso para valorar, segue que o mesmo não precisa interagir, via concordância, com qualquer categoria que necessite valorar seus traços- ϕ .

Essa situação pode explicar o porquê de o português brasileiro, diferentemente do português europeu, admitir LocPs em posição argumental. Embora Loc, como venho defendendo, seja uma categoria nominal, não há qualquer indício de que advérbios pronominais portem um traço não-valorado de Caso, diferentemente do que amplamente se assume para D/N; da mesma forma, não há sinal de que esses advérbios portem traços- ϕ . Se assumirmos que T e *v* portam traços- ϕ defectivos no português brasileiro, podemos explicar o porquê de LocPs poderem ocorrer, em larga medida, em posições argumentais tipicamente ocupadas por constituintes nominais: sendo defectivos, os traços- ϕ em T/*v* não precisam interagir via concordância com categorias nominais que disponham de traços- ϕ valorados e necessitem de Caso. Essa situação abre espaço para que LocP seja então licenciado em posição argumental. Diferentemente, o português europeu vai rejeitar LocPs em posição argumental porque T/*v* sempre apresenta traços- ϕ completos, não-defectivos, e, como tal, exige necessariamente DPs/NPs para que a relação de concordância se estabeleça de forma adequada.

²⁰ A motivação de Ferreira (2000) para assumir que os traços- ϕ de T finito podem ser incompletos no português brasileiro vem de sua hipótese de que, nessa língua, o sujeito nulo interno a orações encaixadas é resultado de um movimento do DP a partir do [Spec,TP] da encaixada para o [Spec,TP] da matriz, como indicado em (i) a seguir. Isso significa, no quadro assumido pelo autor, que os traços- ϕ de T podem não ser capazes de inativar o DP por meio de checagem do traço de Caso, idéia que pode ser traduzida em termos de defectividade/incompletude dos traços- ϕ em T.

(i) O Pedro_i disse que t_i comprou um carro.

4.11 Aparente extração de dentro de DPs na posição de sujeito

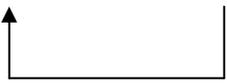
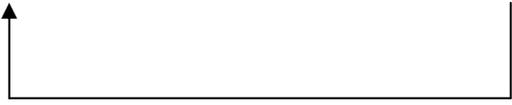
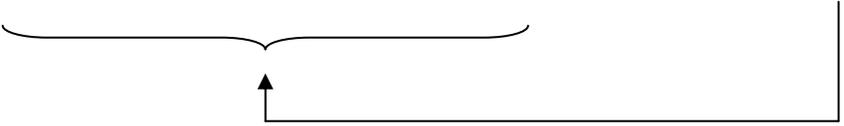
Nesta seção, vou tecer alguns comentários acerca de um tipo de dado que, à primeira vista, é problemático tanto para a abordagem que venho propondo quanto para o tratamento tradicional oferecido às configurações de adjunção adnominal. Trata-se de casos que parecem exibir extração a partir da posição de sujeito, como em (122)-(123) a seguir. Em (122), todos os casos envolvem sintagmas-*de* interrogativos; em (123), ocorrem sintagmas locativos com preposições complexas na posição de tópico. Em ambas as situações, o constituinte preposicionado frontado parece ter se movido de dentro de posição de sujeito, onde o DP interpretado como *figura* se encontra. Obviamente, esses casos encerram um problema, dado que constituintes na posição de sujeito são tradicionalmente tratados como contextos de ilha.

- (122) a. De qual porta (que) a maçaneta deu defeito?
b. De qual universidade (que) os professores vão fazer greve?
c. De qual computador (que) a impressora não é colorida?
- (123) a. - Será que alguma das pessoas lá na sala conhece a Ana?
- Lá na sala, todos os rapazes conhecem ela.
b. - Você sabe dizer se algum livro aqui nessa estante pertence ao Roberto?
- Aqui nessa estante, eu acho que só alguns livros são dele.

Para um breve reflexão sobre esses dados, consideremos, primeiramente, os casos em (123) acima. Cabe salientar, a respeito de sintagmas locativos, que é possível realizar o PP numa posição que não seja adjacente ao nome, como em (124) a seguir. Em (124a), por exemplo, vemos o constituinte locativo em posição final, numa posição típica da dos chamados *anti-tópicos*. É impossível, nesse contexto, interpretar *lá na sala* como um adjunto adverbial, uma vez que os rapazes conhecem a Ana independentemente de estarem ou não na sala (ou, em outras palavras, os rapazes continuam a conhecer a Ana quando estão fora da sala). Em (124b), da mesma forma, o fato de os livros pertencerem ao Roberto não depende de estarem ou não na estante, o que também nos leva a descartar uma interpretação adverbial para esses constituintes. Num caso e noutro, as expressões locativas são, na verdade, adjuntos adnominais afastados de *todos os rapazes* e *só alguns livros*.

- (124) a. Todos os rapazes conhecem a Ana, lá na sala.
 b. Só alguns livros pertencem ao Roberto, aqui nessa estante.

Esses casos em (124) podem ser explicados explorando os passos em (125) a seguir. Em (125a), o LocP *lá na sala* se encontra numa configuração de adjunção (sem rótulo) com o DP *todos os rapazes* em [Spec,vP]. Após a concatenação de T, em (125b), somente o DP é movido para [Spec,TP], com o LocP permanecendo interno à projeção de *v*. Num terceiro momento, LocP é movido para uma projeção XP acima de TP (onde, digamos, é interpretado como tópico), como representado em (125c). Esse ponto da derivação corresponde exatamente à estrutura daquela sentença dada como resposta em (123a), na qual o constituinte locativo adnominal é realizado na periferia esquerda da construção. Por fim, todo o TP é movido para uma posição também em adjunção a XP (ou para uma possível projeção mais alta que XP), resultando na estrutura em (125d), equivalente àquela construção em (124a), com o LocP sendo realizado numa posição à direita da sentença. Esse conjunto de procedimentos permite então tratar aparentes casos de extração do LocP a partir da posição de sujeito como instâncias que podem envolver *remnant movement* de toda a sentença.

- (125) a. [_{vP} [_{DP} todos os rapazes]ⁱ [lá na sala] [_{v'} v conhec- ...]
 b. [_{TP} [todos os rapazes]_i T [_{vP} t_iⁱ [lá na sala] conhec- ...]]

 c. [_{XP} [lá na sala]_j [_{XP} X ... [_{TP} [todos os rapazes]_i [_{vP} t_iⁱ conhec- ...]]]]

 d. [_{XP} [_{TP} [todos os rapazes]_i [_{vP} t_iⁱ conhec- ...]]]_k [_{XP} [lá na sala]_j [X ... t_k]]]


O mesmo tratamento pode ser estendido para o caso daqueles sintagmas-*de* em (122), seguindo os procedimentos em (126) a seguir: em (126a), o constituinte genitivo *qual porta* se encontra adjungido ao DP *a maçaneta* em [Spec,vP]; em (126b) e (126c),

respectivamente, o DP se move para [Spec,TP] e o sintagma genitivo, para [Spec,CP], sem que qualquer problema decorrente de uma suposta ruptura de constituência entre em jogo.²¹

- (126) a. [_{VP} [a maçaneta][^][qual porta] [v' deu defeito]]
 b. [_{TP} [a maçaneta]_i T [_{VP} t_i[^][qual porta] [v' deu defeito]]]

 c. [_{CP} [qual porta]_j C [_{TP} [a maçaneta]_i T [_{VP} t_j [v' t_i[^]t_j deu defeito]]]]


A proposta de adjunção sem rótulo permite, portanto, explicar aparentes casos de extração a partir da posição de sujeito sem contradizer a idéia largamente assumida na literatura de que essa posição consiste num contexto de ilha.

4.12 A preposição *em* e os advérbios pronominais

Como ressaltado em 4.10, o estatuto de advérbios locativos como categorias pronominais pode explicar a possibilidade de esses elementos aparecerem em posições argumentais, como nos casos em (127)-(131) a seguir: os dêiticos em posição de sujeito e complemento

²¹ Notemos que os constituintes interpretados como tópico em (i)-(iii) a seguir são, na verdade, modificadores de um DP que se encontra na posição de sujeito de uma oração encaixada. Interessantemente, a construção só é aceitável se o DP topicalizado não tiver a preposição *de* realizada. Isso talvez signifique que os constituintes nominais topicalizados nessas construções, no caso em que não correspondem a sintagmas-*de*, não partiram da posição de sujeito em que o DP modificado se encontra, mas devem ter sido originalmente inseridos no ponto em que são interpretados como tópico.

- (i) a. (*d)aquela porta, parece que a maçaneta deu defeito.
 b. (*d)aquela porta, eu mandei chamar o Pedro porque a maçaneta deu defeito.
 c. (*d)aquela porta, eu ouvi uma história de que a maçaneta deu defeito.
 d. (*d)aquela porta, eu conheço o rapaz que consertou a maçaneta.
- (ii) a. (*d)a universidade, ouvi dizer que os professores vão fazer greve.
 b. (*d)a universidade, a Fapesp suspendeu a reunião porque os professores vão fazer greve.
 c. (*d)a universidade, eu ouvi um boato de que os professores vão fazer greve.
 d. (*d)a universidade, eu conversei com um jornalista que disse que os professores vão fazer greve.
- (iii) a. (*d)o computador, a professora disse que a impressora não é colorida.
 b. (*d)o computador, eu só fiquei chateado porque a impressora não é colorida.
 c. (*d)o computador, eu escutei um boato de que a impressora não é colorida.
 d. (*d)o computador, eu conheço uma pessoa que me garantiu que a impressora não é colorida.

nas construções em (a) podem funcionar, por exemplo, como elementos que retomam o conteúdo dos DPs destacados nas frases em (b).

- (127) a. *Ali* encheu de cupim.
b. *Aquele armário* encheu de cupim.
- (128) a. *Aqui* precisa de uns reparos.
b. *Essa casa* precisa de uns reparos.
- (129) a. *Lá* deixa a gente assustado.
b. *Aquela caverna* deixa a gente assustado.
- (130) a. A Maria limpou *aqui*.
b. A Maria limpou *essa mesa*.
- (131) a. O cachorro vai acabar rasgando *aí*.
b. O cachorro vai acabar rasgando *essa poltrona*.

Se os advérbios dêiticos são pronominais, então podemos considerar LocP (nucleado por uma categoria que lexicaliza tais advérbios) como a projeção de um elemento (pro)nominal. Esse fato explica, por exemplo, o porquê de LocPs poderem ocorrer em posições argumentais tipicamente ocupada por nomes, como em (132)-(136) a seguir, da mesma forma que os advérbios dêiticos. Mesmo que o dêitico não seja realizado, o PP locativo é aceito em tais posições, o que confirma que Loc deve estar presente independentemente da lexicalização do advérbio, como sugeri na seção 4.4.

- (132) (*Ali*) dentro daquele armário encheu de cupim.
- (133) (*Aqui*) por fora dessa casa precisa de uns reparos.
- (134) (*Lá*) dentro daquela caverna deixa a gente assustado.
- (135) A Maria limpou (*aqui*) em cima dessa mesa.
- (136) O cachorro vai rasgar (*aí*) atrás dessa poltrona.

O contraste observado nas frases em (137) a seguir reforça a idéia de que Loc exibe um estatuto nominal: em (a), o sujeito da oração principal pode ser co-indexado ao nulo da subordinada, condição que fica bloqueada em (b). A diferença entre (a) e (b) é que esta traz respectivamente uma categoria Loc na posição mais à esquerda da sentença encaixada, posição essa que pode corresponder à de sujeito.

- (137) a. O Pedro_i disse que cv_i vende sapato.
b. O Pedro_i disse que ali (dentro daquele shopping) (*cv_i) vende sapato.

A esse respeito, Ferreira (2000) atesta que sintagmas nominais, quando na periferia esquerda da sentença encaixada, provocam o mesmo efeito, como observamos em (138) a seguir. Se PPs locativos puderem ser tratados como uma projeção de Loc, independentemente de este ser ou não lexicalizado por um advérbio pronominal, não causa qualquer surpresa que a presença de tais PPs resultem nos mesmos efeitos que os demonstrados pela presença de constituintes nominais. Ou seja, naquela sentença em (139) adiante, o PP locativo mostra o mesmo comportamento que um sintagma nominal por ser uma projeção de Loc (independentemente de o advérbio ser realizado ou não), que corresponde a uma categoria (pro)nominal.

- (138) a. O Pedro_i disse que cv_i leu esse livro.
b. * O Pedro disse que esse livro cv_i leu.
(139) O Pedro_i disse que (ali) dentro daquele shopping (*cv_i) vende sapato.

Um outro fato interessante sobre os contextos de ocorrência do advérbio pronominal pode ser observado em (140) a seguir, em que DPs são imediatamente seguidos pelo dêitico. Notemos que esses mesmos DPs correspondem àqueles realizados no interior dos PPs nas construções referidas em (132)-(136), convenientemente repetidas em (141).²²

- (140) a. *Aquele armário ali* encheu de cupim.
b. *Essa casa aqui* precisa de uns reparos.
c. *Aquela caverna lá* deixa a gente assustado.
d. A Maria limpou *essa mesa aqui*.
e. O cachorro vai acabar rasgando *essa poltrona aí*.
(141) a. *Ali dentro daquele armário* encheu de cupim.
b. *Aqui por fora dessa casa* precisa de uns reparos.
c. *Lá dentro daquela caverna* deixa a gente assustado.
d. A Maria limpou *aqui em cima dessa mesa*.
e. O cachorro vai rasgar *aí atrás dessa poltrona*.

²² Para uma abordagem em torno de casos como os exemplos em (125), encaminho o leitor para o trabalho de Bernstein 1997, que analisa diferenças interlingüísticas quanto à colocação do advérbio dêitico no interior do sintagma nominal.

Considerando esses fatos, é importante ressaltar uma propriedade que, à primeira vista, colocaria em xeque a idéia de que o advérbio dêitico abarca dois pronomes abstratos correspondentes a THING e PLACE. Atentando para os casos em (142)-(144) a seguir, vemos que o advérbio pode ocorrer tanto com um DP presumivelmente correspondente a PLACE, como em (a), quanto com um DP correspondente a THING, como em (b). Contudo, se aparece sozinho, o advérbio pode apenas remeter a PLACE, e não a THING, propriedade que fica clara nas construções em (c). Dentro do quadro que estou propondo, trata-se de um fato aparentemente indesejado, uma vez que, podendo abarcar internamente os pronomes abstratos correspondentes a THING e PLACE, seria esperado que o advérbio pronominal apontasse nas mesmas condições para DPs associados às duas interpretações.

- (142) a. *Essa loja aqui* vende bastante sapato.
 b. *Esse funcionário aqui* vende bastante sapato.
 c. *Aqui* vende bastante sapato. (*aqui* = *essa loja* / * *esse funcionário*)
- (143) a. *Aquela caverna lá* deixa a gente assustado.
 b. *Aquela menina lá* deixa a gente assustado.
 c. *Lá* deixa a gente assustado. (*lá* = *aquela caverna* / * *aquela menina*)
- (144) a. A Maria adorou *aquela casa ali*.
 b. A Maria adorou *aquele garfo ali*.
 c. A Maria adorou *ali*. (*ali* = *aquela casa* / * *aquele garfo*)

Antes de esboçar uma explicação para essa aparente incongruência, é importante retornar a um ponto tratado em 4.6.3, quando propus que PLACE deve estar co-indexado ao DP-*fundo*, e THING, ao DP-*figura*. Lembremos que a *figura* corresponde ao DP tomado como modificado pelo adjunto adnominal preposicionado, enquanto o *fundo*, ao complemento da preposição. De fato, as construções em (145)-(147) a seguir mostram que DPs co-indexáveis ao advérbio quando este ocorre sozinho são os mesmos que podem ser realizados na posição de complemento de P, típica do *fundo*. Não há qualquer problema para conferir aceitabilidade aos casos em (a), uma vez que, normalmente, termos como *essa loja*, *aquela caverna* e *aquela casa* não causam estranhamento se interpretados como *fundo* nas construções em questão; diferentemente, os casos em (b) causam estranhamento face às possíveis restrições pragmáticas para interpretar *esse funcionário*, *aquela menina* e (mais

nitidamente) *aquele garfo* como *fundo*. Tais termos são melhor tratados como correspondentes de THING e, portanto, melhor interpretados como *figura*, posição que é incompatível com a de complemento da preposição.

- (145) a. Aqui nessa loja vende bastante sapato.
b. # Aqui nesse funcionário vende bastante sapato.
- (146) a. Lá dentro daquela caverna deixa a gente assustado.
b. # Lá naquela menina deixa a gente assustado.
- (147) a. A Maria adorou ali dentro daquela casa.
b. # A Maria adorou ali naquele garfo.

Esses fatos podem ser melhor visualizados em (148)-(151) a seguir. Atentando primeiramente para as construções (148)-(149), vemos que termos como *essa estante* e *esse livro* não podem ocorrer no interior do LocP, bem como não podem ser remetidos pelo advérbio pronominal quando este ocorre sozinho. Em contraste, os mesmos termos podem aparecer no interior de LocP nas construções em (150)-(151), da mesma forma que podem ter seu conteúdo sendo apontado pelo advérbio pronominal. Essa oposição está relacionada ao fato de que, em (148)-(149), os termos em questão correspondem a um DP-*figura* e, portanto, são incompatíveis com a posição de complemento da preposição; diferentemente, os mesmos termos devem receber uma interpretação de *fundo* em (150)-(151), o que os licencia na posição de complemento.

- (148) a. *Essa estante aqui* custou caro.
b. * *Aqui nessa estante* custou caro.
c. * *Aqui* custou caro. (*aqui* = *essa estante*)
- (149) a. *Esse livro aí* pertence ao Pedro.
b. * *Aí nesse livro* pertence ao Pedro.
c. * *Aí* pertence ao Pedro. (*aí* = *esse livro*)
- (150) a. *Essa estante aqui* encheu de cupim.
b. *Aqui nessa estante* encheu de cupim.
c. *Aqui* encheu de cupim. (*aqui* = *essa estante*)
- (151) a. *Esse livro aí* tem uma foto do Chomsky.
b. *Aí nesse livro* tem uma foto do Chomsky.
c. *Aí* tem uma foto do Chomsky. (*aí* = *nesse livro*)

Diante desse contraste, cabe então a seguinte questão: se o advérbio abarca pronomes abstratos que correspondem a THING e PLACE, e se um e outro estão co-indexados respectivamente ao DP-*figura* e ao DP-*fundo*, por que apenas os elementos interpretados como *fundo* podem ser recuperados pelo advérbio pronominal quando este ocorre sozinho? Uma possível resposta para esta questão passa por um outro ponto da proposta de Kayne (2006): além de uma categoria nominal abstrata, o advérbio dêitico pode estar também associado a uma preposição abstrata, sem realização fonológica. Dentre outros, um dos motivos que leva o autor a postular a presença dessa preposição é o fato de tais advérbios estarem recorrentemente atrelados a uma interpretação locativa, que pode ser considerada uma “especialidade” das preposições. Se esta idéia estiver correta, um elemento interpretado como *fundo* será obrigatoriamente recuperado pelo advérbio pronominal, uma vez que preposições locativas sempre necessitam de um complemento cuja interpretação deve ser de *fundo*, e não de *figura*. Diferentemente, sintagmas preposicionados podem, mas não necessariamente precisam, ter um argumento externo, cuja interpretação deve equivaler a *figura*. Assim, um advérbio pronominal só vai retomar um elemento interpretado como *figura* se o mesmo estiver presente na expressão. Uma das conseqüências dessa assunção é a de que o advérbio pronominal deve necessariamente portar o pronome abstrato correspondente a PLACE, mas não o correspondente a THING.

Considerando então a construção em (152a) a seguir, podemos pensar que o advérbio pronominal toma como complemento a projeção de uma preposição abstrata (que vou associar a *p*, e não P, por razões que vão ficar claras adiante) e que essa mesma preposição toma um pronome foneticamente nulo como complemento, como indicado em (152b). Esse pronome foneticamente nulo deve remeter ao conteúdo de um elemento interpretado como *fundo*, bem como ser co-indexado aos traços pronominais abstratos de PLACE internos ao advérbio.

(152) a. Aqui encheu de cupim.

b. [_{LocP} Aqui_i *p* pro_i]

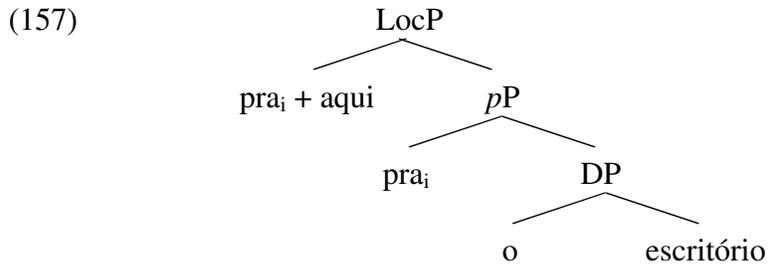
Há fatos que tornam plausível assumir que os traços dessa preposição abstrata são os mesmos que levam à realização da preposição *em*. Para fundamentar essa idéia, consideremos os fatos em (153)-(155) a seguir. A diferença dos casos em (a) para os casos em (b) é que, entre estes, a preposição é reproduzida junto ao advérbio pronominal; nos casos em (c), ocorre apenas a realização da preposição à esquerda do advérbio pronominal (que aponta, vale lembrar, necessariamente para um elemento interpretado como *fundo*). Esses fatos são similares aos apontados por Den Dikken (2003) para o alemão, como podemos ver naquelas construções em (156): note-se que as preposições *auf*, *durch* e *aus* ocorrem tanto junto ao DP complemento quanto junto às partículas adverbiais *hin/her*. Seguindo a proposta desse autor, podemos tomar esses casos como resultado de um movimento da preposição leve para a posição do núcleo que realiza o advérbio dêitico; ou seja, essas construções resultam do movimento de *p* para Loc, com as duas cópias de *p* sendo realizadas, como indicado na representação em (157) adiante.^{23,24}

- (153) a. *Aqui pro escritório* não mandaram nenhum documento.
b. *Pr'aqui pro escritório* não mandaram nenhum documento.
c. *Pr'aqui* não mandaram nenhum documento.
- (154) a. *Aí do escritório* não saiu nenhum documento.
b. *Daí do escritório* não saiu nenhum documento.
c. *Daí* não saiu nenhum documento.
- (155) a. *Aqui pelo escritório* não passou nenhum documento.
b. *Por aqui pelo escritório* não passou nenhum documento.
c. *Por aqui* não passou nenhum documento.

²³ Considerando Nunes (2004), um elemento não pode c-comandar a si mesmo no processo de linearização, o que significa que as cópias de um mesmo elemento (com exceção de uma) sejam apagadas para que a linearização se efetive. Nestes termos, as duas cópias da preposição são mantidas em (b)-(c) naqueles casos de (153)-(155) devido a um processo de fusão entre a preposição e o advérbio pronominal, que passam a formar um único vocábulo. Essa fusão bloqueia o c-comando da cópia mais alta da preposição sobre a cópia mais baixa, levando o processo de linearização a ser efetivado sem que o requerimento de apagamento de uma das cópias se aplique.

²⁴ Cabe destacar que a preposição *de* em (154) não corresponde à versão genitiva desse item, mas ao caso em que reporta a um conteúdo semanticamente bem delineado, remetendo a noções como *origem*, *fonte*, *afastamento* etc. Na seção 4.4, assumi esses casos como sendo uma realização de *p*, e não de um morfema dissociado.

- (156) a. *auf* das Dach *hinauf*
on the-ACC roof PRT-on
b. *durch* den Tunnel *hindurch*
through the-ACC tunnel PRT-through
c. *aus* dem Haus *heraus*
out.of the-DAT house PRT-out.of (Den Dikken (2003); exemplos (52)-(55))



Diferentemente de *para*, *de* e *por*, a preposição *em* não pode ser realizada junto ao advérbio pronominal, como vemos nos casos em (158)-(160) a seguir. Poderíamos assumir que, diferentemente daquelas, a preposição *em* não pode se mover da posição de *p* para se adjungir a *Loc*. Não seriam claros, contudo, os fatores que estariam entrando em jogo para determinar a impossibilidade de *em* se juntar a *Loc*. De um ponto de vista meramente estrutural, por exemplo, *em* vai ocupar a mesma posição que *para*, *de* e *por* no interior de *LocP*, correspondendo à categoria *p*; vou descartar, dessa forma, qualquer explicação que passe por motivações configuracionais para explicar a inaceitabilidade dos casos em (b)-(c). Também não me parece simples recorrer, por exemplo, a uma explicação de ordem semântica, por meio da busca de supostos fatores que justificassem uma incompatibilidade entre *em* e o advérbio pronominal.

- (158) a. *Aqui no escritório* não entrou nenhum documento.
b. * *Naqui no escritório* não entrou nenhum documento.
c. * *Naqui* não entrou nenhum documento.
- (159) a. *Aí no guarda-roupa* tem cupim.
b. * *Naí no guarda-roupa* tem cupim.
c. * *Naí* tem cupim.
- (160) a. *Lá na casa da Ana* chegaram várias pessoas.
b. * *Em lá na casa da Ana* chegaram várias pessoas.
c. * *Em lá* chegaram várias pessoas.

A saída que vou explorar para abarcar esse contraste é considerar que a preposição *em* não vai dispor de realização morfológica quando amalgamada ao advérbio. Nestes termos, recorrendo a uma visão não-lexicalista, a entrada vocabular desse item deverá conter as especificações em (161) a seguir: se p_{em} (morfema que condensa os traços subjacentes ao item que se realiza como *em*) se encontrar amalgamado ao dêitico, nenhum material fonológico deve alimentar os traços da preposição; nos demais contextos, diferentemente, a matriz fonológica do item *em* deve ser inserida.

- (161) a. $p_{em} \rightarrow \emptyset / \text{___} + \text{advérbio pronominal}$
 b. $p_{em} \rightarrow em$

Essa irregularidade manifestada pela preposição *em* pode estar na base das lacunas observadas no paradigma de preposições complexas, apresentado na seção 4.4 e repetido em (162) seguir. Notemos que a preposição *em*, nos casos em (d)-(f), não pode ser realizada. Abstraindo o caso em (162d) (no qual a preposição complexa construída a partir de *trás* é inaceitável com ou sem a preposição *em*), podemos considerar que os traços de p_{em} estão presentes tanto na expressão com *dentro* como na expressão com *fora*; a peculiaridade é que nenhuma matriz fonológica vai alimentar p_{em} , diferentemente do observado com *cima*, *baixo* e *frente*.

- | | |
|--|---|
| <p>(162) (a) (aqui/aí/lá) de cima
 (aqui/aí/lá) para cima
 (aqui/aí/lá) por cima
 (aqui/aí/lá) acima
 (aqui/aí/lá) em cima</p> <p>(c) (aqui/aí/lá) de frente
 (aqui/aí/lá) para frente
 (aqui/aí/lá) por frente
 (aqui/aí/lá) afrente
 (aqui/aí/lá) em frente</p> <p>(e) (aqui/aí/lá) de dentro
 (aqui/aí/lá) para dentro
 (aqui/aí/lá) por dentro
 (aqui/aí/lá) adentro
 (aqui/aí/lá) (*em) dentro ←</p> | <p>(b) (aqui/aí/lá) de baixo
 (aqui/aí/lá) para baixo
 (aqui/aí/lá) por baixo
 (aqui/aí/lá) abaixo
 (aqui/aí/lá) em baixo</p> <p>(d) (aqui/aí/lá) detrás
 (aqui/aí/lá) para trás
 (aqui/aí/lá) por trás
 (aqui/aí/lá) atrás
 *(aqui/aí/lá) em trás ←</p> <p>(f) (aqui/aí/lá) de fora
 (aqui/aí/lá) para fora
 (aqui/aí/lá) por fora
 (aqui/aí/lá) afora
 (aqui/aí/lá) (*em) fora ←</p> |
|--|---|

Um outro fato curioso envolvendo a preposição *em* pode ser observado nas construções a seguir. Em contraste com *para* e *de* nas sentenças em (164)-(165), *em* não pode ser licenciado se não houver qualquer determinante que introduza o dia da semana, como vemos em (163a); se o determinante for o artido definido, a preposição é obrigatória, como em (163b); já se o determinante corresponder ao demonstrativo, a preposição passa ser opcional. Esses fatos nos levam a crer que a entrada vocabular de *em* deve estar especificada com condições bem mais complexas que aquelas indicadas em (161), dada a possibilidade de p_{em} equivaler a \emptyset em diversos contextos.

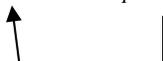
- (163) a. A reunião foi (**em*) *sábado*.
b. A reunião foi *(*n*)*o sábado*.
c. A reunião foi (*n*)*aquele sábado*.
- (164) a. A reunião ficou *pra sábado*.
b. A reunião ficou *pro sábado*.
c. A reunião ficou *praquele sábado*.
- (165) a. A reunião *de sábado* foi adiada.
b. A reunião *do sábado* foi adiada.
c. A reunião *daquele sábado* foi adiada.

A preposição *em*, portanto, pode e/ou deve corresponder a um \emptyset numa série de contextos, o que torna plausível a idéia de que, em casos como os que seguem em (166), seus traços podem estar presentes junto ao advérbio pronominal, licenciando como complemento um elemento interpretado como *fundo* no interior de LocP. A ocorrência isolada do advérbio pronominal deve envolver, dessa forma, um esquema como o indicado em (167), com *p* sofrendo movimento para Loc, e uma categoria pronominal nula remetendo ao *fundo*.

- (166) a. *Aqui* vende roupa.
b. *Lá* deixa a gente assustado.
c. *Aí* encheu de cupim.
d. *Ali* tem livro.
e. *Lá* está precisando de uma reforma.

(167) a. [_{LocP} Loc_i [_{pP} p pro_i]]

b. [_{LocP} p+Loc_i [_{pP} p pro_i]]



Uma análise nestes termos explica, portanto, o porquê de a ocorrência isolada do dêitico reportar apenas ao DP-*fundo*, sem pôr em xeque a assunção de que os advérbios pronomiais podem abarcar um (pro)nome abstrato correspondente a *THING*. Além disso, captura a idéia proposta em Kayne (2006) de que não apenas os (pro)nomes abstratos estão atrelados ao dêitico, mas também uma preposição abstrata, que pode ser associada aos mesmos traços que permitem realizar o item *em*.

4.13 Sumário

Neste capítulo, propus um quadro formal para capturar as propriedades dos sintagmas-*em/com/para* (que contrastam em grande medida com as demonstradas por sintagmas-*de*) destacadas no capítulo 1. O ponto-chave do quadro estabelecido consiste na idéia de que PPs locativos exibem uma estrutura clausal, com categorias paralelas às que ocorrem na sentença, na linha do proposto em Koopman (1997), Den Dikken (2003) e Svenonius (2004a,b). Concentrando-se sobre expressões construídas a partir de preposições locativas complexas, foi proposto que as possibilidades de extração em tais contextos resultam do fato de o DP modificado ocupar uma posição de *escape-hatch* no interior de constituintes locativos. Dentro desse mesmo quadro, o que chamei de *gradação de referencialidade* deve ser um efeito atrelado à presença de advérbios pronomiais (nulos ou fonologicamente realizados), que lexicalizam a categoria *Loc*. Considerando a proposta de Kayne (2006), esses advérbios devem abarcar (pro)nomes abstratos que precisam ser co-indexados aos DPs com papel de *figura e fundo* no interior dos PPs. Também destaquei o fato de a categoria *com*, em particular, comportar-se como a contraparte da categoria *C* (omplementizador) nos domínios locativos, fato que pôde explicar o porquê de preposições locativas complexas não poderem ser formadas com a participação deste item. Foram ainda trazidos à discussão casos em que sintagmas-*para/com* se comportam como

sintagmas-*de* por admitir tanto a extração do DP modificado como do constituinte preposicionado. Argumentei que esses casos são configuracionalmente paralelos àqueles em que o sintagma genitivo é adjungido na margem do DP, o que garante a possibilidade de extração tanto do constituinte modificado quanto do modificador. Especificamente sobre sintagmas-*em*, foram observadas expressões para as quais foi proposto que os traços correspondentes a *em* podem ficar sem receber uma matriz fonológica, o que permitiu tratar ocorrências com advérbios pronominais isolados como instâncias que abarcam os traços dessa preposição. Dentre outros aspectos, essa condição possibilitou encaminhar uma explicação para o porquê de esses advérbios remeterem sempre para um DP-*fundo* (e nunca para um DP-*figura*) quando ocorrem sozinhos, visto que a preposição abstrata amalgamada ao dêitico precisa dispor obrigatoriamente de um elemento que receba a interpretação de *fundo*.

Conclusão

Adotando pressupostos minimalistas (Chomsky (1995, 2000, 2001)), esta tese se ocupou de sintagmas preposicionados não-argumentais em posição adnominal, propondo um quadro para capturar um conjunto de propriedades semânticas e (principalmente) sintáticas de constituintes introduzidos por *de*, *em*, *com* e *para* no português brasileiro. Os resultados alcançados mostram que os constituintes preposicionados normalmente classificados como adjuntos adnominais englobam elementos que não exibem um comportamento uniforme. Se, num certo sentido, esses constituintes podem ser agrupados dentro de uma mesma noção por remeterem a um atributo restritivo e não-argumental dos nomes que modificam, é certo que as estratégias empregadas pela computação sintática para satisfazer essa função restritiva são variadas.

O primeiro e principal recorte identificado na tese apontou uma clara separação entre os sintagmas introduzidos pela preposição *de*, de um lado, e aqueles introduzidos por *em*, *com* e *para*, de outro. A análise optou por seguir os diversos estudos que, na linha do proposto em Giorgi & Longobardi (1991), tratam a forma *de* como uma *dummy preposition*, sem efeitos ao longo da computação sintática. Partindo desse ponto, a abordagem que desenvolvi explorou os desdobramentos do modelo de *bare phrase structure* para as chamadas configurações de adjunção. A chamada *adjunção sem rótulo*, dispositivo proposto por Hornstein, Nunes & Pietroski (2006) para adequar a noção de adjunção aos pressupostos desse modelo, permitiu lidar de forma positiva com uma série de fatos envolvendo a possibilidade de extração tanto de sintagmas genitivos quanto de DPs modificados por tais sintagmas. A hipótese que procurei validar foi centrada na idéia de que os termos introduzidos por *de* no português brasileiro são concatenados como adjuntos na margem do DP, sendo, eles mesmos, verdadeiros constituinte nominais (DPs ou NPs) destinados a ganhar a preposição *de* no componente morfo-fonológico. Aliado às reflexões de Bošković (2001, 2005) em torno de contrastes interlingüísticos que envolvem a extração de modificadores nominais, o quadro elaborado mostrou-se apropriado para capturar, por exemplo, diferenças entre o português brasileiro e o castelhano quanto às possibilidades de

extração entre as chamadas *expressão de continente* e *expressão de conteúdo*, bem como contrastes com o português europeu envolvendo um certo padrão de alçamento de genitivos. Em termos configuracionais, a diferença entre o português brasileiro e as outras línguas consideradas foi estabelecida a partir do *locus* de inserção dos sintagmas genitivos não-argumentais: para o primeiro, na margem da fase que caracteriza o DP; para as demais, numa posição interna ao DP que coíbe a extração desses sintagmas. Do ponto de vista semântico, a separação entre *de* e *em/com/para* foi formalmente explicitada com base na idéia de estas alimentarem a computação sintática desde o início da derivação, com seu conteúdo atingindo o componente semântico; já a preposição genitiva, por ser inserida apenas pós-sintaticamente no caminho para a Forma Fonológica, não tem seu conteúdo interpretado no componente semântico, derivando daí o que autores como Koch (1977) definiu como uma condição de neutralidade semântica.

A análise dos sintagmas nucleados por *em/com/para*, por sua vez, exigiu recorrer a uma estrutura mais elaborada que as tradicionalmente empregadas na literatura do português brasileiro para os constituintes preposicionados. Adotei então uma arquitetura clausal para esses sintagmas, à luz das propostas de Koopman (1997), Den Dikken (2003) e Svenonius (2004a,2004b). Um dos destaques da análise foi a adoção da *Split-P Hypothesis*, de acordo com a qual se podem assumir as categorias *p* e *P* (paralelas a *v* e *V*) no interior do domínio preposicionado. Outro destaque foi a argumentação em favor de uma projeção que chamei de *LocP*, correspondente à contraparte de *TP* nos constituintes preposicionados locativos. A projeção de *Loc* vai ser nucleada por uma categoria dêictica que pode ser lexicalizada por advérbios pronominais do tipo *aqui*, *aí* e *lá*; a projeção de *p* deve ser tomada como complemento de *Loc*, da mesma forma que *vP* é tomado como complemento de *T*. Uma abordagem nestes termos permitiu tratar os DPs modificados por sintagmas preposicionados locativos como argumentos externos de *p*, possibilitando explicar, dentre outros aspectos, os casos de extração desses sintagmas no português brasileiro. Além disso, a idéia de que *Loc* abarca internamente categorias (pro)nominais abstratas permitiu lançar alguma luz sobre o que chamei de *efeito de gradação da referencialidade*. Esse efeito atua, como vimos, no sentido de requerer que os constituintes nominais interpretados como *figura* e *fundo* sejam preferencialmente DPs introduzidos por determinantes definidos

quando o sintagma locativo corresponde a um adjunto adnominal. A análise abordou ainda sintagmas introduzidos por *com* e *para* que se relacionam com o nome não por meio da alocação deste em [Spec,*p*P], mas pela concatenação do termo preposicionado em algum ponto do DP (ou na margem, como entre os sintagmas genitivos, ou no domínio interno, de onde não podem ser extraídos). Especificamente sobre *com*, o estudo abordou casos em que esta preposição, ao introduzir um adjunto adnominal, é melhor tratada como a contraparte de C(omplementizador) do que como uma possibilidade de realização de *p*.

Ainda que esta tese não tenha se ocupado de propriedades demonstradas por outras preposições da língua para além das formas *de*, *em*, *com* e *para* (dado o tamanho da complexidade que envolveria, no prazo de desenvolvimento desta tese, a descrição de uma quantidade maior de categorias), os resultados alcançados certamente contribuem para a tentativa de elucidar o universo dos constituintes preposicionados, reconhecidamente um dos campos menos explorados na literatura gerativista. Basicamente, foi possível atestar que a computação sintática arregimenta dispositivos variados para derivar as estruturas que recebem uma significação restritiva identificada na base dos tradicionalmente chamados *adjuntos adnominais*. Esses dispositivos dependem, em grande medida, do conteúdo veiculado pelo sintagma preposicionado: por exemplo, constituintes locativos devem tomar o DP modificado como um argumento externo da preposição; sintagmas genitivos são adjungidos a uma categoria funcional do DP (no português brasileiro e no castelhano, identifiquei essa categoria como sendo respectivamente D e Num); e sintagmas introduzidos por *com* e *para* com valor intrinsecamente adjetival são adjungidos a D no português brasileiro, mas diferentemente dos sintagmas genitivos, devem corresponder a verdadeiros constituintes preposicionados. Essas podem ser apenas algumas das muitas possibilidades de gerar, por meio de preposições, a modificação restritiva. A ampliação das categorias analisadas, o investimento cada vez maior em análises que partam para uma abordagem interlingüística e o aperfeiçoamento do modelo sentencial aplicado ao domínio das preposições certamente contribuirão para implementar quadros cada vez mais elucidativos, na direção de deprendermos o estatuto e a função das preposições na faculdade humana da linguagem.

Referências bibliográficas

- Abney, S. 1987. *The english noun phrase in its sentential aspect*. Ph.D. dissertation. Massachusetts: MIT.
- Avelar, J. 2004. *Dinâmicas morfossintáticas com “ter”, “ser” e “estar” em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL/Unicamp.
- Avelar, J. 2006a. *The edge of locative PPs in Brazilian Portuguese*. Apresentado no “The Edges in Syntax Conference”, realizado em 15-17/05/2006, Cyprus College, Nicósia/Chipre.
- Avelar, J. 2006b. Constituintes preposicionados, derivação por fase e critérios de interpretação temática. *Estudos Linguísticos XXXV*. pp. 1033-1042.
- Avelar, J. 2006c. *On the emergence of ‘ter’ as na existential verb in Brazilian Portuguese*. Apresentado no IX DiGS, realizado em 08-10/06/2006, na Universidade de Trieste, Itália.
- Bastos, A. 2006. *Discontinuous wh-constituents in Brazilian Portuguese*. University of Connecticut / Department of Linguistics. Ms.
- Bechara, E. 2001. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Bernstein, J. 1997. Demonstrative and reinforcers in Romance and Germanic languages. *Lingua*, 102. pp. 87-113.
- Bošković, Z. 2001. *On left branch extraction*. Ms.
- Bošković, Z. 2005. On the locality of left branch extraction and the structure of NP. *Studia Linguistica*, 59(1). pp. 1-45.
- Camara Jr, J. M. 1976. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- Cançado, M. 2005. *Argumentos: complementos e adjuntos*. (manuscrito / versão provisória apresentada na Oficina de Semântica – Nupes/PosLin/UFMG, em maio de 2005)
- Castillo, J. 1998. The Syntax of Container-Content Relations. In Murguía, E. et al. (eds.) *University of Maryland Working Papers in Linguistics*. Volume 6. College Park: Department of Linguistics. pp. 32-60.
- Chomsky, N. 1964. *Current issues in linguistic theory*. The Hague: Mouton.
- Chomsky, N. 1977. On Wh-movement. In P. Culicover, T. Wasow & A. Akmajian. *Formal Syntax*. New York: Academic Press.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. 1986. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger.
- Chomsky, N. 1993. A minimalist program for linguistic theory. In K. Hale & S. J. Keyser. (orgs.). *The view from building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press. pp. 1-52.

- Chomsky, N. 1995. *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Chomsky, N. 2000. Minimalist Inquiries: The Framework. In R. Martin, D. Michaels e J. Uriagereka. *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press. pp. 89-155.
- Chomsky, N. 2001. Derivation by phase. In Michael Kenstowicz. *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: The MIT Press. pp. 1-52.
- Chomsky, N. & H. Lasnik. 1995. The Theory of Principles and Parameters. In N. Chomsky. *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Cinque, G. 1980. On extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics*, 5. pp. 47-99.
- Corver, N. 2002. *On three types of movement within the Dutch nominal domain*. Ms.
- Costa, J. & M. C. Figueiredo Silva. 2002. Notes on nominal and verbal agreement in Portuguese. *Rivista di Grammatica Generativa*, 27. pp. 17-29.
- Delfitto, D. & P. Paradisi. 2006. *For a diachronic theory of genitive assignment in Romance*. Apresentado no IX DiGS, realizado em 08-10/06/2006, na Universidade de Trieste, Itália.
- Den Dikken, M. 2003. *On the syntax of locative and directional adpositional phrases*. (extraído de http://web.gc.cuny.edu/dept/lingu/dendikken/syntax_of_pp.pdf)
- Embick, D. & R. Noyer. 2001. Movement operations after Syntax. *Linguistic Inquiry* 32, Vol. 4. pp. 555-595.
- Embick, D. & R. Noyer. 2004. *Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface*. (versão preliminar de Maio/2004)
- Faria, E. 1958. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Farias, J. 2005. Sobre a natureza categorial das preposições ‘a’, ‘para’ e ‘em’ em contextos estruturais com verbos do tipo ‘ir’ e ‘chegar’: item lexical ou funcional? In D. Moura & J. Farias. *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: UFAL. pp. 123-160.
- Fehri, A. 2006. *Raising for reference*. Apresentado no IX DiGS, realizado em 08-10/06/2006, na Universidade de Trieste, Itália.
- Ferreira, M. 2000. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL/Unicamp.
- Floripi, S. 2003. *Argumentos nulos dentro de DPs em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL/Unicamp.
- Galves, C. 1996. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In I. Roberts & M. Kato (orgs.). *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. (pp.387-408)
- Galves, C. 1998. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 34. pp. 19-31.

- Galves, C. 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Giorgi, A. & G. Longobardi. 1991. *The syntax of noun phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Grohmann, K. 2003. *Profilic domains: on the anti-locality of movement dependencies*. Amsterdam: John Benjamins.
- Halle, M. & A. Marantz. 1993. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In K. Hale & S. J. Keyser. *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press. (pp. 111-176)
- Halle, M. & A. Marantz. 1994. *Some key features of Distributed Morphology*. MIT Working Papers in Linguistics 21. (pp. 275-288)
- Harley, H. and R. Noyer. 2000. *Formal versus Encyclopedic properties of vocabulary: evidence from nominalisations*. Ms.
- Harley, H. and R. Noyer. 2003. Distributed Morphology. In L. Cheng & R. Sybesma. *The Second GLOT International: state-of-the-article book*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. (pp. 463-496)
- Hauser, M., N. Chomsky & W. T. Fitch. 2002. *The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve?* (extraído de <http://www.sciencemag.org/cgi/content/full>, em 30/11/2002)
- Heine, B. 1997. *Possession: cognitive sources, forces and grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hiraiwa, K. 2000. On nominative-genitive conversion. *MIT Working Papers in Linguistics*, 39. pp. 66-124.
- Hornstein, N. 2001. *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford: Blackwell.
- Hornstein, N. 2005. *What do labels do?* Ms.
- Hornstein, N., Nunes, J. & Pietroski, P. 2006. *Some thoughts on adjunction*. Ms.
- Jackendoff, R. 1990. *Semantic structures*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Kato, M. 1989. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 17. pp. 109-131.
- Kato, M. 1996. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In I. Roberts & M. Kato. (orgs.). *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. pp. 223-261.
- Kato, M. 1999. Strong pronouns and weak pronominals in the null subject parameter. *Probus*, 11/1. pp. 1-37.
- Kato, M. & J. Nunes. 1998. *Adjunction configurations and structural ambiguity*. Ms.
- Kayne, R. 1998. *A note on prepositions and complementizers*. Ms.

- Kayne, R. 2000. A note on prepositions, complementizers, and word order universals. In *Parameters and Universals*. Oxford: Oxford University Press.
- Kayne, R. 2002. *On some prepositions that look DP-internal : English 'of' and French 'de'*. Ms.
- Kayne, R. 2006. *Expletives, datives, and the tension between morphology and syntax*. Ms.
- Koch, I. 1977. *Os sintagmas preposicionados como modificadores nominais*. Dissertação de mestrado. PUC-SP.
- Koopman, H. 1997. *Prepositions, postpositions, circumpositions, and particles*. (extraído de <http://www.linguistics.ucla.edu/people/koopman/koopman.htm>)
- Magalhães, T. 2004. A valoração dos traços de concordância dentro do DP. *D.E.L.T.A.* 20(1). pp. 149-170.
- Miguel, M. 1996. A preposição 'a' e os complementos genitivos. *Quatro estudos em sintaxe do português*. Lisboa: Colibri. pp. 101-147.
- Müller, A. 1997. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp.
- Milsark, G. 1974. *Existential sentences in English*. Cambridge: Department of Linguistics.
- Mioto, C., M. C. Figueiredo Silva & R. Lopes. 2002. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular.
- Mira Mateus, M. H., A. M. Brito, I. Duarte & I. H. Faria. 1999. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Negrão, E. 1999. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese de Livre Docência. FFLCH/USP.
- Nunes, J. 2004. *Linearization of chains and sideward movement*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Ouhalla, J. 1998. *Possession in sentences and noun phrases*. Ms.
- Pontes, E. 1987. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Ponte.
- Raposo, E. 1991. *Teoria da Gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- Raposo, E. 1999. *Towards a minimalist account of nominal anaphora in Spanish and English*. Ms.
- Ravizza, J. 1956. *Gramática Latina*. Niterói: Esc. Ind. Dom Bosco.
- Ritter, E. 1991. Two functional categories in noun phrases: evidence from Modern Hebrew. In S. Rothstein. (org.). *Perspectives on phrase structure. Syntax and Semantics*, 26. New York: Academic Press.
- Rodrigues, C. 2004a. *Impoverished morphology and A-movement out of Case domains*. Ph.D Dissertation. University of Maryland.

- Rodrigues, C. 2004b. *Spell-Out, Loss of Agreement and Possessor Raising*. Apresentado no The Harvard GSAS 2004-5 Workshop in Comparative Syntax and Linguistic Theory.
- Roeper, T & W. Snyder. 2004. *Language learnability and the forms of recursion*. Ms.
- Said Ali, M. 1921/2001. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo.
- Scher, A. P. 2004. *As construções com o verbo leve dar e as nominalizações em -ada no Português do Brasil*. Tese de Doutorado / Unicamp.
- Schmitt, C. & A. Munn. 2002. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook 2*. pp. 185-216.
- Selkirk, E. 1977. Some remarks on noun phrase structure. In P. Culicover, T. Wasow & A. Akmajian. *Formal Syntax*. New York: Academic Press. pp. 285-316.
- Sleeman, P. 2006. *Participles at the edges of the modifier system of DP*. Apresentado no “The Edges in Syntax Conference”, realizado em 15-17/05/2006, Cyprus College, Nicósia/Chipre.
- Sportiche, D. 1988. A theory of floating quantifiers and Its corollaries for constituent structure. *Linguistic Inquiry*, 19. pp. 425-449.
- Svenonius, P. 2004a. *Spatial P in English*. Ms.
- Svenonius, P. 2004b. *Adpositions, particles and the arguments they introduce*. (extraído de <http://ling.auf.net/lingBuzz/000042>)
- Ticio, E. 2003. *On the structure of DPs*. Doctoral dissertation. University of Connecticut.
- Tseng, J. 2000. *The representation and selection of prepositions*. Tese de Doutorado / University of Edinburgh.
- Uriagereka, J. 1995. Warps: some thoughts on categorization. In R. Echeperre and V. Miglio. (orgs.). *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, 3. pp. 256-308.
- Uriagereka, J. 2002. From being to having. In *Derivations*. London/New York: Routledge.
- Vangsnes, Ø. 2001. On noun phrase architecture, referentiality, and article systems. *Studia Linguistica*, 55(3). pp. 249-299.
- Viotti, E. 1999. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de Doutorado. FFCHL/USP.
- Zweig, E. 2005. *Nouns and adjectives in numeral NPs*. Ms.